

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



Ideia(s) e Movimento(s):
sindicalismo libertário e educação

Maria Gabriela dos Santos Lourenço

Dissertação
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Formação de Adultos

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



Ideia(s) e Movimento(s):
sindicalismo libertário e educação

Maria Gabriela dos Santos Lourenço

Dissertação orientada
pela Profa. Dra. Maria Natália de Carvalho Alves

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

2015

Para o João

Agradecimentos

À Natália Alves, orientadora desta dissertação, pela amizade, pela leitura atenta e crítica e pela sua generosidade no compor de um trabalho que é sempre feito em comum.

À Ana, à Bela, à Cláudia, à Élia, ao João, à Júlia, à Lina, à Mónica, à São e à Zulmira, pela leitura cuidada, comentários e sugestões.

Ao Rui, amigo querido, quem despertou em mim a vontade de trilhar estes caminhos.

À Rita, amiga de toda a vida, de quem uma vez li algo que bem pode servir de mote a todo este trabalho. Dizia ela: “A Ideia é o mais importante, as outras ideias aparecem naturalmente”.

Resumo

Partindo de uma temática que se concretizava num desejo de compreensão das concepções de educação veiculadas pelo movimento sindicalista de base libertária, em Portugal, nos inícios do século XX, decidiu-se partir para a análise de um periódico, sindicalista, editado nessa época.

Assim, formulou-se a seguinte pergunta de partida: Quais as concepções de educação veiculadas no periódico “O Sindicalista”, editado entre 1910 e 1916? Esta interrogação abriga dois grandes objetivos: desvelar as discussões sobre as concepções de educação veiculadas no movimento sindicalista, de cariz libertário, em Portugal e problematizar o contexto em que estas se produziam - o associativismo operário à época.

Para encontrar uma resposta a estas questões, desenhou-se uma estratégia de pesquisa de natureza qualitativa, recorrendo-se à recolha documental e à análise de conteúdo temática, como técnicas de recolha e de tratamento de dados.

Como principais conclusões destaca-se que estes militantes aliam uma visão ampla da atividade dos seus sindicatos que, “longe de se resumirem ao papel de órgão de resistência operária, se constituem também, e fundamentalmente, em órgãos de formação pedagógica e exemplos vivos da sociedade almejada” (Candeias, 1985, p. 31), a uma concepção, também ela, ampla, da educação.

Os sindicatos de orientação libertária assumem-se como agentes de emancipação e essencialmente revolucionários. Por isso, estes libertários construíam um campo de atuação que se concretizava como um laboratório de práticas, ensaiadas de forma autónoma pelos trabalhadores, de forma a que se projetasse a sociedade de indivíduos, iguais e livremente associados, que pretendiam instituir.

Por seu turno, pensa-se ter encontrado uma série de concepções, transversais e comuns, que conformam uma concepção ampla de Educação. *Uma forma libertária própria* de pensar a Educação, encarada como factor de emancipação e de transformação humanas e fundada na crença na perfectibilidade do homem e na possibilidade de coexistência simbiótica entre igualdade e liberdade no projeto societário. São concepções que integram três *ideias* fortes: Autodidatismo, Educação Integral e Educação Racional.

Palavras-chave

Sindicalismo Libertário; Educação para a Emancipação; Educação para a Revolução; Educação Integral e Racional; *O Sindicalista*.

Abstract

The research theme was chosen based on a desire to understand and study the education concepts conveyed within the libertarian based syndicalist movement, in Portugal, in the early XXth century, and as a strategy it has been decided to analyse a newspaper published over that period.

As such, the following research question was formulated: Which education concepts are conveyed by the newspaper “O Sindicalista”, published from 1910 to 1916? This question was made with two main objectives: to disclose some discussions about the education concepts conveyed by the libertarian based syndicalist movement in Portugal and to problematize the context in which they were produced - the workers' associations of those times.

To be able to find an answer to this question, a qualitative research was carried out, using as methods for data collection and data analysis the documentary analysis and the thematic content analysis.

The main conclusions are that these militants combine a **broad view of the activity of their unions** which, “are not limited to be agents of resistance of the working class, but are, also and mainly, education agents and living examples of the so-desired society” (Candeias, 1985, p. 31), to a **broad conception of education**.

These libertarian unionists see themselves as emancipation agents and, essentially, revolutionary. Therefore, these libertarians would build a playing field that was concretized as a practices laboratory, tested independently by the workers, in order to design the society of equal and freely associated individuals, they wanted to establish.

On the other hand, we believe to have found several transversal and common conceptions, which constitute a broader conception of Education. A libertarian own way of thinking about education, seen as a factor in human emancipation and transformation and founded on the belief in the perfectibility of man and in the possibility of symbiotic coexistence between equality and freedom in the governance project. These conceptions integrate three key ideas: self-education, Integral Education and Rational Education.

Keywords

Libertarian Syndicalism; Education for Emancipation; Education for Revolution; Integral and Rational Education; *O Sindicalista*.

Índice

Introdução	1
I. Um Movimento e uma Ideia	11
1. Algumas incursões em torno de um Movimento	11
1.1. Apontamentos sobre a história do movimento operário.....	12
1.2. Do sindicalismo revolucionário ao anarcossindicalismo	26
2. Algumas variações em torno de uma Ideia: Perspetivas libertárias sobre Educação ...	29
2.1. Algumas vozes internacionais.....	30
2.2. Algumas vozes nacionais.....	44
II. As ideias e movimentos nas <i>penas e vozes</i> do “Sindicalista”.....	57
1. A ideia de partida	57
2. O movimento em torno das escolhas e das metodologias.....	57
2.1. Escolha do objeto empírico	57
2.2. Descrição do periódico.....	60
2.3. Procedimentos metodológicos.....	63
3. A Ideia e o Movimento no “Sindicalista”.....	64
3.1. O que <i>O Sindicalista</i> nos diz sobre Educação e Sindicalismo	67
3.1.1. Educação	67
3.1.2. Sindicalismo	96
3.1.3. Entretecendo os temas Educação e Sindicalismo.....	113
3.2. Intencionalidade formativa n’ <i>O Sindicalista</i>	115
Em jeito de conclusão	125
Uma ideia para um movimento	128
Referências bibliográficas.....	131
Anexos.....	139

Uma ideia é uma acção que começa. (a)V.S.
(Vaccaro, Le Roy & Jouvray, 2013, p. 119).

Introdução

A escolha deste tema resulta de uma curiosidade alimentada há já muito tempo pelos movimentos sindicais, de cariz libertário.¹ Trata-se de uma curiosidade despertada nomeadamente por aqueles que tiveram uma maior expressão e disseminação no início do século XX - o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo - e que agora se aproveita para melhor conhecer e analisar. Interessa-me particularmente estudar movimentos sociais, de base libertária e igualitária, envolvidos em ações de caráter emancipatório, características que se encontram nestes movimentos, de influência libertária.

Por outro lado, e à guisa de justificação da escolha deste tema de investigação, a entrada pelo sindicalismo, neste caso de feição libertária, surge por ser este um tipo de movimento onde as questões do trabalho e educação se interpenetram e, por isso, se constitui num terreno especialmente fértil para explorar problemáticas próprias da área de especialização de Formação de Adultos.

Uma terceira razão prende-se com o facto de serem escassos os estudos especificamente sobre a questão educativa em movimentos sociais de cariz libertário, no período em análise, em Portugal. Pode-se, naturalmente, nomear alguns trabalhos, aqui vertidos, uns com um olhar muito próximo do que se explora no âmbito desta dissertação, como são o caso das investigações de António Candeias - no campo da História da Educação; outros, vindos de outros campos científicos, mas que incidiram sobre o grupo social e período histórico em apreço, tais como alguns dos trabalhos de João Freire e Manuel Villaverde Cabral - com um olhar vindo do campo da Sociologia, e César Oliveira, Carlos da Fonseca

¹ No âmbito deste trabalho usa-se o termo “libertário” num sentido amplo, de forma a abarcar as diferentes sensibilidades militantes tratadas neste trabalho de investigação. Libertário será assim aquele que persegue a libertação de qualquer tipo de organização coerciva, almejando uma sociedade de homens livres e iguais (não apenas perante a lei, mas iguais entre si social e economicamente). Uma sociedade baseada no mútuo apoio, fraterno, na liberdade e na igualdade (Confederación Nacional del Trabajo, Federación Local de Sevilla, n.d.). Assim, este termo é aqui usado como um recurso que englobe aqueles “libertários ou acratas nas diversas denominações porque eles eram conhecidos e utilizando as diversas designações que a si próprios atribuíam”, que constituíam o “núcleo fundamental do Movimento Operário” da época histórica em estudo (Candeias, 1998, p. 45).

Por outro lado, e dada a confusão contemporânea entre os dois termos, importa esclarecer que os libertários aqui tratados são aqueles sujeitos e herdeiros da tradição anarquista do século XIX, e não aqueles que, “numa invenção recente”, se autodenominam da corrente do *libertarianismo*, ou seja, indivíduos liberais radicais (Angaut, 2012).

e, mais recentemente, Joana Dias Pereira - da área da História. Foi precisamente o reduzido número de trabalhos centrados sobre a problemática educativa que me instigou a enveredar por este exercício. Uma opção não isenta de riscos, dado que só agora começo a trilhar os caminhos da investigação.

A palavra Anarquia vem do grego e significa exatamente a ausência de *archos* (o chefe, o soberano, o governante, a autoridade), surgindo o Anarquismo como uma ideologia de repúdio a todas as formas institucionais de cariz coercivo e que preconizava, assim, a abolição do Estado e dos monopólios económicos. Recorrendo às palavras de Jean Préposiet, “o anarquismo é a má consciência da autoridade” (Préposiet, 2007, p. 49) e, numa definição mais elaborada, também no seu livro vertida:

Não há nem pode haver *Credo* ou *Catecismo* libertários. O que existe e que constitui aquilo a que se pode chamar doutrina anarquista é um conjunto de princípios gerais, concepções fundamentais e aplicações práticas acerca dos quais se estabeleceu um consenso entre indivíduos que pensam como inimigos da autoridade e que lutam, isolada ou colectivamente, contra todas as disciplinas e condicionalismos políticos, económicos, intelectuais e morais que dela decorrem.

Podem existir e, de facto, existem, vários tipos de anarquistas, mas todos têm uma característica comum que os separa das demais variedades humanas. Esse ponto comum é a negação do princípio de autoridade na organização social e o ódio a todos os condicionalismos que decorrem das instituições assentes neste princípio.

Portanto, quem nega a Autoridade e a combate, é anarquista (Encyclopédie anarchiste, Paris, 1934-1935, citado em Préposiet, 2007, p. 91).

Tendo como precursor o francês Pierre-Joseph Proudhon (Préposiet, 2007; Proudhon, 1982a)², o anarquismo moderno é um movimento que se vai distanciando da corrente marxista logo nas discussões da 1ª Internacional³ (1864), dela se separando, irremediavelmente, no Congresso de Haia em 1872 (Candeias, 1994; Fonseca, 1973; Préposiet, 2007; Rocker, 1989), começando a implantar-se em Portugal na década de 80 do século XIX (Fonseca, 1988; Oliveira, 1973; Pereira & Castro, 1998; Sousa, 1976). Carlos da Fonseca propõe como data simbólica do aparecimento do movimento no nosso país o

² Escreveu com clareza, em 1840, Proudhon “ainda que muito amigo da ordem, eu sou, em toda a força do termo, anarquista” (Proudhon, 1982a, p. 335), explicitando mais à frente: “Anarquia, ausência de um senhor, de um soberano, tal é a forma de governo da qual nos aproximamos a cada dia que passa” (Proudhon, 1982a, p. 339).

³ Também conhecida por Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), uma organização que perduraria por pouco mais de uma década, dissolvendo-se em 1876, na conferência de Filadélfia (Fonseca, 1973).

ano de 1886, “sob a influência direta do geógrafo Elisée Reclus, exercida durante a sua segunda viagem a Portugal” (Fonseca, 1988, p. 12).

Com a recusa liminar da subjugação a poderes coercivos, este é um movimento ideológico que se baseia em processos de autogestão e de ação autónoma e que pretende alcançar uma transformação radical da sociedade, perseguindo um ideal de organização social: a constituição de uma sociedade de indivíduos, iguais, livremente associados. Assim, o Anarquismo é uma ideia e um movimento de solidariedade entre indivíduos, uma solidariedade fundada em dois princípios chave: a Igualdade e a Liberdade.

Este deve ser pensado, pela sua própria natureza, como um movimento plural, sendo que se pode até definir assim mesmo, no plural: Anarquismo(s). Assim, muitas foram, e são ainda, as diferentes correntes alimentadas por esta ideologia, desde o “anarquismo individualista”, “anarquismo comunista”, “anarcossindicalista”, até formulações mais contemporâneas, tais como o “anarcafeminismo” e o “ecoanarquismo”⁴, para nomear apenas algumas.

A ideologia libertária ganha fôlego, projeção e disseminação no envolvimento com o movimento sindical, principalmente no período de inícios a meados do século passado. E é também através dos sindicatos que esta ideologia melhor penetra nos grupos sociais de origem popular, uma vez que se constitui como um movimento de organização da classe trabalhadora. Este sindicalismo, o libertário, afasta-se, na opinião dos seus militantes e defensores, de outras correntes ideológicas, suas contemporâneas (socialistas e bolchevistas), na medida em que, na sua ação, que é, antes de tudo, uma ação feita em conjunto, totalmente solidária, não abdica da concretização das ideias de igualdade e de liberdade, fundadoras do pensamento libertário (Freire, 1992).

Uma organização social complexa [que] se constrói “de baixo para cima”, do “simples para o composto” - e daí os tempos usados para a consolidação dos sindicatos, das uniões, da federações e, no fim, da confederação geral, bem como o empenho posto no

⁴ “O Anarca-feminismo, como o anarquismo, se opõe a todo o tipo de hierarquia. Entretanto, os e as anarca-feministas dedicam maior atenção à desigualdade existente entre os sexos (...) O Anarca-feminismo se diferencia do feminismo por considerar que direitos conquistados dentro da sociedade capitalista serão sempre superficiais, visto que só poderão ser desfrutados pela classe dominante” (retirado em janeiro de 2015 de <http://por.anarchopedia.org/Anarcafeminismo>).

“O Anarquismo Verde, ou Eco-Anarquismo, é uma corrente anarquista que defende, como qualquer outra corrente anarquista, um movimento contra a hierarquia e qualquer forma de autoridade social, mas que parte de um ponto de vista centrado na natureza e na sua relação com ela. A maior parte dos apologistas do anarquismo verde defendem uma perspectiva de ecologia social, apontando para uma realidade humana sem hierarquia como tendo uma origem natural e biológica. O seu discurso distingue-se normalmente das outras correntes pela sua crítica à tecnologia, produto da lógica de domesticação da sociedade patriarcal, como sendo social e politicamente parcial” (retirado em janeiro de 2015 de http://por.anarchopedia.org/anarquismo_Verde).

conhecimento, na aprendizagem, no saber e nas ciências sociológicas. O sindicato activado por militantes libertários foi sempre também uma escola de auto-aprendizagem, não apenas para alargar a sua influência ou esfera de acção, mas porque, intrinsecamente, os seus animadores acreditavam nas virtualidades do conhecimento e na perfectibilidade das pessoas (Freire, 1992, pp. 197-198).

Com esta referência a uma “escola”, encontra-se desde já a “pedra de toque” que fez pensar este movimento como objeto de uma investigação enquadrada na área de especialização de Formação de Adultos: quando se pensa num movimento radical, revolucionário, que se pretende transformador, de construção de uma nova sociedade e de um novo homem, deve-se imediatamente equacionar e perceber o papel central que as questões da educação tomariam no seu seio.

O sindicalismo de base libertária - denominação na qual se engloba, no âmbito deste trabalho, os militantes anarquistas ligados aos sindicatos, os sindicalistas revolucionários e os anarcossindicalistas (Candeias, 1994; Freire, 1992; Oliveira, 1973) - foi um movimento revolucionário que procurava na luta imediata (a curto prazo) a melhoria das condições de trabalho das classes populares, mas que explicitava também a finalidade última de transformação radical da sociedade. Privilegiava-se a ação direta e a greve como principais formas de luta, para, por um lado, conseguir resultados imediatos de melhoria das condições de trabalho, mas, por outro, existia o objetivo declarado de estimular a consciencialização e emancipação das classes trabalhadoras.

Trata-se assim de um “combate de dupla entrada” sempre presente nos escritos destes militantes, nos quais se percebe (é, aliás, por eles claramente expresso) uma intencionalidade educativa, de preocupação pela formação dos seus militantes *para a e na* luta. Recuperando as palavras do (re)conhecido anarcossindicalista, Rudolf Rocker:

A “Educação para o Socialismo” não significa encetar campanhas triviais de propaganda ou desenvolver a chamada “política do dia-a-dia”, mas sim fazer o esforço para tornar claro ao trabalhador quais as relações intrínsecas que se estabelecem no seio dos problemas sociais. Um esforço conseguido recorrendo à instrução técnica e ao desenvolvimento das suas capacidades administrativas [organizativas], que os prepare para o seu papel na reconfiguração da vida económica e lhes dê a segurança moral necessária ao desenvolvimento da sua missão (Rocker, 1989, pp. 89-90).

Em Portugal, o sindicalismo libertário começa a definir-se, e a ter maior expressão, em inícios do século XX. Este é um movimento que, como outros, aparece na senda das primeiras associações de carácter mutualista (de meados do século XIX) e do surto

associativo operário⁵ dos anos setenta desse século, influenciado pelas discussões em torno da Internacional, do fenómeno da Comuna de Paris e da ação do operariado espanhol (Costa, 1979; Pereira & Castro, 1998; Rodrigues, 1980; Sousa, 1976; Ventura, 2000).

Este movimento atinge o seu apogeu com a criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), em Portugal, em 1919 (Fonseca, 1988; Freire, 1984, 1992; Pereira & Castro, 1998) e vai entrar em grande declínio em meados do século XX (Freire, 1992; Rocker, 1989; Rodrigues, 1980), coincidindo com a decadência destas organizações na maior parte dos países ocidentais, que, nesta altura, “passam à clandestinidade”. Este momento histórico coincide com os finais da Guerra Civil Espanhola, da 2ª Grande Guerra e, em particular em Portugal, com a consolidação do Estado Novo e a perseguição violenta aos opositores ao regime de Salazar. A este propósito, não se pode esquecer a prisão política do Tarrafal, onde muitos foram aprisionados, torturados e alguns conheceram aí o fim dos seus dias. Recuperando o que escreve Rudolf Rocker no epílogo do seu livro, na edição de 1947, a propósito da situação em Portugal:

Em Portugal, a Confederação Geral do Trabalho, que foi banida sob a ditadura de Salazar, ainda consegue desenvolver a sua atividade na clandestinidade. Apesar das perseguições que sofre, ainda consegue publicar o seu órgão *A Batalha* e outras publicações clandestinas. Muitos dos militantes da CGT pereceram nos campos de concentração da Ilha de Cabo Verde, sujeitos a condições apenas comparáveis às câmaras de tortura da Gestapo, na Alemanha (Rocker, 1989, p. 164).

No entanto, e como dito anteriormente, em inícios do século XX, e principalmente durante a 1ª República, assistiu-se a uma grande disseminação de movimentos sociais de base popular, libertários, e de correntes de sindicalismo libertário (Fonseca, 1988; Freire, 1992). Também em Portugal, numa transposição dos ideais do movimento libertário internacional, os sindicatos são encarados não só como instrumentos de resistência, mas como “uma instituição moral, cujo aperfeiçoamento deverá traduzir-se nas condutas dos seus membros por atitudes mais emancipadas, livres e solidárias” (Freire, 1992, p. 157). Ainda na opinião deste autor:

É nesta perspectiva que deve entender-se a atenção dedicada pelos militantes sindicalistas libertários às questões de solidariedade e educação. Logo na tese sobre

⁵ “É apenas na segunda metade do século XIX que emerge um movimento associativo de cariz operário, o qual é herdeiro desta tradição mutualista, portador de um germen de autonomia que se reforçará a partir de finais do século com a difusão e consolidação dos ideais socialistas e libertário” (Canário, 2009, pp. 137-138).

organização adoptada no congresso sindicalista de 1909 se enfatiza este aspecto: as reivindicações “de ordem puramente material” devem ser acompanhadas de “afirmações de solidariedade (...) [como] bolsas de trabalho, serviços de mutualidade”, etc; e, por outro lado, ser igualmente seguidas por um esforço de “educação dos trabalhadores (...) de ordem social, profissional ou técnica e educação de ordem geral” (*O Sindicalista*, (13), 5 de Fev. 1911) (Freire, 1992, p. 157).

Com estas palavras pretendeu-se ilustrar que também no caso português existiria este “combate de dupla entrada” (no imediato, na procura da melhoria das condições dos trabalhadores e, a prazo, de perseguição de uma transformação radical da sociedade) que assentaria na indissociabilidade entre a emancipação pelo trabalho e pela educação, na luta. Nas palavras de Pereira e Castro, referindo-se ao anarcossindicalismo:

apoiado na ideia de que a organização social se constrói com indivíduos livres e iguais, fez das associações de classe não só instrumentos de luta, mas escolas de aprendizagem (...) [existindo] um empenho no aperfeiçoamento intelectual do indivíduo de que decorreria uma forte acção cultural das associações de classe, com escolas, bibliotecas e um estímulo ao autodidactismo (Pereira & Castro, 1998, p. 203).

De igual modo, também aqui os sindicalistas libertários elevavam a “bandeira” da Greve Geral a estratégia política para a superação do regime - este seria um primeiro estágio com vista à conquista de uma sociedade sem Estado e sem classes -, ao mesmo tempo que existia uma preocupação expressa com o desenvolvimento de experiências alternativas de organização social, uma espécie de laboratórios de ensaio de futuras sociedades libertárias (Candeias, 2009), que partia da própria organização sindical, considerada “uma célula activa, de convívio e de luta e simultaneamente o embrião de uma sociedade nova” (Candeias, 1985, p. 39). Tal era particularmente assumido pelos militantes anarcossindicalistas:

sempre que podiam, com questões como a construção de cooperativas, quer se tratasse de cooperativas de consumo ou de cooperativas de produção, de “bolsas de trabalho” que pudessem controlar a colocação de operários que caíssem no desemprego, de sítios de convívio e repouso, como os “bufetes” e salas de leitura que se esperava que substituíssem as sempre odiadas “tabernas”, e finalmente de bibliotecas e de escolas, que no caso português, ultrapassavam as conhecidas escolas de “militantes” ou de “aperfeiçoamento técnico e profissional”, que o mundo sindical europeu popularizou, independentemente da sua filiação ideológica (Candeias, 2009, s.p.).

Encontra-se, assim, uma atenção constante com as questões da formação e de educação, partindo do sindicato, e atribuindo a este um papel eminentemente formativo. Não seria pela educação que se faria a revolução (nas palavras de Carlos Rates⁶, referido por Candeias, 1985), mas

o processo de formação da sociedade nova é sempre acompanhado, na óptica dos sindicalistas, pelo processo paralelo de formação do Homem Novo. Trata-se de um processo de formação integral, moral, político e também técnico, que visa a formação de um homem moral e culturalmente superior e que assegura a gestão técnica da sociedade sem ter que recorrer aos “especialistas” (Candeias, 1985, p. 40).

Em jeito de conclusão desta problematização introdutória ao tema do trabalho de investigação, e recorrendo a um texto de António Candeias (2009), destaca-se ainda, no âmbito da centralidade dada às questões educativas no seio deste movimento, o seu posicionamento face à escola. A este respeito, o autor afirma que existiu sempre uma atitude crítica que defendia um confronto e negação da ideia de escola, encarando-a como uma “fábrica” de cidadãos submissos e como local de reprodução social (na senda da defesa de uma sociedade sem aquela(s) “escola(s)”, como a que podemos perceber no escritos de alguns anarquistas, como por exemplo, nos de Max Stirner). Todavia evoluiu-se para a apologia de uma escola libertária, sob o pressuposto da educação integral, concretizada, por exemplo, na defesa da proliferação de escolas primárias (escolas-oficinas ou escolas de trabalho⁷) e institutos de educação (universidades populares) (Candeias, 2009). Este é um percurso de aproximação progressiva às ideias sobre a escola preconizadas por Proudhon e Bakunin (com a defesa de uma instrução integral e para todos) e aos ensaios de escolas libertárias que se estavam a desenvolver por toda a Europa (por exemplo, as experiências desenvolvidas por Robin e Faure - em França; e Ferrer i Guàrdia, em Barcelona).⁸

E será com o aprofundar deste exercício de analogia, acima ensaiado, ou seja, neste vaivém entre o que foi e como foi pensado e concretizado o sindicalismo de base libertária em Portugal, em diálogo com o que se teorizava e operacionalizava a nível

⁶ Carlos Rates foi um ativo militante sindicalista revolucionário, colaborador d’*O Sindicalista* (periódico que se analisará no âmbito desta dissertação) e que, mais tarde, já na década de 1920, se encontra ligado à fundação do Partido Comunista Português (Pereira, 2011).

⁷ Escolas de formação profissional, para crianças e jovens (Candeias, 1994), que, quando interpretadas pelos libertários, se regem pelos princípios gerais da educação integral, “com o objectivo de construir um homem livre, autónomo, independente e solidário” (Candeias, 1994, p. 211).

⁸ Em França, Paul Robin (1837-1912) foi um dos impulsionadores da experiência do Orfanato Prévest de Cempuis (em Seine), um local onde se pretendia que a instrução compreendesse a formação intelectual, física e moral; Também de França nos chega uma outra experiência, desta feita pelas mãos de Sebastièn Faure (1858-1942), que cria a La Ruche (“A colmeia”- 1904), nos arredores de Paris, uma associação autogestionária fora do controlo estatal; Francesc Ferrer i Guàrdia (1849-1909) é o sobejamente conhecido fundador da *Escuela Moderna*, em Barcelona, em 1901 (Passeti & Augusto, 2008).

internacional, que se procurará perceber quais as concepções de educação formuladas e discutidas.

Procurar-se-á, assim, identificar um discurso sindicalista (libertário) sobre a educação, em Portugal, mas não se espera, no entanto, encontrar “o” discurso sindicalista libertário sobre a educação. Aliás, nas leituras realizadas não se percebe a existência de uma voz singular, substancialmente diferente daquelas resultantes das reflexões a este respeito feitas no movimento libertário, em geral, a nível internacional ou nacional. Ou seja, existiriam, também aqui, posições de total repúdio da escola, de qualquer escola e outras que defenderiam uma “outra escola”, em alternativa às escolas existentes na altura, do Estado e da Igreja.

Desta forma, e porque se considerou ser um terreno mais fértil para a problematização e para os objetivos deste trabalho, definiu-se como período de análise uma baliza cronológica mais curta e anterior a uma qualquer estabilização dos discursos e dos conceitos em torno do tema educação no seio do movimento libertário, daquela época (algo que só começaria a ganhar forma nas discussões dos congressos dos anos 20 do século XX, se assumirmos a análise de António Candeias, 1994). Optou-se, assim, por um período compreendido entre finais da primeira década do século XX - data que, como se verificará, testemunha a ascensão da influência libertária no movimento operário, e finais da segunda década - que é considerada como o apogeu deste movimento, culminando na criação da CGT, em 1919. Este é um período-embrião do movimento em Portugal e, por isso, de discussões e de debates mais vivazes, no procurar de consensos ideológicos e de construção dos conceitos.

Deste modo, partindo de uma temática identificada e que se concretizava num desejo de compreensão e de análise das concepções de educação veiculadas no seio do movimento sindicalista de base libertária, em Portugal, nos inícios do século XX, decidiu-se que a melhor forma de o abordar seria com o recurso à análise de um periódico, sindicalista, editado no início do séc. XX. Duas ordens de razões estiveram na base desta estratégia: por um lado, poder-se-iam analisar documentos e discursos feitos pela mão e voz dos protagonistas e, por outro lado, aceder a uma fonte que tivesse sobrevivido ao passar do tempo, dado que se pretende retratar e caracterizar uma época que remonta aos inícios do século passado. Pelo que, partindo deste pressuposto, focalizou-se a pesquisa e construiu-se uma pergunta de partida operatória e exequível, uma “porta de entrada” compreensiva:

*Quais as concepções de educação veiculadas no periódico “O Sindicalista”,
editado entre 1910 e 1916?*

Esta pergunta abriga em si dois grandes objetivos: por um lado, desvelar algumas das discussões sobre as concepções de educação veiculadas no movimento sindicalista, de cariz libertário, em Portugal e, por outro, problematizar o contexto em que estas se produziam - o associativismo operário à época.

Para encontrar uma resposta a esta questão, desenhou-se uma estratégia de pesquisa de natureza qualitativa, utilizando como técnicas de recolha e de tratamento de dados, respetivamente, a recolha documental e a análise de conteúdo temática.

Por fim, cabe neste capítulo introdutório apresentar a estrutura que se definiu para esta dissertação. Inicia-se com um capítulo de enquadramento de natureza teórica, tentando, no primeiro ponto, deixar alguns apontamentos sobre a história do movimento operário em Portugal e algumas reflexões sobre o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo; e, numa segunda fase, verter algumas ideias do movimento libertário na sua relação com as questões educativas, suportadas pela leitura de textos de militantes e de investigadores nacionais e internacionais. Na segunda parte da dissertação, dedicou-se o trabalho à descrição das análises e das reflexões retiradas do caso singular escolhido, explicitando os objetivos de pesquisa, os procedimentos metodológicos, as razões de escolha do objeto empírico e uma breve descrição do mesmo e, por fim, a análise do que a sua leitura deixou perceber sobre o que aí se diz sobre Educação e Sindicalismo, ensaiando um confronto entre os dados empíricos e o enquadramento teórico aqui convocado; e, por fim, finalizar-se-á o presente texto com algumas reflexões finais e apresentando-se algumas pistas para investigações futuras.

Resta, por último, explicar o porquê da escolha do título “Ideia(s) e Movimento(s)”, bem como o jogo do seu uso ao longo dos vários itens do Índice. A “ideia” é um conceito-palavra com que se esbarra a cada momento quando se mergulha nas leituras de escritos acratas (muitas são as publicações periódicas que a evocam e os textos que a recuperam a cada momento). É uma palavra que se escreve sempre em maiúsculas, onnipresente: A “Ideia”. Uma Ideia que não é

um ideal, nem uma utopia, nem uma abstração; nem um programa, nem um catálogo de prescrições ou de interdições (...). É uma força comum a todos os seres (...) que exprime o conjunto de possibilidades (...) de que todos estes seres são portadores (Colson, 2001, p. 152).

Uma Ideia, *uma força comum*, que se concretiza, por isso, no Movimento, ou seja, no fazer ao longo de um caminho.

E como a consciência, a vontade, a capacidade se desenvolvem gradualmente e acham ensejo e meio de se desenvolver no gradual modificar-se do ambiente, na realização das vontades à medida que se formam e se tornam imperiosas, assim a anarquia não pode advir senão pouco a pouco, crescendo gradualmente em intensidade e em extensão.

Não se trata, pois, de fazer a anarquia hoje, ou amanhã, ou daqui a dez séculos; mas de caminhar para a anarquia hoje, amanhã e sempre (Errico Malatesta, citado em Vasco, 1984, pp. 69-70).

I. Um Movimento e uma Ideia

1. Algumas incursões em torno de um Movimento

(o caso português, de finais do século XIX a meados do século XX)

Este primeiro capítulo, focado no caso português, foi elaborado com o objetivo de proceder a uma análise do movimento sindicalista libertário em Portugal, com base nos trabalhos desenvolvidos pelos vários autores que se têm dedicado a esta temática.

A identificação da literatura pertinente foi realizada tendo por base uma ideia transversal a todo este trabalho: Procurar perceber o espírito da época (o “zeitgeist”) -, lendo e analisando textos de autores contemporâneos, ou próximos temporalmente do período em análise, dando “voz às vozes” que viveram e escreveram durante o período em estudo. Destacam-se, por isso, as vozes militantes e comprometidas, mas também outras, mais distanciadas e analíticas, que ajudem a construir uma narrativa interpretativa do fenómeno em análise. Assim, procurar-se-á identificar e trazer para a análise os textos e as reflexões de académicos, bem como as vozes militantes, nomeadamente recorrendo àquela literatura produzida por Neno Vasco⁹, Manuel Joaquim de Sousa¹⁰, João de Campos Lima¹¹, Alexandre Vieira¹²; e outros, mais próximos da nossa contemporaneidade, tais como Edgar Rodrigues (que publica durante as décadas de 60, 70 e 80, do século passado) e Carlos da Fonseca, Emídio Santana e César Oliveira (cujos trabalhos de reflexão sobre o movimento libertário remontam às décadas de 70 e 80 do século XX) e, mais recentemente, João Freire.

⁹ Neno Vasco (1878-1920) é o pseudónimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e “foi um dos mais lúcidos militantes anarquistas da língua portuguesa, uma figura humana a imitar” (Rodrigues, 1980, p. 238).

¹⁰ Manuel Joaquim de Sousa (1885-1944) foi um militante anarquista, nascido na cidade do Porto (Quintal, 1989). Nas palavras de Emídio Santana, era um “simples manufactor de calçado do burgo do Porto, possuía apenas a 2ª classe da instrução primária, mas foi influente orador, polemista, jornalista [chegou a ser o Redactor principal d’A *Batalha*] e militante responsável de um tão amplo movimento como foi o sindicalismo confederal” (Santana, 1976, p. 5). Foi um militante de renome, sendo o primeiro secretário-geral da CGT, em 1919 (Freire & Lousada, 2013). Escreveu textos importantes sobre o movimento operário em Portugal, de inícios de século (alguns deles aqui referenciados).

¹¹ João de Campos Lima (1874-1952), formado em direito pela Universidade de Coimbra, embora raramente exercesse a profissão de advogado, era um fervoroso militante anarquista, colaborando em numerosas publicações operárias e chegando a fundar uma editora própria, a “Spartacus” (Oliveira, 1972).

¹² Alexandre Vieira (1880-1974) foi uma figura de proa dentro do movimento sindical da época. Foi dirigente sindical e operário gráfico (Costa, 1979), colaborando em inúmeras publicações periódicas (assumindo, inclusivamente, o papel de Redactor Principal no objeto empírico aqui em análise: *O Sindicalista*) e publicando, ele próprio, várias obras sobre o operariado e o sindicalismo. Nas palavras de César Oliveira, “aderindo aos princípios do sindicalismo revolucionário (...) Alexandre Vieira foi, porventura, um dos maiores jornalistas operários que a imprensa operária conheceu” (Oliveira, 1974a, p. 12).

1.1. Apontamentos sobre a história do movimento operário

Não se pretende, no âmbito de um trabalho desta natureza, fazer a história do movimento operário em Portugal e, por isso, identificaram-se grandes tópicos de reflexão sobre a gesta destes homens e mulheres, no período em estudo. Pretende-se, portanto, compor uns pequenos apontamentos que sirvam de caldo problematizador e que torne este um olhar “periférico” cada vez mais focado, quase “monocular”, ou seja, mais informado e consciente do contexto histórico do fenómeno em análise.

Assim, e tendo em conta a pertinência deste levantamento para os objetivos que se pretendem alcançar com esta dissertação, identificaram-se 3 grandes eixos de análise: o contexto internacional, através do qual se pretende compreender a permeabilidade nacional ao que se fazia “lá fora”, nomeadamente através da análise do papel do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (CPMCL)¹³; a mudança de regime; e uma reflexão sobre as três grandes identidades militantes de finais do século XIX e inícios do XX: Socialistas, Libertários e Bolchevistas.

Deste modo, impõe-se uma pequena análise do contexto internacional, uma vez que se parte com a certeza que a história do movimento operário português não se fez independentemente do que se teorizava e operacionalizava a nível internacional. Naturalmente que haverá algumas singularidades e tempos de evolução diferenciados, mas foi uma história que se construiu em diálogo com o que se fazia na restante geografia mundial, especialmente, e com a preponderância que a proximidade lhe confere, com o que se pensava e fazia no resto da Europa.

O segundo eixo de análise resulta da obrigatoriedade, de uma quase imposição histórica, de refletir sobre um facto de indiscutível importância que ocorreu na época em análise: a mudança de regime, concretizada no 5 de outubro de 1910. Esta análise procura discernir

¹³ O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (1871) constituiu-se como um local de reunião da militância progressista da altura, abrigando no seu seio, pelo menos no início, socialistas, libertários e republicanos. Esta foi uma associação que mereceu o reconhecimento das organizações operárias, chegando o Centro a ser considerado pelo próprio governo como centro das associações operárias e, por outro lado, constituiu-se também como uma associação inovadora na preponderância que aí se dava às questões educacionais e culturais. Criada “tendo em vista a instrução do operário, o Centro inaugura a 14 de Janeiro de 1871 a sua biblioteca, formada com livros oferecidos pelo governo e por muitos dos homens que nesse tempo começavam a interessar-se pela causa operária” (Campos Lima, 1972, p. 74). E, ainda, segundo Edgar Rodrigues, “No decurso da sua existência o ‘Centro Promotor’ defendeu ardorosamente o ensino elementar técnico e promoveu o aperfeiçoamento ético das artes e ofícios e prestou todo o apoio moral ao proletariado em geral (Rodrigues, 1980, p. 74). Ou, nas palavras de Manuel Joaquim de Sousa, “O Centro tem muito trabalho colaboracionista - o que não será talvez de estranhar dado o lamentável atraso da indústria - mas tem a iniciativa empreendedora da instrução e organização dos operários. Ali se redigiram estatutos, organizaram-se classes, fez-se trabalho de solidariedade humana e de educação social e associativa, desbravando-se terreno para sementeiras futuras” (Sousa, 1976, p. 30).

qual(is) o(s) posicionamento(s) que os militantes libertários adotaram no antes, durante e depois da Implantação da República.

Com o terceiro eixo tentar-se-á ensaiar uma reflexão sobre as diferentes influências ideológicas, adotadas e disseminadas no seio do movimento operário de finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, aí identificando três grandes sensibilidades ideológicas: socialistas, libertários e bolchevistas. Esta identificação parte da ideia, fundada nas leituras realizadas, que cada uma destas correntes foi assumindo posições de relevo dentro do movimento operário, ao longo do tempo considerado. Assim, este eixo foi pensado como um exercício que pretende identificar qual o momento de maior hegemonia libertária dentro do movimento sindical - uma resposta de grande utilidade na delimitação do tempo histórico definido no âmbito desta dissertação - uma vez que se pretende que o objeto empírico escolhido seja a emanação, o revérbero, de um determinado tipo de Ideias e Movimentos: aqueles expressos e concretizados pelo sindicalismo de feição libertária.

A. O contexto internacional

A maioria dos autores é unânime na identificação de alguns acontecimentos internacionais que influenciaram o movimento operário português, independentemente do grau de importância que lhe atribuem. Numa visão bastante abrangente desses eventos, deixamos aqui as palavras de Edgar Rodrigues:

O movimento operário em Portugal desenvolveu-se em função duma sequência de factos e acontecimentos universais, apoiado num intercâmbio cultural-ideológico. Não se pode (este é o nosso ponto de vista) escrever-lhe a história sem falar dos congressos da 1ª INTERNACIONAL, da revolução da COMUNA DE PARIS, do MOVIMENTO OPERÁRIO ESPANHOL e seu primeiro congresso, da luta pelas 8 horas na América do Norte e seu desfecho com o enforcamento dos cinco operários anarquistas em Chicago (...) Da mesma forma, não se pode ignorar a revolução Russa de 1917; a formação do P.C.P. em 1922; a Internacional Sindical Vermelha (I.S.V.) e a 3ª INTERNACIONAL DE MOSCOU (Rodrigues, 1980, p. 178).

Dos “factos e acontecimentos” de que fala Edgar Rodrigues, descrevem-se apenas aqueles que se viram referenciados com maior profundidade pela maioria dos autores consultados (Costa, 1979; Rodrigues, 1980; Sousa, 1976; Ventura, 2000): A 1ª

Internacional (AIT), a Comuna de Paris e o intercâmbio com os internacionalistas espanhóis.¹⁴

A 1ª internacional foi fundada em 1864 e é considerada como a primeira organização internacional do proletariado europeu (Costa, 1979). Esta era uma organização, de cunho internacionalista, que abrigou no seu seio várias sensibilidades, de diferentes países, do socialismo da altura.

A A.I.T. não é filha de nenhuma seita nem de uma teoria. Ela é o produto espontâneo do movimento proletário, ele próprio gerado por tendências naturais e irreversíveis da sociedade moderna (Karl Marx, citado em Fonseca, 1973, p. 11).

Era um socialismo que se estava a descrever a si próprio, na época, amparado pelas reflexões e teorizações de figuras de proa do movimento, entre elas duas, que se destacaram pelo confronto quase desde a génese da organização: Karl Marx e Mikhail Bakunin¹⁵. Assim, logo nas primeiras reuniões e congressos se assistiu a uma separação entre duas correntes, as denominadas de socialismo científico (Marx) e as do socialismo libertário (Bakunin), culminando com a expulsão desta última da 1ª Internacional no congresso de Haia, em 1872 (Costa, 1979; Fonseca, 1973; Oliveira, 1980).

¹⁴ Manuel Joaquim de Sousa (1976) aventa uma explicação para que os ideais da AIT., de 1871-72 se tenham disseminado tão rapidamente em Portugal, descrevendo marcos de um movimento associativo que se vinha desenhando e fortalecendo desde há muitos anos atrás. Este autor afirma que existe um movimento associativo operário, primeiro, só com fins culturais, que culmina em 1839, com a criação da Associação dos Artistas Lisbonenses, que soma às preocupações anteriores, as de socorro mútuo, de apoio à doença, velhice e falta de trabalho, mas, não, ainda, de “melhoramentos económicos e sociais dos operários” (Sousa, 1976, p. 26). No entanto, em 1850, surge *O Eco dos Operários*, periódico, que transporta essa preocupação e se dedica à publicação de textos de difusão do socialismo. Nesse mesmo ano, surge a Associação dos Operários, em Lisboa, cujos “fins correspondem ao pensamento da época e às necessidades mais imediatas: desenvolvimento do espírito de solidariedade no progresso industrial, pela instituição de crédito e pela cooperação e auxílio mútuo na doença e na velhice, etc” (Sousa, 1976, p. 27), uma estrutura ainda com colaboração de classes, mas que afirma, logo na primeira reunião, “(...) que um grupo de professores e homens de letras e de ciências do qual faziam parte José Estevão, J. Andrade Corvo, Latino Coelho, Júlio Pimentel, Pereira de Carvalho, Sousa Brandão, Ponto e Hora Arantes e Lopes de Mendonça, oferecia-se para abrir cursos gratuitos de ciência popular destinados à classe operária” (p. 28). Um movimento que tem um pico de expansão com a criação do importante Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (1871), que assume o seguinte “grito de guerra”: “Não é tempo de nos emanciparmos?... Não será tempo, finalmente, de conhecermos os nossos direitos e de pugnarmos por eles em um órgão exclusivamente artístico (operário) e dedicado às classes trabalhadoras? É tempo e mais que tempo” (Sousa, 1976, pp. 28-29). Culminando com a criação da Fraternidade Operária (1872), “a mais forte associação de resistência portuguesa” (Fonseca, 1973, p. 48).

¹⁵ No âmbito desta dissertação, e por razões de pertinência, dá-se destaque a estes dois campos antagónicos, protagonizados por Marx e Bakunin e seus correlegionários, correndo conscientemente o risco de uma análise demasiado simplista do que foi este movimento, que, nas palavras de Carlos Fonseca, “foi uma miscelânea de partidários de Owen, Mazzini, Proudhon, Blanqui, Lassale, Marx, Bakunine, trade-unionistas, cartistas, etc” (1973, p. 11) e, portanto, resultado de uma composição ideológica muito mais complexa e rica do que aquela que aqui se apresenta.

A Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) foi um movimento poderosíssimo, que transpôs fronteiras, animando e alimentando as reflexões teóricas e as práticas dos diferentes movimentos operários nacionais, nomeadamente o português. Recorrendo às palavras de Ramiro da Costa, sobre a atividade do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (CPMCL):

Como diz Nobre França, o socialismo contemporâneo dos operários nasceu em Portugal depois da Comuna de Paris. No entanto, as primeiras ideias socialistas devem ter começado a ser introduzidas imediatamente antes de 1871. No Centro Promotor, que actua como o principal centro de reuniões e de discussão e onde se juntam a ala radical do liberalismo, republicanos e socializantes, travam-se discussões ardentes. Em 1870, provavelmente por influência de Fontana¹⁶, há uma tentativa de adoptar novos Estatutos, semelhantes aos da Internacional (Costa, 1979, p. 40).¹⁷

Esta citação convida-nos a refletir sobre um dos acontecimentos marcantes da altura, de onde bebeu, para as suas reflexões e lutas, o movimento operário internacional, especialmente o de feição libertária: A Comuna de Paris (1871) que, para “os anarquistas e internacionalistas (...), foi um movimento revolucionário espontâneo, imprevisto”¹⁸ (Rodrigues, 1980, p. 78). Diz ainda Edgar Rodrigues, a este propósito, que em Portugal

Alguns jornais chegam mesmo a acusar “a influência subversiva do CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS” por esta entidade abrigar as ideias da PRIMEIRA INTERNACIONAL. Mas foi no seio do proletariado que as ideias motivadoras da revolução de 1871 haveriam de influir decididamente, marcando uma nova etapa na vida do trabalhador sindicalista (Rodrigues, 1980, pp. 80-81).

E o que foi a Comuna de Paris, “uma das maiores aventuras criadoras da classe operária, ainda hoje viva e esperando continuidade” (Nota do Editor, em Lissagaray, 1995, p. 8)? A Comuna nasce de um movimento de defesa da República francesa, em resposta a uma reação monárquica que quer restabelecer o antigo regime, mas que

¹⁶ José Fontana (1840-1876) foi um dos fundadores do Partido Socialista Português. Figura comprometida e controversa de quem, o periódico “Protesto Operário”, de 30 de março de 1884, diz o seguinte “Fontana tinha apenas a visão da liberdade, mas não tinha plano; tanto adoptava o abstencionismo político da Aliança de Democracia Socialista, de Bakunine, como confiava a representação ao Marxista Lafargue” (Rodrigues, 1980, p. 95).

¹⁷ Os estatutos foram essencialmente redigidos por Marx, em 1864, e foram adotados em 1871, na Conferência de Londres, sofrendo uma alteração depois do congresso de Haia, em 1872. Podem ser consultados, por exemplo, em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/10/24.htm>.

¹⁸ Talvez imprevisto pelo rumo que tomou, pois, suscitado pela defesa da República, perante a ameaça prussiana, desenrola-se um movimento libertário de massas, que se espalha como uma fagulha.

evolui irresistivelmente para a busca do socialismo, porque é esse o alvo natural da revolução proletária. Considera que o Estado deve emanar directamente do povo e manter-se sob seu permanente controlo. Baseia-se na gestão colectiva, na supressão do exército permanente, na eleição dos altos funcionários, na igualdade entre os salários dos operários e dos funcionários públicos. Separa a Igreja do Estado e torna o ensino laico (Nota do Editor, em Lissagaray, 1995, p. 10).

A 18 de março de 1871, um grupo de militantes toma de assalto o Hôtel-de-Ville, de Paris, governando a cidade, durante setenta dias, numa lógica de “união livremente consentida” (Nota do Editor, em Lissagaray, 1995, p. 11) entre os comuneiros (*communards*). Esta “aventura”, ou melhor dizendo, esta experiência de governo, termina a 28 de maio do mesmo ano, com a queda da última barricada, e com um saldo de “20 mil fuzilados, 40 mil presos e milhares de deportados” (Nota do Editor, em Lissagaray, 1995, p. 9).

Em Portugal, os ecos e efeitos da Comuna provocaram uma reconfiguração do movimento operário, visível, por exemplo, no seio do Centro Promotor. Vejamos:

Depois da Comuna, as discussões no Centro Promotor tornam-se mais ardentes [culminando com o abandono dos republicanos que o frequentavam e, assim] começam a verificar-se as tentativas de transformar aquele numa sociedade de tipo novo: a sociedade de resistência. É feito um novo programa, claramente inspirado pela Comuna de Paris, que propõe medidas como a “suspensão do exército permanente”, “eleição de funcionários administrativos”, “ensino primário gratuito e obrigatório”, “expropriação dos terrenos incultos”, etc. (Costa, 1979, p. 41).

Na senda das experiências e princípios difundidos, em resultado dos primeiros congressos da 1ª Internacional e da Comuna de Paris, pode ainda deixar-se aqui um pequeno apontamento sobre os ventos que, com estas perturbações, *chegavam de Espanha*, numa prova viva de intercâmbio ideológico entre estes dois países. Pode perceber-se a disseminação de ideias para além fronteiras, por parte do operariado espanhol, na sequência da criação da secção espanhola da AIT, em 1870. Exemplos desta disseminação são o documento enviado para os colegas portugueses com o título “Associação Internacional do Trabalhadores. Chamamento aos trabalhadores de Portugal”, onde apelavam à união internacionalista entre trabalhadores, na luta pela sua emancipação; e a visita de vários militantes espanhóis a Portugal. A este respeito é destacada a visita de 3 delegados da AIT espanhola ao Centro Promotor, em 1871, onde têm reuniões secretas com, por exemplo, Antero de Quental, José Fontana, Batalha Reis, entre outros. Esta influência promove a criação da AIT portuguesa, nesse mesmo ano (Rodrigues, 1980).

É importante, finalmente, dizer que este não foi um movimento completamente passivo, de receção de notícias, de textos teóricos e de pessoas em Portugal, uma vez que também militantes portugueses saíram de Portugal, à procura de um contacto direto com estas ideias e experiências. Apenas a título de exemplo, escolhido porque diretamente relacionado com esta dissertação, pode referir-se as visitas que João de Campos Lima fez à *La Ruche*, em França, fundando, com outros professores, uma escola, a Escola Livre de Coimbra (Rodrigues, 1980).

B. A mudança de regime

Quase todos os autores consultados identificaram a existência de alianças entre anarquistas, socialistas e republicanos, para a queda da Monarquia, num movimento *intervencionista*, nas palavras de António Ventura (2000) que, nesta obra identifica inclusive os grupos e indivíduos libertários que estiveram entre os conspiradores. No entanto, esta é uma aliança que não se pode generalizar a todos os militantes libertários e, mesmo entre os implicados, pode considerar-se que foi esta uma aliança mais do âmbito da tática, do que das ideologias. Uma tática que serviria não só para aumentar a sua influência junto do movimento operário, como também porque muitos libertários acreditariam que a República seria um regime mais flexível e menos autoritário, no que toca às lutas e razões do movimento operário (Pereira, 2011; Ventura, 2000). Um grito de revolta sintetiza esta última posição, dizendo que “antes quer a república do que o que está, porque pior do que isto não pode haver” (Bartolomeu Constantino¹⁹, num artigo publicado na *A Vanguarda*, a 7 de março de 1898, citado em Ventura, 2000, p. 108).

Um artigo publicado no jornal *A Revolta*²⁰, em finais do século XIX (citado por Ventura, 2000), é revelador da posição generalizada dos libertários portugueses relativamente ao regime, que se pode classificar de grande indiferença para os dois regimes - Monarquia ou República - uma vez que, na sua opinião, ambos emanam da burguesia.

Acaso a proclamação da república em Portugal poderá robustecer e dar vida ao país?
Será ela de tal modo reorganizadora, conseqüentemente revolucionária, que possa
inocular sangue novo nas veias enfraquecidas da nossa raça? Não, nada disso fará! A

¹⁹ Bartolomeu Constantino (1868-1916) foi um anarquista de grande militância. Natural de Olhão e sapateiro de profissão, inicialmente ligado ao Partido Socialista, transporta-se para a área anarquista na primeira década do século XX. Assume vários papéis na militância anarquista, tais como de “Animador duma «Aliança Libertária»” (Lisboa, 1908). Participou no Congresso Operário de 1911. Redactor Principal de «A Revolta» (órgão da FARS - Federação Anarquista da Região Sul), Lisboa, 1913. Em 1913 exila-se durante algum tempo em Espanha. Director de «Comuna Livre» (de 1915 até morrer)” (retirado de http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=280&Itemid=47 [novembro de 2014]).

²⁰ Periódico anarquista, publicado em 1892 (Rodrigues, 1980).

república que se proclamar será um governo de transigência, um sistema político incompleto, colado a todos os vícios herdados da monarquia. Será um falso melhoramento político que nada resolverá da vida económica. (...) o mal não é a monarquia, não é a república, não é esta ou aquela forma de governo: - o mal é a burguesia (“Portugal, os republicanos e o futuro”, publicado no jornal *A Revolta*, no dia 9 de julho de 1893, p. 1, citado em Ventura, 2000, p. 107).

Na defesa desta tese pode tomar-se como prova desta não colagem acrítica, da maioria dos libertários, à necessidade e urgência de uma mudança de regime, que culmina com a implantação da República, em 1910, a evolução das ocorrências de uma das ações mais reveladoras das intenções da organização e lutas operárias: as greves.

Tanto João de Campos Lima (1972), como Ramiro da Costa (1979) e Edgar Rodrigues (1980) baseiam-se na análise desta forma de luta (a greve) para construírem uma leitura da evolução do movimento operário em Portugal, de finais do século XIX a inícios do XX, revelando as identidades militantes que por detrás delas se encontravam e as relações destas com as estruturas de poder secular da altura (primeiro, a Monarquia e, depois, a República). Definem, assim, 4 grandes surtos grevistas. O primeiro ocorre entre 1871 e 1873 (Campos Lima, 1972; Costa, 1979), sendo dado destaque a uma greve dos operários da indústria de fundição, em 1872. Nas palavras destes autores, este primeiro surto foi um movimento de grande ímpeto que conduziu a algumas vitórias e à criação de inúmeras cooperativas de produção (Rodrigues, 1980). O segundo surto tem lugar entre 1889 e 1890; e o terceiro, de grandes dimensões, entre 1900 e 1909:

Mas o final do século, caracterizado por um novo salto industrializante, pela intensificada exploração das colónias, assiste a um novo ascenso do movimento grevista. Até 1903 esse movimento vai crescendo, em ziguezagues, mas mantendo sempre um elevado nível. Após uma breve pausa, em 1904, as lutas operárias vão sempre em crescendo até 1909, com numerosas greves e lutas operárias (que prosseguirão depois da implantação da República) (Costa, 1979, p. 79).

Assiste-se aqui a um pequeno interregno, no qual se deve relembrar a aliança (neste trabalho cunhada de tática) dos libertários com o republicanismo. Recuperando as palavras de Edgar Rodrigues: “Para a derrocada do regime monárquico-ditatorial muito concorreram os anarquistas com os seus grupos de propaganda e acção” (1980, p. 229) e dá-se:

Finalmente, a 5 de Outubro de 1910, uma revolução relâmpago [que] vence a monarquia, implanta a República e espanta frades e freiras [mas] A questão social

arrastava-se ao longo de vários governos sem que algum mandatário tomasse para si a incumbência de resolvê-la através de medidas que reduzissem humanitariamente a miséria do proletariado, encurtando a distância entre este produtor e a burguesia patronal acumuladora dos lucros do trabalho alheio [Ou seja] Todavia, o mais importante ficou por fazer: as mudanças das estruturas económicas e sociais! (...) O governo provisório e os que lhe sucederam, incapazes de conduzir uma consciencialização popular, perderam-se em debates, a dividir vantagens partidárias (como hoje) sem perceber que o tempo passava, as necessidades cresciam, a reacção ajudada pelo desequilíbrio social, político e pela fome ganhava forças para tomar poder. A imaturidade democrática conduziu os destinos de um povo que partiu para as greves económicas na tentativa de despertar o “ideal” republicano (Rodrigues, 1980, p. 230 e pp. 233-234).

Também nas palavras de César Oliveira,

Consumou-se, e logo nos primeiros meses da república democrática, a separação radical entre o republicanismo e o operariado, rotura que vai ter cada vez maior expressão na repressão à greve geral de 1912, no encerramento da Casa Sindical²¹ (pela segunda vez) em 1913, na vaga repressiva contra militantes e propagandistas operários levada a cabo por governos da presidência de Duarte Leite e Afonso Costa (1973, p. 20).

Assistiu-se, desta forma, ao 4º grande surto de greves, já em plena República. Só a título de exemplo, no primeiro de mês de 1911 foram declaradas 22 greves (Rodrigues, 1980). Voltando-se, assim, em força à rua, onde “fervilham acontecimentos: greves, prisões e assassinato de dois operários, protestos, manifestações populares, novas publicações e o Congresso de Maio, marcando a evolução do anarco-sindicalismo” (Rodrigues, 1980, p. 238). Diz, ainda a este respeito, Alexandre Vieira:

Estava o povo convencido de que com a implantação da República melhoraria a sua situação económica, a qual era assaz precária. Mas como até ao final de 1910 nenhuma mudança em sentido favorável se tivesse registado, começou a exteriorizar-se a impaciência dos trabalhadores, pelo que quase todas as corporações operárias de Lisboa se lançaram, em 1911, em sucessivas greves, tendo-se salientado como mais importantes as do pessoal da Companhia Carris de Ferro, dos ferroviários da C.P., caixeiros, metalúrgicos, gasomistas, fragateiros do Porto de Lisboa e gráficos das casas-de-obras (Vieira, 1974, p. 49).

²¹ A Casa Sindical foi um espaço inaugurado a 31 de dezembro de 1911, num palacete lisboeta, onde se instalaram várias organizações do movimento operário da época, nomeadamente a Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (que foi o promotor da criação da Casa) e a União dos Sindicatos de Lisboa (Costa, 1979).

Convoca-se também, e para reforçar o porquê desta persistência na ação grevista do movimento operário durante o novo regime, as palavras de Carlos da Fonseca, que se refere à ação da República, vista pelo prisma do movimento operário libertário: “No mês de Março a repressão brutal sucede à intimidação” (Fonseca, 1988, p. 26), sendo que os “libertadores do dia anterior converteram-se nos opressores do dia seguinte. Que fazer?” (Fonseca, 1988, p. 29).

Numa pequena síntese deste ponto, pode afirmar-se que a aliança dos libertários com os republicanos e os outros grupos intervencionistas, tendo em vista o derrube da Monarquia, foi superficial e nunca plenamente assumida, até pela natureza da sua própria ideologia, deve acrescentar-se. Este facto talvez ajude a perceber a dualidade de interpretações da curta vida da 1ª República Portuguesa. Por um lado, a visão do campo dos defensores do republicanismo, que apontam duramente o dedo aos libertários como responsáveis relevantes na instabilidade da 1ª República Portuguesa, que não se consegue consolidar e cai aos pés do Golpe de 28 de maio de 1926, e, por outro lado, os libertários, que gritam contra a inépcia (ou vontade) da República em se tornar num verdadeiro movimento transformador, popular e revolucionário.

C. Socialistas, libertários e bolchevistas

Em Portugal, o movimento operário só se desenvolve a partir de meados do século XIX (Cabral, 1979; Canário, 2009; Oliveira, 1973) e, portanto, só a partir desse momento se pode começar a elaborar sobre uma história deste movimento entre nós. E, aliás, se se considerar que a atividade grevista é sintomática de um movimento operário que se organiza, aliado às provas de penetração dos discursos ideológicos internacionais, como acima explorado, pode indicar-se a década de setenta, do século XIX, como a de arranque da organização operária no nosso país.

É portanto, a partir deste momento, que se imagina uma linha do tempo, que vai de finais do século XIX a inícios do século XX. Uma linha onde se assume esta ordem de entrada, escolhida para o título deste subcapítulo, como sendo a ordem cronológica em que cada uma destas identidades militantes assumiu ou tentou assumir um papel preponderante nos destinos do movimento operário em Portugal (Campos Lima, 1972; Costa, 1979; Rodrigues, 1980; Vieira, 1974).

Deste modo, existe um primeiro momento em que se encontram, à frente do movimento operário, militâncias construídas em torno do novo discurso socialista que, em Portugal, é essencialmente influenciado pelo socialismo de Proudhon:

Os socialistas portugueses contemporâneos da COMUNA, como de resto a maioria dos europeus, são fundamentalmente inspirados por Proudhon e mais ou menos influenciados por Bakunin. Marx e Engels, mesmo quando conhecidos ou citados, não são determinantes na formação ideológica dos teóricos do socialismo em Portugal nesta época (Rodrigues, 1980, p. 81).

Grosso modo, pode afirmar-se que os primeiros socialistas portugueses eram bastante próximos do ideal anarquista de Proudhon. Só mais tarde, já no âmbito das discussões advindas no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, se começa a tecer o caminho para a organização revolucionária (Campos Lima, 1972), verificando-se uma cisão entre anarquistas e socialistas, no seguimento da separação de Bakunin e Marx, que ocorre Congresso de Haia, em 1872:

Mas o dissídio no seio da Internacional, consumado no Congresso de Haia, em 1872, com aceitação da proposta de Marx de confiar a realização do socialismo a um partido operário, concluía também o processo que opunha as concepções revolucionárias aos métodos do reformismo que encontrava exactamente nele a via apropriada para a integração operária no sistema capitalista através do parlamentarismo (Emídio Santana, citado em Sousa, 1976, p. 12).

Só a partir deste momento a subdivisão, chamada para o título deste eixo de análise, faz totalmente sentido: Socialistas (que fundam o Partido Socialista Português, em 1875), por um lado; Libertários (saídos da cisão protagonizada por Bakunin da 1ª Internacional), por outro; e, mais tarde, Bolchevistas (aqui entendidos como aqueles que se afirmam após a revolução russa de 1917 e que, em 1921, concretizam o seu movimento fundando o Partido Comunista Português).

Uma vez *clarificadas estas águas*, retoma-se a linha cronológica do movimento operário, analisado do ponto de vista do protagonismo destas identidades militantes, sendo que, numa primeira fase, foram os socialistas a assumir a dianteira do movimento operário, controlando a maioria das associações até aos primeiros anos da década de 1900. A análise da liderança dos vários Congressos das Associações de Classe, organizados desde 1885, permite verificar a influência dos socialistas até ao VI e último Congresso das Associações de Classe, realizado em 1902. A partir daqui, assiste-se à decadência do Partido Socialista, descredibilizado perante os olhares dos trabalhadores por um ímpeto

eleitoralista²² cada vez mais forte que o arrebatava no final da década de 1910 (Oliveira, 1973; Rodrigues, 1980).

A perda de influência do Partido Socialista é acompanhada por um crescente fortalecimento de facções libertárias que vinham assegurando posições chave nas organizações do movimento operário, encontrando-se “mais ou menos inscritos nas associações de classe, tendo uma parte activa nas greves e em toda a acção operária e tomando cada uma dessas associações para campo de propaganda dos seus ideais” (Campos Lima, 1972, p. 121) e que nesta primeira década de 1900 começam a assumir a sua liderança. Nas palavras de Edgar Rodrigues:

Receptíveis ao tufão anarquista que soprava da Europa em todas as direcções, os trabalhadores portugueses ajudados por uns poucos intelectuais que se desligavam do partido socialista no instante em que os seus dirigentes optavam pela competição eleitoral, desviando-se da linha traçada sob a influência das ideias de Proudhon, Luís Blanc, Roberto Owen e Fourier atirando-se para os braços do reformismo, formam grupos de propaganda sindicalista, Centros de Cultura Social, bases de sustentação do movimento acrata, iniciado em 1883, atingindo a partir de 1900 uma intensidade ciclónica! (Rodrigues, 1980, p. 198).²³

Assim, a partir de finais da primeira década de 1900, assiste-se a uma ascensão do sindicalismo de feição libertária, que cresce à custa da perda relativa de importância do Partido Socialista (no campo eleitoralista, para os republicanos; e, no campo da acção operária, para os libertários) e se fortalece decididamente com a difusão em Portugal da Carta de Amiens, de 1906 (Oliveira, 1973). Esta Carta sistematiza os princípios do sindicalismo revolucionário, sendo que um dos pilares é a proclamação da independência

²² Cabe, no entanto, dizer que este Partido Socialista, que, recorde-se, tinha uma raiz Proudhiana, sempre elegeu o processo eleitoral como âmbito fundamental da sua luta, uma postura que “produziu desde logo um corte com a grande massa de trabalhadores que trabalhando em péssimas condições (instalações, horário, salário, etc) preferiam uma actuação de reivindicações económicas, onde a discussão era mais fácil, mais possível a aderência de grande número de operários e os resultados mais visíveis e imediatos” (Oliveira, 1973, p. 12). Aliás, segundo Manuel Joaquim de Sousa, este é o “pecado original” deste partido, uma vez que é fundado precisamente para poder disputar as eleições municipais que decorriam na altura da sua criação (Sousa, 1976).

²³ Continuando aqui a convocar as análises de César Oliveira (1973), que afirma que o movimento operário foi sempre mais permeável aos ideais anarquistas, libertários, uma vez que usava uma linguagem mais atrativa, de superação e energias individuais. Nas suas palavras: “o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, porque autonomizam a acção por unidades de produção, porque recusam o jogo parlamentar, porque partem de pressupostos ideológicos porventura mais primários que os marxistas, possuem uma dinâmica mais próxima do real português, mais de acordo com o estágio da organização da produção e do nível cultural médio do operariado português” (Oliveira, 1973, p. 15). Além disso, também César Oliveira recorda que todos os teóricos portugueses (como, por exemplo, Antero, Fontana, Eduardo Maia, Gonçalves Viana, Silva Mendes) construíam as suas reflexões partindo de ideias que iam beber à fonte directa do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, e não ao socialismo marxista (Oliveira, 1973).

dos sindicatos perante os partidos políticos e o parlamentarismo e que a razão de ser da luta sindical não é outra que não a procura da emancipação das classes trabalhadoras.²⁴

Até à implantação da república encontramos associações de classe maioritariamente chegadas ao partido socialista, embora com um ou outro sector onde aflora e predomina o peso das elites operárias anarquistas. Mas é depois de 1906, do Congresso da CGT francesa em Amiens e da proclamação da famosa Carta do sindicalismo revolucionário, que uma nova dinâmica parece lançar decisivamente as associações operárias para a via da autonomia e do activismo. Após o 5 de Outubro de 1910, os ventos sopram favoravelmente aos desígnios dos partidários da estratégia sindicalista, sejam eles anarquistas ou nem tanto (João Freire, na Introdução, Vasco, 1984, p. 18).

O 1º Congresso Sindical e Cooperativista é considerado, por todos os autores consultados, como o marco de reconfiguração da liderança do movimento operário: ficando, de uma vez clara, a cisão entre socialistas e sindicalistas libertários (Pereira, 1975). Em 1909, a Federação Operária de Lisboa, controlada por socialistas, sob grandes protestos, nomeadamente da Federação Anarquista do Porto, marca a data de um congresso operário, que se realiza em julho, em duas cidades: Lisboa e Porto. Em Lisboa começam logo a perceber-se grandes divergências entre socialistas e anarquistas:

O anarquista José do Vale levanta a questão da não representatividade dos centros socialistas, “organizações estranhas à estrutura sindical”, o que é rejeitado pelos socialistas, em maioria (Costa, 1979, p. 83).

Na sequência destas discussões, grande parte dos presentes, aqueles que, na opinião deste autor, eram partidários da independência sindical, abandona os trabalhos e marca outro congresso, em setembro, o 1º Congresso Sindical e Cooperativista, “que se realiza, estando presentes 31 sindicatos e algumas cooperativas, representando cerca de 20.000 sócios” (Costa, 1979, p. 83). Segundo Costa:

É no entanto claro que este congresso dissidente, que uniu todos os defensores, em Lisboa, de um movimento sindical completamente independente da acção política, inserindo-se em algumas características anteriores ao movimento operário (“apoliticidade”), marca a ascensão dos anarquistas e a perda de influência dos socialistas (Costa, 1979, p. 84).

²⁴ O original, em francês, pode ler-se, por exemplo, em: http://fra.anarchopedia.org/Charte_d%27Amiens_%281906%29 (consultado em janeiro de 2013).

A ascensão dos libertários está patente na realização dos diferentes Congressos sindicalistas que, a partir deste momento, se organizam, na abertura da Casa Sindical em 1911, e que culmina na criação da União Operária Nacional, em 1914, que “marca, por um lado, o triunfo do sindicalismo revolucionário e a consequente derrota (agora praticamente definitiva) do Partido Socialista” (Oliveira, 1973, p. 9).

Este é um movimento crescente que tem o seu ponto mais alto em 1919, com a criação da CGT - Confederação Geral do Trabalho (Candeias, 1981; Costa, 1979), e que pode ser considerada como a época mais movimentada do operariado em Portugal (1909 a 1919), o “período áureo do sindicalismo português” e que atinge o seu “zénite de combatividade” nos anos de 1919 e 1920 (Fonseca, 1980, p. 24).

A partir de 1920, assiste-se a uma crescente luta, na frente de combate, entre a liderança libertária (que continua a ser maioritária) e a bolchevista (Candeias, 1981), uma corrente que começa a ganhar poder por toda a Europa, e também em Portugal, e que é filha da Revolução Russa de 1917.

Numa primeira fase, muitos dos militantes libertários apoiam a revolução russa. Por um lado, porque se vêem obrigados a escolher um dos lados da barricada; por outro, pela crença de que, com esta revolução, o “mundo burguês desabasse como um castelo de cartas que recebera o primeiro golpe em Petrogrado” (Pereira, 1971, pp. 20-21); e, por fim, porque pensavam que estava tudo em aberto e que a revolução russa abriria caminho à realização da revolução libertária.²⁵

A revolução russa «funcionou» sobretudo como afirmação concreta da possibilidade tangível da destruição da ordem emergente do capitalismo, «funcionou» como exemplo real de que era possível, por entre as contradições provocadas pela Guerra, desarticular por completo o poder político da burguesia e ensaiar construir um novo tipo de poder baseado nas organizações que a movimentação autónoma das massas populares foi capaz de pôr de pé, os soviets (Oliveira, 1980, p. 38).

No entanto, muitos destes militantes rapidamente começam a denunciar a evolução autoritária da mesma, dela se distanciando (Oliveira, 1980), ainda que seja importante ressaltar que são muitos os sindicalistas e anarquistas que se encontram na base fundadora do PCP. (Oliveira, 1974b).

²⁵ Claro que foram muitos os libertários que, desde o primeiro momento, não aderiram aos novos ventos da Rússia, com destaque, desde o primeiro momento, para Emílio Costa e, mais tarde, Manuel Joaquim de Sousa (Pereira, 2011).

Seja como for, não chega a existir uma efetiva preponderância da liderança bolchevista na organização sindical do movimento operário, havendo antes, durante os anos 20 do século XX, um jogo de forças entre os bolchevistas e as correntes libertárias que se sucederam à frente da CGT. (sindicalista revolucionária e depois anarcossindicalista). Lutas estas que enfraquecem o movimento sindical, ao qual o Golpe Militar de 1926 vem desferir o golpe quase mortal, encerrando “a experiência [pujante] do movimento operário do período parlamentar” (Pereira, 1971, p. 27).

Com a implantação da Ditadura Militar, assistiu-se à proibição de federações no meio associativo, levando, por exemplo, à dissolução da C.G.T., em 1927 (Sousa, 1989) e a uma progressiva tomada dos sindicatos pelo movimento corporativo, desenvolvido pela nova ordem política reinante (Fonseca, 1980).

Ainda que os libertários teimem em persistir na sua luta, são alvo de constantes perseguições pelo novo regime. Perseguições essas que assumem uma especial violência com o 18 de janeiro 1934 (com o seu ponto mais alto na Marinha Grande), cuja repressão culmina em prisões em massa e a deportação para o Tarrafal de muitos dos seus militantes (Sousa, 1989). Deixando, assim, ao já constituído PCP o papel de principal centro de resistência e de oposição ao regime, sendo considerado como o “único a sobreviver à longa e mortífera travessia do deserto” da ditadura portuguesa (Fonseca, 1980, p. 25). Mas, importa acrescentar, num âmbito que já não se centra no movimento das associações de classe.

Como síntese deste ponto, porque já aqui fundamentadas e, por isso, partilhadas com o autor abaixo referenciado, fixar-se-iam estas como as “balizas” dos diferentes protagonismos do movimento operário em Portugal de finais do século XIX e inícios do século XX:

a) de 1871 a 1909, em que, apesar da existência de diferentes perspectivas de encarar a organização e a tática do movimento operário, este é dominado na sua grande maioria pelo Partido Socialista; b) de 1909 a 1921, em que o movimento operário é caracterizadamente sindicalista revolucionário; c) de 1921 a 1929 (isto para o estudo que nos tem interessado) em que o movimento operário assume um cariz anarcossindicalista por um lado (a maioria) e comunista, por outro (Oliveira, 1974b, p. 79).

1.2. Do sindicalismo revolucionário ao anarcossindicalismo

Na época em apreço, existiam dois grandes grupos de militâncias libertárias, claramente identificadas e que, em nome do rigor neste trabalho, é imprescindível agora abordar, pois são dois grupos que, no âmbito temporal deste trabalho, andam a par, nas lutas e nas organizações sindicais, e que revelam diferenças nem sempre fáceis de deslindar. Talvez por esse motivo, estas são duas denominações que muitas vezes se confundem ou são tratadas por alguns autores, e militantes, indiferenciadamente, mas que identificam dois movimentos distintos e desfasados no tempo, em Portugal. São elas: o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo.

Os dois movimentos são “filhos” do final do século XIX, com “raízes no pensamento de Bakunine e seus correligionários da corrente federalista da I Internacional” (Pereira, 2011, p. 19) e têm ambos influências libertárias. No entanto, os anarcossindicalistas são efetivamente uma corrente da ideologia anarquista, que encara o sindicalismo como instrumento, um meio, para fazer uma revolução social e abrir assim passo a uma sociedade anarquista (Boussinot, 1970).

Na verdade, ao contrário dos sindicalistas revolucionários, muito ciosos dos seus sindicatos e da sua autonomia, os anarco-sindicalistas são anarquistas que usam os sindicatos como forma de aprendizagem da luta política e económica, reconhecem-lhe algum papel na organização económica do futuro, mas defendem que as cooperativas, as federações e os próprios grupos anarquistas são outros modos de associação que teriam de necessariamente estar presentes, não só como partes fundamentais da futura sociedade comunista, mas também como parte essencial da luta em prol de tal objectivo (Candeias, 1994, p. 98).

Em Portugal, como dito anteriormente, o sindicalismo revolucionário começa a assumir maior expressão no seguimento dos ecos da Carta de Amiens, de 1906. Assim, em 1909, no 1º Congresso Sindical e Cooperativista, já se podem facilmente detetar provas vivas destes ecos de Amiens, na tese central aí discutida sobre Organização Operária:

(...) apresenta uma conceptualização da luta de classes e da emancipação social baseada no associativismo operário apolítico. Organizados apenas segundo o seu papel enquanto produtores, os operários iriam dirigir a produção e a sociedade no futuro (Pereira, 2011, pp. 43-44).

Pode-se, assim, balizar a sua preponderância no movimento operário português entre os finais da primeira década do século XX até finais da segunda década (1908-1922, segundo Joana Dias Pereira, 2011).²⁶

Em Portugal, o anarcossindicalismo, embora caminhando a par e passo com este movimento, só começa a ser formulado de forma mais sistematizada e, por isso, agregadora, a partir das discussões sobre a natureza do movimento sindical, que se iniciam em 1913 e se concretizam em 1914, no Congresso de Tomar, à volta da polémica “se o sindicalismo se basta a si próprio” - algo em que os anarcosindicalistas diferem dos anteriores. Segundo César Oliveira,

Deve notar-se que de 1909 a 1919 não se pode falar com propriedade de anarco-sindicalismo e que, apesar do apoio que os anarquistas deram aos sindicalistas neste período, muitas divergências existiam entre ambos; disso é prova evidente a polémica surgida entre eles (...) De facto, só com a criação da CGT, em Setembro de 1919, se pode falar de anarco-sindicalismo, embora, como é óbvio, se possam detectar abundantes pontos comuns entre anarquistas e sindicalistas (Oliveira, 1973, p. 34).

Tendo por base os mesmos princípios libertários, são, por isso, correntes muito próximas, mas que se diferenciam tanto na sua ação como na ideia de futuro. Por um lado, temos o clamor de que o *sindicalismo se basta a si próprio*, proclamado pelos sindicalistas revolucionários e que tem como base a ideia de uma total autonomia e independência sindical face a qualquer doutrina política e como consequência o “imaginar” de uma “gestão sindicalista da sociedade” (Candeias, 1994, p. 99). Por outro, a perspectiva anarcossindicalista que vê “nos sindicatos um meio privilegiado de difundir as ideias libertárias, [mas] não considera as associações de classe capacitadas para gerir a sociedade futura” e “tem como condição *sine qua non* a adesão prévia dos trabalhadores à acracia” (Pereira, 2011, p. 152).

Este é um grande aspecto diferenciador, no entanto, não desobrigará nenhum destes movimentos a “pensar” o *como* construir estas novas sociedades, de homens novos, e, portanto, a questão educacional é algo central para todos. Embora provavelmente, e a

²⁶ Para esta autora, aquando da sua criação, em 1919, a CGT consagra ainda claramente os princípios do sindicalismo revolucionário [“a autonomia na base federativa, a independência face a toda a escola política ou doutrina religiosa, o objectivo da supressão do salariato pela posse de todos os meios de produção” (Pereira, 2011, p. 133)], sendo que só no congresso de 1922 assume a liderança a linha anarcossindicalista. Algo também apontado por César Oliveira, já em 1980, que revela que nesse Congresso de 1922, realizado na Covilhã, uma das resoluções aprovadas, denominada “Organização Social Sindicalista [é o] verdadeiro modelo da ideologia do anarco-sindicalismo” (Oliveira, 1980, p. 59).

adoptar a análise de António Candeias, a educação assuma um papel mais preponderante no caso do anarcossindicalismo:

Enquanto que as posições do sindicalismo revolucionário se poderão resumir na frase segundo a qual o “sindicalismo se basta a si próprio”, os anarco-sindicalistas, como anarquistas que eram, com uma visão global e diferenciada da sociedade, desenvolverão, paralelamente ao sindicalismo, esforços no sentido da criação de escolas livres, de institutos culturais, associações naturistas, estarão mais empenhados na defesa e promoção do feminismo, da liberdade sexual e do esperanto como língua universal, na tentativa de fundar comunas agrícolas e por vezes cooperativas industriais e de comércio, etc (Candeias, 1994, pp. 98-99).

No entanto, também o sindicalismo revolucionário assume a questão educacional como de fulcral importância:

A vertente pedagógica, outro dos traços distintivos do Sindicalismo Revolucionário, tem um significado singular, uma vez que o objectivo final da doutrina “consiste em que os agregados profissionais adquiram cada vez mais preponderância na produção das utilidades, até que esta se transforme e se torne socializada” [Tese Organização Social aprovada pelo I Congresso Sindical e Cooperativista em 1909. Cit. por *O Sindicalista*, 8 de Janeiro de 1911, p. 1]. Desta forma, a preparação técnica e intelectual da classe desempenha um papel fulcral na doutrina em análise (Pereira, 2011, pp. 44-45).

Estas são diferenças que não se podem ignorar. Mas tentar identificar os militantes de uma e outra sensibilidade (um desafio em aberto no âmbito desta dissertação) é uma tarefa particularmente difícil, e não totalmente conseguida, em virtude do seu intenso e permanente contato e da sua participação nos mesmos projetos, nomeadamente nos periódicos e revistas sindicalistas. A estes aspetos acresce ainda o fato de perfilharem princípios libertários e conferirem, por isso, centralidade às questões da educação, considerando-a um pilar essencial na luta pela emancipação.

(...) no entanto, no caminho para a criação de uma consciência de classe que, criado da acção colectiva de uma força social que se auto-reconheça como força, no caminho para o surgir de formas organizativas que proporcionem às próprias classes trabalhadoras uma aprendizagem na própria prática, a sua educação social e política e o controlo da sua própria movimentação como classe, teremos de dizer que o papel do sindicalismo e, mais tarde, do anarco-sindicalismo, foi importante; importante porque educou e alargou de um modo extraordinário a entrada de amplas camadas de trabalhadores numa luta, por vezes desconexa, sem sentido e sem perspectivas, mas

única via de aprendizagem, única fonte onde as classes trabalhadoras podem criar as condições que lhes permitem crescer e ganhar novas perspectivas (Oliveira, 1973, pp. 36-37).

Por fim, cabe dizer-se que o objeto empírico que se analisará - o periódico *O Sindicalista* - é reclamado pelos próprios como sindicalista revolucionário. Algo que é uma natural consequência das opções teórica e metodológica tomadas: o período temporal escolhido (que, como se viu, foi a de maior preponderância desta militância libertária), a procura do tal discurso dominante no movimento operário sindical da altura histórica definida e a opção de analisar a fundo apenas um jornal. No entanto, e como se explicitará mais à frente, ainda que a linha editorial seja abertamente sindicalista revolucionária, outras sensibilidades libertárias aí têm voz.

2. Algumas variações em torno de uma Ideia: Perspetivas libertárias sobre Educação

Para que os homens sejam homens morais, ou seja, completos no pleno sentido da palavra, são necessárias três coisas: um nascimento higiénico, uma educação racional e integral, acompanhada de uma educação fundada no respeito pelo trabalho, pela razão, pela igualdade e pela liberdade, e um meio social onde cada indivíduo, gozando de uma liberdade plena, seja realmente, de facto e de direito, igual a todos os outros (Bakunin, 1986, p. 56).

Neste capítulo esboçar-se-á uma pequena apresentação do que se considera como uma perspetiva libertária sobre a educação, ou seja, procura-se identificar as conceções, no seu conjunto singulares, que conformem uma ideia libertária própria sobre Educação. Naturalmente que, como já dito no capítulo introdutório a esta dissertação, não se procura um conceito homogéneo, por todos os libertários subscrito, sobre o que é a Educação, mas sim conceções e valores fundamentais, transversais e comuns às várias sensibilidades libertárias na forma como constroem os seus discursos em torno desta temática e como relatam e descrevem as experiências concretas.

Com esta abordagem não se escamoteia a existência de perspetivas diferentes e divergências, umas mais subtis do que outras, nas ideias preconizadas pelos autores aqui referidos, mas como o que se pretende é encontrar uma linha condutora comum, o foco da análise residirá nas semelhanças encontradas, mais do que nas diferenças.

E também aqui, à semelhança do ponto anterior sobre o movimento operário, a estratégia de investigação seguida foi a de ir ao encontro das discussões e das palavras dos autores e dos militantes da época histórica em análise, percorrendo os textos de reconhecidos teóricos do anarquismo e do sindicalismo libertário na esfera internacional, e identificando as vozes nacionais que veicularam e refletiram sobre estas questões, em Portugal.

2.1. Algumas vozes internacionais

A nível internacional são muitos, e sobejamente conhecidos, os grandes nomes do movimento libertário, muitos dos quais absolutamente incontornáveis e, por isso, transportados para as páginas desta dissertação. Na identificação dos autores a estudar tomou-se, naturalmente, em consideração a necessidade de conhecer as perspetivas de autores anarquistas, mas, também, sindicalistas (sindicalistas revolucionários e anarcosindicalistas).

Tentou-se, então, localizar e ler os escritos, especialmente aqueles que se focam na temática educativa, com o intuito de desvelar uma linguagem comum, próxima nos seus termos, numa procura de uma espécie de “esperanto educativo”. Assim, procurou-se uma aproximação às ideias dos seguintes autores de inspiração anarquista: Willam Godwin (1756-1836), Max Stirner (1806-1856), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), Mikhail Bakunin (1814-1876), Élisée Reclus (1830-1905), Piotr Kropotkin (1842-1921), Errico Malatesta (1853-1932), Jean Grave (1854-1939) e Emma Goldman (1869-1940). A estes acrescem outros, mais conotados com uma orientação sindicalista (libertária): Fernand Pelloutier (1867-1901) e Georges Sorel (1847-1922) (Préposiet, 2007; Woodcock, 2007).

Neste exercício de identificação e caracterização de uma posição libertária, própria e identificável, sobre a Educação, e partindo da análise de textos dos autores acima nomeados, tentar-se-á destacar os princípios e os valores ideológicos e filosóficos que a sustentam; as ideias educativas, pensadas e veiculadas; e alguns casos considerados exemplares na concretização dessas conceções.

Podem enunciar-se três grandes pilares no que pode ser a educação para um libertário. Por um lado, a sua perceção sobre a **natureza humana** (que remete imediatamente, como se verá, para a noção de **perfectibilidade** do homem); o equilíbrio entre os valores da **igualdade** e da **liberdade**, por eles considerado fundamental no pensar de uma nova sociedade; e, por fim, o papel atribuído à educação, como **factor de emancipação e de transformação humanas**.

A ideologia libertária é geralmente encarada como um *idealismo de optimistas*, que acreditam na bondade natural do ser humano e que, só por isso, o vêem capaz de construir um mundo justo (social e economicamente), de convivência pacífica entre iguais, mas, salvo excepções, que as haverá, não se encontraram nas reflexões destes autores algo tão caracteristicamente ingénuo e merecedor desse tipo de críticas.

Os discursos giram, quase sempre, sobretudo entre os teóricos anarcocomunistas, como Proudhon ou Bakunin, em torno da constatação de uma duplicidade “natural”, entre um instinto potencialmente egoísta e um outro altruísta, que faz com que no homem convivam de igual modo propensões naturais para o individualismo e para a cooperação com os outros. O homem é assim um ser individual, mas também um ser social (Suissa, 2010), que integra um lado egoísta que pode ser profundamente hostil, só encontrado nos animais mais ferozes da natureza, mas que tem, igualmente, um lado profundamente sociável, só comparável, mas superando-as em intensidade e complexidade, às sociedades animais das abelhas e das formigas (numa metáfora de Bakunin, referida em Suissa, 2010), uma característica que, alega por exemplo Kropotkine, foi um dos fatores preponderantes para que pudesse sobreviver enquanto espécie.

Recuperando Proudhon:

Os antigos acusavam a natureza humana pela presença do mal no mundo. A teologia cristã não fez mais que desenvolver este tema à sua maneira (...) [a causa do mal deve-se] a uma perversão primitiva, a uma espécie de malícia congénita da vontade do homem (...) Os filósofos modernos elevaram contra o dogma cristão outro não menos obscuro: o da depravação da sociedade. *O homem nasceu bom*, escreveu Rousseau no seu estilo peremptório; *mas a sociedade*, ou seja, as formas e as instituições da sociedade, deprava-o. (...) Ora, é evidente que esta ideia não é mais do que a inversão da hipótese antiga. Os antigos acusavam o homem individual, Rousseau acusa o homem colectivo (Proudhon, 1982b, pp. 349-350).

O homem é assim, porque assim nasceu, mas mesmo se se aceitar este dogma, de difícil defesa, acrescente-se que a definição deste “assim” é um construto filosófico, historicamente contextualizado e ancorado em perspetivas profundamente ideológicas, assumindo, por isso, e ao longo dos tempos, configurações díspares e até contrárias, como se intui da citação anterior, de Proudhon.

Preconizam, assim, os libertários que “o homem não é o bruto descrito pelos teóricos do egoísmo, nem o anjo apregoado pelo altruísmo” (Grave, 1910, p. 208), pois “o carácter

do homem é consequência das suas percepções” (Godwin, citado em Woodcock, 2007, p. 80), não nascendo ele *bom* ou *mau* para a vida em sociedade. Possuirá, assim, esses dois impulsos que, juntos e totalmente desenvolvidos, proporcionarão uma vivência plena do indivíduo com os outros, respeitando a sua propensão para o “eu” e o auto-governo, mas também aproveitando, em prol de uma sociedade mais igualitária, a sua tendência para a cooperação e ajuda mútua. *O homem não é, então, assim, porque assim nasceu, mas pode ser assim ou de outra forma*, não só devido às propensões que lhe são “naturais”, mas também porque se constitui enquanto resultado do contexto e do progresso histórico que lhe é dado a viver (desenvolvendo as relexões de Kropotkin, em Suissa, 2010) e é aqui que se abre a *possibilidade de um outro possível*, ou seja, se o homem

não é o anjo de que acusam os anarquistas de imaginar, mas também não é o animal feroz que os partidários da autoridade descrevem [então] O homem é um animal perfectível, que tem defeitos e também boas qualidades; [e consequentemente pode organizar-se] um estado social que lhe permita aproveitar essas qualidades e suprimir esses defeitos, ou que o resultado destes últimos acarrete castigo. Sobretudo, fazei com que esse estado social não permita instituições nas quais esses defeitos possam encontrar armas para oprimir os outros, e podereis ver os homens a saber como se ajudar mutuamente, sem força coerciva (Grave, 1910, pp. 212-213).

Ao aceitar a dualidade da natureza humana, aceita-se igualmente como natural a possibilidade de (auto)estimular as suas características mais “benévolas”, pelo que “a perfectibilidade [se torna em um] dos aspectos mais característicos da espécie humana”, sendo “lícito supôr que, tanto do ponto de vista político quanto intelectual, o homem esteja em constante processo de aperfeiçoamento” (Godwin, citado em Woodcock, 2007, p. 81). Nesta perspetiva também é lícito supor que as sociedades que os homens erigem sejam perfectíveis e que, no termo imaginado, se consiga alcançar essa simbiose entre autonomia e fraternidade, entre liberdade e igualdade, almejada pelos libertários.

São estes os dois alicerces e aspirações da ideologia libertária: concentrar, num único projeto societário, os valores da igualdade e da liberdade entre os seus membros. Ou seja, pensar e arquitetar (e lutar por) uma sociedade que seja fraterna e solidária (igualitária em todos os seus termos), mas que, em simultâneo, respeite e estimule o individualismo e a autonomia das pessoas que a compõem (a liberdade dos seus membros). Nas palavras de Bakunin, “a liberdade individual, não a privilegiada mas a liberdade humana, e todo o potencial dos indivíduos, só poderão desenvolver-se plenamente num regime de absoluta igualdade” (Bakunin, 2009b, s.p.).

A igualdade é, assim, indispensável na sociedade imaginada pelos libertários, mas não pode existir sem o concurso simultâneo do respeito pela liberdade dos seus membros. Igualdade sim, mas com liberdade, afirma Kropotkin:

O princípio igualitário resume os ensinamentos dos moralistas. Mas contém algo mais. E este algo é o respeito pelo indivíduo. Ao proclamarmos a nossa moral igualitária e anarquista, recusamos arrogar-nos o direito que os moralistas sempre pretenderam exercer: o de mutilar o indivíduo em nome de um determinado ideal que acreditam ser bom. Nós não reconhecemos esse direito a ninguém; não o queremos para nós. Reconhecemos a plena e inteira liberdade do indivíduo; queremos a plenitude da sua existência, o livre desenvolvimento de todas as suas faculdades. Não queremos impor-lhe nada (Kropotkin, 2006, pp. 107-108).

Pelo que daqui se infere que o inverso também é verdadeiro: liberdade sim, mas com igualdade.

O indivíduo tem o direito a satisfazer todas as suas necessidades e à plena expansão da sua personalidade: mas ele não está sozinho na terra, e o direito do último a chegar é tão imprescritível como o do primeiro que veio ao mundo. É evidente que só havia duas formas de solucionar o exercício desses direitos divergentes, a guerra ou a associação (Grave, 1910, p. 209).

A ideia aqui implícita é a de que existe uma inseparabilidade entre estes dois extremos (se assim os pensarmos). Um pensamento que se funde no conceito de “conhecimento recíproco” de Godwin (Suissa, 2010), que pressupõe que as relações sociais se baseiam na cooperação e confiança, sendo que os indivíduos percebem a sua liberdade sempre em diálogo com a comunidade em que se inserem e para o bem dessa mesma comunidade, algo a que Ritter chama de “individualidade comunista” (Ritter, 1980, citado em Suissa, 2010, p. 44).

Assim, no pensamento libertário, o valor da liberdade não é puramente individualista, mesmo para aqueles que o formulam partindo do que parece ser um “eu”, como, por exemplo, os anarquistas mais individualistas, quando defendem que “só aquele que é suficientemente forte para ser autónomo é capaz de assumir genuinamente uma livre associação com outros” (Suissa, 2010, p. 45). Ou seja, é um valor individual, mas que se constrói na interação social, assumindo-se assim, nos meios libertários, uma indivisibilidade concetual entre liberdade e igualdade, ligada ao conceito de solidariedade: “Dado que a liberdade é o resultado e a mais clara expressão da

solidariedade, ou seja, do interesse comum, apenas pode ser realizada em condições de igualdade” (Bakunin, citado em Suissa, 2010, p. 45).

O homem é um ser que nasce com algumas características benévolas (que podem e devem ser estimuladas), é um ser perfectível (e, por isso, aperfeiçoável) e cujas propensões o tornam apto a viver em liberdade, entre iguais. Constitui-se, assim, como terreno fértil a cultivar. Algo que remete imediatamente para a Educação; mas não uma educação qualquer, antes uma que o emancipe e que promova a mudança social; uma educação para a liberdade, para a criação, e não para a submissão ou domesticação.

Numa palavra, não se deve inculcar o Saber, mas conduzir o indivíduo ao seu pleno desenvolvimento; a pedagogia não pode mais partir da idéia de civilizar, mas da ideia de desenvolver pessoas livres, caracteres soberanos (Stirner, 2001, p. 81).

A educação para um libertário é, assim, vista como um instrumento de emancipação e de transformação social, um meio necessário e capaz de revelar aos indivíduos a suas próprias capacidades e convencê-los de que conseguem, por eles próprios, idealizar e concretizar uma sociedade livre e igualitária. E que o podem e devem fazer, assumindo, sempre, e durante todo o processo, a postura de liberdade e de igualdade que preconizam e que querem alcançar como fim:

Não: o indivíduo não deve aceitar restrições ao seu desenvolvimento, não deve sofrer o jugo de nenhuma autoridade, seja qual for o pretexto em que se sustenta. Só ele sabe julgar o que precisa, do que é capaz, o que lhe pode ser nocivo. Quando tenha compreendido o que ele próprio vale, compreenderá que todos têm o seu próprio valor e direito à sua liberdade, a uma expansão igual à dos outros. Sabendo respeitar a sua individualidade, saberá respeitar a dos outros (Grave, 1910, p. 211).

Assim sendo, um libertário é, intrinsecamente, um antiautoritário. Uma vez capacitado da aptidão de todos para a liberdade e igualdade e da consciencialização de que é algo que pode e deve ser feito por todos, autonomamente e no espírito dessa mesma liberdade e igualdade, condena e ataca tudo o que é visto como “imposto pelos outros” [porque só] “lhes serve a eles” (Candeias, 1981, p. 47).

Uma perspectiva libertária é assim, e por conseguinte, sempre antiautoritária, “baseada num ideário não hierarquizante” (Pey, 2001, p. 9). O libertário é um defensor acérrimo da tomada de decisões horizontal e fruto do consenso entre todos e, por isso, um crítico de qualquer forma de governo ou de poder hierárquicos (porque todos vêm de fora,

impostos por outros) e, por isso, é antimilitar, anticlerical, antiparlamentar e contra o Estado, qualquer Estado:

É bem conhecido que os anarquistas não aceitam o governo da maioria (democracia), tal como não aceitam o governo de poucos (aristocracia, oligarquia ou ditadura de uma classe ou partido) ou o de um indivíduo (autocracia, monarquia ou a ditadura de uma pessoa) (Malatesta, 1995c, p. 100).

Pois o “princípio base [que preconizam] é a livre organização, criada e mantida com base no acordo mútuo dos seus membros sem qualquer tipo de autoridade; ou seja, sem que ninguém tenha o direito de impôr a sua vontade aos outros” (Malatesta, 1995c, p. 94).

A Educação só pode ser central em todo o pensamento libertário. Uma educação que é pensada para o aperfeiçoamento, para o cinzelamento do tal ser perfectível, para o estimular das virtudes humanas e sociais - entre elas, o impulso para a fraternidade. É uma educação para o *agora*, para a consciencialização e capacitação do homem (que contribua para a sua emancipação), mas também para o *depois*, preparando-o para o papel que deve assumir no futuro idealizado (e, por isso, também profundamente revolucionária).

Defende-se uma educação que faça parte do percurso dos homens durante toda a sua vida, na procura da perfectibilidade.

Em primeiro lugar, a instrução do homem deve ser (...) de tal maneira concebida e planeada de forma a que dure por praticamente toda a vida (...) O progresso na instrução, como o progresso na virtude, deve existir em todas as condições [sociais] e em todas as idades: é esta a primeira garantia para a nossa dignidade e para a nossa felicidade (Proudhon, 1982e, p. 337).

Simultaneamente, preconiza-se uma educação necessária na construção do futuro desejado; e universal, na medida em que deve ser para todos e abarcar todas as dimensões da vida

Enquanto membros da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.) todos devemos aspirar à igualdade, e, porque a procuramos, também temos de aspirar a uma educação integral, uma mesma educação para todos (Bakunin, 2009b, s.p.).

Essa característica de universalidade abre portas a uma das primeiras ideias pedagógicas fortes, encontradas nos discursos libertários sobre a educação: o estímulo ao

autodidatismo. O libertário, consciente do seu papel transformador e convicto da necessidade de assumir com autonomia, com os seus iguais, uma função ativa e útil na nova sociedade, dedica-se ao “cultivo de si”. Mas esta é uma missão que, embora se possa pensar à partida, se faz em solidão, não é assim, ou, pelo menos, não é exclusivamente assim, pois a perspectiva libertária é a de “promoção da educação [se faça] pela autoformação em colectivos educativos” (Pey, 2001, p. 10) e, portanto, com os outros.

Estas são perspetivas muito críticas da escola, ou pelo menos da escola do Estado ou da Igreja, que se inconformam com a ideia de que educar se reduz à escolarização e que aceitam a existência de outros espaços e momentos potencialmente formativos, existentes ou a criar.

Dando voz a Jean Grave “[numa sociedade anarquista todos devem proporcionar às crianças] o seu desenvolvimento físico e moral, e contribuir com a sua quota parte de conhecimento para o seu desenvolvimento intelectual” (Grave, 1910, p. 151). Ou seja, toda a sociedade deve assumir a educação da infância. Da infância e dos adultos, pois a “necessidade de saber é algo inato no homem; na sociedade futura formar-se-ão grupos com o propósito de facilitar aos seus membros o estudo de certos conhecimentos especiais” (Grave, 1910, p. 165).

E, pensa-se, é desta ideia de universalidade, e de transversalidade dos espaços e momentos educativos, e da assunção de que o primeiro papel da Educação é o de ser um instrumento para a libertação do homem que surgem, são discutidas e veiculadas, as duas outras ideias pedagógicas fortes identificadas no âmbito desta dissertação, no movimento libertário: a **Educação Integral** e a **Educação Racional**.

O conceito de Educação Integral remete para uma imagem de completude. Como afirma Bakunin, a exigência “em nome do povo, [de] uma educação completa e integral, uma educação tão ampla quanto o poder do intelecto de hoje permite” (Bakunin, 2009a, s.p.). Bakunin estabelece, assim, qual o ponto de partida para a formulação de um conceito que ele próprio lavra e desenvolve, ou seja, o homem deve educar-se nas suas múltiplas dimensões: física, moral e intelectual. Sendo que a intelectual consistiria na apropriação do conhecimento científico e cultural produzido pela humanidade; a moral seria um processo de socialização, de aprendizagem social, através das práticas, das formas sociais ideadas de solidariedade, de fraternidade, de autonomia e de liberdade, e, por último, a física englobaria a educação do físico, mas também, a educação manual ou profissional (Gallo, 1993).

Quando pensada para a infância, a educação

deve ser igual para todos, em todos os níveis, e, por isso, deve ser integral, ou seja, deve preparar cada criança, de ambos os sexos, tanto para a vida do pensamento como para a vida do trabalho, de modo a que se possam transformar todos, igualmente, em homens completos (Bakunin, 1986, p. 49).

Uma das práticas possíveis desta ideia, nas palavras de Bakunin, concretizava-se em subdividir o ensino numa primeira fase de conhecimentos de ordem geral (de todas as ciências), obrigatória para todas as crianças, seguida de uma especialização científica, na idade da adolescência. Mas também se alia ao ensino das ciências (teórico), o ensino industrial (prático), que, por seu turno, também se subdividiria em duas partes: uma mais genérica e depois a especialização em determinado ofício (Bakunin, 1986).

Esta é uma ideia que tem uma paternidade, desenvolvida por Proudhon, que se caracterizava por uma defesa de uma politecnia da aprendizagem (querendo politecnia dizer isso mesmo, várias técnicas). Já afirmava Proudhon que “a instrução é inseparável da aprendizagem, a educação científica da educação profissional” (Proudhon, 1982c, p. 326), pelo que assim definiu:

O plano da instrução operária, sem prejuízo da educação literária que se dá à parte e ao mesmo tempo, está traçado: por um lado, consiste em fazer o aluno percorrer a série de exercícios industriais, dos mais simples aos mais difíceis, e independentemente da especialidade -; por outro, retirar destes exercícios a ideia que lá está contida (...) e conduzir o homem pela cabeça e pela mão, à filosofia do trabalho, que é o triunfo da liberdade. Através deste método, o homem da indústria, o homem da acção e o homem da inteligência, tudo ao mesmo tempo, pode afirmar-se sábio e filósofo até à ponta das unhas (Proudhon, 1982d, p. 86).

Assim, estes homens idealizam a seguinte fórmula educacional: Uma educação integral para formar o homem completo, capaz de assumir em pleno o seu papel na nova sociedade imaginada, e que, para tal, combine “um conhecimento profundo da ciência com outro igualmente profundo do trabalho artesanal” (Kropotkin, 1890, s.p.).

Por seu turno, a Educação Racional decorre também das ideias de estímulo da autonomia, de acção e de pensamento, necessárias ao prosseguimento do ideal de liberdade e de igualdade na construção da nova sociedade libertária, mas, e é urgente realçar, que ela é também *filha* de um contexto histórico preciso, a época áurea do

positivismo, que “alimentou o ‘cientismo’ do século XIX” (Canário, 2005, p. 16) e que surge como “oposição às «patranhas religiosas», desenvolvendo-se uma certa «fé na ciência» como factor de progresso” (Candeias, 1981, p. 47) e que assume uma grande preponderância e potencialidade de difusão com as propostas e experiências da Escola Moderna de Ferrer, de inícios do século XX. Assim, o processo de ensino e aprendizagem é baseado nas “verdades” da ciência, já demonstradas e observadas, na convicção dos seus teóricos, isenta de preconceitos religiosos ou políticos.

A filosofia positiva [aquela que se apoia na observação e na experiência], tendo destronado nas mentes as fábulas religiosas e os sonhos da metafísica, permite-nos antever como será, no futuro, o ensino das ciências. Terá o conhecimento da natureza na base e o ensino da sociologia por cima (Bakunin, 1986, p. 49).

E acrescenta Kropotkin,

O pensamento liberta-se, então, das correntes com as quais todos os interessados - governantes, homens de lei, clero - o tinham cuidadosamente agrilhado. Quebra-as. Submete a uma severa crítica tudo aquilo que lhe fora ensinado e põe a descoberto o vazio dos preconceitos religiosos, políticos, legais e sociais, no seio dos quais tinha vegetado. Inicia a sua investigação por vias desconhecidas, enriquece o nosso saber com descobertas imprevistas; cria novas ciências (Kropotkin, 2006, p. 33).

Defende-se uma conceção de educação que estaria intimamente ligada ao estímulo do pensamento crítico, condição base, na opinião dos libertários, para uma educação para a autonomia e para a liberdade. No que se adivinha ser uma crítica a um ensino considerado dogmático, ministrado à infância naquela época, dizia Kropotkin “nós não ensinamos as nossas crianças a aprender” (1890, s.p.) e acrescentava Pelloutier, temos “simplesmente de ensinar-lhes a observar, investigar, pesquisar e descobrir, dando-lhe as primeiras noções indispensáveis, e que se reduzam em definitivo a um pequeno número” (Pelloutier, citado em Chambat, 2006, p. 51), fomentando-lhes um espírito crítico e inquisitivo, indispensável à formação de indivíduos autónomos e livres, acrescenta-se.

Sintetiza, ainda Kropotkin, falando do ensino para as crianças:

Dedique-se ela à actividade artesanal, ciência ou arte, o maior objetivo da escola não é fazer do novato um especialista, mas a ensinar-lhe os elementos do conhecimento e quais os bons métodos de trabalho e, acima de tudo, proporcionar-lhe a inspiração geral que o induza, mais tarde, a fazer, seja o que for, com um sincero desejo pela verdade (1890, s.p.).

Pretende-se, assim, fomentar uma educação para a igualdade, para a autonomia e liberdade, que se relevaria na própria ideia pedagógica preconizada.

Alguns educadores já começaram a compreender que seu objetivo deve ser ajudar a criança a desenvolver-se em conformidade com a lógica de sua natureza: não pode ter outro objetivo senão fazer eclodir na jovem inteligência o que ela já possui sob forma inconsciente e secundar religiosamente seu trabalho interior, sem pressa, sem conclusões prematuras (Reclus, 2010, p. 18).

Uma educação anti-hierárquica, que coloca o aprendente no centro do processo de ensino e aprendizagem, e que fomenta, nas práticas pedagógicas, essa ideia primeira, base do pensamento libertário, de educação para a igualdade e liberdade, num processo, como acima referido, de socialização, de aprendizagem social, dessas formas sociais ideadas. O que conforma *uma forma de fazer horizontal*, com o concurso de todos e no respeito pela liberdade de cada um, com características e princípios que transportam a coerência das ideias para as práticas pedagógicas, nomeadamente preconizando-se a ausência de exames.

As brutalidades da concorrência vital, a necessidade para os jovens de ganhar a vida tão rapidamente quanto possível, enfim, a estúpida vaidade que leva os pais a desejarem para sua prole um rápido avanço nos estudos, têm por consequência um método de instrução apressado, superficial, ou até mesmo completamente falso (Reclus, 2010, pp. 32-33).

Mas também sem recurso a punições, uma vez que “o amor e o respeito do mestre pela criança deveriam proibir-lhe empregar em seu trabalho de tutela e ensino o procedimento sumário dos antigos déspotas, a ameaça e o terror” (Reclus, 2010, p. 19). Ou seja, no espírito de uma educação que se quer verdadeiramente racional, que potencie as inteligências de quem aprende e que pretenda, mais do que isso, desenvolver caracteres, esta deve ser absolutamente isenta de recompensas e castigos (Grave, 2011). Uma ideia que, aliás, está na base do pensamento libertário e que é defendido, por outros autores, para outras dimensões da vida humana (recordemos Godwin, na sua tese contra as prisões):

Consideremos o efeito que a coerção produz sobre a mente daquele contra quem é empregada. Ela não pode convencer; não é um argumento. Ela começa produzindo a sensação de dor e o sentimento de repugnância. Ela começa alienando a mente violentamente da verdade que gostaríamos de imprimir nela. Ela inclui uma confissão

tácita de imbecilidade. Se aquele que emprega a coerção contra mim pudesse me moldar a seus propósitos por meio de argumentos, sem dúvida o faria. Ele finge me punir porque seu argumento é forte; mas me pune na realidade porque seu argumento é fraco (Godwin, 2004, p. 24).

E, por fim, incita-se ao estabelecimento da coeducação de sexos, algo bastante inovador na época, que é também considerado no pressuposto da promoção e da prática do princípio da igualdade entre todos, tentando acabar com preconceitos seculares (milenarios?) e, deste ponto de vista, também pensado como instrumento de emancipação da mulher, pois dar “aos miúdos e miúdas o costume de se tratarem como camaradas, fará mais pela emancipação da mulher do que todas as leis reclamadas pelo feminismo” (Grave, 2011, pp. 76-77).

Resulta da aproximação dos sexos, em um mesmo local de estudo, que a ignorância mútua e a hostilidade forçada entre homens e mulheres atenuam-se gradualmente; o abismo, outrora escavado pelas maldições da Igreja, preenche-se pouco a pouco, e a diferença de evolução de um sexo ou outro diminui à medida que o tesouro comum de riquezas científicas torna-se a propriedade de todos. Uma espécie de igualização faz-se entre os estudantes dos dois sexos, enquanto a diferença ética de sexo a sexo permanece muito mais marcada entre o jovem escapado da direcção dos seus pais e a jovem deixada ao lado da mãe para cuidar das crianças e ocupar-se dos afazeres do lar (Reclus, 2010, pp. 29-30).

Finalmente, e como acima anunciado, percorre-se agora uma breve exposição e descrição de algumas experiências internacionais (no caso, do contexto europeu e relativas a um espaço educativo escolarizado), selecionadas porque consideradas exemplares na concretização destas concepções, mas também, como se verá no ponto seguinte, porque o seu eco chegou também a Portugal, no período histórico em estudo. Apresentar-se-ão três experiências que são constantemente referenciadas na literatura consultada: o Orfanato Prévost de Cempuis, La Ruche e a Escola Moderna; por ordem cronológica da sua criação, o que nos pode dar uma perspetiva do que de cada uma foi transmitindo às subsequentes.

Orfanato Prévost de Cempuis

Criado em finais da década de 1860, em Seine, França, ganha notoriedade quando Paul Robin (1837-1912) é seu diretor, de 1880 a 1894, e aí ensaia um projeto pedagógico inovador, de cariz libertário, influenciando muitas outras experiências, nomeadamente aquela levada a cabo, anos mais tarde, por Ferrer (AAVV, 2011).

Durante o período de Robin à frente dos destinos desta instituição, colocou-se em prática um “ensino laico, racionalista, antidogmático, desprovido de hierarquias, com um claro propósito de ser integral e abarcar todas as dimensões da personalidade da criança” (García Moriyón, 1986, p. 108).

Paul Robin era, assim, defensor da educação integral, chegando a apresentar uma moção em seu favor no congresso de 1868 da Internacional (da qual é expulso, devido ao seu apoio a Bakunin) (AAVV, 2011), e em Cempuis aplica-a, combinando instrução e trabalho manual, num regime de co-educação dos alunos. Educação integral que define como a

Educação que tende ao desenvolvimento paralelo e harmónico do ser completo (...) [incluindo, assim] sucessivamente a educação física, a educação intelectual, às quais se agrega o ensino técnico e a educação moral (Robin, 2011, pp. 46-47).

Nesta escola, que tinha uma quinta e várias oficinas (sapataria, encadernação, forja, carpintaria, costura e lavandaria), os mais novos começavam desde cedo a manusear várias ferramentas e, a partir dos dez anos, começam a trabalhar nas oficinas. Tinham nove horas de estudo diárias, das quais cinco eram dedicadas a trabalhos manuais e as restantes quatro em trabalhos escolares, mais teóricos. Este era um período em que se conjugava o ensino primário e o experimentar de todas as atividades práticas que aí podiam ser realizadas - período que apelidava de “borboleamento” ou de “pré-aprendizagem” e que pretendia introduzir o aluno no mundo do trabalho. Uma vez tendo tudo experimentado, e a partir de cerca dos 14 anos, escolhiam uma especialização e o aluno passava o tempo na oficina a aprender um ofício específico (Gallo, 1993).

O ensino dirigido por Robin era revolucionário para a época: colocar meninos e meninas estudando juntos, pregar o ateísmo, desenvolver extenso programa de profissionalização politécnica, sem esquecer os aspectos políticos da vivência da solidariedade e da liberdade, em regime de autogestão (Gallo, 1993, pp. 41-42).

La Ruche (“a colmeia”)

Esta “obra de solidariedade; ensaio de educação” (Faure, 1986, p. 141) foi fundada e dirigida por Sébastien Faure (1858-1942), na localidade de Rambouillet (França), tendo existido entre 1904 e 1917. Nas palavras do próprio Faure, a ser uma escola, não era uma escola como as outras, mas sim uma “espécie de laboratório onde se experimentavam novos métodos de pedagogia e de educação” (Faure, 1986, p. 146).

Segundo a descrição do seu fundador, são as seguintes as principais características desta instituição: há um diretor, mas as decisões são tomadas entre todos; os colaboradores não recebem qualquer retribuição ou salário e todos os serviços gozam de autonomia; existem cerca de 40 crianças, de ambos os sexos, em regime de internato e educados com vista à formação de seres completos, segundo o princípio de que “o papel da educação é desenvolver ao máximo as capacidades das crianças: físicas, intelectuais e morais” (Faure, 1986, p. 157).

Tendo isto em vista, subdividiam-se as crianças por idades: pequenos (mais ou menos até aos 12 anos) que frequentam as aulas, mas não começaram ainda com a aprendizagem oficial; médios (mais ou menos dos 12 aos 15 anos) que dividem o seu tempo entre a aprendizagem nas aulas e o trabalho manual, nas oficinas; e os grandes, que já terminaram os estudos formais e só trabalham nas oficinas ou no campo (no entanto, à noite, leem e têm cursos complementares dados pelos professores, de forma a aumentarem os seus conhecimentos de ordem geral).

O método de ensino é o indutivo, positivo, sendo o aluno peça central do processo de aprendizagem: “é a criança que procura, que se esforça, observa, anota, classifica, generaliza, sob a simples orientação do professor, cujo papel se reduz a guiá-la” (Faure, 1986, p. 164), num exercício que estimula o espírito crítico e a autonomia do aluno. Não existem classificações, nem punições.

Para finalizar, uma ideia base que está por detrás das convicções do seu fundador, nas palavras do próprio:

A criança, ao nascer, não é boa ou má [Por isso] o objetivo da educação é paralisar, sufocar, destruir, no que for possível, as tendências nocivas e más predisposições da criança; ao mesmo tempo que estimula, desenvolve, fortalece - até alcançar a sua expansão total - as boas disposições, as apetências fecundas, os ímpetus nobres e generosos [e a missão do educador] é conduzir, de frente e paralelamente, este duplo trabalho, sufocar os maus instintos e cultivar os germens uteis” (Faure, 2011, pp. 84 e 86).

Escola Moderna

A Escola Moderna de Barcelona foi fundada, nessa cidade, em 1901, por Francesc Ferrer i Guàrdia (1849-1909), uma experiência com um tal potencial de difusão que sobreviveu à execução do seu fundador, a 13 de outubro de 1909. É, assim, inegável a influência que exercem as suas ideias pedagógicas, tanto em Espanha, como no resto da Europa e no

mundo, multiplicando-se as experiências de *escolas modernas*, num movimento transnacional.

Uma ideia e um movimento que ostentam alguns rasgos educativos por todos reconhecidos, nomeadamente a promoção nas suas escolas de: uma educação racional e científica; um espírito crítico e transformador; uma educação integral, ou seja, aquela que “não se limita à formação da inteligência e do espírito, mas que também pretende formar o corpo e a mão” (Cappelletti, 2010, p. 49), mas que também assumia uma faceta formativa “fora da escola”, promovendo-se conferências e fazendo-se um grande investimento na produção editorial, editando várias obras e publicando um *Boletim*, um periódico próprio (Cappelletti, 2010).

Esta era uma instituição de “Educação Científica e Racionalista” (Heaford, 1910, p. 38), cuja missão seria proporcionar aos alunos e alunas:

[Uma] boa instrução, verdadeira, justa e livre de qualquer preconceito [para o qual se utilizará, no ensino] o método racional das ciências naturais [que] estimulará, desenvolverá e orientará as capacidades naturais de cada um dos alunos, de forma a que eles e elas não só se transformem em membros úteis à sociedade, com o seu valor individual completamente alcançado, mas que também contribuam, consequentemente, para a emancipação de toda a comunidade (Ferrer, 2012, p. 14).

Esta escola abre a 30 de setembro de 1901, com 30 alunos (12 meninas e 18 rapazes) e funciona num regime de co-educação de sexos (para combater o preconceito sexual e promover a emancipação da mulher) e de classes sociais (meninos ricos e pobres juntos), preocupada com questões de higiene (para promover uma vida mais saudável e transformar os hábitos das próprias famílias - dos alunos para os pais), promovendo a educação de adultos (primeiro os pais dos seus alunos), através de conferências e de palestras e comprometendo-se numa linha editorial que disseminasse obras de ensino racional (para divulgação e apoio às aulas ministradas) (Ferrer, 2012; Heaford, 1910).

Recorrendo, para terminar esta breve exposição, às palavras do próprio Ferrer,

A ciência é a única amante que temos na vida. Inspirada por este pensamento, a Escola Moderna propõe-se proporcionar às crianças que lhe são confiadas uma *vitalidade mental própria*, de forma a que quando deixarem de estar sob o nosso controlo, continuem a ser inimigos mortais de todo o tipo de preconceitos e que formem as suas próprias ideias, individualmente e seriamente, sobre todos os assuntos (Ferrer, 2012, p. 50).

2.2. Algumas vozes nacionais

Para refletir sobre o contexto português, recuperaram-se algumas palavras de João de Campos Lima, e agregaram-se as de outros, reconhecidos pensadores e pedagogos de orientação libertária, tais como Manuel da Silva Mendes²⁷ (1876-1931), Emílio Costa (1877-1952), Adolfo Lima (1874-1943), António Pinto Quartim (1887-1970), Lucinda Tavares e Deolinda Lopes Vieira (1888-1993).²⁸

Também aqui se tentou interpretar o que poderia ser um pensamento libertário sobre Educação, em Portugal, recorrendo ao mesmo exercício de síntese desenvolvido no ponto anterior. No entanto, pensou-se esta parte do capítulo como uma aproximação ao objeto empírico: temática, mas também geográfica - o contexto nacional.

Os princípios ideológicos e filosóficos

Neste capítulo focou-se a análise essencialmente em textos de cariz educativo. No entanto, para tornar o olhar mais abrangente e sentir o pulso do que aqui se pensava e escrevia sobre os princípios libertários, fez-se uma leitura aos números dos periódicos *A Sementeira* e *Lúmen*, e a alguns do *Terra Livre*²⁹, nos quais se encontraram referências aos autores internacionais, com profusa transcrição de textos seus.

Neste sentido, dado que a temática abordada é a educação, os seus princípios e possibilidades, a questão da natureza humana e da perfectibilidade do homem é forçosamente referida. Pensa-se também aqui a duplicidade da *boa* ou *má* natureza

²⁷ Manuel da Silva Mendes foi um dos “fundadores teóricos do anarquismo português” (Freire & Lousada, 2013, p. 79), autor da incontornável obra *Socialismo Libertário ou Anarquismo* (1896), aqui referenciada.

²⁸ A seleção destes autores e não outros para o desenrolar deste capítulo advém da frequência com que apareceram referenciados nas leituras efetuadas. Adolfo Lima e Emílio Costa, ambos conhecidos pedagogos, foram professores da Escola Oficina Nº1, estiveram intimamente ligados ao movimento sindicalista da altura (Candeias, 1994, 1995) e eram colaboradores assíduos da imprensa operária (Oliveira, 1973). Deles, entre outros textos, podem destacar-se, a mero título de exemplo, *Acção Directa e Acção Legal* (conferência proferida em 1911, na Casa Sindical) (Ventura & Pedroso, 1977) e *Sindicalismo Independente* (de 1931), de Emílio Costa, e *Organização Social Sindicalista* (de 1922), de Adolfo Lima (Vieira, 1974). António Pinto Quartim e Deolinda Lopes Vieira, um casal militante, de cuja atividade se destaca que ela tenha também sido professora da Escola Oficina Nº1 e ele, jornalista, foi o “primeiro chefe de redacção de *A Batalha*” (Candeias, 1994 p. 183). Por fim, Lucinda Tavares, professora primária, que é referenciada como a conferente final do 1º Congresso Sindical e Cooperativista de 1909 (Vieira, 1974) e que, com Adolfo Lima e Emílio Costa, entre outros, é fundadora de um Grémio de Educação Racional, em 1909 (Rodrigues, s/d). No entanto, Este é um exercício considerado manifestamente incompleto e, por isso, sem qualquer pretensão de se ter identificado todas as figuras-chave que discorreram sobre educação no período em estudo.

²⁹ A razão de escolha destes periódicos deveu-se à constante referência nas leituras efetuadas e no próprio *O Sindicalista*, sendo, por isso, consultados: *A Sementeira* (1908-1919), *Lumen* (1911-1913) e *Terra Livre* (1913).

humana e a condição não fatídica de *se Ser* e, por isso, da possibilidade do ser humano se aperfeiçoar.

Por agora limito-me a lembrar-vos que se o homem não *nasce bom* como afirmou Rousseau, também não *nasce mau* como nos quer fazer crêr o pessimista alemão. Que nasça bom, mau ou neutro deve sêr-nos indiferente, pois sabêmos que o homem é um sêr amoldável ao meio em que vive, que a educação modifica o seu carácter e, consequentemente, num meio são e com uma educação racional o homem há de forçosamente sêr pródigo em generosidade e altruísmo (Pinto Quartim, 1907, p. 27).

A mesma ideia é também defendida por Campos Lima (1905). Não se é naturalmente bom ou mau, mas nasce-se com algumas propensões, sendo que são as mais “benévolas” as que se devem cultivar, com o auxílio da inteligência e num processo de aperfeiçoamento contínuo (perfectibilidade).

Ninguém pode ser acusado de ter nascido mau, como ninguém pode ser elogiado por ter nascido bom (...) É bem verdade que o homem tem, para o seu aperfeiçoamento e assim para a modificação dos seus instintos maus, um precioso elemento, que é a inteligência elevada a um grau que nos outros animais se não atinge; mas isto não impede que essa mesma inteligência seja uma causa determinante para o bem ou para o mal e portanto fique o homem da mesma forma dependente da força dos motivos. Se um indivíduo procura ser bom e aperfeiçoar-se, retraindo os seus impulsos instintivos, modificando os seus actos, e o consegue é porque tinha já em gérmen a tendência para o bem e na sua aspiração de perfectibilidade ele não encontrou uma resistência decidida na sua própria constituição física e no meio externo (Campos Lima, 1905, p. 13).

São estes instintos para o *bem*, juntamente com a confiança de que o homem é um ser perfectível, que permitem pensar que o futuro libertário idealizado, “uma sociedade livre, organizada pelo mútuo acordo dos indivíduos” (Campos Lima, 1926, p. 7) pode ser concretizado, numa união de indivíduos livres e iguais entre si.

As divergências e disputas, testemunhadas nas sociedades humanas, não se devem, portanto, a uma qualquer desigualdade ou concorrência naturais, mas antes a uma espécie de naturalização de um falso princípio de organização, fundado em desigualdades sociais.

A luta entre indivíduos da mesma espécie é uma excepção raríssima (...) Se não é natural a luta entre indivíduos da mesma espécie e ela se realiza na espécie humana,

que causas a determinaram? Muito simplesmente as condições económicas de uma sociedade baseada num princípio falso de vida colectiva (Campos Lima, 1972, pp. 37-38).

A naturalização de injustiça social entre os homens é, portanto, fruto desse “princípio falso de vida colectiva”, que, pensam os libertários, foi criado e imposto pelos poderes autoritários que têm governado o mundo, pelo que, desde a 1ª Internacional, se juntaram ao conhecido clamor “*Não mais religião, não mais Capital, não mais Estado*” (“trindade” autoritária a combater, assim sintetizada por Mendes, 2006).

Ainda segundo o pensamento libertário, o que não seria natural, o que “não procede segundo a sua espontaneidade” é o “homem submettido á acção do poder”, pois assim está a abdicar da sua individualidade, “despedindo a sua iniciativa individual, e a sua autonomia e, portanto, a sua dignidade” (Mendes, 2006, p. 322).

Assim, é no movimento autónomo, de capacitação e de consciencialização colectivas, que se pode pensar a possibilidade de concretização do ideal libertário.

A realização e praticabilidade de um ideal consiste na soma dos esforços desenvolvida dia a dia por todos os individuos que o vão compreendendo e sentindo (...) Realisa-se o ideal, individualmente educando com a palavra e com o exemplo; realisa-se o ideal colétivamente quando certa soma dos educados e dos que se dispõem á luta, tiver compreendido que com o seu esforço pódem chegar, conquistando dia a dia, á méta das suas aspirações (A *Sementeira*, nº9, maio de 1909, p. 1).

E também aqui se defende que é através da educação que se consegue a verdadeira emancipação e transformação humanas. Mas não uma qualquer educação. Defende-se uma educação que promova a autonomia, antiautoritária, “sem obediência a preconceitos, sem sujeição a chefaturas” e que pode ser “base essencial da transformação social” (A *sementeira*, nº14, outubro de 1909, p. 1), num movimento contínuo, combativo e revolucionário, na prossecução do ideário libertário.

Dizermo-nos revolucionarios não basta, desejarmos, mesmo ardentemente que seja, a queda de todo um sistema de expoliação e tirania e o advento de uma sociedade livre e de iguais, não é para nós suficiente razão para que cada um se julgue pronto e na reserva, á espera do final dia de ajuste de contas. O grande objectivo em vista requiere mais aturada colaboração e mais profundo e dedicado estudo dos movimentos a executar pelo grande exercito dos trabalhadores. Para isso, é necessario reconhecer-lo, há ainda muitissimo a propagar, a instruir e a educar para que cada um saiba, o melhor

possível, conduzir-se como homem livre a trabalhar de livre acôrdo segundo as suas forças, para o bom sortimento da dispensa social, onde todos vão buscar o indispensável á plena satisfação de todas as suas necessidades (Costa, 1916, p. 1).

Não se trata, portanto, de uma educação qualquer, mas sim de uma educação antiautoritária, autónoma, antidogmática, racional.

Instruí-vos! Procurai a Verdade, e quando de pósse d'ela sereis livres e sereis felizes (Pinto Quartim, 1907, p. 44).

Não uma mera instrução, não uma mera aquisição de conhecimentos, imposta por outros para formar seres conformados e submissos. Pretende-se que a educação seja racional, que cultive nos seres o espírito crítico e os torne, assim, capazes de pensar a revolta.

«A aquisição de conhecimentos é a melhor maneira de fazer revoltados» - diz Gustavo Le Bon. Não estou absolutamente de acôrdo com o grande pensador francês. A instrução é, sem dúvida, um fator importante, uma alavanca poderosíssima para levantar no espírito do homem a ideia de revolta, mas é preciso que essa instrução lhe não seja imposta como um dógma; é preciso que se deixe raciocinar livremente desde criança; que se habitue a acreditar ou deixar de acreditar, a seu bél-prazer, sem sugestões ou imposições de especie alguma; é preciso, enfim, que uma educação racional venha auxiliar essa instrução, que muitas vêzes mal dirigida, se converte num elemento de retógrada reação (Tavares, 1909, p. 10).

As ideias educativas

As referências às virtudes da Educação Racional e Integral proliferam nos textos dos autores para aqui transpostos. Mas não só... Nos periódicos consultados são inúmeras as referências explícitas a estas ideias educativas. A título de exemplo, aquando da execução de Ferrer, *A Sementeira* dedica um espaço significativo à apresentação das ideias e experiências de Paul Robin, Sebastián Faure e Ferrer i Guardiola (números de outubro, novembro, dezembro de 1909 e janeiro de 1910). No entanto, não é algo que se restrinja a este período, nem a este periódico, mas comum a muitas outras publicações consultadas (*O Sindicalista* incluído).

Leiam-se, então, as palavras de Deolinda Lopes Vieira:

Só com um processo pedagógico como o que nestas curtas linhas ligeiramente tentei delinear, a educação atingirá o seu fim: a perfeição do individuo. Eduquemos as novas gerações integral e cientificamente, e uma humanidade composta de

organismos robustos, de cérebros ilustrados, de corações afectuosos, de caracteres dignos, sucederá a esta humanidade de raquíticos, de ignorantes, de egoístas, de seres sem dignidade e sem energia (Vieira, 1909, p. 8).

Aparecem, assim, inúmeras reflexões sobre a Educação Integral, intimamente ligadas à ideia de completude do homem e à defesa de que a educação deve centrar-se no desenvolvimento dos múltiplos aspectos da vida humana: física, moral e intelectual. Nas palavras de Adolfo Lima:

A educação integral sintetiza todas as funções e aspirações sociais dos indivíduos. Está de harmonia com a progressiva dignificação do ser humano. É uma concepção larga, fecunda, intensamente sociabilizadora, baseada, orientada no fim da humanidade, na ciência da vida e no progresso universal (Lima, 1916, p. 16).

Uma educação que é

simultaneamente objectiva e subjectiva. É subjectiva quando trata de desenvolver e aperfeiçoar todas as energias do indivíduo; é objectiva quando trata das disciplinas que devem constituir a base do ensino. Procura educar o indivíduo em si próprio, aperfeiçoando e educando as actividades fisiológica, sentimental, intelectual e social. Em vez de só visar uma destas manifestações da vida individual, não despreza nenhuma delas, como fazem o ensino clássico e o meramente profissional, antes procura desenvolvê-las harmónica e paralelamente. Aproveita todas as actividades e energias do indivíduo e não apenas uma ou algumas. O indivíduo não se torna, portanto, um mutilado, ora sendo, apenas, uma força intelectual, ora uma força muscular (Lima, 1916, p. 15).

Uma educação completa que, para ser útil e benéfica, “é preciso que ela vise conjuntamente o cérebro, o coração, e a saúde e o vigor físico da criança, isto é, que ela tenda a desenvolver normalmente as suas faculdades físicas, intelectuais e morais” (Vieira, 1909, pp. 5-6). Sendo que a educação intelectual deve ser racional, a física envolve a higiene, o cultivo do corpo e o trabalho e a moral consista no “fazer dos seus alunos caracteres íntegros, corações que se dilatam pelo Bem, que saibam sentir, como se seus fossem, os sentimentos dos seus semelhantes” (Vieira, 1909, p. 7), ou seja que estimule, na prática pedagógica, redes de solidariedade e de fraternidade humanas.

Associadas à ideia da educação integral, aparecem referências explícitas a uma educação racional, como método (ou arma) de combate ao ensino dogmático que se ministra nas escolas da época.

Para uma profícua educação intelectual é absolutamente necessario substituir o dogmático e obscuro método de ensino até aqui adotado nas escolas, por um método simples, racional e essencialmente científico (Vieira, 1909, p. 6).

Fica patente uma recusa da educação do Estado, mas também da igreja e da própria família. Uma educação que se arvora contrária ao preconceito e às falsas verdades.

Se pondo de parte a instrução legal e rotineira que vos hão ministrado, vos dedicardes ao estudo da ciência moderna, revoltar-vos-ei contra a instrução incompleta, metafísica, cheia de ideias falsas e de preconceitos idiotas que na escola e na família vos foi dada (Pinto Quartim, 1907, pp. 23-24).

Fica aqui manifesta a sua interpretação do que é uma educação racional e científica, que vai também no sentido positivista, assumido pelos autores internacionais, defendendo-se que “só se ensina a verdade demonstrada, o que pode explicar-se, e ainda desta parte, só aquela que a criança pode perceber” (Lima, 1914, p. 18). Procurando-se, em simultâneo, desenvolver o espírito crítico.

As ideias não se impõem, aceitam-se. Não aceiteis ideia alguma sem a discutirdes. Da discussão livre bróta a luz da razão (Pinto Quartim, 1907, pp. 28-29).

Depreende-se, destas leituras, que, com essa educação, estarão a fomentar o ideário libertário, ou seja, cultivar-se-á a liberdade individual, a autonomia e a solidariedade.

Substituição dos velhos princípios de subordinação rígida ao magister dixit, pelos do livre desenvolvimento da inteligência do educando, entregue quanto possível a si mesmo, substituindo o regime autoritário da escola dos antigos pela plena liberdade do aluno, procurando desenvolver nele a independência de carácter, o espírito de solidariedade (Campos Lima, 1926, p. 12).

Uma ideia que, quando transposta para a educação das crianças, se concretiza no dia-a-dia, na prática pedagógica quotidiana. Uma prática pedagógica que integra um sistema mais horizontal de poder, na relação professor/aluno, dedicando-se o primeiro a orientar e estimular as aprendizagens dos alunos e não a impôr uma série de conteúdos abstractos.

Deve-se habituar a criança a raciocinar, a procurar ela propria, com a sua natural curiosidade, conjuntamente com o professor e auxiliado por êle, o *porque* das cousas,

recorrendo tanto quanto se possa a um processo empirico e a um metodo analitico, para que as noções adquiridas sobre os diferentes ramos do sâber humano não se sejam impostas duma maneira confusa e abstrata mas sim colhidas o mais experimentalmente possivel (Vieira, 1909, p. 6).

Defendem, assim, uma educação libertária que é, na sua própria essência, anti-hierárquica, ou seja, antiautoritária, anticlerical e antiestatal, porque “resistir á opressão é proprio da naturêza humana. Não presteis nunca obediencia porque a obediencia é a anulação parcial da vossa individualidade” (Pinto Quartim, 1907, p. 43). A Educação racional transforma-se, assim, numa forma de luta, num combate feroz aos preconceitos que estes autores julgam condicionar a vida do homem.

Eis o que é o ensino racional! Eis o que êle quer: que «a humanidade se governe pela razão e pela verdade, em vez de se deixar governar pelos preconceitos e pela mentira», quer sejam religiosos, quer politicos (Lima, 1914, p. 33).

Advoga-se uma educação que ocorra num regime de liberdade e autonomia, pois “é verdade que, como diz Buckle: «O homem não sabe ser livre senão quando for educado pela liberdade»” (Costa, 1913, p. 12), num regime necessariamente isento de punições:

provocas nas creanças a doçura, a affeição, sentimentos espontaneos sem o emprego de meios violentos, isto é, determinar uma adaptação integral e natural do educando ás condições sociaes, tal é o grande meio da pedagogia moderna (Mendes, 2006, p. 336).

Mas também através de um regime onde se promova a coeducação dos sexos e se incite uma igualdade completa entre eles, uma vez que “o sistema co-educativo fará desaparecer tôda essa especie de despeito que hoje eziste entre o homem e a mulher. O homem tornar-se-á no que na realidade deve ser: o amigo, o irmão da mulher; e vice-versa” (Lima, 1914, p. 19).

Defende-se, em síntese, uma educação que pretende formar um ser humano completo, desenvolvendo todas as suas potencialidades.

formar em cada sêr humano, não um individuo mutilado, mas uma individualidade em que haja consciencia da sua existencia social integral, isto é, que esta não é apenas economica ou politica, mas sim economica, familiar, artistica, scientifica, moral, juridica e politica (Lima, 1914, p. 19).

As experiências

A Portugal chegaram rapidamente os ecos das experiências educativas libertárias de outros locais, nomeadamente aquelas desenvolvidas por Faure (La Ruche) e a Escola Moderna de Ferrer, esta última especialmente bem recebida com grande entusiasmo pelo proletariado português (Rodrigues, 1980). Assim, apresentar-se-ão a seguir alguns exemplos de concretização dos ideais libertários sobre educação em Portugal.

Optou-se por apresentar dois tipos de experiências de “uma outra escola”, umas mais vocacionadas para o ensino da infância: a sobejamente conhecida e estudada por António Candeias³⁰, Escola Oficina nº1, de Lisboa e a Escola Livre, de Coimbra, muito referenciada nas obras consultadas e cujo um dos mentores foi João de Campos Lima; e outras mais vocacionadas para a educação de adultos: Universidade Livres e Populares e, naturalmente, as Escolas Operárias (Sindicais).

Escola Oficina nº1

Esta escola, fundada em Lisboa, existiu entre 1905 e 1930, e “cedo se transformou num exemplo de aplicação de um Modelo Educativo Libertário” (Candeias, 1994, p. 3). Ainda que tenha sido criada por indivíduos que pertenceriam à maçonaria, a partir de 1905 e, mais claramente, a partir de 1907, encontram-se aí muitos homens e mulheres do corpo docente (entre os quais, Adolfo Lima, Emílio Costa, Deolinda Lopes Vieira, Pinto Quartim), que se definem como libertários e que “dão corpo [a uma] concepção integral do ensino tão cara aos anarquistas” (Candeias, 1994, p. 182).

Assim, entre 1907 e 1918, assiste-se à implementação de um modelo libertário nesta escola, consistindo em traços gerais, na descrição de António Candeias, na eliminação do regime de faltas, das punições físicas e de exames. Cria-se uma associação de estudantes, “A Solidária”, com palavra a dizer na gestão da própria escola. O regime de coeducação de sexos é implantado e “todo o modelo pedagógico, incluindo as formas específicas dos modelos de aprendizagem a ele associados, serão afinados e postos em prática” (Candeias, 1994, p. 187).

Era, nas palavras de Emídio Santana, que aí foi aluno em criança, uma escola que “funcionava de modo diferente” (Santana, 1987, p. 20). Recorrendo à sua memória, aqui se deixam as suas palavras:

³⁰ *Educar de outra forma. A escola oficina nº1 de Lisboa*, de 1994, referenciada na bibliografia.

Não havia carteiras nem a mesa do professor com estrado; cada sala de aula tinha uma mesa grande com cadeiras, todas iguais, à volta da qual, em regime de coeducação, se sentavam alunos, alunas e professor, sem lugares reservados, leccionando-se em perfeito convívio. Acabada a aula os alunos, rapazes e raparigas, saíam para passar a outra aula conforme o horário que todos conheciam, mediando um pouco de tempo para cada um ir ao seu armário munir-se do material didático que necessitava para a aula a seguir.

Além das aulas teóricas e práticas todos passavam pelas oficinas onde se exercitavam especialmente na aptidão do domínio dos materiais e na criação de utilidades. Rapazes e raparigas frequentavam do mesmo modo a marcenaria, a talha em madeira, a latoaria, a cerâmica de barro, estofos e costura. Havia também aulas de canto coral, música e bailado, e de manhã ginástica. O teatro escolar era participado pelos alunos e ensaiado para as festas escolares, tratando habitualmente cenas da vida escolar com um sentido crítico e analítico.

Dentro da escola, alunos e professores, trajavam de igual modo: uma bata branca. A associação escolar, «A Solidária», mantinha o refeitório onde almoçavam conjuntamente discentes e docentes, de cuja gestão também participavam os alunos (Santana, 1987, pp. 20-21).

Concluindo, foi uma escola que concretizava a educação integral e a politecnia e cujo fim último seria “formar homens e mulheres livres, dotados de uma autonomia de pensamento (...), preparar uma geração que modifique a sociedade, melhorando-a” (Candeias, 1994, p. 536).

Escola Livre

Existiram diversas escolas *livres* no país³¹, sendo que se deixa aqui, a título de exemplo, uma delas: A Escola Livre de Coimbra. Esta escola foi fundada em Coimbra, em 1906, por João de Campos Lima juntamente com outros professores, na qual se aplicaram métodos libertários de ensino (Rodrigues, 1980).

Num texto publicado a 17 de outubro de 1906, no jornal *Terra Livre*, o próprio grupo fundador expõe as razões, princípios e propósitos que norteiam a sua criação. Assim, esta seria uma escola voltada para a educação de crianças pobres e, por isso, gratuita e em

³¹ A mero título de exemplo, Edgar Rodrigues, numa pequena lista, não exaustiva, que coloca no final de um dos seus livros, nomeia alguns grupos e organizações que fundaram escolas para trabalhadores e seus filhos, tais como a a Escola Livre de Educação Integral (Coimbra, 1906), Gupo de Educação Livre (Lisboa, 1906), Grupo Livre Dramático Farense (Faro, 1906) e Grupo da Escola Livre (Coimbra, 1906 - explicitando que se refere ao fundado por Campos Lima) (Rodrigues, 1980). Ainda noutro livro, este mesmo autor lista uma série de “grupos que fundaram e sustentaram escolas ou contribuíram para pôr em prática o ensino livre” (Rodrigues, 1981, p. 271), contabilizando 32 instituições em Lisboa, 21 no Porto e mais 12 no resto do país.

regime de internato. Dizem eles que “procurando evitar quanto possível os efeitos do ensino ministrado em Portugal pelo Estado (...) Todas as crianças além de uma instrução geral, aprenderão pelo menos um dos ofícios que mais estejam em harmonia com as suas aptidões e robustez” (Rodrigues, 1980, p. 218). Uma escola onde os castigos serão proibidos e que segue os princípios da educação integral e racional.

Tanto nas salas como nas oficinas de aprendizagem, adotar-se-á o sistema moderno de ensino, despertando nas próprias crianças o desejo de aprender por si, não impondo nunca lições ou tarefas determinadas e esperando sempre que o próprio espírito de curiosidade leve a interrogar o professor, tornando assim agradável e proveitosa cada lição (Rodrigues, 1980, p. 218).

Esta escola advoga, então, que o seu projeto educativo reflita os princípios de igualdade, liberdade, a autonomia, a fraternidade e a ajuda mútua, entre os seus alunos e entre estes e os seus professores.

Entre mestres e discípulos procurará sempre manter-se a mais franca cordialidade, que a vida comum e a igualdade com que todas as crianças são tratadas, estenderá as relações de camaradagem entre elas, formando todo o conjunto uma verdadeira família. Enfim, a Escola Livre, esforçar-se-á por que cada criança fique com o conhecimento o mais completo de si próprio e da vida em geral, habilitando-a a procurar os meios indispensáveis à conservação da existência: despertará todos os sentimentos de independência e liberdade; desenvolverá entre elas o princípio do auxílio mútuo, base de toda a solidariedade; e não tendo a pretensão de formar sábias, dá-se por satisfeita e cumpridora da missão, se conseguir formar homens de carácter (Rodrigues, 1980, p. 218).

Em jeito de síntese destas “outras escolas”, especialmente vocacionadas para a educação das crianças, percebe-se um modo particular de pensar a educação, uma perspetiva própria sobre educação, perfeitamente identificável e caracterizável, que remete para a ideia formulada por António Candeias (1994) da existência de um *modelo educativo libertário*. Dizia ele das escolas anarquistas:

[Eram] escolas doces, onde se procurava que as crianças, as suas necessidades e a sua liberdade estivessem no centro das atenções; escolas onde se procurava que as crianças fossem aprendendo através da prática que também eram donos do mundo sendo portanto responsáveis por uma parte importante da gestão da escola; escolas onde se procurava restaurar a antiga relação entre homem e matéria, substituindo o operário escravo da fábrica pelo artesão dono do seu trabalho; escolas onde se procurava

contrariar a lógica de especialização substituindo-a pela lógica da politecnia integral, onde a música, a pintura, a poesia, a dança e o canto eram tão importantes como a marcenaria a matemática e as ciências, a geografia e a história, e eram escolas que sobretudo procuravam dar a possibilidade aos seus alunos de construir uma imagem do mundo e da vida, integrada e unificada, onde tudo se relacionava com tudo (Candeias, 1998, pp. 48-49).³²

Universidades Livres e Populares

Estes espaços, especialmente vocacionados para a educação de jovens e adultos, proliferaram por vários pontos do país: Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal (Candeias, 1981). Um dos primeiros exemplos conhecidos, de inspiração libertária, surge no Porto, em 1902, organizado pelo Comité Académico Operário, que promove um curso primário para crianças, mas também cursos nocturnos para adultos (Candeias, 1981).

Também aqui se destacará apenas uma destas experiências: A Universidade Popular Portuguesa (UPP), fundada em 1919. Trata-se de uma experiência que foi identificada como de interesse e pertinência no âmbito deste trabalho, por se pensar ser uma instituição com uma verdadeira vocação de educação popular e viés libertário, percebida no seu propósito de “difusão dos conhecimentos e de saída espiritual para o povo”, sendo que as suas atividades se dirigiam “à formação do homem individual e do homem social de cuja síntese resulta o homem humano” (Sampaio, 1975, citado em Candeias, 1981, p. 42).

A UPP organizava cursos de educação de adultos e integrava no seu “corpo docente” colaboradores libertários, tais como Campos Lima, Adolfo Lima e Sobral de Campos. E, por outro lado, tinha um relacionamento muito próximo com o movimento operário português, que se pode perceber, desde logo, pelos locais onde ela funcionava. Tinha 6 secções e 5 delas estavam instaladas em associações operárias: n’A Padaria do Povo (uma cooperativa de padeiros), na Junta da Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa, na Associação do Pessoal do Arsenal do Exército, outra associada às classes metalúrgicas e uma última ligada à classe dos chapeleiros (Candeias, 1981).

Escolas Operárias (Sindicais)

É amplamente conhecida e referenciada a existência de várias escolas de primeiras letras (para crianças e adultos) ligadas a associações de classe (Candeias, 1994), mas também muitas outras escolas vocacionadas tanto para o ensino profissional como “intelectual e

³² António Candeias apresenta assim as características gerais que se podem retirar de várias experiências de escolas anarquistas da altura, referindo, a título de exemplo e entre outras, a “La Ruche”, a “Escola Moderna de Barcelona” e a “Escola Oficina Nº1” (Candeias, 1998), aqui mencionadas.

moral” dos seus associados e família. Só entre 1917 e 1925, António Candeias detecta 41 escolas ligadas aos sindicatos, em Portugal Continental (Candeias, 1994), que *educam de uma outra forma...* De uma outra forma, porque, na opinião dos próprios, se constituíam como alternativa à escola do Estado e eram dirigidas pelos operários, de maneira autónoma, mas também alternativas porque se inspiravam nas ideias pedagógicas de Ferrer (Candeias, 1983). Nas palavras de António Candeias, nessas escolas pretendia-se:

Educar, sim, mas segundo os objectivos políticos, sociais e culturais que visassem a formação de um homem livre, racional e integral. Livre dos dogmas da religião e do Estado; racional ao ter como critério a verdade provada pela ciência; integral, aproveitando e explorando de uma forma global as potencialidades intelectuais e afectivas do ser humano; integral, ao propor a educação politécnica que recusa a divisão trabalho manual - trabalho intelectual, que para os anarquistas será uma das causas e um dos resultados da divisão da sociedade em classes; integral ou politécnico ainda porque nas sociedades do futuro todos devem ter as bases culturais e técnicas suficientes de forma a por um lado compreenderem as bases científicas e profissionais das suas profissões e, por outro, adaptarem-se à maleabilidade de tarefas exigida pela evolução tecnológica e social, dispensando assim tanto quanto for possível a necessidade de «especialistas», personagens vistas com uma profunda desconfiança no mundo libertário (Candeias, 1994, p. 132).

II. As ideias e movimentos nas *penas e vozes* do “Sindicalista”

1. A ideia de partida

Retoma-se aqui a pergunta de partida desta investigação, aproveitando para também reiterar os objetivos e explicitar as questões de investigação deste estudo. Assim, como já referido no capítulo introdutório, este trabalho norteia-se por dois grandes objetivos: por um lado, pretende-se analisar as conceções de educação veiculadas no movimento sindicalista, de cariz libertário, em Portugal e, por outro lado, problematizar o contexto em que estas se produziam - o associativismo operário à época. A partir destes dois grandes objetivos, desenhou-se uma pergunta de partida mais operacionalizável e que conferisse exequibilidade ao estudo (Quivy & Van Campenhoudt, 2008): “Quais as conceções de educação veiculadas no periódico “O Sindicalista”, editado entre 1910 e 1916?”.

2. O movimento em torno das escolhas e das metodologias

Neste item discutem-se as razões de escolha do objeto empírico, faz-se uma breve descrição do mesmo e enunciam-se os métodos de recolha e de tratamento dos dados, bem como a natureza metodológica deste trabalho.

2.1. Escolha do objeto empírico

A escolha do objeto empírico recaiu sobre um periódico, sindicalista, editado em inícios do séc. XX e decorre de ordens de razões que estiveram na base desta estratégia de investigação: analisar diretamente a voz dos protagonistas e encontrar uma fonte que tivesse sobrevivido ao passar do tempo.

Estabeleceram-se critérios de escolha para procurar um periódico que fosse representativo de um discurso considerado dominante, dentro do movimento sindicalista libertário, ressaltando, naturalmente, que não é a procura de uma só voz que se pretende, o que se considera, aliás, impossível, dada a natureza plural da própria ideologia libertária. Por outro lado, pretendia-se retratar um período anterior a uma qualquer estabilização dos discursos e conceitos em torno do tema educação no seio do movimento libertário; algo que, segundo António Candeias (1994), começa a ganhar forma nas discussões dos congressos dos anos 20 do século XX. Optou-se, assim, por um período que se presume, abusando conscientemente do termo, mais “anarca”, de discussões e de experiências menos contextualizadas, em termos ideológicos.

Com este objetivo delineado, e como resultado das leituras preliminares, resolveu-se estreitar o arco temporal de análise do movimento sindical libertário em Portugal (inícios do século XX a meados do mesmo, com a consolidação do Estado Novo e retração destes movimentos sociais a nível internacional), para um que refletisse o momento de expansão e de fortalecimento do mesmo, em Portugal: finais da primeira década do século XX (que culmina com a realização do 1º Congresso Sindical e Cooperativista, em setembro de 1909) até finais da segunda década. Este período corresponde ao “pico” de expansão de organizações de cariz libertário, em Portugal, nomeadamente aquelas envolvidas no movimento sindical (Fonseca, 1988, p. 12). Com a criação da CGT - em 1919 - considera-se alcançado o apogeu deste movimento, fechando-se assim um ciclo de relativa hegemonia libertária dentro do sindicalismo. Estas “balizas temporais” foram estabelecidas tomando como referência o que se considera como as duas “batalhas” ideológicas levadas a cabo dentro do movimento sindical, em início do século XX, desde aquela em que os libertários ganham à influência socialista, até àquela que os confronta com os militantes de influência bolchevista (Freire, 1992), como já referido na primeira parte desta dissertação. Por outro lado, e no que à vivacidade e robustez do movimento sindical libertário diz respeito, podemos “partir” um pouco mais este período (Fonseca, 1988), imaginando uma linha em crescendo, desde finais da primeira década do século XX até meados da segunda década³³ e, depois, um revitalizar do mesmo desde finais da segunda década (com a criação da CGT) até meados da terceira (com uma quebra abrupta do movimento após o golpe militar de 28 de maio de 1926).

Sabe-se que, dada a natureza deste trabalho de investigação, a escolha de um período mais curto na análise empírica deixa de fora os já supracitados documentos dos congressos dos anos 20 do século XX (Congressos Confederais da Covilhã - 1922; e Santarém - 1925) que, segundo António Candeias, tentaram “estruturar e ‘racionalizar’ as múltiplas experiências anteriores e, através da discussão, conferir-lhes uma unidade teórica-pedagógica geral” (Candeias, 1994, p. 131), mas, como acima se referiu, o que se pretende é dar uma maior visibilidade a essas “múltiplas experiências anteriores” e às discussões e reflexões que se desenrolaram à sua volta. Pretende-se, assim, dar voz e refletir sobre o período considerado como aquele de maior efervescência do movimento sindical de ideologia libertária, em Portugal (Freire, 1984, 1992; Fonseca, 1988),

³³ A entrada de Portugal na 1ª Grande Guerra foi, segundo Carlos da Fonseca (1988), um ponto de viragem na expressão libertária do movimento sindical. Um período de grande fragilidade e desgaste devido, por um lado, à quebra, por parte de muitos libertários, da ideia de “neutralidade proletária” (ao defenderem um posição belicista, de apoio aos Aliados) e, por outro lado, devido ao esforço de guerra, à entrada de numerosos trabalhadores sem tradições associativas na indústria, nomeadamente mulheres, crianças e camponeses (Fonseca, 1988, p. 63). Uma situação de fragilidade, que a atração pelo bolchevismo vem, mais tarde, agravar. Por isso, na opinião deste autor, não seria a influência bolchevista a causa principal de retração da ideologia libertária dentro do sindicalismo.

tentando “mergulhar” no caldo de debate vivaz a que na altura se assistia. Aliás, e no que à educação diz respeito, já no 1º Congresso Sindical e Cooperativista, de 1909, se discutiram e explicitaram posições, sendo que, e a título de mero exemplo da relevância dada aos temas educativos, esse congresso foi

encerrado com uma conferência pela extinta professora primária D. Lucinda Tavares, sobre o ensino racional, motivada pela execução, em 13 de Outubro daquele ano, nos fossos do Castelo de Montjuic, em Espanha, do grande pedagogo Francisco Ferrer, o fundador da Escola Moderna (Vieira, 1974, p. 48).

Uma vez estabilizado o período que se pretendia analisar, procurou-se, então, mapear os periódicos ligados ao movimento sindical, tentando identificar aqueles mais relevantes, ou seja, que poderiam ser potencialmente portadores de um discurso mais “dominante” dentro do movimento. Para tal, identificaram-se, nas leituras realizadas, os referenciados e destacados pelos autores, analisando-se, também, o tempo de vida (duração e altura da edição), o tipo de distribuição geográfica (local, regional, nacional) e os grupos envolvidos nas diferentes edições (grupos ou corpos editoriais).

Desta análise, resultou a escolha do periódico “O Sindicalista - Semanário Defensor da Classe Trabalhadora”, um semanário publicado em Lisboa, de 1910 a 1916, com distribuição nacional e de abrangência igualmente nacional (recebia contributos de todo o território, recorrendo a uma rede de “correspondentes”). Por fim, e mais importante, o conjunto de pessoas responsável pela sua edição correspondia à procura do tal discurso “dominante”, uma vez que este periódico se pode considerar como o órgão do grupo que organizava os congressos sindicalistas (à semelhança do papel atribuído ao “A Batalha”, de uma forma mais explícita, na sua relação com a CGT, a partir de 1919). Quem estava por detrás da edição de *O Sindicalista* (o objeto empírico escolhido) fazia também parte da comissão executiva destes congressos (Costa, 1979; Vieira, 1974), sendo que a edição se encontrava instalada na Casa Sindical (Costa, 1979), o que permite “catalogá-lo” como um periódico-marco do sindicalismo libertário e, portanto, totalmente adequado como fonte das respostas que se perseguem com este trabalho.

Como suporte propagandístico a toda esta campanha, já existia, desde 1910, O Sindicalista, Semanário Defensor da Classe Trabalhadora. Ele foi o elo que ligava os diversos sindicatos, o propagandista do sindicalismo, o autêntico porta-voz da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista. Dirigido durante a maior parte do tempo por Alexandre Vieira, é nele que são publicados os mais importantes textos da época do movimento sindical, quer sejam de polémica quer de análise da situação e posição do

movimento operário face ao Governo e à República, quer a descrição dos Congressos Operários e Sindicalistas (Costa, 1979, pp. 92-93).

Ele é ainda identificado como sendo um semanário Sindicalista Revolucionário (por Edgar Rodrigues, 1980, p. 281) e considerado como um periódico de referência, “o semanário operário que registou maior expansão em Portugal, naquela época” (Vieira, 1974, p. 51). Nas palavras dos próprios, uma breve descrição da sua razão de ser:

O *Sindicalista*, como jornal que fôrma ao lado da imprensa que preconiza a acção revolucionaria, affirma aos camaradas de todo o mundo a sua vontade de trabalhar para a emancipação da humanidade que produz e soffre (*O Sindicalista*, nº 25, 1 de maio de 1911, p. 2).

2.2. Descrição do periódico

O Sindicalista - Semanário defensor da classe trabalhadora (1910-1916)

Este periódico foi editado pelo Grupo Sindicalista, de 1910 (novembro) a 1916 (março), num total de 173 números. Os primeiros 28 números têm como diretor António Evaristo e, a partir do número 29, é substituído por Alexandre Vieira como “Redactor Principal”³⁴. De 1910 a 1913 a sua periodicidade foi de um rigor quase perfeito, mas, a partir dessa altura assiste-se a períodos de interrupções³⁵: Manteve uma periodicidade semanal durante os três primeiros anos de vida (de novembro de 1910 até maio de 1913), altura em que se assistiu a uma grande inconstância na sua periodicidade (durante 6 meses só se editaram 7 números); em novembro de 1913 recupera quase totalmente a sua periodicidade semanal, que se mantém até julho de 1914; a partir desta data, regista-se o maior hiato de tempo sem qualquer número publicado: dia 26 desse mês publica-se o número 166, sendo que o número 167 só se edita a 31 de janeiro de 1916 (praticamente um ano e meio depois, ou seja, metade do ano de 1914 e todo o ano de 1915)³⁶; por fim,

³⁴ Alexandre Vieira já figurava como “Redator principal” desde o número 19, mas ainda continuava a existir a figura de diretor. A partir do número 29, é o redator principal quem assume as funções de direção, desaparecendo a referência ao “director”.

³⁵ Da leitura do seu livro (Vieira, 1974) dá-se conta de uma altura, em 1913, em que tanto o seu redator principal (ele próprio) e o administrador (Francisco Cristo) são presos, o que pode explicar a quebra de periodicidade, “o que não obstou a que o jornal aparecesse sempre que as possibilidades materiais o permitiam” (Vieira, 1974, p. 78).

³⁶ Este hiato de não publicação pode também ser explicado pelo eclodir da 1ª Guerra Mundial, que se inicia precisamente em julho desse ano (1914-1918), coincidindo com um período de uma maior estagnação do movimento operário organizado, devido à conjuntura da guerra, relatado por Joana Dias Pereira (2011), que refere os anos de 1914 a 1917. Um período, que segundo a mesma autora, é aproveitado pelo novo regime, em nome da “ameaça de guerra a apregoada necessidade de unidade nacional” para “esmagar o movimento sindical” (Pereira, 2011, p. 79), tendo como consequência, por exemplo, a suspensão de muitos periódicos da imprensa operária da altura.

cabe dizer que, neste último ano de edição, ainda se publicam nove números (sendo que o último, o 173, sai a 26 de março de 1916).

Como *corpus* de análise, e com o objetivo de analisar uma amostra significativa de edições, não só em quantidade, mas também que atravessasse cronologicamente o tempo de vida desta publicação periódica, estabeleceram-se três períodos de recolha, correspondentes a três anos, intercalados, de edição do periódico, num total de 91 números analisados³⁷: 1º período: de 13 de novembro de 1910 (nº 1) a 29 de outubro de 1911 (nº 50); 2º período: de 3 de novembro de 1912 (nº101) a 19 de outubro de 1913 (nº 132); 3º período: relativo à última fase de edição do jornal, de 31 de janeiro (nº 167) a 26 de março de 1916 (nº 173).

Da leitura realizada, verificou-se que este periódico teve uma estrutura mais ou menos estável ao longo de grande parte da sua publicação, composta pelas seguintes “secções”:

Editorial; Página Escolhida (textos, curtos, de reflexão, que se podem considerar doutrinários); **Echos** (comentários a notícias e opiniões publicadas; artigos de opinião, etc); **Chronica internacional** ou, a partir de certa altura, só uma secção Internacional (notícias comentadas, na sua maioria oriundas dos países europeus “vizinhos”: Espanha, França e Inglaterra, mas também de todos aqueles países de onde chegassem notícias de lutas e conquistas operárias, tais como México, Japão, Marrocos, EUA, etc); **Folhetim Sindicalista** (excertos do folheto “ABC do sindicalista...”, por Georges Yvetot); **Factos e Comentários** (tomadas de posição sobre a atividade sindical, que mais tarde parece ser substituída por uma outra secção, **Linha de Fogo**); **Informações** (notícias sobre a criação e ação de vários grupos e associações, nomeadamente aquelas de cariz libertário, mas também notícias de atividades de diversas organizações); **O Sindicalista em...** (seguido da localidade de onde escreve o correspondente - âmbito nacional, de Braga a Tavira) que, a partir de certa altura, se denomina **O Sindicalista na Província**; **Vida operária** que, mais tarde, surge denominado como **Vida Sindical** (notícias sobre várias lutas - em especial, greves); **Pelos sindicatos** (convocatórias de reuniões, informações sobre atividades e reuniões passadas, etc); **Aos sindicatos** (informações e apelos dirigidos aos sindicatos, nomeadamente em torno da organização dos congressos sindicalistas e de divulgação do próprio *Sindicalista*); **Biblioteca Sindicalista** (Listas de jornais, revistas e livros, para venda), que, a partir do nº34, de 2 de julho de 1911, aparece com uma nova denominação: “**Publicações Sociaes**”; **Estudos Sociaes** (A título de exemplo, escolhido pela pertinência no âmbito deste trabalho, o editado no número 25: “O ensino do Direito

³⁷ Para aferir da dimensão da amostra recolhida cabe informar que, em média, cada número do jornal tinha apenas 4 páginas.

e o povo”); **Conferencias** (publicitação deste tipo de eventos, com referência a datas, conferencistas e temas); **Propaganda Sindicalista** (publicitação de sessões de propaganda, com referência a datas e intervenientes); **Festas Associativas** (publicitação do programa de diversas festas associativas que, na grande maioria, se realizavam por motivo de comemoração de aniversários de diversas instituições, com referência a datas, oradores, atividades e temas de intervenções que, quase sempre, ocorriam).

Nos dois primeiros períodos analisados, existe alguma continuidade nestas secções, embora algumas tenham sido interrompidas, de um período para o outro, como, por exemplo, O Folhetim Sindicalista, os Estudos Sociaes, a Página Escolhida, Factos e Comentários, Pelos sindicatos e Aos Sindicatos; e outras tenham começado a constar no segundo período em análise: Linha de Fogo, Conferencias, Propaganda Sindicalista e Festas Associativas. Quanto ao último período analisado - últimas nove edições publicadas, correspondentes a sete números e dois suplementos, embora se mantenham algumas das secções já conhecidas (Editorial, Ecos, Página Escolhida, Vida Sindical, Internacional), desvia-se um pouco da estrutura acima descrita, encontrando-se duas novas secções (“Contos e Trechos” e “Secção Feminina”) e centrando-se mais os textos na vida do próprio jornal e na ação dos militantes do grupo editor.

Assim, ainda que se percorressem os números do *corpus* na sua totalidade, delinearam-se duas “frentes” de análise, decorrentes da própria estrutura do objeto empírico e que correspondem a um olhar intencionalmente dúplice que se quer imprimir ao trabalho: os discursos sobre educação e sindicalismo e o desvelar de uma possível intencionalidade educativa na edição deste periódico.

Assim, por um lado, analisam-se as secções Editorial, Echos, Factos e comentários, Estudos Sociaes, Vida Operária, Vida Sindical, Pelos Sindicatos, Aos Sindicatos, O Sindicalista em/na província, Informações, Estudos Sociaes, Linha de Fogo, bem como alguns textos dispersos, não enquadrados nestas secções, por serem, à partida, aqueles que potencialmente melhor reproduzem os discursos na primeira pessoa e desvelam situações e opiniões em torno do movimento operário, na voz dos seus protagonistas. Ainda neste âmbito, faz-se a análise de textos produzidos, e reproduzidos, à volta dos congressos sindicalistas e de algumas entrevistas aí transcritas, porque se consideram também como um “caldo” ótimo para a análise dos discursos em primeira pessoa e para examinar quais as questões a que se dava maior centralidade, nomeadamente aquelas que aludam à natureza deste trabalho: discussões sobre questões de índole educativa.

Por outro lado, a entrada por uma outra “frente” de análise, que procura discutir a existência ou não, neste periódico, de uma intencionalidade educativa, doutrinária e de estímulo ao autodidatismo, na qual se analisa o teor das secções Página Escolhida, Chronica internacional (ou, a partir de certa altura, só uma mancha, sem título, com notícias internacionais), Folhetim Sindicalista, Biblioteca Sindicalista/ Publicações Sociaes, Publicações, Conferencias, Propaganda Sindicalista, Festas Associativas, e também aqui alguns textos dispersos, de reflexão, não enquadrados nestas secções.

2.3. Procedimentos metodológicos

Como ponto primeiro, e preocupação sistemática, que atravessou todas as fases e escolhas desta investigação, teve-se sempre presente que toda ela tinha de ter em si mesma impregnadas as regras básicas enunciadas por Umberto Eco, ou seja, que o tema correspondesse ao interesse da mestranda, que as fontes fossem acessíveis e manuseáveis e que o quadro metodológico estivesse ao alcance da experiência da candidata (Eco, 2007).

Partiu-se, assim, para uma investigação de natureza qualitativa (Afonso, 2005), na qual se procurou uma estratégia que ajustasse “a estrutura conceptual e as opções metodológicas ao contexto empírico específico” (Afonso, 2005, p. 62). Desta feita, partindo de uma imersão intencionada e sistemática na bibliografia sobre o tema (nomeadamente identificando, lendo e sintetizando aquela produzida sobre a história do movimento operário, em Portugal; sobre o sindicalismo - com ênfase naqueles textos que discutissem o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo; e textos, nacionais e internacionais, escritos *por* ou *sobre* libertários, mais especificamente aqueles que refletissem sobre a educação), definiram-se um arco temporal e um objeto empírico que conferissem pertinência e exequibilidade a este trabalho - uma publicação periódica, de referência, editada durante o período temporal em análise.

Tendo já o periódico sido selecionado e encontrando-se depositado, para consulta, na Biblioteca Nacional de Portugal, fez-se uma primeira leitura flutuante, percorrendo os vários números, para aferir de uma possível adequabilidade do mesmo aos objetivos deste estudo e para se fazer uma primeira descrição da sua estrutura e tomar uma primeira decisão sobre o *corpus* a analisar. Um *corpus* cujo recorte foi já acima explicitado. Este *corpus* foi posteriormente analisado e interpretado recorrendo, nomeadamente, à análise de conteúdo temática (Bardin, 2008; Bogdan & Biklen, 1994; Vala, 2009).

Tendo em conta os dois grandes objetivos de análise dos textos aí reproduzidos (os discursos na primeira pessoa sobre educação e sindicalismo, e o desvelar de uma possível intencionalidade formativa na edição deste periódico), desenharam-se duas formas de estruturação, categorização e análise do *corpus* recolhido:

Por um lado, para a análise das conceções de educação e as discussões sobre o sindicalismo encontradas no periódico, construiu-se uma Grelha de Codificação, com estabelecimento de temas, categorias, sub-categorias e transcrição de unidades de sentido. Por razões de procura de fidelidade ao material empírico, partiu-se primeiro para a construção da grelha num exercício de natureza indutiva, fazendo uma imersão na leitura dos textos recolhidos do *corpus* (das secções Editorial, Echos, Factos e comentários, Estudos Sociaes, Vida Operária, Vida Sindical, Pelos Sindicatos, Aos Sindicatos, O Sindicalista em/na província, Informações, Estudos Sociaes, Linha de Fogo, bem como alguns textos dispersos), para que daí emanassem as categorias de análise. No entanto, o desenho final da Grelha de Codificação, ainda que fiel a este exercício indutivo, é também subsidiário de um diálogo analítico de natureza dedutiva, uma vez que se inspirou e amparou na revisão bibliográfica, nomeadamente nas leituras de textos de autores libertários (internacionais e nacionais), mas também nas reflexões e categorizações pensadas por investigadores que se debruçaram sobre esta temática [destacando-se, para este efeito, em Portugal, as investigações de António Candeias, aqui referenciadas e, a nível internacional, o estudo de Judith Suissa (2010)].

Por outro lado, fez-se o registo e estruturou-se - recorrendo também, e quando considerado pertinente à natureza do estudo, à transcrição de alguns trechos - o teor das outras secções analisadas (Página Escolhida, Chronica internacional - ou, a partir de certa altura, só uma mancha, sem título, com notícias internacionais, Folhetim Sindicalista, Biblioteca Sindicalista/ Publicações Sociaes, Publicações, Conferencias, Propaganda Sindicalista, Festas Associativas, e também aqui alguns textos dispersos, de reflexão, não enquadrados nestas secções), com o objetivo de se tentar perceber uma qualquer intencionalidade educativa por parte dos editores do *Sindicalista*.

3. A Ideia e o Movimento no “Sindicalista”

Ensaia-se-á nesta parte da dissertação a discussão em torno da singularidade do objeto empírico escolhido, colocando em confronto os dados recolhidos e analisados e o enquadramento teórico convocado no âmbito desta investigação.

Como ponto prévio à apresentação dos dados recolhidos, importa referir que, dado que esta era uma publicação periódica editada *por e para* elementos ligados ao movimento operário sindicalista, dedicava-se essencialmente a questões relacionadas com a organização, a reivindicação e a luta da classe operária. Assim, as suas páginas são atravessadas por notícias sobre a atividade sindical. Aí encontram-se, portanto, referenciadas e descritas várias reivindicações de classe (como, por exemplo, melhoria das condições salariais, diminuição do horário de trabalho, etc), publicitação das lutas operárias em curso (sobretudo relatos de greves), criação e organização de diferentes associações de classe, destaque e apelo a manifestações de solidariedade operária. Este tipo de notícias podem ser encontradas nas secções *Factos e comentários*, *O Sindicalista em...*, *Vida operária*, *Pelos sindicatos*, *Aos sindicatos*, *Internacional*, mas também em múltiplos textos não enquadrados nestas secções. Além destas notícias, também os textos de comentário e de reflexão (escritos por autores nacionais e internacionais) se focam essencialmente sobre a temática sindicalista, discutindo a sua razão de ser e as suas formas de funcionamento e finalidades. Assim, em secções como *Echos*, *Página Escolhida*, *Folhetim Sindicalista* e outros textos de reflexão e comentário, não enquadrados em nenhuma secção, explanam-se e discutem-se temáticas ligadas, grosso modo, às “Origem, funcionamento, meios de acção, fins do agrupamento sindical”, parafraseando um dos sub-títulos de um dos textos encontrados no *Folhetim Sindicalista* (“O ABC Sindicalista”, de Georges Ivetot, retirado d’*O Sindicalista*, nº1, de 13 de novembro de 1910, p. 2).

No entanto, a escolha intencional de uma publicação ligada ao movimento sindical de raízes libertárias, e, por isso mesmo, eminentemente revolucionária e comprometida com a idealização e a concretização de uma “nova sociedade, uma civilização nova”, que nas palavras da Redação, publicadas no primeiro Editorial do jornal, será a “terra da promessa, a sociedade de justiça, a sociedade de iguais e de irmãos” (*O Sindicalista*, nº1, de 13 de novembro de 1910, p. 1), deixava adivinhar que aqui se encontrariam numerosas referências a temas educativos. A expectativa não foi gorada, uma vez que, embora não encontrando muitos artigos de reflexão sobre o tema, encontrou-se uma significativa presença de textos, numa quantidade e diversidade de temas abordados que se consideram suficientes como suporte da análise e das reflexões pretendidas no âmbito desta investigação.

Por fim, e como já anteriormente referido, não se consegue discernir perentoriamente a filiação ideológica de todos os autores dos textos recolhidos e analisados, não só porque a esta distância temporal se encontram poucas referências nesse sentido (e, mesmo quando encontradas, só se menciona uma ou outra pessoa que se tenha destacado e, por

isso, sobrevivido ao passar do tempo), mas também porque muitos textos não eram assinados. Há, no entanto, uma alusão explícita a uma linha editorial de um “nós” sindicalista revolucionário:

Temos sido sindicalistas revolucionarios. Continuamos a ser sindicalistas revolucionarios. Mas é por isso mesmo, que nós desejamos precisar e definir sobretudo neste momento de graves responsabilidades para todos, a nossa atitude, de fôrma que ninguém se iluda conosco e de modo que todos possam com conhecimento e com justiça, tomar também para conosco a atitude que julgarem mais conveniente (*O Sindicalista*, nº 167, de 31 de janeiro de 1916, p. 1).

Em simultâneo, na Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (CECS), estrutura responsável pela edição d'*O Sindicalista*, encontram-se muitos anarquistas³⁸ e são inúmeras as menções à atividade de organizações anarquistas (criação de grupos, atividades realizadas, publicações, etc), o que revela uma enorme e plenamente assumida proximidade ideológica. Aliás, nas palavras de Carlos Rates, afirma-se com clareza que foram os

anarquistas os principaes factores do sindicalismo, pelo menos entre nós, e ainda hoje os seus mais valiozos agentes (*O Sindicalista*, nº 119, de 9 de março de 1913, p. 2).

Seja como for, e apesar das diferenças ideológicas (nomeadamente as relativas aos traços da nova sociedade imaginada por anarquistas ou sindicalistas), os responsáveis e colaboradores d'*O Sindicalista* partilhavam uma ideia libertária comum, que se concretizava na adesão a um movimento revolucionário transformador e autónomo:

Mas queremos que tudo isto seja o resultado do esforço de nós todos, da classe inteira em marcha, tomando enfim conta dos seus destinos, sem amos, sem senhores! (*O Sindicalista*, nº1, de 13 de novembro de 1910, p. 1).

³⁸ A título de exemplo, podemos nomear José do Valle, responsável por muitos dos editoriais deste periódico, que, embora próximo dos princípios do sindicalismo revolucionário, era um conhecido anarquista (Pereira, 2011).

3.1. O que *O Sindicalista* nos diz sobre Educação e Sindicalismo

No editorial do primeiro número editado é explicitado, pela sua Redação, que um dos fins perseguidos pel'*O Sindicalista* é

pugnar por todas as instituições que eduquem e que libertem, e que a um maior grau de força moral e intelectual elevem os trabalhadores (*O Sindicalista*, nº1, de 13 de novembro de 1910, p. 1).

Fica, portanto, desde o início, clara e manifesta a crença de que a organização operária e a educação são entendidas como fatores emancipatórios, que “elevam” os trabalhadores, mas também, e essencialmente, transformadoras, concorrendo para a sua “libertação”.

Assim, no exercício realizado para tentar desvelar as diferentes concepções de educação veiculadas pelo periódico em análise, bem como descrever e analisar o contexto onde se produziam essas concepções - o mundo sindical, concebeu-se uma Grelha de Codificação com o estabelecimento de dois grandes Temas: Educação e Sindicalismo. Estes Temas foram, por seu turno, decompostos em categorias e sub-categorias, com o intuito de se conseguir uma sistematização mais fina do conteúdo em análise e, assim, esboçar uma proposta de leitura, interpretativa, do objeto empírico em estudo.

3.1.1. Educação

O tema “Educação” foi decomposto em quatro grandes categorias, pensadas num exercício de aproximação, do geral ao particular, que parte de uma sistematização de “valores-chapéu”, ou seja, características que servem de suporte e conformam as perspectivas sobre educação aí encontradas, passando, depois, por expor que ideias e princípios pedagógicos são esses e terminando na descrição de casos concretos aí relatados. Foram assim definidas as seguintes categorias: Princípios Basilares (educação para a transformação social), Pressupostos Ideológicos (relação com o Poder), Ideias Pedagógicas (valores e currículo), Espaços e Tempos Ensaçados (experiências relatadas). Estas categorias ramificaram-se em diversas sub-categorias, segundo refletido no quadro que a seguir se apresenta.

Tema	Categorias	Sub-Categorias
EDUCAÇÃO	Princípios Basilares (educação para a transformação social)	Natureza Humana e Perfectibilidade
		Educação Universal (necessária, para todos)
		Educação para a Emancipação (consciencialização, capacitação)
		Educação para a Revolução (ação de rutura e transformadora)
	Pressupostos Ideológicos (relação com o Poder)	Crítica às políticas e ação educativas da 1ª República
		Ação Autónoma
		Antiautoritarismo (anticlericalismo, antinacionalismo, antimilitarismo)
	Ideias Pedagógicas (valores e currículo)	Autodidatismo
		Educação Integral (moral + intelectual + manual/física)
		Educação Racional (positiva, científica)
		Pensamento Crítico
		Co-Educação
	Espaços e Tempos Ensaçados (experiências relatadas)	Aprender na Luta (na ação reivindicativa, na Associação)
		Aprender Fora da Escola (bibliotecas, edições, conferências/palestras, teatro, excursões)
		Aprender numa outra Escola (ensino profissional, ensino primário, escolas racionalistas, outras escolas)

A. Princípios Basilares: Educação para a transformação social

Natureza Humana e Perfectibilidade

Em *O Sindicalista* encontra-se uma formulação sobre a natureza do homem, na sua relação com a educação, próxima daquela revelada pelos teóricos libertários referenciados a este propósito nesta dissertação (a saber, Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Jean Grave, a nível internacional e, no caso português, António Pinto Quartim e João de Campos Lima). Expressa-se, portanto, uma convicção de que o homem nasce com instintos antagónicos, potencialmente *bons* e *maus*, devendo respeitar-se as forças e potencialidades dessas predisposições.

Ora a educação do operariado merece um especial cuidado. A educação burguesa, embuida da moral religiosa, supõe no individuo forças antagonicas, instintos maus, que é preciso refrear e comprimir para deixar agir os bons. É uma educação de constrangimento. Assim esta educação é um equilibrio instavel. Um conflito que surja e tudo se desmancha. Cita, entre outros factos, as atrocidades cometidas na guerra do oriente, por officiaes cultos, homens que cursaram institutos scientificos e receberam uma educação esmerada. Deve considerar-se o individuo, sob o ponto de vista pedagogico, um sistema de forças, todas com seu valor. A questão é saber torná-las uteis (*O Sindicalista*, nº119, de 9 de março de 1913, p. 1).

O “trabalho” educativo será, então, o de potenciar todas essas forças indómitas, “tornando-as utilidade, valores do mesmo sinal”, no sentido do aperfeiçoamento do homem e do desenvolvimento pleno das suas capacidades, num exercício de “industrialização superior das forças humanas”, o que remete para a ideia da perfectibilidade do ser humano. Trata-se de uma posição que é apresentada em confronto com os pressupostos e a ação da denominada “educação burguesa”, que se identifica como algo que tem limitado e até anulado aquelas que são as potencialidades naturais do ser humano.

Vejam-se as forças da natureza. A ciencia aproveita-as, dirige-as, não as destroe. Do mesmo modo a educação não deve destruir, tampouco comprimir, mas transformar os instrumentos indómados do homem em energias disciplinadas, uteis e criadoras. É esta a ciencia da educação. Não se entende, porém, isto assim. O que se quer é opôr forças contra forças, desenvolvendo a inteligencia contra os instintos. É um perpetuo estado de guerra, um conflito continuo de sentimentos, o resultado da educação burguesa. Ela anula forças e diminuindo o potencial da energia humana, diminue o seu valor. A educação, bem entendido, não desenvolve umas forças para conter outras; desenvolve harmoniosamente todas as forças, tornando-as utilidade, valores do mesmo sinal, isto é, atuando no mesmo sentido. A educação deve ser, aplicando o criterio sindicalista, uma especie de industrialização superior das forças humanas. Por aqui se vê quanta riqueza perdida, quantos valores estereis a educação burguesa deixa no individuo, e que é um dever e uma necessidade, despertar, explorar (*O Sindicalista*, nº119, de 9 de março de 1913, p. 1).

Educação Universal: necessária e para todos

A classe operária encontrava-se na base da estrutura social, muito fragilizada nos planos económico e social, pelo que, do ponto de vista da sua capacitação, era urgente, na opinião destes militantes, desenvolver, de forma continuada no tempo, a educação no

seio das classes populares, como forma de (auto)superação das condições materiais de existência, consideradas injustas, em que se encontravam.

Nós não estamos preparados para tornar realidades as nossas aspirações e os nossos sonhos! Nós necessitamos educar-nos; nós necessitamos organizar-nos; nós necessitamos criar a força intelectual, a força moral, a força material necessária para nos libertarmos de todas as forças opressivas de uma sociedade que, baseada sobre a exploração do trabalho, a nós, trabalhadores, sobretudo, esmaga, avilta e oprime! Mas... Não nos iludamos, este trabalho de regeneração de uma classe necessita de anos... e quantos? De esforços e de lutas! (*O Sindicalista*, nº42, de 27 de agosto de 1911, p. 1).

Uma educação, assim pensada, seria também resultado do movimento de luta operária. Ela surge como mais uma das reivindicações das organizações dos trabalhadores, depois da luta pela diminuição da jornada de trabalho e pelos aumentos salariais. É uma reivindicação que se traduz na procura de uma educação integral e acessível a todos os trabalhadores.

movimenta os proletários n'uma luta continua, tenaz e persistente, hoje pela diminuição das horas de trabalho, depois pelo aumento do salário, a seguir pela conquista da educação integral tornando a mesma acessível a todos os trabalhadores que desejem instruir-se (*O Sindicalista*, nº19, de 19 de fevereiro de 1911, p. 3).

Encontra-se aqui, portanto, a identificação de mais um direito a perseguir: o direito à educação que deve ser para todos e para toda a vida (Bakunin, 2009b; Proudhon, 1982e) e que, realizado de uma forma continuada e completa, contribua para a perfectibilidade e a emancipação do ser humano. Aprender é, assim, entendido como uma prerrogativa incontornável na procura da libertação, numa aproximação a uma ideia de existência de quase um direito ou pulsão natural do Homem. Estamos assim perante uma assunção que nos remete para a formulação de Rui Canário:

Como afirmou Kant (2004), num curso de pedagogia no final do século XVIII “o homem só se pode tornar homem através da educação”. Esta consiste num processo permanente em que, como ser inacabado e curioso, a pessoa afirma e edifica a sua especificidade humana, interrogando-se, construindo conhecimento sobre o mundo e sobre a forma de nele intervir. É neste sentido que é possível sustentar que o acto de aprender é tão necessário, natural e inevitável como respirar (Canário, 2007a, p. 210).

Educação para a Emancipação

Em *O Sindicalista* encontram-se também referências à potencial força emancipatória da educação, no sentido em que, através dela, os indivíduos se tornam mais conscientes da situação em que vivem e, por isso, capazes de avaliar as razões e as possibilidades da sua superação.

Educação que tem por fim, como diz Pierrot, mostrar claramente aos indivíduos “a causa dos seus sofrimentos, das suas lutas, da sua miséria, da sua escravidão” (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 4).

A educação defendida neste periódico não se circunscreve aos muros da escola. Ela desenvolver-se-ia preferencialmente nos sindicatos, as organizações de luta dos trabalhadores, por excelência. Recorde-se que, no meio sindicalista revolucionário, nomeadamente no pensamento de Pelloutier, o sindicalismo era encarado numa dupla dimensão: por um lado, como espoleta da transformação social (através da luta diária pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores) e, por outro, como uma prática coletiva que é formativa e emancipadora em si mesma, reveladora de uma perspectiva pedagógica da ação sindical (Chambat, 2006).

Os operarios devem organizar-se, instruir-se, educar-se no *exercício social*, fazendo vida comum com os seus companheiros que teem igual sofrimento e que portanto sentem as mesmas agruras e as correlativas necessidades de se emancipar (*O Sindicalista*, nº3, de 27 de novembro de 1910, p. 1).

Essa ação conjunta, “no exercício social, fazendo vida comum”, estimularia redes de solidariedade, desenvolvendo no espírito do operário a consciência de si e dos outros. Existiria assim uma ação consciente de educar para a emancipação. Por um lado, através de ações de propaganda dirigida às massas operárias, mas, por outro, acreditando-se que na ação reivindicativa também se aprende; e que se aprende, antes de tudo, a reconhecer os “camaradas” com quem se deve estabelecer redes de fraternidade e de solidariedade.

Que se torna necessario fazer? Antes de mais nada *crear* consciencia operaria. Essa consciência cria-se pela *propaganda* e pela *acção*. Pela *propaganda* quando se fala ou escreve para os proletários, despertando-lhes o sentimento da sua missão na vida, acordando nelles o espirito da revolta que a educação submissa lhes adormeceu; pela *acção*, quando se organisam, fortalecendo-os pela solidariedade dos interesses e das aspirações, ou quando elles se manifestam como esses camaradas de um batalhão

voluntario que se demitiram para não se collocarem ao lado dos que combatiam o movimento operario (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 1).

Educação para a Revolução

Um dos outros propósitos ou mesmo característica intrínseca da Educação para um libertário é tornar o trabalhador sujeito consciente *do* e *no* processo revolucionário (Gallo, 2006), na procura do futuro por eles ideado. A este propósito, dizia Fernand Pelloutier que “a missão revolucionária do proletariado esclarecido é perseguir mais metódica e obstinadamente do que nunca a obra de educação moral, administrativa e técnica necessária para tornar viável uma sociedade de homens orgulhosos e livres” (Pelloutier, citado em Chambat, 2006, p. 38). Também n’*O Sindicalista* se encontram referências à função de capacitação e de desenvolvimento da solidariedade entre operários.

O operariado, em face do capitalismo, tem, para alcançar a sua emancipação e obter a realização do seu ideal (...) 2º - De educar-se, de solidarisar-se e de exercer uma acção commum contra a exploração de que é victima (*O Sindicalista*, nº9, de 8 de janeiro de 1911, p. 1).

Advoga-se também uma consciencialização que teria *os olhos no futuro*, no exercer de “uma acção commum contra a exploração”, formando, em simultâneo, indivíduos capazes de pensar que a ordem social existente era transformável e que eles se poderiam instituir como sujeitos aptos a concretizar uma outra ideia de sociedade.

[Assim aos sindicatos cabe também dar resposta] ás affirmações de solidariedade e de educação dos trabalhadores; (...) tornando-os por esta forma aptos a exercerem um papel consciente na transformação da ordem social existente (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 4).

N’*O Sindicalista* encontra-se uma referência explícita à função revolucionária da educação, com vista à “libertação commum”, preparando os trabalhadores para que possam assumir em pleno o papel que lhes reserva a configuração social que perseguem.

a salvação está em nós todos, no proletariado, que deve educar-se e preparar-se para tomar conta da industria, produzindo e consumindo conforme as forças e necessidades de cada um. Organizemo-nos e eduquemo-nos, luctando sem tibiezas pela libertação commum (*O Sindicalista*, nº34, de 2 de julho de 1911, p. 3).

Como síntese desta primeira Categoria [Princípios Basilares], impõe-se uma analogia analítica entre o que se entende por “educação para a transformação social” e o conceito de “emancipação social” desenvolvido por Rui Canário (2007b)³⁹. Um conceito concebido no seio do movimento operário como “uma acção autónoma construída *contra* o Estado capitalista e por referência à ‘questão social’, equacionada como um conflito antagónico entre o capital e o trabalho” (Canário, 2007b, p. 14). Um conceito intimamente ligado ao da “exploração” capitalista, que, uma vez tornada visível na consciência do operariado, lhe alimenta o ideário de formas alternativas de sociedade. Um conceito que, do ponto de vista económico, remete para a luta por “uma sociedade de produtores livremente associados, que se autogovernam”; do ponto de vista filosófico pela superação da “‘alienação’ (cisão entre a pessoa e o trabalho que realiza)”; e, do ponto de vista político, pela destruição da relação de “dominação de uma maioria de governados por uma minoria de governantes” (Canário, 2007b, p. 15).

B. Pressupostos Ideológicos

Crítica às políticas e ação educativas da 1ª República vs ação autónoma

O Sindicalista dá voz a uma crítica contínua e, por vezes implacável, ao novo regime político (o que já tinha sido antecipado da leitura de Pereira, 2011). É uma crítica que se encontra nos vários editoriais e textos publicados e que abrange variadíssimos aspetos da nova vida portuguesa, em República. Assim, toda a ação política da República (legislação e atuação políticas do novo regime) é acompanhada com atenção pelos editores e colaboradores deste jornal, que manifestam um repúdio pelas posições e disposições dos governantes republicanos. Também assim acontece no que concerne a política educativa.

Pouco a pouco, á medida que a Republica se vae sentindo mais robusta, ella vae organisando a sua defeza, vae montando as suas baterias de ataque; com a lei de instrucção primaria, se cuida da educação, cuida tambem que esta não seja prejudicial aos seus interesses, aos interesses da classe burgueza que representa. A burguezia necessita de operarios habilitados que lhe sejam auxiliar para a sua prosperidade, para a sua riqueza, para o seu desenvolvimento, mas necessita tambem que os trabalhadores sejam *bons cidadãos* e condescendentes contribuintes (*O Sindicalista*, nº33, de 25 de junho de 1911, p. 1).

Referem eles que a educação que os republicanos preceituam é uma educação “patriótica”, de validação e de manutenção da nova autoridade conquistada, e que

³⁹ Conceito explicitado no seu texto dedicado às questões da educação e movimento popular durante o Prec (Processo revolucionário em curso), um período que vai de abril de 1974 a novembro de 1975 e que é considerado pelo autor como “o período de ‘ouro’ da educação e formação de adultos em Portugal, nas três últimas décadas” do século XX (Canário, 2007, p. 11).

pretende, por isso, fomentar a obediência e a conformação e não a emancipação dos cidadãos que governa. Interessa-lhes, no fundo, educar “bons cidadãos”, como acima transcrito, que legitimem e fortaleçam o novo regime. Um ímpeto que se revela, na opinião dos editores e colaboradores d’*O Sindicalista*, por exemplo, numa legislação que protege os seus interesses e limita a autonomia e a liberdade de ação de pessoas alheias aos seus propósitos educativos, num movimento que se interpreta de centralização e de controlo estatal do que deve ser ensinado e por quem.

A falta de espaço não nos permite tratar do decreto sobre a reforma da instrução primaria. Sobre elle temos muito que dizer, principalmente ácerca do artigo 51º do capitulo VI sobre **liberdade de ensino**, que diz: “Será proibido o exercicio do magisterio particular aos cidadãos que ensinaram doutrinas contrarias ás leis do Estado, á liberdade dos cidadãos e á moral social” (*O Sindicalista*, nº22, de 9 de abril de 1911, p. 1).

À Educação imposta por outros, como a acima descrita, os libertários contrapõem uma outra ideia, de uma educação pensada e recriada de forma autónoma pelos trabalhadores. Ou seja, que o pensamento e ação educativos sejam condizentes, por um lado, com a ideia de liberdade e de igualdade que eles idearam, mas, e mais importante, que a forma de lá chegar, o caminho a percorrer, seja conforme e respeite totalmente esse mesmo ideário, pelo que consideram imprescindível imprimir em qualquer das suas ações esses mesmos valores de autonomia e de igualdade. Recorde-se a este propósito as palavras de Carlos Fonseca:

o mais sólido pilar da consciência de classe é a formação cultural e ética do militante, e de modo nenhum a obediência às palavras de cima. Um militante deve poder realizar todas as tarefas, avaliar uma situação ou tomar uma decisão, quer dizer, deve saber gerir a sua intervenção revolucionária sem esperar pela opinião dos chefes (Fonseca, 1988, p. 42).

É neste sentido que se constrói um discurso de oposição ao expresso pelos republicanos, de necessidade de educar o povo e que se baseia na convicção de que a educação é *do* e *para* o trabalhador (povo) e que, por isso, deve ser por ele autonomamente organizada.

Teixeira Severino na ‘Republica Social’ tira dum trecho dum fundo recortado para o seu ultimo numero do ‘Sindicalista’, uma serie de conclusões que a transição que abaixo segue, quanto a nós sintetiza a sua opinião e, as aspirações suas e as dos seus amigos. «Resulta, portanto, do raciocinio do *Sindicalista* a nossa convicção, agora por ele mais radicada e segura, de que o estado mental e psiquico do operariado é incompativel com

os meios d'acção que preconisa, visto que este, tomando sobre si o movimento, indicaria possuir a alta capacidade dirigente que o mesmo raciocínio põe em duvida». Não ha duvida se não estamos preparados para tornar realidades as nossas aspirações e os nossos sonhos, se necessitamos educar-nos, organizar-nos, crear a força intelectual, moral e material que se oponha a todas as forças opressivas da sociedade actual. O que se torna necessario fazer? Não é educar-nos, não é organizar-nos, não é esforçar-nos por desenvolver em nós todas as qualidades que a tarefa a realizar imperiosamente exige; isto é claro, sem pôr de parte as ideias, os conselhos, de todos os honestos, de todos os sinceros que desinteressadamente nos queiram auciliar! Não, o caminho a seguir é todo outro, o que devemos fazer é subordinar-nos á incontestavelmente alta, sabia e inteligente direcção de um directorio ou concelho central de qualquer partido politico, votar e pagar quotas, irmos a reboque, deixar-nos derigir por eles, levá-los ao parlamento, ao Senado, ás camaras municipaes, ao Instituto do Trabalho, numa palavra conquistar todas as posições onde a exemplo de Millerand, de Viviani, de Briand e de tantos outros, uma vez instalados, tratam de defender atendendo a que as posições que tanto custaram a conquistar, que tão honrozias são, e que por vezes tão lucrativas e rendozas se tornam, não se podem deixar ir por agua abaixo. Sim, não ha duvida, estamos convencidos (*O Sindicalista*, nº44, de 3 de setembro de 1911, p. 2).

Depreende-se daqui que, na opinião destes militantes, a República se arroga o direito de educar o povo segundo as “leis do Estado, á liberdade dos cidadãos e á moral social” vigente, que revela um modo de pensar e fazer Educação de “cima para baixo”.

Por isso, é pertinente fazer uma correspondência analítica com os conceitos de “educação popular” e de “educar o povo”, desenvolvidos por Rui Canário, no texto acima referenciado sobre *A educação e o movimento popular do 25 de Abril* (Canário, 2007b). Conceitos que ele compara com uma distinção analítica anterior, desenvolvida por Stephen Stoer, numa obra de referência sobre as questões de educação e mudança social, em Portugal, na década de 70 do século XX. Nesta obra, aquando da análise do mesmo período histórico (1974-1975), o autor faz uma distinção entre as correntes de **alfabetização** (o “educar o povo”, expresso por Rui Canário) - maioritariamente presentes na Campanha de Dinamização Cultural do MFA, no Serviço Cívico Estudantil e na Educação Cívica Politécnica - que constituiria um “processo de ‘mobilização revolucionária’ consistindo na consolidação social e cultural das alterações políticas e económicas ocorridas no interior da administração pública”; e a de **poder popular** (correspondente, grosso modo, à expressão “**educação popular**” escolhida por Rui Canário), que criticava o processo anterior, de alfabetização, afirmando que “uma mudança social ‘real’ só podia acontecer por meio da iniciativa popular autónoma, isto é, pela auto-organização da acção educacional e cultural” (Stoer, 1986, p. 198).

Deste modo, para Rui Canário, a expressão da “educação popular” acarreta, intrínseca e necessariamente, o conceito de autonomia. Nas suas palavras:

O autogoverno e a auto-educação, promovidos por interacção entre pares, numa base igualitária, não podem então ser dissociados, e tanto a emancipação social, como a educação dos trabalhadores, não podem ser senão “obra deles próprios”, ou seja, uma criação autónoma que se opõe de modo radical e rompe com a *heteronomia* instituída (Canário, 2007b, p. 16).

Um conceito que parece ir ao encontro do preconizado por estes libertários e que pressupõe um ataque a tudo o que lhes é imposto de cima (Candeias, 1981) e, por isso, o assumir de uma atitude contrária à pretensão da República em “educar o povo” (Canário, 2007b) *à sua maneira* e como forma de legitimação e fortalecimento dos princípios defendidos pelo novo regime, ou seja num impulso de regime de “consolidação social e cultural das alterações políticas e económicas ocorridas” (Stoer, 1986, p. 198).

Por isso, aqui estaria presente a expressão de uma vontade destes militantes em enveredar por um caminho autónomo, construído por eles, numa lógica próxima ao conceito de “educação popular” explorado por Rui Canário (2007b).

Antiautoritarismo

A exclamação de Fernand Pelloutier: “Apelar ao concurso do Estado? (...) Rogá-lo para revelar ao proletariado o segredo da iniquidade capitalista? (...) Não. Só o povo pode e deve coletar os elementos de sua instrução” (Pelloutier, citado em Chambat, 2006, p. 26), cava fundo nas opiniões expressas pelos editores e colaboradores do periódico em análise. Na realidade, decorre naturalmente das ideias libertárias e das suas concepções de uma educação emancipadora, revolucionária e autónoma, pensar-se num discurso educativo vincadamente antiautoritário, profundamente anti-hierárquico (Pey, 2001).

Encontram-se, assim, várias referências contra a educação oficial ministrada, expondo-a como estando refém de um dogmatismo político-moral (de defesa das “castas” estabelecidas) e religioso.

Ou seja, denunciando uma educação que apenas pretende conservar as desigualdades socialmente construídas, estes militantes situam-se assim numa posição declaradamente anti-estatal, antimilitar e anticlerical.

A educação monarchica não podia ser ministrada senão neste sentido, para produzir, como consequencia logica da moral de intellectos pelintras, os seres necessarios á conservação das castas. Na escola o padre fazia a apologia do absurdo, o militar ensinava a brutalidade para com os humildes e a obediencia passiva aos fortes e como se a obra não estivesse completa, para coroá-la o ente adquando ao momento historico - o bacharel - que aperfeiçoando os homens para a luta lhes dava umas lambusadelas de esperteza sabia com polvilhas de erudição bolorenta (*O Sindicalista*, nº22, de 9 de abril de 1911, p. 1).

De uma forma clara, defendem a existência de um paralelismo absoluto, se se pensar nos seus propósitos, entre as ideias e os projetos educativos dos estados e das religiões. A escola de uns e de outros, nas opiniões aqui expressas, servem para “matar o raciocínio” logo desde a primeira infância, altura em que os “cérebros estão mais moldáveis” e podem ser facilmente adaptados aos intuitos do regime.

A brutalisação começa na infancia, a escola querem fazel-a ante-camara da caserna. O trabalho de embrutecimento, começara logo na primeira infancia de cerebros moldaveis, facilmente adaptaveis e suggestionaveis em extremo. O processo é o mesmo dos religiosos, estes usavam a prece para matar o raciocinio e despertar a fé, os laicos servem-se da Maria da Fonte e da Portuguesa com intuitos semelhantes (*O Sindicalista*, nº 31, de 11 de junho de 1911, p. 1).

Identificam-se, assim, as instituições que se organizam, na sua opinião, para coartar a liberdade do homem e que devem ser recusadas pelo espírito revolucionário e combatidas pela ação revolucionária: os Estados (e os seus militares) e a Religião.

Dada a palavra ao camarada Alves da Silva, este expôz a necessidade da mocidade se organizar, e que era necessario incutir-se no animo da mocidade o espirito anti-militarista e anti-patriotico, pois que é um dos mais nefastos erros que sustenta a sociedade actual, assim como é necessario extirpar a religião para bem da Humanidade que tende a ser livre (*O Sindicalista*, nº21, de 2 de abril de 1911, p. 3).

Como síntese desta categoria [Pressupostos Ideológicos], recorreremos, novamente, aos recursos interpretativos usados por Rui Canário na sua análise do movimento operário pós 25 de abril de 1974, mais precisamente a dialética de oposição que o autor estabelece entre o terreno da *autonomia* e da *heteronomia*.

autonomia, ou seja, o terreno da criação em que *nos determinamos*, do terreno da *heteronomia*, ou seja, o terreno em que interiorizamos e reproduzimos o que já existe e em que, portanto, *somos determinados* (Canário, 2007b, p. 20).

Como já dito anteriormente, da análise do discurso destes militantes encontrado n’O *Sindicalista* pode, assim, dizer-se que à Educação imposta por outros (nos casos expressos, por exemplo, aquela levada a cabo pela recém instituída República, mas também a educação religiosa), os libertários contrapõem uma educação construída de forma autónoma pelos trabalhadores. Defendem que também na educação a sua ação seja condicente e respeite o ideário de liberdade e de igualdade que têm como fim alcançar, ou seja, que se imprima em qualquer das suas ações esses mesmos valores de autonomia e igualdade. No fundo que também a sua educação “seja obra deles próprios”.

Por isso, entende-se que esta é uma expressão em tudo semelhante à distinção que Rui Canário faz do campo de um movimento autónomo (“o que nós fazemos”) - que no caso se definiria pela vontade dos militantes de construírem e trilharem eles próprios o seu caminho; daquele que é o campo do heterónimo, do que é imposto (“o que nos fazem”)⁴⁰ que, no contexto histórico particular em análise, corresponderia às imposições dos poderes por eles denunciados e combatidos (nomeadamente aqueles exercidos no seio do novo regime).

Concluindo, diz-nos Rui Canário que é a medida da autonomia que nos permite aferir da radicalidade e da fecundidade dos movimentos sociais que analisamos, enquanto motores de transformação social (Canário, 2007b). Sendo que “é a contraposição entre a acção autónoma das classes trabalhadoras e a iniciativa heterónoma do Estado, do patronato e de aparelhos partidários que permite destrinçar a fronteira entre educação popular e educação do povo” (Canário, 2009, p. 134).

C. Ideias Pedagógicas

Autodidatismo

O impulso ao autodidatismo é algo muito presente e explicitado nos meios libertários. Esta é uma preocupação que está intimamente ligada à convicção da perfectibilidade do homem aqui encontrada. Encontram-se apelos diretos a que se empreenda esse trabalho de autoeducação, de trabalho sobre si próprio, de descoberta da sua consciência operária.

⁴⁰ Rui Canário recorre a uma expressão do pintor Joaquim Bravo para melhor ilustrar o que entende por esta oposição. Dizia o pintor, num dos seus quadros: “a cultura é o que nos fazemos, a arte é o que nós fazemos” (citado em Canário, 2007, p. 20).

Que se torna necessario fazer? Antes de mais nada *crear* consciencia operaria. Essa consciência cria-se pela *propaganda* e pela *acção*. Pela *propaganda* quando se fala ou escreve para os proletários, despertando-lhes o sentimento da sua missão na vida, acordando nelles o espirito da revolta que a educação submissa lhes adormeceu (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 1).

Um apelo que se concretiza, por exemplo, na edição de periódicos e de outras obras e consequente convite à sua difusão e leitura, organização e publicitação de conferências e de palestras, incentivos à criação de bibliotecas e de salas de leitura, etc.

As festas, as conferencias sobre os mais variados assumptos podem ser também considerados como serviços de propaganda e também de educação (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 4).

O trabalhador libertário deve ser, antes de tudo, consciente do seu ímpeto transformador e reconhecer a necessidade imperiosa de assumir, com autonomia e com os seus iguais, uma função ativa e útil na nova sociedade. Por isso, deve dedicar-se, incansavelmente, ao “cultivo de si”, de forma a preparar-se para tão nobre tarefa: a construção dessa sociedade idealizada.

Por esta mesma razão, é tarefa dos grupos organizados de trabalhadores (no caso concreto, o Grupo Sindicalista, editor d’*O Sindicalista*), apelar e contribuir para processos de autoeducação, individual e coletiva (Pey, 2001), nomeadamente publicando e publicitando periódicos e outras obras literárias e educativas, organizando e publicitando conferências e palestras, impulsionando e noticiando a criação de bibliotecas e salas de leitura, etc. Algo que se explorará mais à frente, no âmbito deste trabalho, no item “Intencionalidade formativa n’*O Sindicalista*”.

Paralelamente à aptidão profissional, o operário libertário gosta de cuidar da sua cultura literária. Nas bibliotecas pessoais ou nas dos grupos encontram-se sempre os ensaios filosóficos de Büchner, Comte ou Spencer, os panfletos anticlericais de Emílio Bossi, Jean Grave ou Heliodoro Salgado, os escritos científicos de Darwin ou C. Flamarion, os tratados de pedagogia libertária de Ferrer ou Adolfo Lima, mas também os poetas da revolta (Guerra Junqueiro, Gomes Leal) e os escritores «sociais» (Ibsen, Tolstoi, Ferreira de Castro) (Fonseca, 1988, p. 44).

E encontram-se também n’*O Sindicalista* vários apelos à autoeducação dos seus leitores, numa mensagem em que é explícito o propósito do aperfeiçoamento do homem. Uma propensão que se encontra tanto nos movimentos sindicais de ação direta como nos

grupos anarquistas, onde se “exalta sempre o esforço, as qualidades individuais, a auto-educação” (Fonseca, 1988, p. 42).

Para nós a Revolução já começou, ela efetua-se pela nossa própria educação, pelo nosso esforço em nos tornarmos dia a dia, melhores, em nos elevarmos moralmente acima da média, e acima de nós próprios (*O Sindicalista*, nº167, de 31 de janeiro de 1916, p. 1).

Estes militantes manifestam a consciência de que o trabalho educativo é algo que extravasa lugares específicos (por exemplo, a escola), num reconhecimento de espaços e de situações potencialmente educativos que se aproximam das concepções que, mais tarde, foram formuladas e identificadas como diferentes modalidades de educação informais e não formais (Canário, 2000)⁴¹, nas quais se podem enquadrar as atividades acima descritas⁴². Existe, por outro lado, uma perceção, objetivada nas práticas, que a educação se faz pelo próprio, mas, também e sempre, com os outros e na sua relação com diferentes contextos, o que remete para o modelo tripolar de Pineau (1988) (autoformação, heteroformação, ecoformação). Recorde-se:

Entre a acção dos outros (heteroformação) e a do meio ambiente (ecoformação), parece existir, ligada a estas últimas e dependente delas, mas à sua maneira, uma terceira força de formação, a do **eu** (autoformação) (Pineau, 1988, p. 65).

Assim enquadrada, esta consciência de uma necessidade de impulso ao autodidatismo aproxima-se assim ao conceito de “Autoformação”, desenvolvido por Pineau, no sentido em que este autor a encarava como uma “autonomização educativa”, numa relação com o poder, em que existe uma “apropriação por cada um do seu próprio poder de formação” (Pineau, 1988, p. 65).

⁴¹ Rui Canário define da seguinte maneira as três modalidades de educação: “Um nível formal de que o protótipo é o ensino dispensado pela escola, com base na assimetria professor aluno, na estruturação prévia de programas e horários, na existência de processos avaliativos e de certificação; Um nível não formal caracterizado pela flexibilidade de horários, programas e locais, baseado geralmente no voluntariado, em que está presente a preocupação de construir situações educativas ‘à medida’ de contextos e públicos singulares. É justamente no campo da educação de adultos, em regra mais refractários a processos escolarizados, que estas modalidades se têm vindo a desenvolver; Finalmente, um nível informal que corresponde a todas as situações potencialmente educativas, mesmo que não conscientes, nem intencionais, por parte dos destinatários, correspondendo a situações pouco ou nada estruturadas e organizadas” (Canário, 2000, p. 80).

⁴² A categorização destas atividades (ex.: publicação de periódicos e outras obras literárias e educativas, organização de conferências e palestras, criação de bibliotecas e salas de leitura, etc) como modalidades de educação não formal e informal é feita para facilitar a sua análise e de forma conscientemente imprecisa, uma vez que se tem presente que as modalidades de educação (formal, não formal e informal) só se podem assim definir a partir da análise da prática concreta.

O percurso do autodidata pode ser assim encarado também como exercício contínuo de autoreflexão, consequente integração das aprendizagens realizadas e, por isso, de emancipação, numa ideia próxima àquela desenvolvida por Pineau quando desenvolve o conceito de autoformação. Veja-se a definição que o autor faz do conceito de autoformação, como

reforço do desejo e da vontade dos sujeitos de regular, orientar e gerir cada vez mais eles próprios o seu processo educativo (...) A autoformação colectiva ou individual de uma pessoa supõe uma auto-libertação dos determinismos cegos, fonte de esteriótipos, de ideias feitas e de preconceitos, produzidos pela estrutura social (Dumazedier, 1980, citado por Pineau, 1988, p. 65).

Educação Integral

As referências à ideia de uma educação integral são desenvolvidas a partir da noção da perfectibilidade do homem, aliada a uma ideia da sua completude, ou seja, entende-se a educação como instrumento de aperfeiçoamento de um ser humano que se quer completo, desenvolvendo as suas múltiplas dimensões: física, moral e intelectual (Bakunin, 1986, 2009).

Os libertários consideram a separação entre o trabalho manual como um retrocesso histórico e contrapõem a reconciliação no homem, através da educação, com todas as suas facetas, aproximando-se do defendido por Kropotkin:

Nós defendemos que, no interesse tanto da ciência como da industria, bem como no interesse da sociedade no seu todo, todos os seres humanos, sem distinção de nascimento, deva receber uma educação tal que o capacite, ou a ela, a combinar um conhecimento profundo da ciência com outro igualmente profundo do trabalho artesanal (Kropotkin, 1890, n.p.).

Pretende-se, assim, com a aposta numa educação integral, alcançar uma educação completa, que faça desaparecer uma distinção considerada perniciosa e que apenas serve para dividir os trabalhadores entre intelectuais e manuais (Kropotkin, 1890). Recuperam-se, assim, no excerto abaixo transcrito, os termos da politecnia e da necessidade de fusão entre uma educação com uma dimensão *técnica ou profissional* (manual), a uma outra, *social* (moral), de promoção da assimilação das formas sociais ideadas e, por fim, uma de ordem *geral* (intelectual) de transmissão de conhecimentos adquiridos pelo Homem (que, como se verá, se querem que sejam apenas aqueles considerados científicos, “verdadeiros”).

Com relação à educação dos trabalhadores, esta educação deverá ser de ordem social, profissional ou thecnica e educação de ordem geral. A educação social tem por fim como já vimos tornar conscientes os indivíduos das causas sociaes da sua miseria, dos meios a adoptar para se libertarem, e poderá fazer-se pela conferencia, pelo jornal, pelo manifesto, a folha solta, etc. A educação profissional ou thecnica effectuar-se-ha pela creação de escolas ou cursos especiais. Os conhecimentos de ordem geral serão ministrados quasi sempre por meio de conferencias (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 4).

Assim, n’*O Sindicalista* encontram-se, com frequência, os termos ensino ou educação integral, interpretados nos termos da concepção inicialmente formulada por Bakunin (e inspirada na Politecnica de Proudhon), que, em traços gerais, defende que homem deve educar-se nas suas múltiplas dimensões: física, moral e intelectual.

Uma tripla dimensão que se pode definir, recorde-se, da seguinte maneira: a dimensão intelectual consistiria na apropriação do conhecimento científico e cultural produzido pela humanidade (e que remete imediatamente para a concepção de Educação Racional, a seguir desenvolvida); a dimensão moral assemelhar-se-ia a um processo de socialização e de aprendizagem das formas sociais ideadas (tais como, a solidariedade, a fraternidade, a autonomia e a liberdade); e a dimensão física englobaria a educação do corpo, mas também, a educação manual ou profissional (Gallo, 1993). Assim retratadas no seguinte excerto d’*O Sindicalista*:

Vistas as coisas por este prisma e levando em conta a pouca preparação não só da massa como de alguns dos seus elementos orientadores (...) É necessario que os individuos, nós e todos os trabalhadores, estudemos as condições da nossa miseria, os processos a adoptar com o fim de a extinguir e os meios de que temos a lançar mão para sermos uma força debaixo do triplice aspecto moral, intellectual e material (*O Sindicalista*, nº30, de 4 de junho de 1911, p. 1).

Educação Racional

São bastante significativas as referências à educação racional, entendida, à semelhança das concepções teóricas já enunciadas, como uma educação que se contrapunha aos preconceitos políticos, religiosos e familiares veiculados pelas ideias, modelos e métodos educativos existentes. Preconizava-se assim, uma outra educação, racional, que se sustentasse nas verdades científicas e estimulasse o espírito crítico dos indivíduos (Kropotkin, 2006).

o trabalhador precisava de aprender também a raciocinar, a pensar em voz alta, a libertar-se da mistificação política e religiosa, a soltar-se de todas as amarras que lhe tolhiam os movimentos e o impediam de ser um homem livre, ele mesmo! O ensino precisava de começar em criança, nos filhos dos operários para atingir todos os seus objectivos (Rodrigues, 1980, p. 218).

Encontra-se n' *O Sindicalista* a defesa do progresso baseado nas descobertas da ciência positiva, a ser transmitida pela educação.

No nosso tempo os processos scientificos de observação, de critica, de analyse, teem atingido todas as manifestações da actividade humana, tudo se tem modificado, tudo se tem transformado; as cousas como as ideias; as religiões não podiam portanto escapar a este movimento profundo de analyse, de desagregação, de transformação (...) mais pela força das circunstancias do que pelo esforço dos pensadores se separa e emancipa indo-se basear sobre as verdades positivas, scientificamente adquiridas, e não como outr'ora na revelação da palavra dos deuses ou dos seus prophetas (*O Sindicalista*, nº31, de 11 de junho de 1911, p. 1).

Esse positivismo concretizava-se, na altura, nas experiências de educação racional desenvolvidas, entre outros, por Francesc Ferrer i Guardià. Neste sentido, as referências à Escola Moderna, a Ferrer e à educação racional proliferam nas páginas deste periódico. É, aliás, de destacar que um dos números editados, o de 13 de outubro de 1913 (nº48), dedica duas, das suas quatro páginas, a artigos sobre Ferrer e a Escola Moderna (fato explicado pela data em causa, em que se recordava a execução do pedagogo catalão, nesse mesmo dia, mas do ano de 1909, no castelo de Montjuic, em Barcelona). Num desses textos, encontra-se a descrição das razões e propósitos da criação da Escola Moderna, por Ferrer.

Com a aprovação e apoio moral de grandes espiritos, como Eliseu Reclus e Letourneau; com o precioso concurso de Odon de Buen, o grande naturalista espanhol; de Martinez Vargas, professor ilustre da Faculdade de Medicina de Barcelona, e de Anselmo Lorenzo, o velho militante da primeira Internacional, entre outros, nêsse mesmo ano, em agosto, abriu em Barcelona a *Escola Moderna*. Segundo as suas proprias palavras, a nova instituição tinha por fim educar a criança de modo que éla se desenvolvesse ao abrigo das superstições e publicar os livros necessarios para se produzir esse rezultado. Era, portanto, um duplo objétivo: ministrar ás crianças uma instrução verdadeira, libertá-las de todas as tradições do passado, dos preconceitos de raças e classes, da religião e militarismo; e pelos livros, pelas traduções das grandes obras científicas

modernas, por trabalhos de vulgarização, desenvolver o espírito racionalista (*O Sindicalista*, nº48, de 13 de outubro de 1911, p. 1).

Numa leitura do que é a educação racional, um dos colaboradores d'*O Sindicalista* faz a seguinte síntese:

A nosso vêr o ensino racional ou positivo, sintetisa-se em tres principios essenciaes, fundamentaes: Como instrução, como um todo, ou conjunto de materias ou assuntos de ensino, baseia se em que á criança só devem ser ministrados conhecimentos á altura do seu entendimento. Só trata do que o cerebro da criança pôde entender, perceber. Só ensina a verdade demonstrada, positiva, a que pôde explicar-se, a que está ao alcance dos cerebros infantis, *a que a razão da criança póde aprender, assimilar* (*O Sindicalista*, nº48, de 13 de outubro de 1911, p. 2).

Esta conceção decorre também das ideias de estímulo da autonomia de ação e de pensamento, necessárias ao prosseguimento dos ideais de liberdade e igualdade na construção da nova sociedade libertária e contextualiza-se no período histórico de desenvolvimento do positivismo, que surge como “oposição às «patranhas religiosas», desenvolvendo-se uma certa «fé na ciência» como factor de progresso” (Candeias, 1981, p. 47).

Pensamento Crítico

Os fins da educação integral e racional estão intimamente ligados ao desenvolvimento da autonomia e do espírito crítico. Dizia, a este propósito e em relação à educação das crianças, Fernand Pelloutier:

O ensino deveria, então, ter por objetivo: 1º exercer o espírito em vez da memória, levando-se em conta a fraqueza cerebral da criança; 2º unicamente, mas a fundo, o rudimento, o mecanismo de todos os conhecimentos, de modo que o jovem, em vez de sair do colégio um especialista, na maioria das vezes impedido de utilizar seus conhecimentos particulares, tivesse a chave de todas as ciências (Pelloutier, citado em Chambat, 2006, p. 58).

O desenvolvimento do espírito crítico suporia a superação imediata dos dogmas do ensino religioso e do Estado, passando-se de um sistema de dominação, para um outro, de estímulo e de formação de cérebros “libertados”.

O cerebro do individuo deve ser o instrumento da sua vontade. Não podia haver maior perigo para a dominação do clero. Dar a conhecer ás crianças os resultados da ciencia

contemporanea, ensinar-lhes que o cristianismo não é obra de uma revelação miraculosa e antes teve, como todas as outras religiões, origens confusas, indistintas, e uma evolução que o deformou, ensinar-lhes a história, a vida dos diversos povos, era arrancá-las à servidão intolerante, do dogma e dos padres, era formar cérebros libertados e preparar homens e mulheres livres (*O Sindicalista*, nº48, de 13 de outubro de 1911, p. 1).

Uma reflexão sobre o ensino racional, publicada n’*O Sindicalista*, revela essa função de libertação do homem das ideias impostas por outros, num processo de crescente autonomização e de capacitação individual.

Como metodo, essa verdade só deve ser ensinada por meio de raciocinio. É a propria criança que, vendo, observando, indagando, mexendo com as mãos, tira pelo seu pensamento, pela sua imaginação, pelo seu raciocinio, a conclusão, a lei, o principio, que lhe quiz ensinar. Em vez de se lhe apresentar em nome da autoridade do mais velho que isto ou aquilo é assim... porque é...; em vez de se impôr ideias e conhecimentos e obrigar a criança a decorar, a crêr, ensina-se-lhe a descobrir a verdade das coisas, a obter a certeza por si propria, a alcançar pelo seu proprio esforço de raciocinio a verdade, o saber (*O Sindicalista*, nº48, de 13 de outubro de 1911, p.2).

No fundo, o que se pretende é o desenvolvimento, pela reflexão e crítica, de indivíduos que tomem nas suas mãos o controlo do processo de ensino e de aprendizagem, tornando-se, assim, sujeitos da sua própria educação e produtores de conhecimento.

Por fim, e ainda no respeitante às ideias pedagógicas aqui refletidas, encontram-se menções à coeducação dos sexos, no caso com a convicção que será este um instrumento eficaz para a emancipação da mulher (Reclus, 2010).

O sr. Chacon Siciliani fez uma conferencia sobre o Teatro e a sua influencia na educação do povo, dissertando sobre a obra do Ferrer, cujo processo de educação poz em relevo, salientando a coeducação dos secsos que muito concorrerá para a emancipação da mulher (*O Sindicalista*, nº50, de 29 de outubro de 1911, p. 3).

Encontram-se, assim, concepções que se aproximam da formulação lata que de educação faz Rui Canário, como sendo “o trabalho que cada sujeito realiza sobre si próprio (em relação com os outros e com o contexto)” (Canário, 2007b, p. 20), independentemente dos sujeitos, das modalidades ou dos contextos em que se desenvolve, acrescente-se.

D. Espaços e Tempos Ensaçados (experiências relatadas)

António Almeida e Natália Alves convidam o leitor a pensar a ação quotidiana, numa perspetiva sociológica, como “um conjunto de práticas rotineiras, mas também como uma forma criativa de subversão da estrutura normativa da sociedade” (Almeida & Alves, 1990, p. 48). Esta é uma ideia suscitada pela análise que fazem da comunidade anarquista de Albarraque (fundada em 1926) e que funciona como um óptimo recurso interpretativo da ação dos movimentos libertários, ao longo dos tempos, uma vez que uma das suas características mais predominantes é, precisamente, *a vontade que se faz*, ou seja, o concretizar, na prática e na altura, das ideias que sustentam.

É assim natural encontrar nestes movimentos a proliferação, *no aqui e agora*, de experiências várias de concretização das ideias libertárias, desenvolvendo uma ação quotidiana que se materializa num “conjunto de práticas de ruptura face ao instituído” (Almeida & Alves, 1990, p. 48) que, no caso em estudo, *O Sindicalista* se dedica a difundir.

Por outro lado, e como já referido anteriormente, na consciência destes militantes está presente a ideia de que a ação educativa é um fenómeno totalizante, que abarca diferentes sujeitos, espaços, tempos, meios, contextos, etc. Da enunciação e da descrição da multiplicidade de ações educativas, adivinha-se a possibilidade de presença das três modalidades de educação: formal, não formal e informal, que reflectem “diversos níveis de formalização da acção educativa” (Canário, 2000, p. 80).

Assim, de uma forma sintética, a educação formal será aquela que se faz segundo o modelo escolar (mas que não é sinónimo do que se faz na escola) e a não formal será “a aprendizagem de coisas que não são ensinadas, ou seja, que não obedecem aos requisitos do modelo escolar” (Canário, 2007a, p. 210). Quanto à educação informal será aquela que, mesmo não tendo uma qualquer intencionalidade educativa, produz, sempre, efeitos educativos⁴³, ou seja, todo

O processo que ocorre ao longo da vida, através do qual cada pessoa adquire e acumula conhecimentos, capacidades, atitudes; a partir das experiências quotidianas e da interacção com o meio ambiente - em casa, no trabalho e nas situações de lazer; a partir do exemplo dado pela família e amigos, das viagens, da leitura dos jornais e livros, escutando rádio, vendo filmes ou televisão. Em geral, a educação informal não é

⁴³ Esta é uma ideia atribuída a Abraham Pain, que se encontra explicitada em Rui Canário (2000, 2007a) e Carmen Cavaco (2002).

organizada, sistematizada nem sequer, muitas vezes, intencional, mas representa, até ao momento, a principal fatia de aprendizagem durante a vida de uma pessoa, mesmo para as que são altamente escolarizadas. O que o indivíduo aprende através da educação informal limita-se àquilo que o seu meio ambiente lhe pode oferecer (Coombs, citado em Cavaco, 2002, pp. 31-32).

No entanto, cabe referir, que estes são conceitos ainda não estabilizados e que não constituem práticas estanques, mas que se situam num *continuum* (Canário, 2000, 2007a; Cavaco, 2002), que são complementares (Cavaco, 2009) e que, importa reiterar, só se podem definir a partir da análise da prática concreta. Assim, não sendo possível analisar cada uma das experiências relatadas (o que nos permitiria aventar uma definição da modalidade predominante presente em cada uma delas), este quadro interpretativo poderá servir para olharmos para as descrições de uma forma mais abrangente, aceitando como possibilidade que a uma conceção ampla de Educação corresponda uma prática que integrasse todas as formas e as modalidades do *continuum* educacional.

Aprender na Luta

Encontra-se profusamente desenvolvido neste jornal o binómio que constitui o objetivo da organização sindical libertária, a recordar: por um lado, a luta imediata, de reivindicação e de conquista de uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores; e, por outro, a luta mediata, de cariz transformador e revolucionário.

Ora, este tal “combate de dupla entrada”, anteriormente referido, faz com que estes militantes tenham uma visão bastante ampla da atividade sindical e que, por isso, a encarem como uma organização que é “essencialmente pedagógica, [que] cria em cada indivíduo um valor positivo, uma consciência social, uma capacidade reflexiva, técnica, administrativa, de gestão, uma força activa, um carácter justo e solidário, um artista suficientemente capaz em todos os ramos da arte, e das ciências sociais” (Rodrigues, 1980, p. 162)

Eu aprendi naquela escola que manda responder á tirania com a resistencia. Antonio José d’Almeida (*O Sindicalista*, nº132, de 19 de outubro de 1913, p. 1).

É, assim, na ação sindical, numa prática de liberdade e de igualdade, que se ensaiam e se integram nas consciências dos trabalhadores as ideias por eles perseguidas. Ou seja, estes sindicatos são entendidos como um “exemplo prático através do qual tal organização social se vai construindo” (Candeias, 1985, p. 39).

A acção sindical é a acção real e eficaz, a força revolucionária que mina sem descanso a sociedade burguesa e que substitue pouco a pouco a administração das coisas ao governo dos homens. Logo, os libertarios teem bastante razão, quando rejeitam toda a acção eleitoral, toda a conquista dos poderes publicos, quando nada esperam a não ser da educação da classe operaria, quando procuram realizar esta educação pela luta de todos os dias. Digamos com elles: Nada de compromissos! Abaixo o parlamento corruptor! Viva a acção directa! (*O Sindicalista*, nº29, de 28 de abril de 1911, p. 1).

A ação sindical não se dirige apenas aos trabalhadores adultos, por isso propõem-se formas de chegar aos mais novos, como a criação de organizações para a juventude, com o intuito quer de a formar nos princípios sindicalistas, quer de atrair outros operários para a luta libertária. Uma ação que, como visto anteriormente, não se esgota numa mera atitude de resistência com vista à melhoria das condições de trabalho, mas que advoga uma visão muito mais ampla da esfera de intervenção destes sindicalistas, que desenvolvem, no seu seio e continuamente, atividades educativas e lúdicas.

A *Vie Ouvrière*, no seu ultimo numero, começou a publicação das respostas ao questionario que formulára sobre a existencia das ‘Juventudes Sindicalistas’. As Juventudes são grupos de jovens operarios, tendo por objectivo a educação para intensificar a propaganda sindicalista; são, por assim dizer, escolas de sindicalismo em que ao mesmo passo que se cuida da cultura fisica e se fazem festas e dão espetáculos, se tratam as questões economicas, o anti-alcoolismo e sobretudo o anti-militarismo (*O Sindicalista*, nº50, de 29 de outubro de 1911, p. 1).

Encontram-se também exemplos de criação de espaços formativos, de aprendizagem associativa, com o objetivo de desenvolver, nos trabalhadores, capacidades específicas, que os ajudem à sua emancipação.

Por iniciativa de alguns socios, inaugurou-se no dia 15 corrente, uma serie de palestras que teem por fim o desenvolvimento da faculdade de exposição que todos devem possuir. Dá mágoa ver em qualquer assembleia um individuo que, não concordando com as theorias expostas por certo orador, sente uma grande vontade de refutal-as e não se atreve a fazel-o, por que lhe faltam elementos necessários para exteriorizar as suas ideias (*O Sindicalista*, nº9, de 8 de janeiro de 1911, p. 2).

Em jeito de síntese, retomam-se as palavras que Edgar Rodrigues teceu a este propósito:

como organização social futura, o sindicalismo eleva o trabalhador, tonifica-lhe a sentimentalidade, educa-o integralmente econômica, familiar artística, científica,

moral e juridicamente e cria-lhe um ideal que por si próprio tem um alto profundo valor e acção pedagógica. Suas associações não são agrupações autoritárias, de coacção, mas órgãos de educação moral pela ambiência, pelo princípio da tolerância, pelos métodos ensinados em suas escolas puramente racionalistas livres (Rodrigues, 1980, pp. 162-163).

Aprender Fora da Escola

Nos sindicatos, entendidos como laboratórios de ensaio de uma sociedade nova (Candeias, 1985) e, por isso, como locais privilegiados de formação integral dos homens do amanhã ideado, existe uma grande preocupação e investimento em espaços educativos diversos. Assim, proliferam as referências à constituição de bibliotecas, à organização de conferências e de palestras, explicitamente identificadas como “instituições de educação”.

a formação de bibliotecas, museus profissionais, etc. são exemplos das instituições de educação. As festas, as conferências sobre os mais variados assumptos podem ser também considerados como serviços de propaganda e também de educação (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 4).

Por outro lado, é também recorrente a alusão à edição de publicações periódicas por várias associações de classe. Edições que não visavam apenas divulgar a luta imediata dos trabalhadores, mas também “educar e orientar”, como se depreende do excerto seguinte:

Reuniram no dia 12 do corrente os delegados a esta União [União dos Sindicatos Metalúrgicos], pelas 8 horas e meia da noite. Discutiram a necessidade de criação de um jornal da classe, tendente a educar e a orientar a classe metalúrgica em geral (...) N’essa reunião resolver-se-ha também a realização d’uma série de conferências de educação social, estando já convidado o camarada Pedro Pinto Quartim que realizará uma palestra subordinada ao thema: o parlamentarismo e o proletariado, cuja conferência se realizará hoje, 21 (*O Sindicalista*, nº28, de 21 de maio de 1911, p. 4).

Dissemina-se, também, a criação de associações de classe e de grupos que se constituem expressamente como espaços formativos, onde se encontram referências a uma maneira libertária de pensar a educação. Deixa-se aqui um exemplo de um grupo que cria um espaço com fortes preocupações educativas e de criação e difusão cultural, num contexto claramente libertário, no qual a imagem da “autoridade” é liminarmente posta de lado.

Acaba de fundar-se este grupo em Lisboa [Grupo de Instrução Operaria]. Reuniu em assembleia geral no dia 14 do corrente, resolvendo: fundar uma biblioteca constituída por livros, revistas e jornaes que orientem e defendam a classe operaria; promover, por meio de conferencias e palestras, a organização operaria; auciliar todos os jornaes e revistas que se dediquem á propaganda livre; aceitar como socios operarios de qualquer nacionalidade; abolir a presidencia ‘por representar um meio de autoridade’; louvar a imprensa operaria pela fórma como tem combatido a burguezia (*O Sindicalista*, nº38, de 30 de julho de 1911, p. 4).

Uma outra notícia, de claro viés libertário, anuncia a existência de um grupo que constituiu uma biblioteca, que editará um jornal e folhetos, para a instrução e o desenvolvimento da classe operária, sendo que os seus elementos se autodefinem como um coletivo onde “ha de individuos de ambos os sexos, sem distinção de classe, raça ou nacionalidade, mas sempre que estes não sejam mestres ou gerentes”.

Recebemos uma circular deste grupo [Grupo de Propaganda ‘Estudos Sociaes’] pedindo que lhe enviem livros, revistas ou jornaes. As suas bases de constituição são as seguintes: 1ª A aquisição de uma biblioteca sociologica composta de livros, revistas e jornaes, que tratem de assuntos libertarios para a instrução dos seus associados; 2ª Promover por meio de folhetos, manifestos e pelo jornal, mas principalmente por meio de conferencias e palestras, o desenvolvimento da organização operaria (...) 4ª Auciliar qualquer iniciativa util ao operariado e dar todo o seu apoio moral e material para qualquer classe operaria, que se encontre em luta contra o capitalismo, e auciliar todos os jornaes e revistas que se dediquem á propaganda libertaria; 5ª O Grupo compôr-se-ha de individuos de ambos os sexos, sem distinção de classe, raça ou nacionalidade, mas sempre que estes não sejam mestres ou gerentes (*O Sindicalista*, nº39, de 6 de agosto de 1911, p. 4).

Ainda uma outra notícia divulga um grupo que funda uma biblioteca e realizará uma série de conferências e palestras para disseminar o “ensino racional”.

Com este nome acaba-se de fundar um grupo de propaganda libertaria [Grupo Libertario Escolar], com séde provisora na rua Maria Pia, 2º E, onde brevemente se iniciará uma série de palestras e conferencias sobre o ensino racional, fundando-se tambem uma biblioteca, para a qual se solicita a coadjuvação de todos os grupos e jornais libertarios, enviando-lhes folhetos e livros de propaganda (*O Sindicalista*, nº107, de 15 de dezembro de 1912, p. 3).

Uma outra notícia faz referência a um grupo que pretende organizar conferências populares com o intuito de “promover a cultura da mentalidade operaria” e do qual fazem parte pensadores de relevo do movimento libertário da época.

Sabemos que um grupo de amigos nossos de que fazem parte Lucinda Tavares e Afonso Manaças, Campos Lima, Manuel Ribeiro, Pinto Quartim, Sobral de Campos e professor Vasco Valdez, estão elaborando um plano de conferencias de carater científico que serão realizadas no salão da Caza Sindical com prévio assentimento da União das Associações. As conferencias, simples vulgarização de generalidades, teem por fim promover a cultura da mentalidade operaria e serão efectuadas semanalmente, contando os nossos amigos com valiozos elementos que hão de certamente assegurar um bom ézito á louvavel iniciativa (*O Sindicalista*, nº113, de 26 de janeiro de 1913, p. 1).

Um outro exemplo, claro no propósito de que, recorrendo a diferentes atividades - jornais, peças de teatro, palestras, veladas, pic-nics - se pode instruir e educar a classe trabalhadora nos “ideaes filozoficos mais avançados do Socialismo”.

Acaba de constituir-se este centro [Centro de Instrução Setubalense], que tem por fim instruir e educar as camadas populares nos ideaes filozoficos mais avançados do Socialismo, fazendo a propaganda por meio do jornal, do teatro, palestras, veladas, pic-nics, etc. Pedimos a todos os jornaes da cauza que mandem um exemplar (*O Sindicalista*, nº125, de 27 de abril de 1913, p. 4).

Aprender numa outra Escola

Nas reflexões que António Candeias faz sobre a cultura e escola nos meios sindicais portugueses das primeiras três décadas do século vinte, o autor não deixa de incluir espaços educativos que se adivinham mais formais. Ou seja, estes sindicatos, revolucionários, pensavam-se como modelos para uma outra sociedade, como espaços de exemplo prático e de ensaio para a construção dessa nova sociedade e, por isso, responsáveis pela “formação integral do ser humano do futuro”. Neste sentido, juntamente com a convicção de que na luta e na organização sindical também se aprende e que se devem desenvolver espaços diversos com essa intencionalidade - as bibliotecas, jornais, conferências e palestras acima referidos - o sindicalismo libertário defende também a criação de outros espaços de educação e formação: as escolas (Candeias, 1985).

Assim, *O Sindicalista* noticia nas suas edições a existência de espaços educativos que, embora se possam perceber como mais formais e, por isso, próximos de um modelo escolar, tentavam aliar o projeto educativo às ideias libertárias consignadas.

Regulamento da Escola Profissional de Operarios Encardenadores: Art.1 Sob a denominação de Escola Profissional dos Operarios Encardenadores, é fundada em Lisboa uma instituição operaria, dependente da Associação dos Operarios Encardenadores, com a sua séde em Lisboa, e que tem por fim: 1. Em harmonia com o art.3 e 4 da lei estatuinte da associação, de que depende, instruir profissionalmente todos os socios; 2º Auxiliar os socios quando desempregados, empregando-os, podendo; 3º Estabelecer communismo economico entre todas as classes de produção (...) Art.6 Tanto com particulares, como, e principalmente, com as instituições operarias suas clientes, a escola deligenciará entrar em negociações para ser abolida a moeda corrente e estabelecido o ‘communismo economico’, ou seja, a permuta de productos valorizados segundo o trabalho que conteem, unico. Com as instituições operarias ou particulares, a quem requisitar a matéria prima, a escola observará a mesma disposição (...) Art.8 Não é estipulado o tempo de trabalho dado como quota; é voluntario, conforme as forças phisicas e a vontade dos sócios (...) Art.16 A instrucção profissional e a direcção technica do trabalho, ficara a cargo d’uma comissão de socios habilitados pata tal, sem outras regalias que não sejam as consignadas n’este regulamento, e que será eleita eventualmente sem numero de membros limitado (*O Sindicalista*, nº6, de 18 de dezembro de 1912, p. 6).

Proliferavam, também, nos sindicatos, espaços *escolares* de ensino de primeiras letras para os associados.

Também foi resolvido, por proposta do camarada Carlos Lopes e em nome da comissão administrativa, que se inaugurasse uma aula do ensino primario, para os socios [da União dos Pintores da Construção Civil] que se queiram aproveitar d’esta regalia (*O Sindicalista*, nº8, de 1 de janeiro de 1911, p. 4).

Foi também aprovado que se organise uma missão escolar de ensino primario para os socios [Operarios metallurgicos] que queiram aprender a lêr e a escrevêr (*O Sindicalista*, nº23, de 16 de abril de 1911, p. 4).

N’*O Sindicalista* também se encontra a referência a outras escolas que vão para além do ensinar a *ler, escrever e contar*, ministrando um ensino profissional, e que pretendem educar os seus sócios adultos, mas também as crianças, filhos dos seus sócios.

Realisou-se no dia 1 de maio a ‘matinée’, no Coliseu da rua da Palma, cujo producto reverte a favor da escola-officina da classe textil, sendo offerecido por alguns industriaes, diversas machinas para a escola, as quaes se encontram n’uma dependencia da Associação. Esta escola tem por fim educar os filhos dos operarios, durante o dia, e haverá uma aula nocturna onde os alumnos cursarão o desenho e o debuxo, para o qual será contractado um profiissional com longa pratica, quem em desenho, quer em debuxador, tendo a commissão recebido já catalogos de differentes casas do ramo. Brevemente far-se-ha uma requisição das primeiras machinas para a escola (*O Sindicalista*, nº 26, de 7 de maio de 1911, p. 3).

Deixa-se aqui um exemplo claro de uma escola “libertária”, gratuita, noturna e para adultos, em que se ensinam conhecimentos de ordem geral, com disciplinas das mais variadas, incluindo aulas de esperanto (uma proposta de língua universal preconizada nos meios libertários).

Este nucleo [Nucleo de Instrução ‘Lux’], com séde na rua do Cabo, 25, 2º, abriu no dia 2 de maio as suas aulas de primeiras letras, portuguez, francez e inglez, arithmetica, geographia e historia, e noções de sciencias physico-naturaes ou divulgação dos principios mais uteis e necessarios na vida pratica. Estas aulas são inteiramente gratuitas e para adultos, funcctionando das 9 ás 11 e meia horas da noite, na séde do nucleo. Brevemente espera a direcção poder abrir uma aula de Esperanto, regida obsequiosamente por um dos mais competentes e illustrados esperantistas portuguezes (*O Sindicalista*, nº31, de 11 de junho de 1911, p. 4).

Por outro lado, ainda no âmbito de espaços educativos mais vocacionados para a aprendizagem dos adultos, também se encontra a publicitação da abertura de, por exemplo, uma Universidade livre.

É definitivamente hoje, 3, que se efétua a sessão inaugural na nova séde, Praça Luiz de Camões, 46, 2º, achando-se inscritos para abrilhantarem este áto varios intelectuais e diversos professores dos liceus e cursos superiores. Continúa aberta aos socios a matricula das diferentes disciplinas em que se queiram inscrever, especializando as de francez, portuguez, literatura, dezenho, chimica e phisica aplicada as artes, etc (*O Sindicalista*, nº101, de 3 de novembro de 1912, p. 3).

A preocupação com a educação de toda a classe operária, adultos e crianças é uma constante. Mas é uma preocupação que revela em si algumas características das ideias educativas que se encontram nos meios libertários, a saber: com adultos e crianças e/ou em regime de co-educação.

Creou-se nesta associação [Alcanena (Casais Galegos)] uma escola noturna para instrução da classe operaria, sendo muito frequentada pelos filhos dos associados e chefes de família (*O Sindicalista*, nº103, de 17 de novembro de 1912, p. 4).

Hoje, 17, inaugura este nucleo [Escola Novos Horizontes] a sua aula noturna para menores e adultos de ambos os sexos (*O Sindicalista*, nº103, de 17 de novembro de 1912, p. 4).

A comissão administrativa [do Centro Regeneração Humana] resolveu abrir no proximo mez de janeiro a aula diurna para filhos dos socios. Os camaradas que queiram, pois, matricular os seus filhos, podem fazê-lo todos os dias uteis, das 20 horas em diante, na séde dêste centro. Só se podem matricular crianças dos 6 aos 8 anos. Tambem se poderão matricular na aula nóturna os camaradas que tenham mais de 12 anos (*O Sindicalista*, nº109, de 29 de dezembro de 1912, p. 3).

E, como se adivinhava das leituras prévias efetuadas, encontra-se aqui uma profusa referência a escolas racionais, para adultos e crianças, segundo os auspícios de Ferrer.

Esta escola racional [A Crêcherie], tendo aberto a aula nóturna, e contando já com o auxilio de devotados camaradas, que se prestaram a lecionar, mas não os querendo sobrecarregar com demaziado trabalho, aceita o concurso de outros camaradas que ofereçam, para que o serviço se possa distribuir de maneira que cada professor não tenha mais de um dia de aula por semana. Os camaradas que queiram ajudar a escola, oferecendo-se para professores, dirijam-se á Escola Racional «A Crêcherie», calçada da Graça, 37-A, rc - Lisboa / - A mesma escola realiza no corrente mez um passeio educativo ao Jardim Zoologico. As crianças serão acompanhadas por um camarada que lhes dará as explicações precisas, á vista dos animaes em exposição. Na escola está aberta uma subscrição a favor deste passeio (*O Sindicalista*, nº119, de 9 de março de 1913, p. 3).

Foi rezolvido dar o titulo de *Ateneu Sindicalista* á nova instituição, resolvendo-se tambem afiliar á Comissão Ezeutiva do Congresso Sindicalista dando-lhe a sua adeção e ter como principal baze no programa a fazer, a difusão das ideias sindicalistas sobre acção revolucionaria e o estabelecimento de uma escola racional sob o metodo do grande pedagogo Francisco Ferrer (*O Sindicalista*, nº121, de 23 de março de 1913, p. 2).

Para concluir, pode afirmar-se que se confirma a grande centralidade dada por estes movimentos às questões educativas. As organizações sindicais de cariz libertário ao considerarem-se como modelo de uma nova sociedade, onde se luta autonomamente pela

transformação da sociedade que se contesta, apresentam-se como espaços educativos privilegiados de formação do homem novo.

o processo de formação da sociedade nova é sempre acompanhada, na óptica dos sindicalistas pelo processo paralelo de formação do Homem Novo. Trata-se de um processo de formação integral, moral, político e também técnico que visa a formação de um homem moral e culturalmente superior e que assegura a gestão técnica da sociedade sem ter de recorrer aos “especialistas” (Candeias, 1985, p. 40).

Ou seja, os autores e os protagonistas, aqui analisados, não só imaginam uma outra sociedade, projetada no futuro, mas também objetivam a sua ação, no presente, construindo, nesse movimento e momento, espaços sociais alternativos, de criação e de resistência (Almeida & Alves, 1990).

3.1.2. Sindicalismo

O tema “Sindicalismo” foi decomposto em três grandes categorias, pensadas igualmente num exercício de aproximação, mas, desta feita, do contexto social mais abrangente à organização operária específica retratada nas páginas deste periódico: Vida Operária, Associações de Classe e Sindicalismo Revolucionário. A estas Categorias correspondem diversas sub-categorias, apresentadas no quadro abaixo.

Tema	Categorias	Sub-Categorias
SINDICALISMO	Vida Operária	Situação do operariado
		Crítica ao regime político (1ª República)
		Propriedade dos meios de produção (luta de classes)
	Associações de Classe	O porquê da sua existência
		Movimento internacionalista
		Movimento emancipatório (luta imediata)
		Movimento revolucionário (luta mediata)
		Ação Direta
		Formas de luta
	Sindicalismo Revolucionário (esboço de uma nova civilização)	Filiações ideológicas
		Antiautoritarismo (antipatriotismo, antiparlamentarismo, anticlericalismo)
		antiestatismo, antimilitarismo,
		O Sindicalismo basta-se a si próprio
		Sindicato como unidade base da nova sociedade
		A Futura Sociedade Comunista
		Liberdade e Igualdade

A. Vida Operária

Situação do operariado

Numa pincelada rápida do contexto socioeconómico da altura, pode dizer-se que, na época da implantação da República, a maioria dos portugueses trabalhava na agricultura e na pesca, sendo que o número relativo de trabalhadores industriais era pequeno. O operariado estava assim disperso e pouco coeso. Na indústria, existia muito trabalho feminino e infantil não regulamentado. O número de horas de trabalho diário oscilava

entre as dez horas e meia e as catorze. As condições das fábricas eram insalubres. Os salários eram muito baixos e o custo de vida incomportável para os trabalhadores, existindo muitas manifestações contra a chamada carestia de vida. Os níveis de analfabetismo eram dos maiores em toda a Europa: em 1900 há 78,04% analfabetos e em 1911, 75,05% (Cabral, 1979; Oliveira, 1974b). E é da crescente tomada de consciência de uma situação que se percebe como injusta que se forma o caldo propício ao desenvolvimento da nova ideologia libertária no seio do movimento operário.

O anarquismo, porem, nasceu espontaneamente das condições económicas e políticas, e do sentir e do pensar dos trabalhadores e d'aquelles que entenderam ser um dever da humanidade e de justiça propugnar pela implantação de um regimen em que todos possam mover-se livremente na coexistencia social (Mendes, 2006, p. 7).

Está-se, assim, perante um cenário de grande insuficiência económica e de instabilidade social e política, que cria as condições para a ascensão de um movimento operário cada vez mais reivindicativo e combativo.

O actual movimento grevista é a natural expansão de um período de misérias sofridas e de sofrimentos refreados. O enorme lapso de tempo em que a reacção económica, protegida e defendida pela reacção política, vinha esmagando todas as aspirações e anseios da classe operária, criou naturalmente o enorme desejo de revolta, cujo início está marcado na liquidação de um regimen de tirania política, e que havia de encontrar o seu prolongamento na satisfação das suas necessidades económicas (*O Sindicalista*, nº2, de 20 de novembro de 1910, p. 1).

A este propósito, e relativamente a este contexto histórico, recorre-se, para uma maior compreensão deste período, às palavras de Rui Canário:

A afirmação de um poderoso e muito diversificado movimento de natureza associativa traduz a resposta, defensiva e colectiva, de uma classe operária nascente [pós revolução industrial] face às condições de vida dificilmente suportáveis. Essas condições de vida tendencialmente uniformes, quer nas modalidades de habitação quer de exercício do trabalho, convidavam a estratégias de acção colectiva (mutualismo, sindicatos e, mais tarde, organizações políticas) (Canário, 2009, p. 135).

Crítica ao regime político vigente

Como referido na análise do tema “Educação”, encontra-se uma narrativa, transversal a todo o periódico, de crítica ao novo regime instituído, o republicano. Esta crítica abrange praticamente todas as iniciativas políticas da recém-inaugurada República. À propaganda

do novo regime, contrapõem os editores e colaboradores deste jornal um discurso de denúncia, lembrando que esta não é uma república de base popular, como os seus partidários a querem fazer parecer, mas sim burguesa, e, por isso, contrária aos interesses dos trabalhadores e às suas possibilidades de emancipação.

Encontram-se, por isso, vários artigos que alertam para o facto de o discurso, baseado em “ideias de justiça e equidade”, com que a República conseguiu o apoio dos operários ser afinal inconsequente e revelador da sua incapacidade em perceber a justiça das lutas operárias pela melhoria das suas condições de vida.

E foi durante a propaganda e organização do partido republicano que as ideias de justiça e equidade mais echoaram aos ouvidos das classes trabalhadoras. A reacção política e económica batida e criticada pelos defensores do novo regime deixava as massas simplistas e ingénuas na esperança fallaz de que da sua queda resultaria imediatamente uma nova vida de bem-estar para todos. Pelos paladinos do novo regime foi-lhes entremostrado um paraíso na terra, totalmente impossível. Que admira, pois, que as mesmas classes, acabando de oferecer o seu sangue, a sua vida, pela conquista de maior liberdade, procurem impor-se para a conquista de mais pão? Que é cedo ainda? Mas tivessem-lho dito. Tivessem-nas educado a saber esperar (*O Sindicalista*, nº2, de 20 de novembro de 1910, p. 1).

Por outro lado, é denunciada uma ação governativa que tenta protelar políticas de justiça e de equidade social, as quais, na opinião destes militantes, nunca fizeram efectivamente parte das intenções dos governantes republicanos.

Assim diz-nos elle que a questão social sendo muito complexa, não pode ella resolver-se d'un momento para o outro que o operariado deve sacrificar-se pois lhe restará a esperança de que se a Republica não fizer para melhorar a sua situação ao menos seus filhos viverão em muito melhores condições. Isto é, o sr. do interior já confessa que a Republica nada fará em favôr do operariado, recompensando-o assim do esforço e sacrifício que o operariado empregou em arriscar a vida para implantar a Republica (*O Sindicalista*, nº21, de 2 de abril de 1911, p. 1).

Verifica-se, assim, que os editores e colaboradores d'*O Sindicalista* usam o seu órgão não para “bajular os novos governantes”, mas sim para “potenciar ao máximo a conjuntura revolucionária em favor das classes trabalhadoras” (Pereira, 2011, p. 42), pois encaram como aspecto mais positivo da revolução republicana a possibilidade de estimular a luta operária. Esta é uma possibilidade que se concretizava, segundo Joana Dias Pereira, por um lado, porque o operariado já não se distrairia com a luta contra a monarquia e podia

dedicar-se à defesa dos seus próprios interesses e, por outro, por ser este um período de despertar de energias populares e de vigor na luta e, por fim, porque se estava perante um momento de maior cedência de liberdades a que o novo regime é obrigado, para tentar ganhar popularidade (Pereira, 2011).

Propriedade dos meios de produção

A persistência da desigualdade social é explicada pela desigualdade económica na produção e na distribuição de bens que decorre da propriedade dos meios de produção, dividindo a sociedade em duas grandes classe antagónicas: aqueles que os possuem (patrões) e aqueles que vendem a sua força de trabalho (os trabalhadores assalariados).

As organizações sindicais situam-se, assim, de um dos lados da barricada e pretendem, através da luta reivindicativa, superar esta situação, atribuindo-lhe características de injustiça, desigualdade e de dominação.

Emquanto não ocorreu a modificação nas condições do labor humano a que no principio alludimos, enquanto o antagonismo patente, brutal, não dominou as relações entre patrões e operarios, o contrato de trabalho, no character individual que revestia, no terreno domestico, familiar, em que se exercia, nenhuns defeitos apresentava, de modo a impressionarem os que nelle intervinham: por um lado o uso, por outro lado a boa vontade de uns e outros, a todos trazia confiados. Operada, porém, aquella modificação; postos em presença o patrão poderoso e illustrado e o operario ignorante e indefeso, os defeitos entraram a apparecer, e foram-se accentuando no ponto de se reconhecer que no recrutamento de pessoal para o trabalho se desvanecera, quasi se perdera o aspecto contractual. Imperiosissima a necessidade de viver mesmo miseravelmente; numerosissimo, inexgotavel, o exercito dos sem-trabalho, deixou de haver contracto no sentido juridico do termo, - o operario limita-se a acceitar o trabalho que o patrão lhe offerece ou concede como um favor ou pretende obter como uma mercadoria, e o patrão adquire não uma determinada quantidade de trabalho, mas o direito de dispôr, pela fôrma e durante o tempo que lhe parece, a seu arbitrio, de toda a energia vital do operario (*O Sindicalista*, nº29, de 28 de abril de 1911, p. 3).

No que à questão da luta de classes diz respeito, defendem estes libertários que a implantação da nova república acabou por “clarificar” as águas, pois a persistência da desigualdade apenas indiciava que a classe dominante - burguesa - mantinha o regime de exploração sobre o operariado, sendo indiferente que fossem monárquicos ou republicanos.

Liquidado com uma revolução o incidente político que durante annos preocupou a sociedade portugueza, hoje só restam, frente a frente, duas forças antagonicas, obedecendo a principios diametralmente oppostos, partindo de criterios diversos e marchando em diversas direcções: burguezia e proletariado. Por *burguezia* entende-se quantos defendem a actual organização social com o seu patronato, direito de propriedade, exploração do homem pelo homem, sejam ricos ou pobres, porque a questão não é de quanto cada um possui, mas de como cada um pensa com relação ao organismo social. Por *proletariado* entende-se o que, alugando os braços ou o cerebro a uma empresa ou a um homem, receba desse aluguer a parte mais pequena do que produz, deixando no cofre do explorador quasi todo o produto do seu trabalho. A lucta que se trava assim, em campo raso entre a classe exploradora e a explorada, convencionou-se chamar *lucta de classes* (*O Sindicalista*, nº5, de 11 de dezembro de 1910, p. 1).

Para estes sindicalistas, não interessa o regime, pois, quer se trate da monarquia ou da república, estão presentes formas sociais e políticas contrárias ao ideal que estes militantes perseguem: a conquista de uma sociedade livre e igualitária. Este é um ideal que só se concretizaria destruindo o sistema de exploração e dominação económicas vigente.

O fim social que temos em vista é destruir o salariato, a ignominia do patronato, preparar desde já pelo nosso esforço o arcabouço da sociedade de amanhã, ir demolindo tudo o que se oponha á marcha da classe operaria até ao seu dia de triunfo pleno e absoluto (*O Sindicalista*, nº1, de 13 de novembro de 2010, p. 1).

B. Associações de Classe

O porquê da sua existência

Tendo em conta esta desigualdade económica de base, é necessário criar organizações que surjam do meio operário: associações de classe que lutem pela superação da situação de injustiça percebida pelo proletariado.

Para todos os combates são indispensaveis armas fortes e poderosas que resistam aos choques dos inimigos, extenuando-os e vencendo-os. Ora a arma mais resistente que se conhece na lucta entre o proletariado e a burguezia, entre o que é espoliado do produto do seu trabalho e o que espolia o alheio trabalho - é o sindicato, associação de homens que se unem para defesa dos seus interesses de classe, reclamando sempre, exigindo e visando transformar a sociedade de forma a torna-la do inferno pavoroso que hoje é, n'um campo claro, florido de felicidade (*O Sindicalista*, nº5, de 11 de dezembro de 1910, p. 1).

Mas estas são organizações que não pretendem apenas diminuir as condições de injustiça em que se encontram os operários. Elas visam também superá-las, acabando de vez com o regime de exploração existente, “destruindo radicalmente as causas d’essa injustiça, repartindo as utilidades conforme as necessidades de cada”.

Ante a necessidade social de se transformar a organização empírica e consequentemente autoritária dos povos em bases positivas que as leis da sociologia já hoje indicam na sua previsão científica; ante a necessidade jurídica de se estabelecer a igualdade dos indivíduos entre si, apagando a iniquidade em que vive uma parte da humanidade em face da outra, destruindo radicalmente as causas d’essa injustiça, repartindo as utilidades conforme as necessidades de cada qual; ante a necessidade económica de se organizar a produção de um modo científico, terminando, por um lado, com os enormes desperdícios que a guerra da concorrência capitalista determina, e, por outro lado, pondo termo ao parasitismo burguês, fazendo com que a produção socialize, passando para a posse dos produtores, e d’estes para a grande massa da humanidade *toda*, ante a necessidade de viver, de se desenvolver como pessoa e ter a independência precisa á sua dignidade; ante a necessidade de *defender-se* e de *atacar* a classe exploradora do trabalhador operário: - o operário carece de organizar-se, de se agregar para satisfazer todas estas necessidades, para conseguir o seu fim, e alcançar a plena posse de todos os direitos que de justiça lhe pertencem (*O Sindicalista*, nº3, de 27 de novembro de 1910, p. 1).

Estes sindicatos pretendem, assim, superar o regime de exploração, assumindo-se como uma alternativa às organizações burguesas. São, por isso, mais do que uma forma de emancipação, um agente de revolução.

Assim, esse modelo alternativo tem na base uma proposta federativa, de associação livre entre organizações, que se unem por interesses de classe e de proximidade territorial, criando-se sucessivas escalas de organização supra-classe profissional e supra-territoriais, que, num futuro pós-revolucionário, substituirão as instituições burguesas.

Os operários (...) Precisam formar um todo que, nelle conservando cada qual a sua liberdade, seja o tipo, o modelo do grande principio sociológico chamado - *solidariedade*. Precisam que esse todo seja o resultado de uma rede de agregados sociais, de organizações parciais correspondente a toda a engrenagem dos Estados burgueses. Precisam organizar-se de modo que na luta pela sua emancipação, a cada organização burguesa, oponham uma igual e paralela organização operária (*O Sindicalista*, nº3, de 27 de novembro de 1910, p. 1).

O movimento associativo, onde se inclui a ação destas associações de classe, constitui, na opinião de Rui Canário, um momento histórico em que “o proletariado nascente [vai] ganhando uma progressiva consciência de si, enquanto classe social” e se vai (auto)incitando a “construir modalidades autónomas, nomeada e principalmente em relação ao Estado, de organização, de defesa, mas [que são] também embrionárias de um mundo social alternativo” (Canário, 2009, p. 135).

Movimento internacionalista

O facto destas organizações sindicais se terem gerado a partir de uma raiz libertária faz com que na sua matriz tenham, todas, um impulso internacionalista.

A Humanidade é uma só, subordinada à mesma condição, e todos os homens são iguais. Porém, todos os homens são diferentes, no íntimo do seu coração, cada homem é, na realidade uma ilha. Os anarquistas têm estado especialmente conscientes dessa dualidade entre o homem universal e o homem particular, e muitas das suas reflexões têm sido devotadas à busca de um equilíbrio entre as reivindicações da solidariedade humana geral e as do indivíduo livre (Woodcock, 2006, p. 7).

Aliás, o movimento libertário surge num ambiente internacionalista. Recorde-se que ganha fôlego pela voz de Bakunin, nas discussões da Primeira Internacional, sendo depois transposto para organizações de âmbito local e nacional. Nos sindicatos libertários a orientação internacionalista é algo que lhes é intrínseco e que se revela na criação de organizações, de âmbito territorial cada vez mais abrangentes, até chegar à Associação Internacional de Trabalhadores (Woodcock, 2006). Encontram-se, assim, n’*O Sindicalista* as seguintes referências:

E assim sucessivamente, de grau em grau, numa cada vez maior amplitude, até à organização internacional do proletariado (*O Sindicalista*, nº9, de 8 de janeiro de 1911, p. 1).

Nós não temos patria, pelo menos a vossa. Tel-a-hemos um dia!... No dia em que o patrimonio commum não seja açambarcado pelos que vivem à nossa custa, do nosso sangue e do nosso suor (*O Sindicalista*, nº31, de 11 de junho de 1911, p. 1).

A patria do sindicalismo é o universo e não o ambito estreito e acanhado de um povo. O sindicalismo não conhece barreiras: elle une, em fraternal amplexo, todos os povos, todos os nossos irmãos de trabalhos, quer elles sejam portugueses, francezes, suissos ou chinezes (*O Sindicalista*, nº15, de 19 de fevereiro de 1911, p. 3).

O ideário libertário é, por isso, estruturalmente internacionalista, ao imaginar uma sociedade fraterna e solidária, entre homens livres e iguais, que ultrapasse as fronteiras nacionais, impostas pela burguesia, e por eles não reconhecidas. Nas palavras de Manuel Joaquim de Sousa, “as nossas ideias, como os postulados confederais, são internacionais, universalistas” (Sousa, 1989, p. 45).

Movimento emancipatório

Referindo-se aos sindicatos libertários, João Freire salienta que “O sindicato é visto como um organismo de resistência, mas igualmente como uma instituição moral, cujo aperfeiçoamento deverá traduzir-se, nas condutas dos seus membros, por atitudes mais emancipadas, livres e solidárias” (Freire, 1992, p. 157). Afirma-se a este respeito n’*O Sindicalista*:

Filiado na associação de classe é que o operário moderno sente o esforço e a dôr, conhece o útil e o inútil, o bem e o mal, o justo e o injusto e de tudo colhe noção bem clara para uma conducta correcta, defendendo os seus interesses, n’uma meta persistente de hora a hora, de momento a momento, meta contra a exploração patronal e contra a indiferença dos próprios camaradas (...) Só a Associação torna a classe operária poderosa e invencível! Só ella fortifica! Só ella educa e dá consciencia da propria força (*O Sindicalista*, nº9, de 8 de janeiro de 1911, p. 2).

O sindicato assume assim a tarefa de construção de uma consciência operária e de defesa dos interesses comuns, desenvolvendo redes de cooperação e de solidariedade.

é necessario, primeiro, crear o espirito corporativo - isto é, socialisar, syndicar as profissões e desenvolver a organização sindical para que no dia da revolução haja em cada localidade organismos corporativos que assegurem a continuidade da produção, condição essencial da estabilidade e da consolidação da nova organização social; depois fazer penetrar as corporações do espirito sindicalista. De resto, syndicar, isto é, reunir os produtores para defeza dos seus interesses, é já socialisar, isto é, crear a consciencia da cooperação social (*O Sindicalista*, nº110, de 5 de janeiro de 1913, p. 2).

Movimento revolucionário

Ainda que muitos anarquistas, mesmo que defensores da colaboração e do envolvimento nas organizações sindicais, fossem muito críticos em relação à presunção revolucionária dos sindicalistas, uma vez que os viam demasiado consumidos pela luta imediata de melhoria das condições de vida dos trabalhadores para que pudessem alimentar veleidades revolucionárias (Malatesta, 1995a), nos discursos destes sindicalistas estava

sempre presente a convicção de que eram, antes de tudo, um movimento revolucionário, detentor de uma proposta de uma nova sociedade.

Acham e proclamam os nossos democratas do governo que o sindicalismo tem por objecto melhorar as condições actuaes do trabalho, e mais nada. É um entretenimento que não faz mal a ninguém. Enquanto assim discreteiam tão bons senhores, acontece irem os sindicalistas trabalhando pela suppressão do patronato e do salariato, dando d'este modo amplitude maior á sua doutrina. São estes os factos em que se pese aos nossos adversarios (*O Sindicalista*, nº27, de 14 de maio de 1911, p. 1).

O seu fito de procura de igualdade e de liberdade para todos, envolve-os numa luta que é, para eles e na sua essência, revolucionária, transformadora.

A luta é a vida, e para que a classe operaria entre n'uma phase pratica e proficua urge que a luta se desenhe bem patente e distincta, affirmando-se continuamente com actos que demonstrem a todas as forças oppressoras que ha uma grande legião que marcha com firmeza para a conquista de melhores dias, na natural aspiração de attingir um estado social de liberdade e egualdade para todos (*O Sindicalista*, nº29, de 28 de maio de 1911, p. 4).

E o sindicalismo apella hoje para a greve parcial para conquistar algumas melhorias e ensaiar as suas forças, apelará amanhã para a greve geral, percusora da revolução social que realizará a transformação desejada (*O Sindicalista*, nº14, de 12 de fevereiro de 1911, p.1).

A sua luta é, explicitamente, contra o regime de exploração e consequente abolição do regime de patronato e do salariato.

Na terceira fase, isto é, na faze actual, a orientação que tende dia a dia a generalisar-se cada vez mais, é a de dirigir o movimento operario no sentido d'uma transformação social, abolindo o patronato e o salariato e procurando, pelo esforço do operarios organizados como classe, crear evolutivamente e revolucionariamente, pela educação e pela acção das massas trabalhadoras, o meio e as condições favoraveis á transformação da ordem social existente (*O Sindicalista*, nº28, de 28 de maio de 1911, p. 1).

Os editores d'*O Sindicalista*, sindicalistas revolucionários que projectam o sindicato como base da nova sociedade por eles ideada, explicitam, sempre, que a luta imediata é apenas um meio, uma fase transitória, de edificação, na prática, das novas formas sociais que substituirão as construídas pela burguesia.

A primeira these indicada para a discussão - Principios Geraes de Organização, naturalmente subordinada á approved no primeiro congresso, tratará, assim o julgamos, não só da ideologia do Sindicalismo Revolucionário, esboço de uma nova civilização, mas ainda da sua missão transitória, isto é, das conquistas immediatas a realizar, conquistas que mais e mais se irão avolumando até se alcançar o *desideratum* em vista, e deixará indicado de uma forma geral o meio e maneira dos organismos sindicais actuarem e qual a respectiva funcção social (*O Sindicalista*, nº9, de 8 de janeiro de 1911, p. 1).

Neste sentido, este era um movimento “cioso da autonomia operária, do valor de uma união livremente elaborada e aceite sem imposições ortodoxas ou exteriores, tendo fins immediatos relacionados com uma aspiração mais complexa: a contestação e a transformação da sociedade” (Santana, 1987, p. 34).

Existiria, então, este duplo fôlego - de emancipação e revolução - que criaria a possibilidade de uma “classe para si”, nos termos definidos por César Oliveira, ou seja, na ação sindical, os trabalhadores reconhecer-se-iam a si próprios “como sujeitos activos e dialécticos da história, *maturados* os seus objectivos, conscientes, em toda a complexidade do processo social, de si [próprios] como agente transformador do mundo” (Oliveira, 1974b, p. 87).

Ação Directa

A ação directa não é mais do que a materialização de um movimento que se pretende autónomo e criador, pelo que a cooperação com qualquer tipo de regime, ou organizações que se quer combater, é liminarmente posta de lado.

Aliar-se ao Estado, á burguezia, para a destruir é uma ingenuidade imbecil (*O Sindicalista*, nº2, de 20 de novembro de 1910, p. 2).

É uma atitude que se ancora na convicção destes militantes de que este é um movimento revolucionário e não reformista e, por isso, que deve ser resultado de uma ação autónoma e criadora.

Ha um perigo enorme em reclamar todas as reformas da iniciativa do Estado. Esperando tudo do Estado, os operarios não adquirem essa confiança nas suas proprias forças, que é indispensavel ao avanço do seu movimento; habituam-se a considerar o Estado como uma providencia que vella sobre elles; não fazem nada por si proprios; a sua acção limita-se a algumas representações innocentes ao governo; o labirinto das leis cresce com alguns textos mais, a posição dos operarios, porém, em nada muda. Ora, se, em

vez d'isso, os operarios consagrarem toda a sua actividade e toda a sua energia em organizar e manter as suas instituições syndicaes e a propagar as doutrinas do syndicalismo revolucionario; se, juntando a teoria á pratica, realizarem directamente sem nenhuma intervenção burgueza e governamental, inluindo mesmo a dos *dilettantes* chamados intellectuaes, todas as reformas immediatamente possiveis, a causa do trabalho será mais bem servida do que pelo recurso á intervenção legislativa (*O Sindicalista*, nº29, de 28 de abril de 1911, p. 4).

Desta forma, não confiam àqueles que acusam de os colocar e manter numa situação de desigualdade profunda a tarefa de os auxiliarem a sair dessa situação de sujeição.

Não é pedindo servilmente protecção ou misturando-se com os patrões que o operariado obterá a sua emancipação. Quem quer emancipar-se, dissémos algures, de qualquer poder individual ou colectivo, deve, primeiro que tudo, mostrar-se independente e provar que não precisa desse poder para nada. Deve fazer ver que sabe exercer, usar das prerrogativas a que tem jus. Estar, por um lado, a proclamar a libertação do operario de toda a organização burgueza, e ir pedir, solicitar, rogar, por outro lado, a essa mesmissima organização, o favor de uma lei que tal consiga, não faz sentido, é crasso contrasenso ou uma criminosa comedia de que é joguete o pobre e miseravel operario, que, na lucta contra a fome, se deixa guiar pelo primeiro histrião que lhe oferece o dom da sua voz, o saber da sua intelligência, o amor pelos oprimidos e ainda outros elixires, á imagem e semelhança dos pantomineiros das praças publicas. Não! A emancipação dos trabalhadores não pode nem deve ser obtida por concessões da parte do poder que querem destruir, da parte daquelles cujos interesses estão exactamente em contradição com ella, mas sim pelo proprio esforço, pela propria necessidade, moral e material, que os operarios deverão criar em torno de si, formando ao mesmo tempo a consciencia dos seus direitos e das suas forças (*O Sindicalista*, nº2, de 20 de novembro de 1910, p. 2).

Mas a ação direta não é pensada como ação violenta, mas sim como uma ação de demonstração da força autónoma dos trabalhadores, que se assenta na crença de que para se conseguir uma verdadeira emancipação, esta deve ser obra dos próprios trabalhadores.

Nós e o atentado - (...) De resto, o syndicalismo, ao contrario do que, ignorante e malevolamente, ahi afirma muita cabeça ôca e muito velhaco infrene, não adóta systematicamente a violencia. Os syndicalistas só uzam a violencia contra a violencia, e o mesmo fazem, posto agora o pretendam ocultar, todos os homens e todos os partidos que não teem sentimentos embotados por uma resignação mórbida, facil de aconselhar, mas dificil de praticar quando na verdade *se sente*. Tampoco a *ação diréta*,

preconizada pelo sindicalismo revolucionario, representa, no seu puro significado, como igualmente o aventa muito imbecil e muito tratante que dá cartas na politica e na imprensa. Centenas de vezes aqui temos explicado, com iniludível clareza, que *ação direta* é o movimento autonomo dos trabalhadores organizados, isto é, os operarios tratanto *dirétamente*, por meio dos *seus* sindicatos de resistencia, com a classe industrial e com o Estado-patrão, e repudiando, por ineficaz e perigosa para os seus interesses, a interferencia de estranhos nas *suas questões* (*O Sindicalista*, nº129, de 22 de junho de 1913, p. 1).

A ação direta é uma atitude do ser emancipado, autónomo, que conduz o processo de luta de acordo com o ideal de liberdade e de igualdade que persegue como fim.

Poderão os sofistas e homens de boa fé interpretar como quizerem a formula - *A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos proprios trabalhadores* - que uma coisa ha que eles não podem negar: é que se contem n'ela a autonomia das classes trabalhadoras. E se essa autonomia se não se revelar na ação, nos atos por elas praticados, é como se não existisse, pois que só na ação ela pode produzir frutos. Pois que importa que os operarios aplaudam e préguem palavras de revolta ou de emancipação, se eles na pratica se portarem como submissos ou como escravizados? E todavia é precisamente esta atitude de contradição a que convem a todos que governam e a todos que desejam governar, o que quer dizer que não convem aos trabalhadores (*O Sindicalista*, nº132, de 19 de outubro de 1913, p. 2).

Recorrendo às palavras de Émile Pouget, conhecido teórico francês do sindicalismo revolucionário da altura, a ação direta é “a acção sindical, sem misturas, sem compromissos capitalistas ou governamentais (...) é constituir uma manifestação espontânea ou reflectida, mas sem intervenção de agentes exteriores, da vontade e da consciência operária” (Émile Pouget, citado em Oliveira, 1980, pp. 40-41). Encontra-se com clareza n’*O Sindicalista* a opção por esta forma de ação sindical:

que se saiba que este congresso é, por assim dizer, o prolongamento do primeiro, realisado em 1909, e no qual a ACÇÃO DIRECTA foi proclamada como unico methodo de lucta capaz de conduzir os trabalhadores á sua completa emancipação (*O Sindicalista*, nº9, de 8 de janeiro de 1911, p. 1).

A ação direta é, assim, o modo como se faz a luta no meio sindical libertário, sendo que a forma de luta a que estes militantes mais recorrem é a greve.

A tática do sindicalismo é da acção directa, cuja manifestação principal é a greve (*O Sindicalista*, nº110, de 5 de janeiro de 1913, p. 1).

A greve, que é a acção que se realiza na luta imediata, de todos os dias, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, mas também é a outra, a geral e revolucionária que marcará a passagem para um outro mundo, libertário. Assim, para os sindicalistas revolucionários, “a greve geral substitui-se à revolução política tal como a greve quotidiana se substitui à intervenção parlamentar” (Pereira, 2011, p. 21).

Para a greve geral (...) apelam todos os verdadeiros revolucionários. À greve geral cabe um importante papel na remodelação da sociedade. Será por meio de uma greve geral, a maior de todas, porque deverá estender-se a todo o mundo, que um dia os oprimidos se hão-de erguer e afirmar o seu direito à vida, iniciando a revolução social (Campos Lima, 1972, p. 105).

C. Sindicalismo Revolucionário

Filiações ideológicas

N’*O Sindicalista* encontra-se uma breve explicação da raiz ideológica do sindicalismo revolucionário. Estes militantes assumem uma proximidade com as ideias e os princípios filosóficos, sociais e políticos do socialismo marxista e o do libertário, mas declaram-se sujeitos de uma doutrina própria e distinta das anteriores. Distinta tanto nos meios adoptados (na forma como constroem a sua luta pela transformação social), como no fim perseguido (uma nova sociedade onde o Sindicato assume um papel fulcral).

Para nós, o sindicalismo não é apenas uma sistematização de processos de luta, de uma orientação no combate á sociedade capitalista. É uma doutrina nova, própria, que foi aproveitar do marxismo a sua base, na luta de classes, quanto aos meios, e aproveitando, quanto aos fins, o comunismo libertario, mas criando organismos especiaes que garantam a ezeção dos fins em harmonia com as nossas aspirações de hoje. Para nós, a organização operaria não é tão só um meio de assegurar o ezito da gréve geral revolucionaria (*O Sindicalista*, nº119, de 9 de março de 1913, p. 2).

Antiautoritarismo

Na procura de uma sociedade libertária, estes militantes são profundamente antiautoritários.

O sindicalismo sustenta que não pode haver ‘paz entre os homens’ enquanto subsistam escravos e senhores, homens que trabalhem e sofram, homens que nada produzem e tudo gozam (*O Sindicalista*, nº14, de 12 de fevereiro de 1911, p.1).

Questionam um autoritarismo que se revela em múltiplas “frentes”, uma das quais o Anticlericalismo.

As classes exploradoras e dominantes encontraram sempre nas religiões o apoio e a justificação dos seus crimes e das suas extorsões; as classes dominadas, exploradas, foram nos seus impulsos de revolta e nas suas aspirações de justiça contidas, suffocadas e desviadas pelo espírito das religiões (*O Sindicalista*, nº31, de 11 de junho de 1911, p. 1).

Ao anticlericalismo aliam um profundo antiestatismo, que se revela num discurso antipatriótico e antimilitarista.

Mas a Patria confunde-se com a propriedade, o culto que se presta a um, redonda em benefício da outra; e é o que se pretende. Ter soldados que defendam a Ordem, a Patria e a Propriedade, a nova trindade que veio substituir o catholicismo (*O Sindicalista*, nº31, de 11 de junho de 1911, p. 1).

Mostra depois o nosso camarada como o sindicalismo - que é um processo de transformação social de base economica - encara as noções politicas da patria, militarismo e estado, concluindo pelo seu absoluto atagonismo. A patria é um produto da forma de governo. Foi a centralisação da função directiva - a centralisação politica - que creando a unidade territorial creou a noção de patria. A patria é uma certa região sob a mesma soberania politica e a sua extensão é uma função da conquista e não do elemento etnico. A patria é anti-social. A melhor maneira de cultivar o sentimento patriótico é despertar o ódio pelos paizes vizinhos (*O Sindicalista*, nº110, de 5 de janeiro de 1913, p. 2).

Ao patriotismo temos que antepôr a solidariedade internacional da classe, e ao militarismo, ao embrutecimento da caserna aonde se armam, como em Setubal, os nossos irmãos que nos hão de fuzilar, temos que combater-o como pernicioso para nós e só útil para os nossos exploradores. Nós somos antipatriotas! Nós somos antimilitaristas! (*O Sindicalista*, nº31, de 11 de junho de 1911, p. 1).

Simultaneamente assumem um desapego total pelo modelo político, que consideram igualmente hierárquico, dos regimes parlamentares e democráticos. Estes militantes defendem que as decisões devem ser consensuais, sendo que as por maioria, a acontecerem, só pontualmente devem ocorrer.

Não se vá, porém, pretender que somos apologistas dum novo Estado. Somos contra todos os mandatos por prazo fixo, pois que implicam sempre a abdicação da vontade do maior numero (*O Sindicalista*, nº119, de 9 de março de 1913, p. 2).

O Sindicalismo basta-se a si próprio

Esta ideia que vem desde a Carta de Amiens, onde se estabelecem os princípios do sindicalismo revolucionário, é contestada por muitas facções anarquistas do movimento libertário, uma vez que os impele a convicção de que a luta sindical está essencialmente voltada para a resolução do presente e não para a construção de um futuro (Malatesta, 1995b). No entanto, os sindicalistas revolucionários, que editam este jornal, consideram-se revolucionários e não reformistas.

É sindicalista revolucionário. É pela revolução, contra a reforma. Perfilha a forma de Sorel: Reformar a sociedade burguesa é afirmar a propriedade privada e adota a preposição de que o sindicalismo se basta a si mesmo, o que demonstrará (*O Sindicalista*, nº110, de 5 de janeiro de 1913, p. 1).

Entendem que essa revolução será fruto de uma ação autónoma dos trabalhadores e que serão eles a tomar a rédeas da nova sociedade que preconizam.

Os sindicalistas creem que o comunismo será obra directa dos mesmos trabalhadores, os quaes não necessitam, para fazer isto, ajuda de guias espertos nem de officiaes e chefes que o mandem. Aqueles que estão empregados no trabalho diario e efétivo da produção e distribuição da riqueza social estão desde já suficientemente preparados e instruidos para poder prescindir dos teóricos academicos, economistas, profissionaes e demais verba inutil. Eles saberão dirigir de modo eficiente as industrias respétivas de um modo conveniente para si mesmo e para os trabalhadores das outras industrias. O nosso programa, pondo de parte toda a utopia, é este, em linha geral: «A conquista do sistema industrial presente, sua apreciação e direcção por obra directa dos mesmos trabalhadores, em beneficio de toda a colétividade (*O Sindicalista*, nº114, de 31 de janeiro de 1913, p.3).

Sindicato como unidade base da nova sociedade

A ideia de que o sindicalismo se basta a si próprio tem ainda como consequência que este se basta no momento, na luta reivindicativa imediata, mas que também é suficiente para a construção da sociedade futura. O sindicato é assim entendido como uma organização de luta e de solidariedade operárias, mas também como tendo um papel de transformação social e de esboço da nova sociedade por eles imaginada.

Em que sentido se deve entender essa transformação [social]? No sentido da liberdade, isto é, da autonomia dos individuos e dos grupos. [que deve fazer-se por intermédio de] uma organização livre, descentralizada e federalista, que respeite e torne possível a autonomia dos individuos e dos grupos, procurando a coordenação dos esforços pelo livre accordo consciente de todas as vontades, o que só se póde conseguir por intermedio do federalismo organizado debaixo para cima, isto é, do sindicato para as federações. O papel que, portanto, deverá incubar d'uma forma geral a esses órgãos de coordenação, é um papel de lucta, de educação, de solidariedade operaria e de transformação social, tanto para os sindicatos, federações, uniões locais, etc (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p.3).

Tecendo uma rede sindical, semear-se-á a estrutura social da sociedade futura, onde os sindicatos serão a sua célula base, substituindo as instituições de governo vigentes. Será a partir dos sindicatos que se organizará toda a nova sociedade.

A organização operaria, tal como está esboçada, manter-se-ha após o ato revolucionario, substituindo-se ás atuais instituições, regularizando a produção e a troca, cuidando da assistencia e instrução, da higiene publica e das vias de comunicação, das relações exteriores, etc. O sindicato profissional, a união dos sindicatos, a federação corporativa, como a confederação nacional, são organismos especificos cujas atribuições são limitadas (*O Sindicalista*, nº119, de 9 de março de 1913, p. 2).

A Futura Sociedade Comunista

A nova sociedade, organizada pelos sindicatos, pretende fazer a expropriação da riqueza produzida e a sua distribuição igualitária, de modo a fazer desaparecer os interesses antagónicos existentes.

O sindicalismo revolucionario affirma que só por meio da expropriação colectiva da riqueza social, em beneficio de todos, poderá fazer desaparecer os interesses antagonicos que são a caracteristica da sociedade actual (*O Sindicalista*, nº14, de 12 de fevereiro de 1911, p. 1).

Ela será também a expressão de uma sociedade comunista, assente na propriedade comum dos meios de produção, de consumo e de distribuição. Ela será uma sociedade comunista libertária.

[transformar a ordem social existente] no sentido communista, isto é, no sentido da apropriação e commum dos meios de producção, de consumo e de destribuição. Esta

faze de associonismo operario é vulgarmente conhecida por sindicalismo revolucionario (*O Sindicalista*, nº28, de 21 de maio de 1911, p. 1).

Todos os oradores preconisaram a acção sindical como o melhor methodo de luta que o operariado deve adoptar para oppôr um dique á exploração capitalista e realizar a finalidade do Sindicalismo - o Communismo Livre (*O Sindicalista*, nº31, de 11 de junho de 1911, p. 2).

Liberdade e Igualdade

Por fim, é importante referir que também aqui se expressam os valores de liberdade e de igualdade, característicos do pensamento libertário, entendidos como a exaltação da individualidade e da autonomia do homem, mas também a sua profunda pulsão para a fraternidade, para a vida em comum.

Na sociedade actual, o individuo é uma abstracção - o cidadão - que não corresponde a nenhuma função especializada. No sindicalismo o individuo é uma unidade da força produtiva (*O Sindicalista*, nº110, de 5 de janeiro de 1913, p. 1).

Desta forma, a nova sociedade, organizada em associações de classe, resulta de uma associação livre de trabalhadores, iguais entre si. Ela será uma sociedade baseada na solidariedade, em que cada um produzirá, segundo as suas possibilidades e consumirá, segundo as suas necessidades.

Possuida que sejam um dia, as officinas, os instrumentos de trabalho, as minas, caminhos de ferro, transportes maritimos, todos os meios de circulação, de producção e de permuta, sem esquecer a terra como fonte de materias primas, possuida, enfim, que seja a sociedade com as suas escolas superiores, monumentos, bibliothecas e museus, então o sindicato inaugurá a sociedade igualitaria e livre, pela expontanea Federação, não só das forças productoras, mas tambem das vontades, das affinidades e das sympathias (*O Sindicalista*, nº19, de 19 de fevereiro de 1911, p. 3).

Considerando que a igualdade social só se manterá pela harmonia colétiva, trabalhando cada um segundo as suas forças e consumindo segundo as suas necessidades (*O Sindicalista*, nº42, de 27 de agosto de 1911, p. 3).

Em jeito de síntese do tema “Sindicalismo”, recupera-se a ideia de confronto entre os conceitos de *autonomia* e de *heteronomia*, já abordados no tema “Educação”. Considera-se, assim, seguindo a interpretação de Rui Canário (que, por sua vez, chama a si, partilhando-as, as ideias de João Bernardo), que estes dois conceitos podem constituir

uma grelha analítica para melhor compreender as dinâmicas dos conflitos sociais da era moderna. Diz João Bernardo:

O mundo contemporâneo sustenta-se numa tensão permanente entre a esfera do Estado, que corresponde sempre para os trabalhadores a formas de hetero-organização e que reproduz e avoluma o capital, e a esfera da auto-organização dos trabalhadores, em que se processam as lutas colectivas e activas contra o capital e onde existe em gérmen o modelo de uma sociedade diferente, de um modo de produção. Estas duas vidas dos trabalhadores supõem os princípios antagónicos de duas sociedades inteiramente opostas, uma assente na desigualdade e na exploração, e outra onde se reproduzem e amplificam os elos de solidariedade, de igualitarismo e de espírito colectivo que presidem às manifestações de lutas mais avançadas (Bernardo, 2003, citado em Canário, 2007b, pp. 16-17).

3.1.3. Entretecendo os temas Educação e Sindicalismo

A análise realizada permite concluir que as “vozes” (de sindicalistas e anarquistas ligados ao movimento sindical), encontradas n’*O Sindicalista*, transpõem para o contexto nacional os ideais do movimento sindicalista libertário internacional. Os autores consideram que os seus sindicatos não se esgotam num exercício de resistência e de reivindicação, mas conformam, na sua teorização e ação, instituições morais que perseguem o aperfeiçoamento do homem, desenvolvendo neles atitudes de emancipação e transformação sociais, com vista à formação de um homem novo, para uma sociedade nova.

Nós, sindicalistas, sempre temos querido organizar e formar consciências (...) Somos homens que temos direito á vida, uma vida que não seja, como agora, a estagnação da propria individualidade criadora. Queremos associar e educar para caminharmos com segurancia para o Futuro, que pertencerá ao Trabalho (*O Sindicalista*, nº 131, de 25 de setembro de 1913, p. 1).

Assim, estes militantes viam os sindicatos como meio de “preparação” para uma revolução (Candeias, 1998), na qual estas associações teriam um papel fulcral.

[O sindicato] é uma organização com base nas profissões - manifestações espontâneas de tendências, aptidões e indivíduos sociáveis - que tem os seguintes objectivos a realizar simultâneamente:

1º Imediato e subjectivo - De defesa, de luta directa de classes e de expropriação do regime burguês;

- 2º Mediato e objectivo - De preparação técnica, de educação social e cultural;
- 3º Mediato e objectivo - De reconstrução social (da Tese do III Congresso Operário Nacional, de 1922, na Covilhã, promovido pela CGT, retirado de Rodrigues, 1980, p. 162).

Está-se, portanto, perante uma organização que se desenvolve no mundo do trabalho e que, ao perceber-se como emancipatória e revolucionária, imbrica naturalmente a sua ação com a ideia da preparação, ou dito de outra forma, da educação das massas trabalhadoras, que é, por estes militantes, encarada como absolutamente necessária para alcançar a sociedade ideada. Ainda no texto da tese discutida no Congresso de 1922, essa ideia encontra-se claramente exposta, no seu ponto VII:

A organização sindicalista é pois:

(...)

- b) Essencialmente pedagógica: cria em cada indivíduo um valor e consciência sociais, uma capacidade técnica e administrativa de gestão, uma força activa ou carácter justo, uma actividade coordenadora e solidária (da Tese do III Congresso Operário Nacional, de 1922, na Covilhã, promovido pela CGT, retirado de Vieira, 1974, p. 159).

Como se observa, para estes militantes, as suas associações procuravam a destruição do Estado e do Capitalismo, reconhecendo na educação um instrumento imprescindível para a concretização dessa sua aspiração. Existindo, deste modo, uma constante preocupação com a “elevação dos trabalhadores, moral, material e fisicamente, seja por organismos próprios, seja pelo concurso a prestar a todas as entidades que no todo ou em parte se proponham realizar os objectivos integrais da educação popular” (Sousa, 1989, p. 15), defendiam que:

A missão sindical é mais vasta e mais complexa. É um trabalho de organização, joga com grandes efectivos e opõe toda uma classe - o operariado - contra a classe inteira da burguesia. Para que a luta de classes triunfemos é necessário preparar bons sindicatos, é necessário educar (*O Sindicalista*, nº119, de 9 de março de 1913, p. 1).

Estes sindicatos, para além de espaços de reivindicação e luta “eram também, ou tentavam ser, espaços que mostrassem aos homens e mulheres que os acompanhavam no seu percurso, que a vida podia ser diferente daquela que os oprimia e espezinhava” (Candeias, 1998, p. 46).

Ou seja, estes militantes queriam construir espaços que se constituíssem como alternativos aos institucionais. Alternativos, por um lado, porque a sua forma de

organização e ação funcionava como desagregadores dos outros, dominantes. Ou seja, as relações de trabalho e consumo que aí se desenvolviam expunham, por comparação, as injustiças e insuficiências das relações burguesas. E, por outro lado, porque

criavam espaços de vida onde se lia os seus jornais, onde pais e filhos frequentavam as suas escolas, ouviam as conferências seleccionadas, consumiam da cooperativa ligadas aos sindicatos, bebiam vinho nos seus buffets e tomavam banho nos seus duches e balneários, espaços esses que seriam ou se queriam fechados ao exterior, e que funcionavam como formadores no sentido global, de homens, mulheres e crianças que passavam a fazer parte de um modo de vida hegemonizado pelas concepções de raiz libertária (Candeias, 1998, p. 47).

Eram espaços que concretizavam a ideia de uma verdadeira fundação de “territórios libertados” (Candeias, 1998) ou, se recorrermos a uma formulação de Rui Canário, à criação de “modalidades embrionárias de um mundo social alternativo” (Canário, 2009, p. 135). Estes militantes não diferiam para um futuro libertário a concretização das suas ideias, estando convictos que era no fazer, no presente, que se construía e delineava esse mesmo porvir. Assim, estas experiências eram já *vindoiros presentes*, se se permitir a liberdade desta expressão.

Em jeito de síntese, cabe afirmar-se que estes militantes percebiam a sua ação sindical de uma forma profundamente autónoma e que não se esgotava num instrumento de resistência e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, assumindo-se como agentes emancipadores e revolucionários e, conseqüentemente, as suas organizações estavam embuídas de uma natureza profundamente educativa. Entendendo eles que também a educação teria de ser obra deles próprios, resultado de um movimento autónomo e criador, com vista à emancipação e transformação dos indivíduos.

3.2. Intencionalidade formativa n’*O Sindicalista*

Que se torna necessario fazer? Antes de mais nada *crear* consciencia operaria. Essa consciência cria-se pela *propaganda* e pela *acção*. Pela *propaganda* quando se fala ou escreve para os proletários, despertando-lhes o sentimento da sua missão na vida, acordando nelles o espirito da revolta que a educação submissa lhes adormeceu (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 1).

Aborda-se agora a outra “frente” de análise, que procura discutir a existência, ou não, neste periódico, de uma intencionalidade educativa, doutrinária e de estímulo ao autodidatismo.

Ao retomar um texto retirado d’*O Sindicalista*, percebe-se a concepção bastante ampla que têm sobre a atividade sindical, bem como da educação. No caso da educação, tanto no que diz respeito aos conteúdos a apreender, como nos meios e espaços através dos quais os trabalhadores podem aprender. Vejamos um excerto da primeira tese saída do 1º Congresso Sindicalista, de 1909:

Com relação à educação dos trabalhadores, esta educação deverá ser de ordem social, profissional ou thecnica e educação de ordem geral. A educação social tem por fim como já vimos tornar conscientes os indivíduos das causas sociaes da sua miseria, dos meios a adoptar para se libertarem, e poderá fazer-se pela conferencia, pelo jornal, pelo manifesto, a folha solta, etc. A educação profissional ou thecnica effectuar-se-ha pela criação de escolas ou cursos especiais. Os conhecimentos de ordem geral serão ministrados quasi sempre por meio de conferencias (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 4).

O grupo sindicalista responsável pela edição deste periódico asseguraria, desde logo, um espaço de reflexão e de educação de “ordem social”, com vista à emancipação dos trabalhadores, que se traduziria na publicação do próprio jornal, mas também, no caso concreto, pela publicação de textos doutrinários, de notícias, e respetivas opiniões e reflexões, sobre a luta dos trabalhadores, publicitando conferências e o acesso a títulos de autores libertários nas secções Biblioteca Sindicalista/Publicações Sociaes e Publicações.

Quanto à educação de “ordem profissional ou thecnica”, são frequentes as menções e descrições de escolas e de cursos ao longo das páginas de todo *O Sindicalista*; Além disso, são muitas as publicitações de conferências e de palestras, seja de uma forma dispersa pelas páginas do periódico, seja enquadradas nas secções Conferencias, Propaganda Sindicalista e Festas Associativas.

Por isso, também aqui se pode encontrar uma preocupação (ou melhor, missão) em tudo semelhante àquela tão claramente expressa por Emídio Santana a propósito do sentido que deu ao seu papel de redactor principal d’*O Eco Metarlógico*, em 1928: “Procurei dosear os problemas quotidianos e imediatos da classe metarlógica com a formação de uma consciência revolucionária” (Santana, 1987, p. 175).

A título de exemplo, explorar-se-ão, de seguida, três tipos de meios explicitados neste periódico, escolhidos devido à frequência e persistência com que são a todo o momento explanados nas páginas d'*O Sindicalista*: profusão de textos de autores libertários, divulgação de publicações e publicitação de conferências e palestras.

A. Difusão de textos de autores libertários

Existe uma profusão de textos de autores libertários, que se podem considerar doutrinários ou de propaganda, ao longo de todo o tempo de vida deste jornal. Os principais temas focados são o movimento operário, o sindicalismo, o sindicalismo revolucionário, o anarquismo e, naturalmente, as questões educativas.

Encontram-se textos de origem nacional, mas a esmagadora maioria dos textos, do *corpus* analisado, são internacionais, publicados na sua tradução, o que deixa adivinhar uma preocupação em dar a conhecer o que se fazia e pensava lá fora sobre e no seio do movimento sindicalista e libertário internacional.

Um dos textos publicados é da autoria de Émile Pouget e nele o autor afirma, com clareza, que os sindicatos são, não só órgãos de resistência, mas também de educação, numa visão que já se tinha identificado na primeira parte da análise empírica, dedicada às vozes dos militantes nacionais. Os sindicatos são, assim, espaços de formação e preparação dos trabalhadores para uma nova sociedade, sem patrões.

[*O que é o sindicalismo*, de E. Pouget] A tarefa do sindicato que é primacial e lhe dá o verdadeiro carácter de organização de combate social, é uma tarefa de luta de classe; é de resistência e de educação. O sindicato vela pelos interesses profissionais não dos seus membros em especial, mas do conjunto da corporação; pela sua acção, conserva o patrão em respeito, refreia os seus insaciáveis desejos d'exploração, reivindica um bem-estar cada vez maior, preocupando-se com as condições d'higiene, da produção, etc. Além d'esta tarefa quotidiana, não descarta a obra de educação, que consiste em preparar a mentalidade dos trabalhadores para uma transformação social que elimine o patronato (*O Sindicalista*, nº3, de 27 de novembro de 1910, p. 2).

Num outro texto, Hubert Lagardelle refere-se ao sindicalismo como o “grande educador da hora presente, como o actual depositario dos sentimentos eternos que exaltam a pessoa humana” (*O Sindicalista*, nº4, de 4 de dezembro de 1910, p. 1).

Picart, por seu turno, critica o modelo burguês, que, na sua opinião, transformou os trabalhadores em serventes das máquinas, despojados do seu saber profissional, constantemente ameaçados pelo desemprego e pelo excesso de trabalho, acreditando

que a atividade sindical reivindicativa será o motor de emancipação e “renascença profissional” da classe trabalhadora.

Ha 120 anos, quando a burguezia individualista, apoderando-se do poder politico, destruiu os ultimos vestigios das corporações, a aprendizagem ezistia o saber profissional tambem. Da maquina, instrumento de emancipação humana, fez um instrumento de servidão proletaria. E aproveitou-se de éla para expropriar o trabalhador da sua propriedade, do seu instrumento de trabalho: a capacidade profissional. Criou o chomage e o surmenage, esperando assim sabotear as inteligencias, sabotear as energias, para não ter mais ao seu serviço senão um ezercito de trabalhadores não qualificados, de serventes de maquinas. Entretanto, o sindicalismo nascia e desenvolvia-se, - o sindicalismo que não é só um movimento de reivindicações materiaes, mas tambem e sobretudo um movimento de emancipação e renascença profissional. E então, de repente, a burguezia descobriu a crise da aprendizagem. Não para reconhecer a sua imprevidencia e a sua imbecilidade; não para tentar reconstruir o patrimonio profissional que como má gerente havia delapidado. Sabendo bem que os melhores operarios, os mais conscientes do seu valor tecnico, são os mais ardentes nas reivindicações; sabendo bem que não seria possivel dismantelar um proletariado na posse de uma larga e solida instrução corporativa e economica, a burguezia não se preocupa com uma verdadeira renascença da aprendizagem. Pelo contrario. O que ela tem em vista é opôr-se ao desenvolvimento intelectual da classe operaria, ao desenvolvimento paralélo do sindicalismo. O que éla quer é não operarios completos, conhecendo a fundo o seu oficio, mas trabalhadores adestrados num trabalho mecanico da especialidade, ignorando tudo do mundo exterior da sua especialidade. É o que Villemin exprime numa forma lapidar: «um cocheiro não precisa de saber andar». O que éla pretende é automatos obedecendo servilmente, não se permitindo pensar, raciocionar, julgar. E por isso, não lhe parecendo o Estado suficientemente apto para semelhante tarefa, éla reclama a direcção da aprendizagem para as suas camaras de comercio, - reivindica o restabelecimento dos longos dias de trabalho, - e defende energicamente o abominavel marchandage (*O Sindicalista*, nº49, de 22 de outubro de 1911, p. 1).

Mambursin refere-se ao desigual acesso à educação entre ricos e pobres e fala “do odioso regime social [que criou] duas humanidades: a que sofre e a que gosa (...) Uns vão para os liceus, depois para as universidades, cultivar os cerebros ou simplesmente para roçar as calças pelos bancos; os outros, vão trabalhar para as fabricas, para as oficinas, para as minas, para os campos” (*O Sindicalista*, nº171, de 5 de março de 1916, p. 3).

A profusão de autores e textos é bastante significativa e tem um peso considerável na mancha deste periódico: em todos os números são transcritos os escritos de pelo menos um autor libertário, nacional ou internacional. A título de exemplo, pode elencar-se um rol, claro que não exaustivo, de quem ocupava estas tribunas n’*O Sindicalista*: Piotr Kropotkin, Georges Ivetot, Errico Malatesta, Émile Pouget, Paul Louis, Adolfo Lima, Teófilo Braga, Mikhail Bakunin, Francisco Ferrer e Élisée Reclus.

Em conclusão pode afirmar-se estar aqui presente uma vontade concretizada de facultar o acesso de textos, traduzidos, aos trabalhadores leitores do jornal. Um impulso que é, naturalmente, doutrinário (de disseminação daqueles que são os seus princípios ideológicos) e formativo (“educar e orientar”).

B. Divulgação de Publicações

Neste periódico encontra-se uma presença significativa de publicitação de edições, nacionais e estrangeiras, bem como das formas de as adquirir, um zelo que deixa adivinhar, uma vez mais, um estímulo intencional ao autodidatismo dos seus leitores.

Desde o primeiro número que o periódico tem uma secção especialmente dedicada à publicitação de obras, que *O Sindicalista* disponibiliza para venda. A Biblioteca Sindicalista (mais tarde apelidada de Publicações Sociaes) é um segmento que percorre os dois primeiros recortes temporais analisados (de um total de 91, encontramos-lo em 37 números) e consiste numa lista de jornais e revistas, volumes e folhetos, classificados pelos próprios, a determinada altura, com os seguintes temas: Doutrinários e de Combate; Corporativos; Sindicalismo; Socialismo e Anarquismo; Historia, Ciencia, Filosofia; Romance e Teatro; Diversos.

Assim, a Biblioteca Sindicalista/Publicações Sociaes lista uma série de textos (que chega a alcançar cerca de uma centena de títulos diferentes, por número, que se vão repetindo de número para número) que cobrem essencialmente, como acima explicitado, temáticas ligadas às organizações operárias. Simultaneamente, publicitam a venda de algumas publicações periódicas em português, espanhol e francês, bem como volumes e folhetos em português ou traduzidos ao português.

A esmagadora maioria destes títulos trata de questões ligadas ao anarquismo, ao sindicalismo, à organização e lutas operárias (entre muitos outros, textos de sobejamente conhecidos autores libertários, de feição sindicalista e anarquista, portugueses e estrangeiros, tais como Piotr Kropotkin, Élisée Reclus, Errico Malatesta, Fernand Pelloutier, George Sorel, Victor Griffuelhes, Jean Grave, Silva Mendes, Adolfo

Lima, Manuel Joaquim de Sousa, entre outros) e seriam disponibilizados com um intuito doutrinário e de educação ideológica e moral dos seus leitores. Mas também se encontram obras de temáticas diversas, ainda que também de cunho libertário (que são classificadas pelos próprios, como acima já referido, de: “Historia, Ciencia, Filozofia”, “Romance e Teatro” e “Diversos”), que se podem considerar também educativas, mas de um âmbito que extravasa as questões sindicalista e da luta operária. A lista não é muito extensa e, como se considera elucidativa da abrangência temática, aqui se transcreve umas dessas listas:

Historia, Ciencia, Filozofia

P. Kropotkine: *Em volta d’uma vida*; A. Hamon: *Determinismo e Responsabilidade*; Felix Le Dantec: *O Ateismo*.

Romance e Teatro

Emile Zola: *Germinal, Trabalho, Verdade*; Frèdèric Boutet: *As vítimas*; Mota Assunção: *O Infanticídio*; Miguel Bombarda: *A reação em Portugal*; Heliodoro Salgado: *Mentiras religiosas*.

Diversos

J. Prat: *Ás mulheres*; J. Simões Coelho: *Quem é Ferrer*; Soledad Gustavo: *A mulher*; “Nós”: *A canalha (Refutação a uns sabios)*; Ernesto da Silva: *Teatro Livre e Arte Social*; Lopes d’Oliveira: *A justiça e o homem*; Ricardo Mella: *Aos camponeses*; Paulo Berthelot: *O Evangelho da Hora*; Edmundo d’Oliveira: *Dictérios (versos)*; A. Santos Pinho: *A Guerra (O Sindicalista, nº101, de 2 de novembro de 1912, p.4)*

Ainda no contexto de divulgação de publicações, mas fora deste segmento acima descrito, desde o início que *O Sindicalista* publicita, divulgando-as e informando sobre o local onde se podem adquirir, múltiplas edições de cunho libertário, sejam obras dispersas publicadas em Portugal, de autores portugueses ou estrangeiros, seja, e com maior frequência, outras iniciativas editoriais periódicas. São muitos os exemplos e reiteradas as vezes que surgem nas páginas do periódico em análise, mas destacam-se aqui, intencionalmente, as referências a outras publicações periódicas, de temáticas que extravasam a questão da organização operária:

Lumen (A Vida e o Ideal) - Revista internacional de sociologia e arte, que tem como colaboradores Adolfo Lima, Antonio Evaristo, Bernardo de Sá, Cesar Porto, Joaquim Madureira (Braz Burity) e Severino de Carvalho (Bel-Adam) e que consagra “as suas paginas ás tres fórmãs de emancipação humana - a economico-social, a intelétual e a moral, tem um triplo fim: difundir e vulgarisar os conhecimentos relativos aos grandes problemas da vida contemporanea; incitar a estudar e a produzir aqueles que se interessam por questões

filosóficas e sociais; brecha na muralha negra de todos os preconceitos, de todas as rotinas e de todas as opressões” (*O Sindicalista*, nº36, de 16 de julho de 1911, p. 2).

Terra Livre - Semanário anarquista de Lisboa: Órgão de luta social e económica, que tem como redactores Carlos Rates, Edmundo d’Oliveira, Neno Vasco, Pinto Quartim e Sobral de Campos e como colaboradores Bel Adam, Araujo Pereira, B. de Sá, C. Lima, Emilio Costa, H. d’Avelar, J. Pimentel, J. Branco, J. Domingues, J. Almeida, J. Bacelar, J. Benedy, José Carlos de Souza, Manuel Ribeiros e muitos outros e que quer integrar os seguintes aspectos: “Tribuna amplamente aberta às reivindicações dos trabalhadores - Análise e comentários dos factos capitais da vida social e política portuguesa - Desenvolvido noticiário do movimento operário internacional - Desencaricinhos e caricaturas demolidoras - concursos científicos e inqueritos para o conhecimento do problema económico e social da região portuguesa - Correspondência da provincia e do exterior - Secções de ciência, filosofia, arte, educação, literatura e critica” (*O Sindicalista*, nº116, de 16 de fevereiro de 1913, p. 4).

Por fim, para além da venda de obras nas instalações do jornal, na Casa Sindical, o jornal revela a intenção de editar, com o nome de Biblioteca de O Sindicalista, uma coleção de folhetos, em volumes de algibeira:

Contamos iniciar a nossa biblioteca com um folheto original do camarada Emilio Costa, intitulado *Revolução e Propaganda*, no qual este camarada expõe as ideias sobre a forma como tem sido feita a propaganda, o modo como tem sido compreendida, os resultados que tem dado, os seus erros, os seus desvios, as suas deficiências, e as correções que preconiza e defende (*O Sindicalista*, nº167, de 31 de janeiro de 1916, p. 3).

Esta aproximação dos trabalhadores, leitores do jornal, a obras e periódicos libertários (através da sua divulgação e venda) revela uma intencionalidade de estímulo à formação e ao autodidatismo, sempre tão presente nos propósitos destes militantes.

C. Publicitação de conferências e palestras

As festas, as conferencias sobre os mais variados assumptos podem ser também considerados como serviços de propaganda e também de educação (*O Sindicalista*, nº13, de 5 de fevereiro de 1911, p. 4).

A divulgação de conferências e palestras é uma preocupação constante dos editores deste periódico. Desde a introdução de pequenas notícias até à criação e respectiva inclusão deste tipo de informações em secções d'O *Sindicalista* (como, por exemplo, as secções *Conferencias*, *Propaganda Sindicalista* e *Festas Associativas*⁴⁴) são muitos os registos deste tipo de eventos, todos com indicação do conferencista ou palestrante, tema da intervenção, data, hora e local e, em muitos casos, com explicitação dos fins perseguidos por este tipo de atividades.

As conferências publicitadas, aqui transcritas, podem ser agrupadas em torno de três grandes temáticas: Educação Racional, Pedagogia e Política Educativa e Temas Sociais.

Assim, encontram-se referências a conferências explicitamente sobre Educação Racional:

Para hoje, 10: Na Caza Sindical, às 21 horas, conferencia promovida pelo Sindicato Civis; falará uma camarada. - Na Escola Novos Horizontes, rua Infante D. Henrique, 21, 1º, conferente Sobral de Campos; tema: *Ensino Racionalista*. Amanhã, 11: Na sede do Centro de Estudos Sociaes, rua de Alcantara, conferencia pelo camarada Joaquim Marçal; tema: *Os maritimos de Chigado e a marcha das novas idéas* (*O Sindicalista*, nº102, de 10 de outubro de 1912, p. 1).

Para hoje, 29: Na Associação dos Caixeiros, R. dos Douradores, 150, 1º, pelas 8 horas e meia da noite. Orador: Dr. Fidelino de Figueiredo. Tema: *A educação como baze duma democracia*. A entrada é livre. Na Associação dos Fundidores de Metaes, Travessa do Oleiro, 15. Orador: Joaquim Marçal. Tema: *O que é o Sindicalismo*. A entrada é livre. Na Associação dos Operarios Ferro-viarios. R. Caes de Santarem, 10, 3º, promovida pelo Grupo Povo Livre. Orador: Joaquim da Silva. Tema: *O racionalismo* (*O Sindicalista*, nº50, de, p. 3).

Para hoje, 1: Na Escola Novos Horizontes, rua Infante D. Henrique, 24, 1º, às 19 horas, pelo camarada Ismael Pimentel, sobre o Ensino Racional (*O Sindicalista*, nº105, de 1 de dezembro de 1912, p. 1).

[Troupe Excursionista Operaria União (Alto do Pina)] No próximo domingo, 22, pelas 20 horas, realiza-se uma recita promovida por Antonio Gomes Martins de cuja receita bruta se destinam 10% para a Escola de Ensino Livre do Alto do Pina. O camarada Sobral de Campos fará uma conferencia subordinada o tema *O ensino racional* e representar-se-á o drama em 3 atos *Os Dramas do Santo Oficio*, havendo canções socciaes por varios camaradas (*O Sindicalista*, nº107, de 15 de dezembro de 1912, p. 3).

⁴⁴ Nas “festas associativas” divulgadas encontra-se sempre o registo da inclusão de palestras e conferências, ao que se somam outras atividades culturais e lúdicas, nomeadamente saraus musicais, peças de teatro, etc.

Outras, que focam temas de pedagogia e política educativa:

[Caixeiros de Lisboa] É hoje, 18, pelas 4 horas e meia da tarde, que na séde desta collectividade, rua dos Douradores, 150, 1º, o sr. dr. João de Barros realisa uma conferencia sob o thema *O que deve ser o professor primario*. É a 8ª da serie que a Comissão da Bibliotheca da mesma Associação ha tempos iniciou sob o titulo *Missão de Luz*. A entrada é livre (*O Sindicalista*, nº32, de 18 de maio de 1911, p. 2).

O Nucleo de Propaganda dos Caixeiros de Lisboa, rua dos Douradores, 150, 1º, iniciou uma série de conferencias educativas. Efétuou a primeira no passado domingo, 27, o distinto professor de ensino livre, sr. Jacinto Simões, que dissertou sobre o tema “Reforma de Instrução Primaria”. Hoje, 3, pelas 8 horas e meia da noite, deve realizar a segunda o sr. Arnaldo Braz. A entrada é livre (*O Sindicalista*, nº43, de 3 de setembro de 1911, p. 4).

Para hoje, domingo 9: Na «Crêcherie», Calçada da Graça, 37-A, às 20 horas; conferente, Joaquim Pereira dos Santos; têmea: *Pedagogia* (*O Sindicalista*, nº119, de 9 de março de 1913, p. 2).

E, por fim, as que se referem a temas sociais:

Ferreira do Alemtejo - Esteve aqui durante tres dias o nosso camarada Ghira Dine, que veio realisar tres conferencias promovidas pela Comissão Ezeutiva do Congresso Sindicalista. A sua chegada embora não estivesse anunciada e constituisse uma verdadeira surpresa, foi acolhida com entusiasmo afluindo á associação quasi todos os socios. Foi uma verdadeira demonstração de interesse que os camponeses teem pelo sindicalismo e da compreensão de que a associação é a base das forças do trabalhador. O conferente tratou as questões seguintes: “A ação sindical”, “o Alcoolismo”, e “A educação do proletariado” (*O Sindicalista*, nº48, de 13 de outubro de 1911, p. 4).

Escola Novos Horizontes - Hoje, 17, inaugura este nucleo a sua aula noturna para menores e adultos de ambos os secsos, promovendo uma festa comemorativa de abertura da mesma, com o programa seguinte: Das 14 ás 17, sessão de propaganda por delegados da Federação da Industria, abrilhantando esta sessão um dileto grupo muzical; ás 19 horas, conferencia pelo camarada Joaquim Marçal, sob o têmea *A sociedade e a origem dos crimes*, finda a qual haverá concerto musical, entoando os alunos desta escola o cantico dedicado á Escola Moderna. A entrada é livre (*O Sindicalista*, nº103, de 17 de outubro de 1912, p. 4).

Para hoje, 24: Na crêcherie, ás 20h, Jaime de Castro; têmea: *A maternidade e o ensino* (*O Sindicalista*, nº104, de 24 de outubro de 1912, p. 1).

Esta publicitação reforça uma vez mais o propósito de apoio, por parte dos editores d’*O Sindicalista*, ao desenvolvimento de processos de autoeducação, individual e coletiva (Pey, 2001), ou seja, a par da difusão da luta quotidiana do meio sindical, existe uma expressa intencionalidade educativa na edição deste periódico. Os editores pretendem não só despertar e formar consciências, num processo de socialização contínuo, mas também proporcionar momentos de formação de conteúdos de ordem geral e profissional, com vista à emancipação dos trabalhadores.

Por outro lado, o acesso a obras, periódicos e outras brochuras, era, geralmente, feito em conjunto, ou seja, eram adquiridos pelas associações e grupos militantes, para “recheiar” as suas bibliotecas e salas de leitura. Ora, este facto, aliado à organização de outras atividades, nomeadamente conferências e palestras, transformavam estes espaços de resistência em locais verdadeiramente educativos e onde se assistia a um “reforço da coesão do grupo”, à semelhança do que acontecia nos espaços associativos e recreativos durante o Estado Novo, a que se refere Rui Canáro (2007b, p. 18). Estes locais, assim pensados, tinham em vista a formação de um homem completo, autónomo e emancipado, e profundamente revolucionário.

Em jeito de conclusão

Organização sindical de ação direta, autónoma e emancipatória

A análise realizada permite concluir que os editores e colaboradores d'O *Sindicalista* perfilhavam uma ideologia libertária que se concretizava num projeto de organização sindical de ação direta, baseado num movimento autónomo, inspirado na máxima de que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios. Alinhada com essa mesma perspetiva libertária, existe também uma recusa liminar de subjugação a poderes coercivos, defendendo-se que, através de processos de autogestão e autónomos, se conseguirá alcançar uma transformação radical da sociedade.

Almeja-se o despontar de uma nova sociedade que se imagina constituída por um conjunto de indivíduos, trabalhadores, iguais entre si, que decidem, em liberdade, associar-se. Defende-se uma ação feita em conjunto, totalmente solidária e que não abdica da concretização das ideias de igualdade e de liberdade, que são fundadoras do pensamento libertário (Freire, 1992).

A ação direta não é mais, nas palavras destes sindicalistas, que uma ação completamente autónoma e, por isso, obra dos próprios trabalhadores, “uma criação autónoma que se opõe de modo radical e rompe com a heteronomia instituída” (Canário, 2007b, p. 16).

Está-se, assim, na presença de um movimento que pode ser considerado como um movimento autónomo (“o que nós fazemos”), arredado do campo daquilo que seria heterónimo, que lhes era imposto (“o que nos fazem”). A sua ação move-se no “terreno da criação em que nos determinamos” e não no “terreno da heteronomia, ou seja, o terreno em que interiorizamos e reproduzimos o que já existe e em que, portanto, somos determinados” (Canário, 2007b, p. 20).

Encontra-se uma visão ampla da atividade sindical, na qual estas organizações “longe de se resumirem ao papel de órgão de resistência operária, se constituem, também e fundamentalmente, em órgãos de formação pedagógica e exemplos vivos da sociedade almejada” (Candeias, 1985, p. 31).

Assim, nestes sindicatos a atividade reivindicativa é apenas uma das facetas da sua ação. Consequentemente, muitos são os sindicatos que editam os seus próprios jornais, criam bibliotecas e salas de leitura, organizam conferências e seminários, abrem aulas de ensino profissional e escolas de 1^{as} letras para os seus associados e familiares. Importante destacar, ainda, que são eles que inauguram a Casa Sindical, local onde se sediam muitas

associações de classe, se organizam encontros nacionais sindicais, conferências e seminários, instala-se a edição de pelo menos um jornal, *O Sindicalista*, etc. Também importa referir que criam um movimento de jovens trabalhadores, agregados nas *Juventudes Sindicalistas*, que têm a ambição de se tornar autênticas “escolas de sindicalismo”. Ou seja, todo um movimento que transcende em muito a típica atividade sindical.

O sindicato assume, em si mesmo, um papel de reacção à sociedade dominante e propõe-se como um modelo alternativo da sociedade do futuro, pelo que conforma a sua ação diária pensando-se, sempre, como um exemplo prático da sociedade ideada e, nesses termos, integrando como uma das suas obrigações o assumir-se como um espaço de formação integral do Homem do futuro (Candeias, 1985).

Os sindicatos são, para estes sindicalistas revolucionários, agentes de emancipação e de consciencialização autónoma dos trabalhadores, marcadamente revolucionários, no sentido em que procuram instituir uma nova sociedade entre iguais, livre e solidária.

A ação destes libertários torneava-se por uma ideia de que o seu campo de atuação fosse imaginado e se concretizasse como um laboratório de práticas, um ensaio da sociedade de indivíduos, iguais, livremente associados, que pretendiam instituir.

Pode concluir-se, assim, que na organização operária do mundo do trabalho, feita por estas organizações de classe, assim como na esfera educativa preceituada e concretizada, se pretendia recriar os tais laboratórios de ensaio de futuras sociedades libertárias (Candeias, 2009), numa ideia que se aproxima daquela formulada por Rui Canário, de construção, no seio do movimento operário da época, de “modalidades embrionárias de um mundo social alternativo” (Canário, 2009, p. 135).

Os sindicatos seriam espaços de ação onde se concretizariam processos igualitários e de ajuda mútua, bem como onde se exercitariam a autonomia e a exploração dos espaços de liberdade que se pretendiam que fossem a essência do futuro ideado. *Fazendo aqui e agora, o que se quer para amanhã*, caminhando para a “anarquia [sociedade libertária] hoje, amanhã e sempre” (Errico Malatesta, citado em Vasco, 1984, p. 70).

Conceção ampla de Educação

Não existe n’*O Sindicalista* um conceito homogéneo e consensual de Educação, que se veja expresso e subscrito de igual forma nos textos analisados dos editores e dos colaboradores deste jornal. No entanto, encontra-se uma série de conceções e de valores

fundamentais, transversais e comuns, na forma como constroem os seus discursos em torno desta temática e como escolhem, relatam e descrevem experiências concretas.

Assim, a análise do periódico *O Sindicalista* revelou a presença de um conjunto estável e transversal de concepções sobre educação. Concepções que se percebem tanto nos artigos de descrição, de comentário e de opinião aí encontrados, como nas experiências aí relatadas. Um conjunto de concepções que forma um todo coerente, que conforma uma certa ideia, identificável e caracterizável, libertária sobre educação.

Esta é uma ideia que se concretiza numa visão bastante ampla do que é a Educação, tanto no que se refere ao *quê*, *onde* e *como* se aprende e que se baseia na ideia de que também a educação deve ser obra dos próprios trabalhadores. Defende-se uma educação que deve ser acessível a todos, de forma integral e durante toda a vida.

O trabalhador forma-se, assim, na luta (por exemplo, nas greves), na própria atividade sindical, nas conferências que organiza e a que assiste, nas brochuras, livros e periódicos que produz e lê, nas bibliotecas e salas de leitura que organiza e consulta, constituindo-se como produtor e consumidor da educação e cultura que se faz. Aprende, também, na escola, mas numa “outra escola”, por eles criada e organizada, “de baixo para cima” e de forma autónoma. Escolas que se criam no seio do movimento sindical, por várias associações operárias, mas também por outros grupos de viés libertário, e que vão proliferando por todo o país.

Revela-se a assim *uma forma própria* de pensar a Educação, encarada como fator de emancipação e de transformação humanas, fundada na crença da perfectibilidade do homem e na possibilidade de coexistência simbiótica entre igualdade e liberdade no projeto societário.

Encontraram-se, assim, discursos pontuados por várias recorrências e denominadores comuns, mas onde se podem destacar três ideias fortes. Por um lado, um constante incentivo ao Autodidatismo, a um apelo ao “cultivo de si”.

Por outro, uma referência constante aos princípios da Educação Integral, nos termos da concepção inicialmente formulada por Bakunin (inspirada na Politecnia de Proudhon) e que, em traços gerais, defende que o homem deve educar-se nas suas múltiplas dimensões: física, moral e intelectual.

E, por fim, o chamar a si o projeto da Educação Racional, no esteio do que se fazia no meio libertário a nível internacional. Racional no sentido em que o processo de ensino e de aprendizagem é baseado nas “verdades” da ciência, no qual se estimula a autonomia e o espírito crítico dos aprendentes, assumindo-se como completamente anti-hierárquico, não punitivo e promovendo a co-educação entre os sexos.

* * * * *

Rui Canário afirma que “o período de ‘ouro’ da educação e formação de adultos em Portugal, nas três últimas décadas” do século XX (Canário, 2007b, p. 11) é devedor da explosão de autonomia do movimento operário que obra em Portugal desde o século XIX, “incentivada pelas suas principais correntes, libertária e comunista” (Canário, 2007b, p. 17).

A investigação realizada permite defender a ideia de que também neste caso se verifica a existência um movimento autónomo popular, de raiz sindical, que se constituiu também ele como um “imenso e dinâmico processo colectivo de aprendizagem” (Canário, 2007b, p. 14) e que, por isso, se poderiam considerar estes homens como os verdadeiros alquimistas do período de ouro da Formação de Adultos em Portugal...

Uma ideia para um movimento

Um trabalho de investigação deve ser, sempre, um trabalho de procura de respostas às questões colocadas, mas, ainda mais importante, deve conter em si a potencialidade de suscitar mais perguntas. Muitas dessas questões foram integradas na própria análise e reflexão do trabalho em construção, mas outras servem agora para abrir caminho a investigações futuras e importa agora aqui inscrevê-las.

Parti para este trabalho de investigação com uma ideia muito difusa do que iria encontrar. As leituras feitas aos longos dos anos nos livros encontrados em bibliotecas, feiras do livro, alfarrabistas, associações (muitos deles descobertos na saudosa “Abril em Maio”, em Lisboa), livrarias (importante, pela pertinência do seu acervo, a “Letra Livre”, também em Lisboa) aguçaram-me a curiosidade e cimentaram-me a convicção de que este seria um terreno fértil para desenvolver investigações futuras. Sabia que o movimento libertário se inicia e fortalece no nosso país a finais de século XIX, princípios de XX, que tinha semeado raízes no movimento operário da altura e que tinha tido uma ampla disseminação territorial (nomeadamente no mundo rural). Adivinhava, ainda, que

estes movimentos sociais, de base libertária e igualitária, envolvidos em ações de caráter emancipatório e revolucionário consagrariam um papel fulcral às questões educativas.

O confronto com uma revisão bibliográfica mais sistematizada, bem como a exploração do material empírico, levou-me a concluir que este foi um movimento de grande extensão e que penetrou profundamente na ação do movimento operário de inícios do século XX, em Portugal. De igual modo, são profusas as alusões e referências às questões educativas, nomeadamente n’*O Sindicalista*, mas também em toda a literatura consultada e produzida pelas entidades militantes da época. Reflete-se e aventam-se propostas de como se deve fazer a educação entre as classes trabalhadores, que se querem autónomas e emancipadas. E a grande novidade (e surpresa) está, não em muitas das ideias pedagógicas preconizadas (muitas delas também discutidas por pedagogos e movimentos pedagógicos não libertários e deles contemporâneos), mas sim na efetiva materialização dessas mesmas ideias em experiências concretas (da qual, em Portugal e de âmbito escolar, a mais conhecida possa ser a ensaiada na Escola Oficina Nº1). *Num pensar e fazer, agora, não esperando pelo amanhã*, tão caracteristicamente libertário.

A problematização do objeto em análise revelou-se hercúlea (demasiado ambiciosa?) e deparei-me com muitas dificuldades no delimitar e compor de um trabalho que se pretendia simples e compreensível. Assim, durante o percurso desta investigação, algumas ideias (tentações?) ficaram por explorar, das quais deixo agora aqui duas como pistas para investigações futuras.

Uma vontade que ficou por concretizar e que emana diretamente do âmbito deste trabalho seria um olhar mais aprofundado às escolas sindicais da época. António Candeias fala-nos da intenção, manifesta na tese discutida e aprovada no Congresso Confederal de Santarém, em 1925, de criação de “uma rede de escolas alternativa à rede escolar” (Sousa, 1976, citado em Candeias, 1994, p. 130), que não seria mais do que uma tentativa de coordenação e organização de múltiplas experiências anteriores [por exemplo, Emídio Santana refere que, antes de ingressar na Escola Oficina Nº1, frequentou uma escola da Confederação Metalúrgica (Santana, 1987)]. Assim, partindo da análise feita por António Candeias (1994), poderiam identificar-se e localizar-se algumas dessas escolas e tentar encontrar fontes documentais sobre algumas experiências ensaiadas, tentando perceber se nos seus projetos educativos se pretenderia “educar, sim, mas segundo os objetivos políticos, sociais e culturais [libertários] que visassem a formação do homem livre [autónomo], racional e integral” (Candeias, 1994, p. 132).

Uma outra tentação a que tive de resistir, porque seria um outro trabalho, consistiria em perceber se existem nos textos militantes editados naquela época (nacionais e internacionais), bem como nos relatos de algumas experiências concretizadas, algumas reflexões-gérmen daquilo que mais tarde foi cunhado por “desescolarização”, nos termos desenvolvidos por Ivan Illich, nos anos 70 do século passado ou seja, uma espécie de prelúdio das discussões que ele desenvolve sobre a ideia de uma desescolarização radical da sociedade (Illich, 2011). Numa primeira aproximação rudimentar seria, por exemplo, tentar estabelecer algum paralelismo entre a natureza dos “grupos [a formar] com o propósito de facilitar aos seus membros o estudo de certos conhecimentos especiais”, numa futura sociedade libertária (Grave, 1910, p. 165) e a criação de “redes [tramas] de aprendizagem” (Illich, 2011) numa sociedade convivencial (Illich, 1976), teorizadas por Ivan Illich.

Estas e outras ideias estão aí para se desbravarem. Um encargo que não me importaria de assumir eu própria. Mas se eu não for, outros que se abalancem pelos terrenos criativos do movimento libertário em Portugal...

Referências bibliográficas

AAVV (2011). *La (A) en la pizarra. Escritos anarquistas sobre educación*. Madrid: LaMalatesta Editorial.

Afonso, Natércio (2005). *Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico*. Lisboa: Edições Asa.

Almeida, António, & Alves, Natália (1990). A comuna de Albarraque: práticas de sociabilidade. *A Ideia*, 54(maio), 48-54.

Angaut, Jean-Christophe (2012). Anarchisme et libéralisme : une démarcation. In J.-L. Fournel, J. Guilhaumou & J.-P. Potier (Dirs.), *Libertés et libéralismes : formation et circulation des concepts* (pp. 243-257). Lyon: ENS édition. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00650825/document>

Bakunin, Mikhail (1986 [1869]). La Educación Integral - III e IV. In F. García Moriyón (Ed.), *Escritos anarquistas sobre educación* (pp. 49-58). Madrid: Grupo Cultural Zero.

Bakunin, Mikhail (2009a [1869]). Integral Education [first published in *Égalité*, July 31]. In *The Selected Works of Mikhail Aleksandrovich Bakunin* (n.p.). Library of Alexandria [Kindle Edition].

Bakunin, Mikhail (2009b [1869]). Bakunin on Education II [first published in *Égalité*, 14 August]. In *The Selected Works of Mikhail Aleksandrovich Bakunin* (n.p.). Library of Alexandria [Kindle Edition].

Bardin, Laurence (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bogdan, Robert, & Biklen, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

Boussinot, Roger (1970). *Piccola enciclopedia dell'anarchia*. Roma: Edizioni Samonà e Savelli.

Cabral, Manuel Villaverde (1979). *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Campos Lima, João (1905). *Da responsabilidade*. Coimbra: Livraria Academica de J. Moura Marques. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/components/com_library/texts/13_BNP_AHS241.pdf

Campos Lima, João (1926). *A Teoria Libertária ou o Anarquismo*. Conferencia realizada na Universidade Popular Portuguesa. Lisboa: Edições Spartacus. Disponível em:

http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/components/com_library/texts/4_BNP_AHS1226.pdf

Campos Lima, João de (1972 [1904]). *O Movimento Operário em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

Canário, Rui (2000). *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática* (2ª impressão). Lisboa: Educa e Anefa.

Canário, Rui (2005). *O que é a escola? Um olhar sociológico*. Porto: Porto Editora.

Canário, Rui (2007a). Aprender sem ser Ensinado. A importância estratégica da Educação Não Formal. In AAVV, *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação* (pp. 207-267). Lisboa: CNE.

Canário, Rui (2007b). A educação e o movimento popular do 25 de Abril. In R. Canário (Org.), *Educação Popular & Movimentos Sociais* (pp. 11-35). Lisboa: Educa e Unidade de I&D de Ciências da Educação.

Canário, Rui (2009). Associativismo e educação popular. In R. Canário & S. M. Rummert (Orgs.), *Mundos do trabalho e da aprendizagem* (pp. 133-154). Lisboa: Educa.

Candeias, António (1981). Movimento operário português e educação (1900-1926). *Análise Psicológica*, II(1), 39-60.

Candeias, António (1985). Cultura e escola nos meios sindicais portugueses 1900-1930. *A Ideia*, 38/39, 31-43.

Candeias, António (1994). *Educar de Outra Forma: a Escola Oficina N.º 1 de Lisboa. 1905-1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Candeias, António (1995). Apontamentos biográficos sobre Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima (1874-1943), pedagogo e anarquista. In A. Candeias, A. Nóvoa & M.H. Figueira, *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos. 1923-1941* (pp. 43-64). Lisboa: EDUCA.

Candeias, António (1998). Utopias, hipocrisias e educação. In A. F. Araújo & J. Magalhães (Orgs.), *Actas do II Encontro sobre História, Educação e Utopia* (pp. 45-52). 24 de novembro de 1997, Universidade do Minho, Portugal.

Candeias, António (2009). Anarquismo, sindicalismo e educação no 1º terço do século XX em Portugal: Os “alternativos”? Comunicação apresentada no *Colóquio: Pensar a República 1910-2010*, no dia 3 de novembro de 2009. Disponível em: <http://lagosdarepublica.wikidot.com/alternativos> (junho de 2011).

Cappelletti, Ángel (2010). *Francisco Ferrer y la pedagogía libertaria*. Tenerife/Madrid: Tierra de Fuego y LaMalatesta Editorial.

Cavaco, Carmen (2002). *Aprender fora da escola. Persursos de Formação Experiencial*. Lisboa: Educa.

Cavaco, Carmen (2009). *Adultos pouco escolarizados. Políticas e práticas de Formação*. Lisboa: Educa e Unidade de I&D de Ciências da Educação.

Chambat, Grégory (2006). *Instruir para Revoltar: Fernand Pelloutier e a Educação, rumo a uma Pedagogia de Ação Directa*. São Paulo: Editora Imaginário.

Colson, Daniel (2001). *Petit lexique philosophique de l'anarchisme. De Proudhon à Deleuze*. Paris: Le Livre de Poche.

Confederación Nacional del Trabajo, Federación Local de Sevilla (n.d.). *Anarquismo basico - Habla la anarquía*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios.

Costa, Emílio (1913). *Vida Portuguesa I. Ilusões Políticas*. Portalegre: Tipografia Estacio & Casaca.

Costa, Emílio (1916). O grande objectivo. *A Sementeira*, 2(54), 1-2.

Costa, Ramiro da (1979). *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*. 1º volume, 1820-1929. Lisboa: Assírio e Alvim.

Eco, Umberto (2007). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. 15ª edição. Barcarena: Editorial Presença.

Faure, Sébastien (1986 [1916]). La Ruche (La Colmena). In F. García Moriyón (Ed.), *Escritos anarquistas sobre educación* (pp. 141-187). Madrid: Grupo Cultural Zero.

Faure, Sébastien (2011 [n.d.]). Palabras de un educador. In AAVV, *La (A) en la pizarra. Escritos anarquistas sobre educación* (pp. 83-141). Madrid: LaMalatesta Editorial

Ferrer, Francisco (2012 [1913]). *The origin and ideals of the Modern School*. Disponível em: <http://theanarchistlibrary.org/library/francisco-ferrer-the-origin-and-ideals-of-the-modern-school.pdf> (maio de 2014).

Fonseca, Carlos da (1973). *A origem da 1ª Internacional em Lisboa*. Lisboa: Editorial Estampa.

Fonseca, Carlos da (1980). *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. Volume 1 - Cronologia*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Fonseca, Carlos da (1988). *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Edições Antígona.

Freire, João (1984). Estudo Introdutório. Neno Vasco, *Concepção anarquista do sindicalismo* (pp. 7-50). Porto: Edições Afrontamento.

Freire, João (1992). *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento.

Freire, João, & Lousada, Maria Alexandre (2013). *Roteiros da memória urbana - Porto. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri.

Gallo, Sílvio (1993). Politecnia e Educação: A Contribuição Anarquista. *Pro-Posições*, 4(3-12), 34-46. Disponível em: http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/12_artigo_gallos.pdf

Gallo, Sílvio (2006). Pelloutier e a educação libertária: “Instruir para revoltar”. In G. Chambat, *Instruir para Revoltar: Fernand Pelloutier e a Educação, rumo a uma Pedagogia de Ação Directa* (pp. 7-10). São Paulo: Editora Imaginário.

García Moriyón, Félix (Ed.) (1986). *Escritos anarquistas sobre educación*. Madrid: Grupo Cultural Zero.

Godwin, William (2004 [1795]). Crime e punição. *Verve*, 5, 11-86. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verve/pdf/verve5.pdf> (janeiro de 2012).

Grave, Jean (1910). *La sociedad futura*. Valencia/Madrid: F. Sempre y Compañia, editores.

Grave, Jean (2011 [1900]). Educación burguesa y educación libertaria. In AAVV, *La (A) en la pizarra. Escritos anarquistas sobre educación* (pp. 67-80). Madrid: LaMalatesta Editorial.

Heaford, William (1910). *A Escola Moderna de Barcelona*. Lisboa: Guimarães & C^a, Editores.

Illich, Ivan (1976). *A convivencialidade*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Illich, Ivan (2011 [1971]). *La sociedad desescolarizada*. Madrid: Editorial Brulot.

Kropotkin, Piotr (1890). Brain work and manual work. *The Nineteenth Century*, March, 456-475. Consultado em versão digital disponível em: <http://theanarchistlibrary.org/library/petr-kropotkin-brain-work-and-manual-work.pdf> (abril de 2014).

Kropotkin, Piotr (2006 [1897]). *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo.

Lima, Adolfo (1914). *Educação e Ensino - Educação Integral*. Lisboa: Guimarães & C^a. Editores.

Lima, Adolfo (1916). *Orientação Geral da Educação. Educação Geral e Especial: Educação Técnica*. Separata da “*Revista de Educação Geral e Técnica*”. Lisboa: Casa Portuguesa.

Lissagaray, Prosper-Olivier (1995 [1876]). *História da Comuna de 1871*. Lisboa: Edições Dinossauro.

Malatesta, Errico (1995a [1925]). The labour movement and anarchism. In E. Malatesta, *The anarchist revolution - polemical articles, 1924-1931* (pp. 27-30). Disponível em: <http://bookzz.org/book/1178597/4fe137> (abril de 2014).

Malatesta, Errico (1995b [1926]). Further thoughts on anarchism and the labour movement. In E. Malatesta, *The anarchist revolution - polemical articles, 1924-1931* (pp. 31-34). Disponível em: <http://bookzz.org/book/1178597/4fe137> (abril de 2014).

Malatesta, Errico (1995c [1927]). A project of anarchist organisation. In E. Malatesta, *The anarchist revolution - polemical articles, 1924-1931* (pp. 93-103). Disponível em: <http://bookzz.org/book/1178597/4fe137> (abril de 2014).

Mendes, Manuel da Silva (2006 [1896]). *Socialismo libertário ou anarquismo - História e Doutrina*. Lisboa: Livraria Letra Livre (edição fac-símile).

Oliveira, César (1972). Esclarecimento. In J. Campos Lima, *O Movimento Operário em Portugal* (s.p.). Porto: Edições Afrontamento.

Oliveira, César (1973). *A criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento.

Oliveira, César (1974a). Prefácio à segunda edição. Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal* (pp. 9-17). Lisboa: Seara Nova.

Oliveira, César (1974b). *O operariado e a República Democrática (1910-1914)*. 2ª edição. Lisboa: Seara Nova.

Oliveira, César (1980). *O Movimento sindical português. A primeira cisão*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Passeti, Edson, & Augusto, Acácio (2008). *Anarquismos e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Paz, Ana (2000). *Amanhã: uma revista anarquista em 1909*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (documento policopiado).

Pereira, Gaspar Martins, & Castro, Maria João (1998). *Do corporativismo ao anarco-sindicalismo: sobre o movimento operário no Porto na 2ª metade do século XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3211.pdf> (maio de 2011).

Pereira, Joana Dias (2011). *Sindicalismo revolucionário. A história de uma Idéia*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Pereira, José Pacheco (1971). *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Portucalense Editora.

Pereira, José Pacheco (1975). *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal. A greve geral de novembro de 1918*. 2ª edição. Porto: Editora Nova Crítica.

Pey, Maria Oly (2001). Apresentação da Coleção Pedagogia Libertária. In M. Stirner, *O falso princípio da nossa educação* (pp. 7-13). São Paulo: Editora Imaginário.

Pineau, Gaston (1988). A autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação. In A. Nóvoa & M. Finger (Orgs.), *O método (auto)biográfico e a formação* (pp. 63-77). Lisboa: Ministério da Saúde.

Pinto Quartim, António (1907). *Mocidade, vivei!* Lisboa: Livraria Classica Editora.

Préposiet, Jean (2007). *História do anarquismo*. Lisboa: Edições 70.

Proudhon, Pierre-Joseph (1982a [1840]). Qu'est-ce que la propriété? Ou Recherches sur le principe du droit et du gouvernement. In P.-J. Proudhon, *Ouvres Complètes* (pp. 97-363). Genève-Paris: Slatkine.

Proudhon, Pierre-Joseph (1982b [1846]). Système des contradictions économiques ou philosophie de la misère. In P.-J. Proudhon, *Ouvres Complètes* (pp. 65-413). Genève-Paris: Slatkine.

Proudhon, Pierre-Joseph (1982c [1851]). Idée générale de la révolution au XIX^e siècle. In P.-J. Proudhon, *Ouvres Complètes* (pp. 97-351). Genève-Paris: Slatkine.

Proudhon, Pierre-Joseph (1982d [1858]). De la justice dans la Révolution et dans l'Église. In P.-J. Proudhon, *Ouvres Complètes* (pp. 249-486). Genève-Paris: Slatkine.

Proudhon, Pierre-Joseph (1982e [1865]). De la capacité politique des classes ouvrières. In P.-J. Proudhon, *Ouvres Complètes* (pp. 51-407). Genève-Paris: Slatkine.

Quintal, Francisco (1989). Introdução. In M. J. de Sousa, *Últimos tempos da acção sindical livre e do anarquismo libertário* (pp. 7-10). Lisboa: Antígona.

Quivy, Raymond, & Van Campenhoudt, Luc (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª edição. Lisboa: Gradiva.

Reclus, Élisée (2010 [1905]). *O Homem e a Terra: Educação*. São Paulo: Expressão & Arte e Editora Imaginário.

Robin, Paul (2011 [1893]). La educación de los niños. In AAVV, *La (A) en la pizarra. Escritos anarquistas sobre educación* (pp. 39-141). Madrid: LaMalatesta Editorial.

Rocker, Rudolf (1989 [1938]). *Anarcho-Syndicalism*. London: Pluto Press.

Rodrigues, Edgar (s/d). Educação e Cultura Libertária [Extraído do livro *AN-ARQUIA: Uma visão da história do movimento libertário em Portugal*]. Disponível em: <http://www.cedap.assis.unesp.br/cantolibertario/textos/0123.html>

Rodrigues, Edgar (1980). *O despertar operário em Portugal (1834-1911)*. Lisboa: Editora Sementeira.

Rodrigues, Edgar (1981). *Os anarquistas e os sindicatos. Portugal 1911-1922*. Lisboa: Editora Sementeira.

Santana, Emídio (1976). Introdução. In Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal* (pp. 7-18). 5ª edição. Porto: Edições Afrontamento.

Santana, Emídio (1987). *Memórias de um militante anarco-sindicalista*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Sousa, Manuel Joaquim de (1976 [1931]). *O Sindicalismo em Portugal*. 5ª edição. Porto: Afrontamento.

Sousa, Manuel Joaquim de (1989 [1938]). *Últimos tempos da acção sindical livre e do anarquismo libertário*. Lisboa: Antígona.

Stirner, Max (2001 [1842]). *O falso princípio da nossa educação*. São Paulo: Editora Imaginário.

Stoer, Stephen R. (1986). *Educação e mudança social em Portugal. 1970-1980, uma década de transição*. Porto: Edições Afrontamento.

Suissa, Judith (2010). *Anarchism and Education. A philosophical perspective*. Oakland, CA: PM Press. Disponível em: <http://rebels-library.org/files/anarchismandeducation.pdf> (maio de 2014).

Tavares, Lucinda (1909). Algumas palavras sobre a historia da educação. *Amanhã - Revista popular de orientação racional*, 2(15 de junho), 9-10.

Vaccaro, Eddy, Le Roy, Maximilien, & Jouvray, Anne-Claire (2013). *España la vida*. Bruxelles: Casterman.

Vala, Jorge (2009). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). 15ª edição. Porto: Edições Afrontamento.

Vasco, Neno (1984 [1923]). *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Edições Afrontamento.

Ventura, António (2000). *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Cosmos.

Ventura, António, & Pedroso, Alberto (1977). *Emílio Costa e o Sindicalismo. Da formação libertária à Casa Sindical*. Lisboa: Seara Nova.

Vieira, Alexandre (1974). *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.

Vieira, Deolinda Lopes (1909). Sobre educação integral. *Amanhã - Revista popular de orientação racional*, 1(1 de junho), 5-8.

Woodcock, George (2006). *História das Ideias e Movimentos Anarquistas. Volume 2 - O Movimento*. Floresta, BR: L&PM Editores.

Woodcock, George (2007). *História das Ideias e Movimentos Anarquistas. Volume 1 - A Idéia*. Floresta, BR: L&PM Editores.

Anexos

Grelha de Codificação

(com inserção das transcrições das unidades de sentido)

Na transcrição das unidades de sentido encontradas e transcritas seguiu-se a seguinte notação: número do jornal (numeração romana), secção (nome substituído por um acrónimo) e página do jornal de onde se retirou o trecho em análise. Assim, a título de exemplo, a transcrição precedida da notação “III, Ed, p.1”, corresponde a um excerto de texto recolhido no *Sindicalista* nº3, na secção Editorial, primeira página.

Para apoio à leitura das transcrições aqui vertidas convém explicitar quais os acrónimos usados para identificar as secções analisadas. Assim: Editorial (Ed), Echos (Ech), Factos e comentários (F&C), Estudos Sociaes (ES), os textos produzidos e reproduzidos à volta dos Congressos Sindicalistas (CS), Vida Operária (VO), Vida Sindical (VS), Pelos Sindicatos (PS), Aos Sindicatos (AO), O Sindicalista em/na província (SCorresp), Informações (Inf), Linha de Fogo (LF) e, ainda, Textos Dispersos não integrados em nenhuma secção (TD).

* * * * *

TEMA: EDUCAÇÃO

Categoria: Princípios Basilares (educação para a transformação social)

Sub-Categoria: Natureza Humana e Perfectibilidade

XXVI, CS, p.3 “[sobre a conferência no 1º de maio, na sede das Associações de Classe [razão, acção, fins] dos Fabricantes d’Armas e Ferroviários, a cargo de Edmundo d’Oliveira] A creança é como a flôr, que, deixando-se só, completamente livre póde prosperar e desenvolver todos os seus encantos. As travessuras das creanças desde que sejam encaminhadas para um fim bom pódem ser muito uteis á sociedade. O facto mais condenável é negar-se á creança a sua natural expansão. A preguiça mental e a pouca iniciativa que se manifesta no nosso povo não provêem apenas dos dezenove seculos de tyrannia religiosa. Em parte, o pouco emprehendimento da nossa raça está na falta da educação da creança”

CXIX, TD, p.1 “[As Juventudes Sindicalistas - A conferencia de Manuel Ribeiro] Ora a educação do operariado merece um especial cuidado. A educação burgueza, embuida da moral religiosa, supõe no individuo forças antagonicas, instintos maus, que é preciso refrear e comprimir para deixar agir os bons. É uma educação de constrangimento. Assim esta educação é um equilibrio instavel. Um conflito que surja e tudo se desmancha. Cita, entre outros factos, as atrocidades cometidas na guerra do oriente, por officiaes cultos, homens que cursaram institutos científicos e receberam uma educação esmerada. Deve considerar-se o individuo, sob o ponto de vista pedagogico, um sistema de forças, todas com seu valor. A questão é saber torná-las uteis. Vejam-se as forças da natureza. A ciencia aproveita-as, dirige-as, não as destroe. Do mesmo modo a educação não deve destruir, tampouco comprimir, mas transformar os instrumentos indómados do homem em energias disciplinadas, uteis e criadoras. É esta a ciencia da educação. Não se entende, porém, isto assim. O que se quer é opôr forças contra forças, desenvolvendo a inteligencia contra os instintos. É um perpetuo estado de guerra, um conflito continuo de sentimentos, o resultado da educação burgueza. Ela anule forças e diminuindo o potencial da energia humana, diminue o seu valor. A educação, bem entendido, não desenvolve umas forças para conter outras; desenvolve harmoniosamente todas as forças, tornando-as utilidade, valores do mesmo sinal, isto é, atuando no mesmo sentido. A educação deve ser, aplicando o criterio sindicalista, uma especie de industrialização superior das forças humanas. Por aqui se vê quanta riqueza perdida, quantos valores estereis a educação burgueza deixa no individuo, e que é um dever e uma necessidade, despertar, explorar”

Sub-Categoria: Educação Universal (necessária, para todos)

XIX, TD, p.3 “[O sindicalismo] movimenta os proletarios n’uma lucta continua, tenaz e persistente, hoje pela diminuição das horas de trabalho, depois pelo augemento do salario, a seguir pela conquista da educação integral tornando a mesma acessivel a todos os trabalhadores que desejem instruir-se”

XXVIII, CS, p.2 “[O 2º Congresso Sindicalista] Proponho que seja substituida a doutrina da 6º conclusão pela doutrina seguinte: 6º Preparar a opiniao publica pela educação constante, demonstrando-lhe a necessidade das conquistas operarias, para que assim não lhe possa causar surpresa qualquer movimento”

XL, Ed, p.1 “[Oçam-nos!] Temos o devêr de continuar lutando de fôrma a não perder uma polegada de terreno conquistado (...) Nós não estamos preparados para tornar realidades as nossas aspirações e os nossos sonhos! Nós necessitamos educar-nos; nós necessitamos organizar-nos; nós necessitamos criar a força intelectual, a força moral, a força material necessaria para nos libertarmos de todas as forças opressivas de uma sociedade que, baseada sobre a exploração do trabalho, a nós, trabalhadores, sobretudo, esmaga, avilta e oprime!”

XLII, Ed, p.1 “[O movimento corticeiro em Almada] Nós não estamos preparados para tornar realidades as nossas aspirações e os nossos sonhos! Nós necessitamos educar-nos; nós necessitamos organizar-nos; nós necessitamos criar a força intelectual, a força moral, a força material necessaria para nos libertarmos de todas as forças opressivas de uma sociedade que, baseada sobre a exploração do trabalho, a nós, trabalhadores, sobretudo, esmaga, avilta e oprime! Mas... Não nos iludamos, este trabalho de regeneração de uma classe necessita de anos... e quantos? De esforços e de lutas!”

XLVIII, Ed, p.1 “[Recordação do assassinato do fundador da Escola Moderna - Vítima da Reação - Francisco Ferrer] substitue-se no seu espirito pela necessidade de instruir o povo, a fim de êle poder fazer um uzo racional da sua independencia”

CI, SCorresp, p.3 “[Sines] Realizou-se no dia 20 do corrente uma reunião de propaganda rural no sitio denominado Arneiro Branco, a duas leguas e meia de Sines (...) Manuel d’Oliveira (...) Aconselhou todos os chefes de familia a que depois da Associação estar fundada, abrissem uma escola dentro dela, onde educassem as crianças, que hão-de ser os homens e mulheres de amanhã”

CI, SCorresp, p.4 “[Vila Boim, 28] Os trabalhadores ruraes estão trabalhando com afan na organização duma cooperativa de consumo naquela localidade, esperando inaugurar-la no dia 4 de Janeiro proximo. Oxalá que aquêles camaradas compreendam a sua verdadeira missão, organizando uma instituição que, minorando-lhes a situação, ao mesmo tempo contribua para combater o analfabetismo que, por infelicidade nossa, tantas raízes tem desenvolvido entre nós”

CXIX, TD, p.1 “[As Juventudes Sindicalistas - A conferencia de Manuel Ribeiro] Para que a luta de classes triunfemos é necessário preparar bons sindicatos, é necessario educar. O conferente considera que é esta a missão principal dos nossos camaradas anarquistas - um nobre apostolado - nos sindicatos, escolas racionais, etc.”

CLXVII, Ed, p.1 “[Palavras necessarias] No meio da incultura geral em que vegeta a população portugueza, os nossos esforços deverão consistir - sem que isso implique ou signifique a renuncia aos valores, meios preconizados pela ação dirêta, sempre que as circunstancias aconselharem o seu emprego - em nos educar profissional e tecnicamente, procurando mesmo o Estado, os industriais, a desenvolverem essa educação e não a reduzir a simples folhetos de filosofia abstrata e sintese sociologica, que sendo resultante de anos de elocubrações dos seus autores, das suas investigações, dos seus estudos, da sua cultura, não são em geral compreendidos e assimilados por aqueles que lêem e a quem falta a necessaria preparação para os compreender e assimilar. Nós necessitamos portanto em vez de fornecer filosofia, ministrar os conhecimentos primarios, teoricos e indispensaveis, para que a mesma possa ser compreendida. Se ha muitos operarios que conhecem e papagueiam Grave, Malatesta ou Kropotkine, quasi de cór, a maioria não conhece cientificamente a sua profissão, não faz ideia do mundo em que vegeta, do universo que o rodeia, dos órgãos que fôrman o seu corpo, do funcionamentos desses órgãos, da evolução da vida, da evolução da especie, da evolução das sociedades. Ora não póde ser nestas camadas, tão deficientemente preparadas, que nós vamos alicercar a sociedade futura, que queremos mais perfeita moral, material e intelectualmente que a sociedade de hoje. Mal ou bem, na sociedade de hoje alimentamo-nos, calçamo-nos, vestimo-nos, temos iluminação, transportes, assistencia, etc; se amanhã se desse a Revolução Social, perguntamos: teriamos a elite operaria indispensavel para dirigir e canalisar o esforço das massas, e montar todos os serviços indispensaveis para garantir a vida das povoações, que hão de querer continuar a alimentar-se, a vestirem-se, a transportarem-se? Ora como não estamos aqui nesta tribuna para lisongear, nem adular a massa operaria, e como estamos convencidos que a maioria do proletariado português não só não está preparado para a solução destes longinquos problemas, como o não está ainda para a solução dos problemas presentes, perguntamos a todos: Mas não devemos prepararmo-nos? Mas não devemos estudar? Não devemos interessar-nos por todos os problemas que afêtam a sociedade em que vivemos? Não é já tempo? E sem isso que autoridade teremos nós para fazermos reclamações e exigencias, se não soubermos por estudo prévio, o que queremos, o que pretendemos? (...) o grupo editor d’O Sindicalista”

Sub-Categoria: Educação para a Emancipação (consciencialização, capacitação)

III, Ed, p.1 “[Necessidade da Organização] Os operarios devem organizar-se, instruir-se, educar-se no *exercício social*, fazendo vida comum com os seus companheiros que teem igual sofrimento e que portanto sentem as mesmas agruras e as correlativas necessidades de se emancipar”

XIII, CS, p.4 “[primeira these - saída do 1º congresso sindicalista, de 1909: princípios geraes de organização - sindicatos, federações, uniões locais ou bolsas de trabalho e, por fim, confederação geral do trabalho] “educação que tem por fim, como diz Pierrot, mostrar claramente aos indivíduos ‘a causa dos seus sofrimentos, das suas luctas, da sua miséria, da sua escravidão’”

XIII, Ed, p.1 “[Consciencia operaria] Que se torna necessario fazer? Antes de mais nada *crear* consciencia operaria. Essa consciencia cria-se pela *propaganda* e pela *acção*. Pela *propaganda* quando se fala ou escreve para os proletários, despertando-lhes o sentimento da sua missão na vida, acordando nelles o espirito da revolta que a educação submissa lhes adormeceu; pela *acção*, quando se organisam, fortalecendo-os pela solidariedade dos interesses e das aspirações, ou quando elles se manifestam como esses camaradas de um batalhão voluntario que se demitiram para não se collocarem ao lado dos que combatiam o movimento operario”

XIV, Ed, p.1 “Por falta de preparação, de educação e organização, os nossos antepassados proletarios, escravos de sempre, não souberam fazer-se participar no triumpho dos seus senhores, nas luctas que em varios periodos historicos atravessou a humanidade. Ora a missão do sindicalismo hoje é de orienta-lo, prepara-lo, educa-lo até o emancipar totalmente da escravidão política e social, tornando-o dono de si próprio, elevando-o até completa libertação”

XXVII, PS, p.4 “[Caixeiros de Lisboa] A comissão reorganizadora da Bibliotheca e Gabinete de Leitura d’esta collectividade (...) prosseguindo na realização dos trabalhos que consta a *Missão da Luz*, que gostosamente se impôz, que é o levantamento das classes trabalhadoras pela conferencia e pelo livro, convida a todos os operarios a assistirem a uma conferencia subordinada ao thema: Direitos e deveres do homem, que n’aquella associação deve realizar o distincto professor sr. Jacinto Simões, hoje, pelas 14h. A entrada é publica”

CXXII, TD, p.1 “[Fernando Pelloutier] Dêle diz Yvetot (...) ‘Nos ultimos anos da sua vida Fernando Pelloutier concebêra o projeto de fazer aproveitar os seus camaradas da grande experiencia que adquirira na sua pratica das organizações operarias e de lhes mostrar os que elas podem quando se compenetraram bem do alcance da sua verdadeira missão. Esperava ele convencer os trabalhadores que não será difficil encontrarem entre si homens capazes de dirigirem as suas instituições, no dia que deixarem de ser hipnotizados pelas utopias politicas. Ensinar o proletariado a querer, instrui-lo pela acção e revelar-lhes a sua própria capacidade, era todo o segredo da educação socialista do povo”

Sub-Categoria: Educação para a Revolução (ação de rutura e transformadora)

IX, CS, p.1 “[excertos da tese de organização sindical, aprovada no 1º congresso sindicalista] O operariado, em face do capitalismo, tem, para alcançar a sua emancipação e obter a realização do seu ideal (...) 2º - De educar-se, de solidarizar-se e de exercer uma acção commum contra a exploração de que é victima”

XIII, CS, p. 4 [primeira these - saída do 1º congresso sindicalista, de 1909: princípios geraes de organização - sindicatos, federações, uniões locais ou bolsas de trabalho e, por fim, confederação geral do trabalho] org. base: sindicatos - lucta económica - imediata - melhoria das condições de trabalho, mas tb “ás affirmações de solidariedade e de educação dos trabalhadores; (...) tornando-os por esta forma aptos a exercerem um papel consciente na transformação da ordem social existentes”

XXVI, CS, p.3 “[sobre a conferência no 1º de maio, na sede das Associações de Classe - razão, acção, fins - dos Fabricantes d’Armas e Ferroviarios, a cargo de Edmundo d’Oliveira] O nosso camarada Oliveira transporta-se para a educação associativa e exalta as bases em que se firma a idéia sindicalista, que, alvejando a diminuição da autoridade e o desaparecimento do salariato e patronato, adopta as condições previas que as circumstancias reclamam durante as transições historicas da evolução das sociedades”

XXXIV, TD, p.3 “O nosso camarada appela para o governo, no que faz mal; a salvação está em nós todos, no proletariado, que deve educar-se e preparar-se para tomar conta da industria, produzindo e consumindo conforme as forças e necessidades de cada um. Organizemo-nos e eduquemo-nos, luctando sem tibiezas pela libertação commum”

CXIX, TD, p.1 “[As Juventudes Sindicistas - A conferencia de Manuel Ribeiro] é de importancia capital, para ter bons associados, a cultura do individuo, o desenvolvimento consciente da personalidade. Daqui surge uma como que especialização de funções na preparação da sociedade futura. A missão sindical é mais vasta e mais complexa. É um trabalho de organização, joga com grandes efectivos e opõe toda uma classe - o operariado - contra a classe inteira da burguezia”

CXXII, TD, p.1 “[Fernando Pelloutier] Rematando este artigo, não o podemos fazer melhor do que recordar que a missão do sindicalista é - na concção tão lucida de Pelloutier - «prosseguir mais

metodicamente do que nunca a obra de educação moral, administrativa e tecnica necessaria para tornar viavel uma sociedade de homens livres»”

Categoria: Pressupostos Ideológicos (relação com o Poder)

Sub-Categoria: Crítica às políticas e ação educativas da 1ª República

XXII, TD, p.1 “[Reforma de Instrução Primaria] A falta de espaço não nos permite tratar do decreto sobre a reforma da instrução primaria. Sobre elle temos muito que dizer, principalmente ácerca do artigo 51º do capitulo VI sobre **liberdade de ensino**, que diz: ‘Será proibido o exercicio do magisterio particular aos cidadãos que ensinaram doutrinas contrarias ás leis do Estado, á liberdade dos cidadãos e á moral social’”

XXVI, Ech, p. 1 “[Só elles] Ao inaugurarem-se ha dias as aulas da Comissão humanitaria do Castello, disse o ministro dos estrangeiros que só os republicanos podem ensinar. Assim se explica que camaradas nossos tenham sido intimados pela ‘auctoridade’ de Evora a não educarem o operariado, e tenham sido rogados pela ‘auctoridade’ do Porto a não fazerem propaganda”

XXXI, SCorresp, p.2 “[O Sindicalista em Ferreira do Alentejo] O ultimo correio traz-nos a noticia que o administrador de Ferreira do Alemtejo fez uma busca em casa do nosso amigo Ghira Dine, levando-lhe tres livros. Tal e qual como no tempo da monarchia. Prisões, buscas, roubos de livros!”

XXXIII, Ed, p.1 “[Processos republicanos] Pouco a pouco, á medida que a Republica se vae sentindo mais robusta, ella vae organisando a sua defeza, vae montando as suas baterias de ataque; com a lei de instrução primaria, se cuida da educação, cuida tambem que esta não seja prejudicial aos seus interesses, aos interesses da classe burguezia que representa. A burguezia necessita de operarios habilitados que lhe sejam auxiliar para a sua prosperidade, para a sua riqueza, para o seu desenvolvimento, mas necessita tambem que os trabalhadores sejam *bons cidadãos* e condescendentes contribuintes”

CXIII, TD, p.3 “[Festas Associativas] Secção Mista de Palma e Arredores] Pelas 21 horas, o camarada Manuel dos Santos realizou uma conferencia sobre a instrução primaria e o ensino racional, escapelizando a instrução ministrada nas escolas officiaes, ainda eivada de processos fradescos, preparando as creanças para a ignominia e preversão sob uma preparação militarista, demonstrando com dados estatisticos a vergonha das escolas officiaes, que não correspondem ao papel para que foram creadas e faltas das mesmas por todo o paiz, mostrando quanto tem de util e as vantagens que traz ás creanças o ensino racional, a grande obra creada pelo imortal professor Francisco Ferrer”

Sub-Categoria: Ação Autônoma

XXI, SCorresp, p.2 “[O Sindicalista em Ferreira do Alentejo] As direcções das Associações dos Camponeses e de Classes Mixtas, resolveram constituir um comité de instrução á classe trabalhadora. E depois digam os *senhores burgueses* que o povo de Ferreira é incapaz de fazer alguma coisa de geito. Com certeza que não, sendo *guiado* por tão bons *pastores*; porém como o povo os vae conhecendo, chegará á conclusão de que não precisa de tutela”

XXX, TD, p.1 “[Victimas do caciquismo] Para nós, a attitude da imprensa e dos politicos republicanos, não constituiu a minima surpresa, pois sempre affirmámos que nada havia a esperar d’uma e d’outros, porque só o povo educando-se e organisando-se, pôde e deve conquistar a sua emancipação, sem fiar-se no palavreado d’este ou d’aquelle intruso”

XLII, Ech, p.2 “[A crise operaria] emquanto o sr. Piçarra recomenda a obra de organização do ensino primario e profissional á Constituinte ou seja aos partidos politicos, nós recomedamo-la á propria classe operaria, coherentes nesse ponto mesmo com a opinião do sr. exa. - todas as crises que affectam o proletariado devem ser resolvidas pelo proprio proletariado”

XLIV, TD, p.2 “[A educação do proletariado] Teixeira Severino na ‘Republica Social’ tira dum trecho dum fundo recortado para o seu ultimo numero do ‘Sindicalista’, uma serie de conclusões que a transição que abaixo segue, quanto a nós sintetiza a sua opinião e, as aspirações suas e as dos seus amigos. ‘Resulta, portanto, do raciocinio do *Sindicalista* a nossa convicção, agora por ele mais radicada e segura, de que o estado mental e psiquico do operariado é incompativel com os meios d’ação que preconisa, visto que este, tomando sobre si o movimento, indicaria possuir a alta capacidade dirigente que o mesmo raciocinio põe em duvida’. Não ha duvida se não estamos preparados para tornar realidades as nossas aspirações e os nossos sonhos, se necessitamos educar-nos, organizar-nos, crear a força intelectual, moral e material que se oponha a todas as forças opressivas da sociedade atual. O que se torna necessario fazer? Não é educar-nos, não é organizar-nos, não é esforçar-nos por desenvolver em nós todas as qualidades que a tarefa a realizar imperiosamente elege; isto é claro, sem pôr de parte as ideias, os conselhos, de todos os honestos, de todos os sinceros que desinteressadamente nos queiram aucliar! Não, o caminho a seguir é todo outro, o que devemos fazer é subordinar-nos á incontestavelmente alta, sabia e inteligente direcção de um directorio ou concelho central de qualquer

partido politico, votar e pagar quotas, irmos a reboque, deixar-nos derigir por eles, levá-los ao parlamento, ao Senado, ás camaras municipaes, ao Instituto do Trabalho, numa palavra conquistar todas as posições onde a ezemplo de Millerand, de Viviani, de Briand e de tantos outros, uma vez instalados, tratam de defender atendendo a que as posições que tanto custaram a conquistar, que tão honrozias são, e que por vezes tão lucrativas e rendozas se tornam, não se podem deixar ir por agua abaixo. Sim, não ha duvida, estamos convencidos, a nossa salvação só pode estar na Rua do Bemformozo 150 2”

CVI, SCorresp, p.4 “[Egrejinha] Não lhes deis crédito: os operarios empenham-se pela emancipação dos seus irmãos do trabalho. Portanto, camaradas do campo, convencei-vos que a emancipação dos trabalhadores ha de ser obra dos proprios trabalhadores. Se seguides os caminhos que vos ensinam os patrões, estareis sempre metidos no abismo. Educai-vos na Letras, para para poderdes ler as paginas deste jornal e reunirvos aos companheiros dos sindicatos”

Sub-Categoria: Antiautoritarismo (anticlericalismo, antinacionalismo, antimilitarismo)

XI, SCorresp, p.4 “[O Sindicalista em Setúbal] “realizou-se aqui, no preterito domingo, 8 do corrente, a festa da arvore, promovida pela Escola Liberal de Setubal. (...) O nosso camarada Coutinho por dizer que não ia ferir susceptibilidades, fosse de quem fosse, mas apenas fallar segundo os dictames da sua consciencia. Ataca a fundo o ensino religioso, que desde remotos tempos vem estiolando o cerebro humano, e, referindo-se ao actual systema de educação, entra em largas considerações, demonstrando que o ensino de hoje não é menos pernicioso que o antigo, porquanto os preconceitos abundam hoje como hontem. Combate a militarização das escolas, que o actual governo pretende levar a cabo, e faz a apologia do ensino integral e racionalista”

XXI, Inf, p.3 “[Grupo Instrução ‘Gente Nova’ do Porto] Dada a palavra ao camarada Alves da Silva, este expôz a necessidade da mocidade se organizar, e que era necessario incutir-se no animo da mocidade o espirito anti-militarista e anti-patriotico, pois que é um dos mais nefastos erros que sustenta a sociedade actual, assim como é necessario extremar a religião para bem da Humanidade que tende a ser livre”

XXII, TD, p.1 “[Verdades amargas] A educação monarchica não podia ser ministrada senão neste sentido, para produzir, como consequencia logica da moral de intellectos pelintras, os seres necessarios á conservação das castas. Na escola o padre fazia a apologia do absurdo, o militar ensinava a brutalidade para com os humildes e a obediencia passiva aos fortes e como se a obra não estivesse completa, para coroa-la o ente adquando ao momento historico - o bacharel - que aperfeiçoando os homens para a luta lhes dava umas lambusadelas de esperteza sabia com polvilhas de erudição bolorenta”

XXVII, Ech, p.1 “[Instrução militar] Segundo lemos n’um jornal. Está ja assente que a instrução militar preparatoria será obrigada para todas as classes, dos 11 aos 17 annos, começando pela gymnastica e noções de educação civica e acabando pela tactica militar e pratica de tiro. Não é por mal, O amor ao antimilitarismo tem d’estes desvios em certos corações”

XXXI, Ed, p.1 “[O Civismo - a nova religião] A brutalisação começa na infancia, a escola querem fazel-a ante-camara da caserna. O trabalho de embrutecimento, começara logo na primeira infancia de cerebros moldaveis, facilmente adaptaveis e suggestionaveis em extremo. O processo é o mesmo dos religiosos, estes usavam a prece para matar o raciocinio e despertar a fé, os laicos servem-se da Maria da Fonte e da Portuguesa com intuitos semelhantes”

CII, TD, p.1 “[Na linha de fogo] A Voz do Operario e o Ensino - O que é que se ensina nestas escolas? O ensino é o mesmo que o oficial, com os mesmos métodos e o mesmo criterio, os mesmos livros e os mesmos programas. Assim, a Voz do Operario que tem veleidades socialistas e cujo organ se diz defensor do operariado, adversario portanto da organização capitalista, inicia milhares de criancas nos corruptos principios sobre que assenta a sociedade e é um dos mais importantes cooperadores do Estado nesta obra de consolidação burgueza, que é o ensino primario oficial com as suas perniciosas noções de civismo e patriotismo, com a sua nociva moral de convenções e d’hipocrizias e sobretudo com a sua deficiencia”

Categoria: Ideias Pedagógicas (valores e currículo)

Sub-Categoria: Autodidatismo

XXI, SCorresp, p.4 “[O Sindicalista em Almada] Um conselho lhes damos: estudem bem a sua questão, eduquem-se para lutar, evitando que os burguezes democratas tenham que malsinar e perseguir os que elles apelidam de *intrusos*, como se na luta pela emancipação social não fossemos todos trabalhadores e explorados pelo mesmo senhor - o Capital”

XXX, Ed, p.1 “[Encerramento do Congresso] Vistas as coisas por este prisma e levando em conta a pouca preparação não só da massa como de alguns dos seus elementos orientadores (...) É necessario que os individuos, nós e todos os trabalhadores, estudemos as condições da nossa miseria, os processos a

adoptar com o fim de a extinguir e os meios de que temos a lançar mão para sermos uma força debaixo do triplice aspecto moral, intellectual e material”

CI, SCorresp, p.3 “[Barreiro] Muitas pessoas ha que aprenderam a lêr e que todavia nunca pegam num livro ou num jornal, vivendo sempre na ignorancia. A classe trabalhadora, onde não ha talvez 10 por cento que compreendam o caminho que teem a seguir, deve lêr os jornais operarios para se compenetrar do seu dever e ingressar nas Associações de Classe [razão, acção, fins] afim de lutar pela sua emancipação economica. Enquanto isso não fizer, continuará a ser escravizada pelos poderosos, havendo assim individuos com grandes fortunas e outros que nada teem - José Alberto”

CLXVII, Ed, p.1 “[Palavras necessarias] Para nós a Revolução já começou, ela efetua-se pela nossa propria educação, pelo nosso esforço em nos tornarmos dia a dia, melhores, em nos elevarmos moralmente acima da média, e acima de nós proprios”

CLXVII, TD, p.3 “[O dever dos militantes] Para ter direito de falar em revolução social, em sociedade nova, em transformações politicas e economicas, etc, é preciso não fugir a estudar e a procurar resolver os problemas e as dificuldades que aquelas reivindicações comportam. A não ser que todos julguem, o que seria lamentavel, que tudo se resolve e consegue, falando-se muito em Revolução, em Comunismo, em Harmonia Universal e prégando a Ação, a proposito e a desproposito de tudo. Mas se assim não é, se se crê que as coisas só se conseguem com muito estudo, trabalho, tenacidade, ha que estudar, que trabalhar e que pacientar, utilizando o que se sabe, pouco ou muito”

Sub-Categoria: Educação Integral (moral + intellectual + manual/física)

XI, SCorresp, p.4 “[O Sindicalista em Setúbal - realizou-se aqui, no preterito domingo, 8 do corrente, a festa da arvore, promovida pela Escola Liberal de Setubal (...) O nosso camarada Coutinho] faz a apologia do ensino integral”

XIII, CS, p.4 “[primeira these - saída do 1º congresso sindicalista, de 1909: princípios geraes de organização - sindicatos, federações, uniões locais ou bolsas de trabalho e, por fim, confederação geral do trabalho] Com relação à educação dos trabalhadores, esta educação deverá ser de ordem social, profissional ou thecnica e educação de ordem geral. A educação social tem por fim como já vimos tornar conscientes os individuos das causas sociaes da sua miseria, dos meios a adoptar para se libertarem, e poderá fazer-se pela conferencia, pelo jornal, pelo manifesto, a folha solta, etc. A educação profissional ou thecnica effeuar-se-ha pela criação de escolas ou cursos especiais. Os conhecimentos de ordem geral serão ministrados quasi sempre por meio de conferencias”

XLVIII, TD, p.2 “[Ensino Racional] Como fim, visa formar em cada ser humano não um individuo mutilado, mas *uma individualidade em que haja consciencia da sua ezistencia social integral*, isto é, em que esta não é apenas economica ou politica, mas, sim, economica, familiar, artistica, cientifica, moral, juridica e politica”

CXXIV, Ed, p.1 “[Valores moraes do sindicalismo] Assim, o sindicalismo tem uma moral propria que é a moral dos produtores; tem uma educação sua, inteiramente baseada na tecnica, e uma concção d’arte característica que é sobretudo «uma antecipação da alta produção» e um embelezamento dessa mesma produção (...) O sindicalismo reivindica-se tambem uma educação peculiar que se poderia chamar uma pedagogia da tecnica. Sabe-se a tendencia cada vez mais para a pratica do ensino. Na maioria das escolas predomina ainda o ensino livresco, é certo, mas ha um progresso no ensino profissional e uma tendencia para a profissionalização manual. A oficina transmuta-se em laboratorio d’arte aplicada. O trabalho intellectual, que era uma função de casta imprimindo um cunho de superioridade aristocratica, é já um meio e não um fim, é um acessorio na educação, um instrumento de aperfeiçoamento profissional, é a cultura da tecnica. A teoria cede o logar á prática, quer dizer, a teoria não eziste mais por si propria e deixa de ser o coroaento especulativo da pratica, como deixarão de ezistir intellectuaes e manuaes para haver apenas trabalhadores cultos com a sua faculdade intellectual desenvolvendo-se paralelamente á sua especialização técnica - uma complemento da outra. A educação integral será então simultaneamente a cultura da tecnica e a cultura do espirito, pois só do seu conjunto brotará melhor o sentimento moralizador que é a dignidade da pessoa, tão essencial na formação do caráter”

Sub-Categoria: Educação Racional (positiva, científica)

XI, SCorresp, p.4 “[O Sindicalista em Setúbal - realizou-se aqui, no preterito domingo, 8 do corrente, a festa da arvore, promovida pela Escola Liberal de Setubal (...) O nosso camarada Coutinho) faz a apologia do ensino (...) racionalista”

XIII, CS, p.4 “[primeira these - saída do 1º congresso sindicalista, de 1909: princípios geraes de organização - sindicatos, federações, **uniões locais ou bolsas de trabalho** e, por fim, confederação geral do trabalho] A formação de escolas sindicais de educação racional e onde conjuntamente se

ministrem os conhecimentos profissionais referentes às diversas corporações de artes e ofícios sindicadas”

XXII, TD, p.1 “[Reforma de Instrução Primária] E viva a educação racional!”

XXVI, CS, p.3 “[sobre a conferência no 1º de maio, na sede das Associações de Classe [razão, acção, fins] dos Fabricantes d’Armas e Ferroviários, a cargo de Edmundo d’Oliveira] “Depois o conferente faz uma vehemente apologia da educação racional, dizendo que a creança deve ensinar-se tudo”

XXXI, Ed, p.1 “[O Civismo - a nova religião] No nosso tempo os processos scientificos de observação, de critica, de analyse, teem atingido todas as manifestações da actividade humana, tudo se tem modificado, tudo se tem transformado; as cousas como as ideias; as religiões não podiam portanto escapar a este movimento profundo de analyse, de desagregação, de transformação (...) mais pela força das circunstancias do que pelo esforço dos pensadores se separa e emancipa indo-se basear sobre as verdades positivas, scientificamente adquiridas, e não como outr’ora na revelação da palavra dos deuses ou dos seus prophetas”

XLVIII, Ed, p.1 “[Recordação do assassinato do fundador da Escola Moderna - Vítima da Reação - Francisco Ferrer] Com a aprovação e apoio moral de grandes espiritos, como Eliseu Reclus e Letourneau; com o precioso concurso de Odon de Buen, o grande naturalista espanhol; de Martinez Vargas, professor ilustre da Faculdade de Medicina de Barcelona, e de Anselmo Lorenzo, o velho militante da primeira Internacional, entre outros, nesse mesmo ano, em agosto, abriu em Barcelona a *Escola Moderna*. Segundo as suas proprias palavras, a nova instituição tinha por fim educar a criança de modo que ela se desenvolvesse ao abrigo das superstições e publicar os livros necessarios para se produzir esse resultado. Era, portanto, um duplo objectivo: ministrar ás crianças uma instrução verdadeira, libertá-las de todas as tradições do passado, dos preconceitos de raças e classes, da religião e militarismo; e pelos livros, pelas traduções das grandes obras científicas modernas, por trabalhos de vulgarização, desenvolver o espirito racionalista”

XLVIII, Ed, p.1 “[Recordação do assassinato do fundador da Escola Moderna - Vítima da Reação - Francisco Ferrer] O nosso ensino - explicava Ferrer - não aceita nem os dogmas nem os uzos, porque uns e outros são fórmulas que encarceram a vitalidade mental nos limites impostos pelas exigencias das fazes tranzitorias da evolução social. Só difundimos soluções já demonstradas pelos factos, teorias ratificadas pela razão, verdades confirmadas por provas certas”

XLVIII, TD, p.2 “[Ensino Racional] A nosso vêr o ensino racional ou positivo, sintetisa-se em tres principios essenciaes, fundamentaes: Como instrução, como um todo, ou conjunto de materias ou assuntos de ensino, baseia se em que á criança só devem ser ministrados conhecimentos á altura do seu entendimento. Só trata do que o cerebro da criança pôde entender, perceber. Só ensina a verdade demonstrada, positiva, a que pôde explicar-se, a que está ao alcance dos cerebros infantis, *a que a razão da criança pôde aprender, assimilar*”

XLVIII, TD, p.2 “Ensino Racional - (...) A consequencia logica destes principios é ser incongruente neste ensino toda a imposição do *majister dixit*, toda a sugestão de preconceitos e de dogmas sejam eles quaes forem. O preconceito e o dogma são produtos doentes da mentalidade humana escravizada, e só podem sêr aceites pelos cerebros submissos e habituados a não pensarem, a não raciocinarem e a seguirem as ideias dos outros. Ora desde que só se deve ensinar á criança o que ela pode descobrir e saber pelo seu proprio raciocinio, forçoso é confessar que tudo o que não puder ser aprendido por esse meio não pode *nem deve* sêr ensinado e neste caso está *tudo* o preconceito e *tudo* o dogma - os quaes só podem sêr ensinados pelo celebre *crê e não profundes* e pelo *crê ou morres...* [João Branco]”

XLIX, Inf, p.4 “[Grupo Libertario Renovação Social] Este Grupo realizou no passado dia 13 a anunciada sessão comemorativa do 2º aniversario do fuzilamento de Francisco Ferrer, na séde da Troupe Excursionista Operaria União. Uzou em primeiro lugar da palavra Chacon Sicilliani, que fez varias considerações sobre o ensino racionalista, combatendo a militarização das escolas”

CII, TD, p.1 “[Na linha de fogo] A Voz do Operario e o Ensino - Sim, a escola é muito. Mas o ensino é tudo. Ora, se o dinheiro que a Voz recebe é exclusivamente do povo trabalhador, porque é que se não dá uma orientação científica, prática, e racional á instrução dos filhos dos contribuintes, modificando o sistema da instrução e adótando métodos intuitivos? Porque não se criam escolas de ensino racional nas mesmas bases das da *Escola Moderna*, essa obra imortal cujos alicerces Ferrer lançou cimentando-os com o seu sangue? Porque é que não fundam escolas oficinas do tipo da Escola Oficina nº1, de tão belos resultados práticos. Manuel Ribeiro”

CXIII, TD, p.2 “[O ensino racional] Ha livros em portuguez para o ensino segundo os métodos da Escola Moderna? Ha alguns e vão publicar-se outros - Varias pessoas se lamentam de que não haja em lingua portugueza compendios e livros que orientem os professores que se dedicam ao ensino racional, tendo

muitos dêles que recorrer principalmente aos livros editados em lingua castelhana pela Escola Moderna de Barcelona. Sabemos que os srs. Guimarães & Ca., os editores da notavel «Colêção Sociologia», tão procurada pelo operariado, no intuito de preencherem essa lacuna, entabularam ha tempo negociações com o gerente editorial da Escola Moderna, a fim de publicarem algumas das obras da aquela instituição, não tendo sido possível, infelizmente, chegar-se a um acôrdo. Se o facto é para lamentar, não é contudo irremediavel. A caza editora da rua do Mundo tem em publicação a sua «Bibliotêca da Educação Racional» aberta com as celebres iniciações científicas aparecidas em França sob a direcção superior de Mr. Ch. Laisant, as quaes podem auciliar os novos professores, pois servem incontestavelmente de baze a um ensino moldado nos processos da educação racional. São seis os volumes já publicados, a saber: *Iniciação Matematica, Astronomica, Quimica, Zoologica, Botanica e Filozofica*. Depois de completada a serie científica de generalidades, a «Biblioteca» continuará seguindo uma orientação acentuadamente pedagogica, publicando-se, entre outras, muitas das obras que a Escola Moderna adótu e que lhe não são privadas”

CXIII, TD, p.2 “[Uma necessidade] quer pela orientação moderna do ensino completamente livre e despido de preconceitos de toda a especie, pois apenas se dá á mentalidade das creanças o que é são e verdadeiro”

Sub-Categoria: Pensamento Crítico

XLVIII, Ed, p.1 “[Recordação do assassinato do fundador da Escola Moderna - Vítima da Reação - Francisco Ferrer] O cerebro do individuo deve ser o instrumento da sua vontade. Não podia haver maior perigo para a dominação do clero. Dar a conhecer ás crianças os rezultados da ciencia contemporanea, ensinar-lhes que o cristianismo não é obra de uma revelação miraculoza e antes teve, como todas as outras religiões, origens confuzas, indistintas, e uma evolução que o deformou, ensinar-lhes a historia, a vida dos diversos povos, era arrancá-las á servidão intolerante, do dogma e dos padres, era formar cerebros libertados e preparar homens e mulheres livres”

XLVIII, Ed, p.1 “[Recordação do assassinato do fundador da Escola Moderna - Vítima da Reação - Francisco Ferrer] Querendo o ensino livre e racional, Ferrer era levado a verificar que em todas as nações o ensino oficial é defeituozo ao mais alto ponto. Inspira-se, não nas necessidades da criança, mas nos interesses do Estado: a educação das escolas governamentaes, enciclopédica no peor sentido da palavra, é abstrata e mal conformada ás inteligencias que despertam, faz apelo á memoria e não á compreensão, impotente para desenvolver o raciocinio reduz-se a um psitacismo imbecil”

XLVIII, TD, p.2 “[Ensino Racional] *Como metodo, essa verdade só deve ser ensinada por meio de raciocinio*. É a propria criança que, *vendo, observando, indagando, mexendo com as mãos*, tira pelo seu pensamento, pela sua imaginação, pelo seu raciocinio, a conclusão, a lei, o principio, que lhe quiz ensinar. Em vez de se lhe apresentar em nome da *autoridade do mais velho* que isto ou aquilo é assim... porque é...; em vez de se impôr ideias e conhecimentos e obrigar a criança a *decorar*, a *crêr*, ensina-se-lhe a descobrir a verdade das coisas, a obter a certeza por si propria, a alcançar pelo seu proprio esforço de raciocinio a verdade, o saber”

Sub-Categoria: Co-Educação

L, Inf, p.3 “[Troupe Excursionista Operaria União (Alto do Pina)] Realizou no domingo pelas festas do seu 1º aniversario. O sr. Chacon Siciliani fez uma conferencia sobre o Teatro e a sua influencia na educação do povo, dissertando sobre a obra do Ferrer, cujo processo de educação poz em relevo, salientando a coeducação dos secsos que muito concorrerá para a emancipação da mulher”

CXIII, TD, p.2 “[Uma necessidade] No entanto, essas escolas [criadas por anarquistas e de orientação racionalista] são ótimos fátores para o desenvolvimento das creanças, quer pelo espirito de camaradagem e de união de secsos aprendendo em comum”

Categoria: Espaços e Tempos Ensaiaados (experiências relatadas)

Sub-Categoria: Aprender na Luta (na ação reivindicativa, na Associação)

IX, TD, p.2 “[Grupo Dramatico Belem] Por iniciativa de alguns socios, inaugurou-se no dia 15 corrente, uma serie de palestras que teem por fim o desenvolvimento da faculdade de exposição que todos devem possuir. Dá mágoa ver em qualquer assembleia um individuo que, não concordando com as theorias expostas por certo orador, sente uma grande vontade de refutal-as e não se atreve a fazel-o, por que lhe faltam elementos necessários para exteriorizar as suas ideias”

XXIX, Ed., p.1 “[Delegados sindicais e deputados socialistas] A acção sindical é a acção real e efficaz, a força revolucionária que mina sem descanso a sociedade burgueza e que substitue pouco a pouco a administração das coisas ao governo dos homens. Logo, os libertarios teem bastante razão, quando rejeitam toda a acção eleitoral, toda a conquista dos poderes publicos, quando nada esperam a não ser da educação da classe operaria, quando procuram realizar esta educação pela luta de todos os dias. Digamos com elles: Nada de compromissos! Abaixo o parlamento corruptor! Viva a acção directa!”

L, Ech, p.1 “[Um inquerito] A *Vie Ouvrière*, no seu ultimo numero, começou a publicação das respostas ao questionario que formulára sobre a existencia das ‘Juventudes Sindicalistas’. As Juventudes são grupos de jovens operarios, tendo por objectivo a educação para intensificar a propaganda sindicalista; são, por assim dizer, escolas de sindicalismo em que ao mesmo passo que se cuida da cultura física e se fazem festas e dão espetáculos, se tratam as questões economicas, o anti-alcoolismo e sobretudo o anti-militarismo”

CI, CS, p.4 “[Comissão Executiva do Congresso Sindicalista] Na Caza Sindical, rua dos Prazeres, 39, 1º, encontram-se todas as noites delegados da Comissão Executiva, que prestarão esclarecimentos sobre questões associativas. Elaboram-se estatutos, redigem-se manifestos, etc. Aos sindicatos da provincia enviam-se todas as informações de que careçam, projectos de estatutos, etc. Os sindicatos que precisarem de apetrechos de escrita e administração, podem pedi-los mediante o envio das importancias correspondentes: Estatutos prontos a entrar no ministerio do fomento, 2\$500”

CVI, TD, p.3 “[Um exemplo a seguir] Um grupo de camaradas da Associação dos Fabricantes d’Armas e Officios Acessorios, acaba de levar á prática uma bela iniciativa que, a ser imitada pelas diferentes Associações de Classe [razão, acção, fins], deve, num curto espaço de tempo, produzir uma verdadeira transformação na nossa vida associativa. Esses camaradas levaram a efeito a criação duma escola de militantes do movimento operario (...) Mas, voltando ao principal objectivo desta noticia, diremos que na referida escola, onde ninguém é mestre, a par dos conhecimentos indispensáveis ao funcionamento de Associações, tais como elaboração de atas, maneira de orientar assembleias e sistema de organização, se vae formando e desenvolvendo a intelligencia dos principiantes e radicando, atravez das discussões, o amor pelo ideal emancipador. Não calculais quanto é agradável ver a sinceridade, o entusiasmo e o amor com que cada um, na dita escola preparatoria, defende as suas propostas, moções, etc sempre fundamentadas com logica. Bom seria que os camaradas das outras Associações de Classe [razão, acção, fins] seguissem, neste cazo, a orientação dos camaradas Fabricantes d’Armas, difundindo por toda a parte, onde quer que se encontrassem, este axiomático aforismo da Internacional: «A emancipação dos trabalhadores ha de ser obra dos proprios trabalhadores», para que, num curto espaço de tempo, todo o vosso trabalho fosse coroado do melhor êxito”

CXIX, TD, p.1 “[As Juventudes Sindicalistas - A conferencia de Manuel Ribeiro] Começando a tratar as Juventudes Sindicalistas [diz que] A sua missão é essencialmente educativa, praticando muitas os desportos. São escolas de militantes nos grandes centros. Na provincia desempenham um papel importante, divulgando brochuras, jornaes e prospectos, organizando recitas em que entram peças sociaes, canto-coral, etc”

CLXXII, TD, p.4 “[A missão das Juventudes sindicalistas] Não deve ser desconhecido dos militantes operarios o valor das J. S. pelo recrutamento da mocidade operaria que elas fazem, atraindo-a ao seu seio com os desportos, a musica e as representações teatrais, constituindo os respectivos grupos: desportivo, musical e dramatico, promovendo visitas de estudo, passeio e de recreio e propaganda, etc (...) Assim, a JS Lisboa Central, o ano passado, convocou por 2 vezes alguns elementos anarquistas e sindicalistas a reunirem na sua sede a fim de se criar uma escola de militantes para o movimento operario. Dois camaradas apenas corresponderam: Neno Vasco, que já nessa data lecionava na sede deste nucleo, o francez, o italiano e o esperanto, e Emilio Costa, que compareceu ás duas convocações. Pois tal ideia foi posta, temporariamente, de parte”

Sub-Categoria: Aprender Fora da Escola (bibliotecas, edições, conferências/palestras, teatro, excursões)

III, TD, p.3 [a propósito de uma sessão de propaganda, organizada pela Comissão Executiva do Congresso Sindical, na Liga dos Interesses de Barcarena] Os delegados da comissão vieram bem impressionados (...) sendo digna de (...) agrado que mostraram de tudo patentearem com minuciosidade: bibliotheca, um pequeno museu pedagógico e uma sala de jogos, para entretenimento dos associados”

VII, TD, p.3 [Grupo Acção Directa] “Acaba de ser reconstituído este grupo libertario, de que fazem parte antigos e novos elementos. O grupo inicia desde já a sua propaganda, e vae fundar uma biblioteca, propondo-se também realizar uma forte acção libertadora por meio de conferencias e larga publicação de folhetos”

X, PS, p.4 “[excerto da reunião dos Trabalhadores da Imprensa que, a propósito dos fins da Federação da Imprensa de Lisboa, diz] publicações de propaganda e formação de um jornal diário”

XII, SCorresp, p.2 “[O Sindicalista em Coimbra - A Associação de Classe dos Carpinteiros Civis] reuniu em assembleia geral no passado dia 20, para tratar de varios assumptos de grande interesse para o desenvolvimento d’esta classe, sendo apresentada, pelo camarada José Maria da Costa, uma moção baseada no seguinte: (...); promover conferencias e sessões de propaganda e crear uma bibliotheca”

XII, PS, p.4 “[excerto de reunião da União das Classes da Construção Civil] Também foi resolvido que se realizem palestras em diferentes locais em Lisboa para elucidar o proletariado sobre a missão que tem a cumprir”

XIII, CS, p.4 [primeira these - saída do 1º congresso sindicalista, de 1909: princípios gerais de organização - sindicatos, federações, **uniões locais ou bolsas de trabalho** e, por fim, confederação geral do trabalho] “(...) a formação de bibliotecas, museus profissionais, etc. são exemplos das instituições de educação. As festas, as conferências sobre os mais variados assumptos podem ser também considerados como serviços de propaganda e também de educação”

XIII, TD, p.1 “[Grupo de Propaganda Educativa] Em Setúbal acaba de constituir-se este grupo, cujos fins são: propagar as ideias libertárias por meio de conferências públicas, e promover a propaganda e venda de folhetos e jornais interpretes das mesmas ideias ou dos órgãos da reivindicações operárias”

XV, SCorresp, p.2 “[O Sindicalista em Aldegallega] realizou-se no dia 9 do corrente, na sede social da mesma, uma bella conferência sob o thema *Liberdades Publicas*, a primeira d’uma serie que a mesma Direcção tenciona levar a effeito, por principio de propaganda de educação moral e associativa”

XXI, Inf, p.3 “[Grupo Libertario Paz e Harmonia] Reuniu este grupo e entre outros assumptos resolveu iniciar brevemente uma serie de conferencias de propaganda educativa”

XXV, PS, p.4 “[Caixeiros de Lisboa] O ilustre pedagogo dr. Lopes de Oliveira realiza hoje, 30, pelas 8 e meia horas da noite, na sede desta colectividade ... uma conferencia sobre o thema: *A republica e o problema nacional*. Esta conferencia é a 4ª da serie que a Comissão Reorganizadora da Bibliotheca e Gabinete de Leitura d’esta Associação, prosseguindo pela difusão de princípios educativos, pretende levar a effeito. A entrada é publica”

XXVII, PS, p.4 “[Canteiros] e um requerimento do camarada Luiz Ribeiro, pedindo para ser iniciada uma serie de conferencias de educação associativa, o que foi aprovado sem discussão”

XXVIII, Inf, p.3 “[Grupo Anarchista O Futuro] Com o titulo acima, acaba de constituir em Coimbra um grupo de propaganda do ideal libertario, que vae publicar folhetos e manifestos. Este grupo pede a todas as agremiações congeneres que publicam folhetos, revistas ou jornais, que lh’os enviem para sua sede, para o seu mais rapido desenvolvimento”

XXVIII, VO, p.4 “[Comité de Propaganda Sindicalista Acção Directa] Um grupo de camaradas acaba de fundar um comité para desenvolver a propaganda sindicalista por meio de folhetos e conferencias”

XXVIII, PS, p.4 “[União dos Sindicatos Metalurgicos] Reuniram no dia 12 do corrente os delegados a esta União, pelas 8 horas e meia da noite. Discutiram a necessidade de criação de um jornal da classe, tendente a educar e a orientar a classe metalurgica em geral (...) N’essa reunião resolver-se-ha tambem a realização d’uma serie de conferencias de educação social, estando já convidado o camarada Pedro Pinto Quartim que realizará uma palestra subordinada ao thema: o parlamentarismo e o proletariado, cuja conferencia se realizará hoje, 21”

XXXI, PS, p.4 “[Operario Manufactores de Calçado] Ficou também resolvido pedir a todas as sociedades e grupos editores de revistas, folhetos e jornais, a fineza de nos enviarem exemplares para a biblioteca da nossa associação”

XXXV, SCorresp, p.4 “[Evora] Grupo de propaganda livre - No domingo, 9, reúne este grupo libertario a fim de se organizar o grupo cénico para levar a cabo a propaganda pelo teatro”

XXXVI, TD, p.3 “[Sociedade Literaria] Propõe-se difundir a instrução e promover a educação por meio do livro barato cujo problema pretende resolver dando o livro pelo custo; só publica obras uteis e portanto de valor moral e material”

XXXVIII, Inf, p.4 “[Grupo de Instrução Operaria] Acaba de fundar-se este grupo em Lisboa. Reuniu em assembleia geral no dia 14 do corrente, resolvendo: fundar uma biblioteca constituída por livros, revistas e jornais que orientem e defendam a classe operaria; promover, por meio de conferencias e palestras, a organização operaria; auxiliar todos os jornais e revistas que se dediquem á propaganda livre; aceitar como socios operarios de qualquer nacionalidade; abolir a presidencia ‘por representar um meio de autoridade’; louvar a imprensa operaria pela forma como tem combatido a burguezia”

XXXIX, Inf, p.4 “[Grupo de Propaganda ‘Estudos Sociais] Recebemos uma circular deste grupo pedindo que lhe enviem livros, revistas ou jornais. As suas bases de constituição são as seguintes: 1ª A aquisição de uma biblioteca sociologica composta de livros, revistas e jornais, que tratem de assuntos libertarios para a instrução dos seus associados; 2ª Promover por meio de folhetos, manifestos e pelo jornal, mas

principalmente por meio de conferencias e palestras, o desenvolvimento da organização operaria (...) 4ª Auxiliar qualquer iniciativa util ao operariado e dar todo o seu apoio moral e material para qualquer classe operaria, que se encontre em luta contra o capitalismo, e auxiliar todos os jornaes e revistas que se dediquem á propaganda libertaria; 5ª O Grupo compôr-se-ha de individuos de ambos os sexos, sem distinção de classe, raça ou nacionalidade, mas sempre que estes não sejam mestres ou gerentes. A correspondencia deve ser dirigida a Silvio Nogueira Seco - Adro de Santa Justa - Coimbra”

XXXIX, Inf, p.4 “[Manipuladores de Bolachas e Biscoitos] A direção deste sindicato rezolveu iniciar uma série de sessões de propaganda e conferencias para as quaes convidou diversos camaradas do movimento operario, fazendo apêlo a todos os socios e em geral aos proletarios conscientes”

XLV, Inf, p.4 “[Grupo Instrução Operaria] Com este titulo acaba de organizar-se em Belem um grupo que tem por fim espalhar a instrução entre os proletarios, para o que instituirá uma biblioteca, promoverá conferencias e palestras (...) O grupo compôr-se-ha de individuos sem distinção de classe, raça ou nacionalidade, devendo a correspondencia ser dirigida para Alfredo Luiz Pedroso, calçada do Galvão, 54, Belem. Lisboa”

XLIX, Inf, p.4 “[Grupo Regeneração Humana] Pede-se a todos os grupos e camaradas editores que enviem alguns folhetos ou livros para a bibliotéca dêste grupo, cuja séde é na rua Direita de Alcantara, 29, 1ªE”

L, SCorresp, p.4 “[Sacavem - Bibliotéca de Estudos Sociaes] Com este titulo organizou-se nesta povoação um gabinete de leitura que tem por fim encaminhar o Homem na estrada redentora que o ha-de conduzir á compreensão nitida do sublime Ideal Humanitario. A nossa obra julgamo-la util, e ao mesmo tempo, grandioza, embora que neste cáos societario em que nos encontramos, pouco valor lhe deem. Mas tarde, estes pequeninos *Nadas*, que se teem sacrificado em prol do Bem estar, em prol da felicidade humana não-de ser *Tudo* certamente no Universo. Os poucos camaradas que rezidem nesta povoação, analizando a depressão mental, originada pelo alcool, rezolveram organizar esta bibliotéca para evitar assim a queda de diversos individuos em tão repugnante vicio, e, ao mesmo tempo, educá-los no caminho da ciencia para que de futuro o Ideal que tanto amamos se possa converter em realidade. Para domingo, 29 do corrente, já convidámos alguns camaradas de Lisboa, entre eles Domingos Serpa e Jorge Coutinho, para a realização da primeira palestra social. Esperamos a concorrência do povo sacavenense, pois que a nossa obra julgamo-la util, porque nada de mais elevado, nem de mais sublime podemos conceber do que destruir o que até hoje tem sido a causa de que a humanidade tenha sofrido tanto. No meio deste anacronismo atual, em que o arcaico, o falso, o convencional é o que se respeita, em que o novo, o verdadeiro, o natural é o que se despreza, formou-se esta bibliotéca, despertando para o raciocinio os individuos grudados aos preconceitos. Que a nossa obra seja bem acolhida pelo povo e que dela algum proveito resultar possa, para o bem da humanidade, que hoje apenas só sabe chorar e sofrer. Encontrar-se-hão sempre abertas as portas desta bibliotéca, para todos os individuos, sem exclusivismo algum, que pretendam conhecer o futuro da animalidade humana. É mais uma bofetada a Mauras, a Las Ciervas e a Stolipines. Mais uma *escola de estudos racionalistas!* - C. Parrot”

CI, Inf, p.3 “[Grupo Comunista Anarquista] Acaba de organizar-se em Coimbra um grupo libertario com o titulo que nos serve de epigrafe, o qual se destina a fazer uma larga sementeira das idéas anarquista-coministas entre os trabalhadores do campo e da cidade. Os meios que adotará para tal fim são: a conferencia, o folheto, o manifesto, a palestra e o jornal”

CI, Inf, p.3 “[Grupo Libertação Humana] Com este titulo acaba de fundar-se no Barreiro um grupo libertario, que se propõe difundir naquele centro, essencialmente industrial, a propaganda pela organização do operariado segundo as bases do sindicalismo revolucionario, devendo criar muito em breve uma bibliotéca. Aos camaradas e instituições que se interessam pela obra que tem em mira, pede o envio de livros, folhetos e jornais, que podem ser remetidos para a rua Serpa Pinto, 44, D.”

CIII, SCorresp, p.3 “[Aljustrel] De regresso do Cercal (Alentejo (...)) Há ali uma casa de instrução - a Biblioteca Luz e Solidariedade - que tem prestado ótimos serviços á cauza operaria, mercê do incansavel esforço dum grupo de trabalhadores dedicados”

CVII, Inf, p.3 “[Grupo Libertario Escolar] Com este nome acaba-se de fundar um grupo de propaganda libertaria, com séde provisora na rua Maria Pia, 2º E, onde brevemente se iniciará uma série de palestras e conferencias sobre o ensico racional, fundando-se tambem uma biblioteca, para a qual se solicita a coadjuvação de todos os grupos e jornais libertarios, enviando-lhes folhetos e livros de propaganda”

CVII, Inf, p.3 “[Grupo da Propaganda] Com o fim de auxiliar a escola racional «A Crêcherie» e bem assim de difundir o método de educação racional, funda-se em Lisboa um grupo denominado Grupo de Propaganda da Educação Racional, que se propõe realizar conferencias, palestras e excursões instrutivas

para os alunos da Crêcherie e bem assim promover benefícios, revertendo uma parte do seu produto a favor do grupo e a outra em benefício da Crêcherie”

CXIII, TD, p.1 “[Uma bela iniciativa. Conferencias populares científicas] Sabemos que um grupo de amigos nossos de que fazem parte Lucinda Tavares e Afonso Manaças, Campos Lima, Manuel Ribeiro, Pinto Quartim, Sobral de Campos e professor Vasco Valdez, estão elaborando um plano de conferencias de carater científico que serão realizadas no salão da Caza Sindical com prévio assentimento da União das Associações. As conferencias, simples vulgarização de generalidades, teem por fim promover a cultura da mentalidade operaria e serão efectuadas semanalmente, contando os nossos amigos com valiozos elementos que hão de certamente assegurar um bom ézito á louvavel iniciativa”

CXV, Inf, p.3 “[Grupo Social «Os tempos novos»] Com este titulo acaba de constituir-se em Lisboa um grupo libertario que, animado pelo ardente desejo de fazer a difusão das ideas anarquistas, pensa tambem formar uma biblioteca com o mesmo nome, contando já com o aucilio para a propaganda de alguns dedicados camaradas”

CXVII, Inf, p.3 “[Grupo «Luz e Vida»] Em assembleia extraordinaria, reuniu com novos elementos este grupo, tomando deliberações sobre as orientações a seguir. Ficou resolvido fazer-se uma serie de conferencias sobre o ensino racionalista, tanto em Lisboa como nos arredores. A correspondencia deve ser enviada a Ernesto Sales, rua dos Correeiros, 183”

CXXV, Inf, p.4 “[Obreiros do Futuro (Aveiro)] Acaba de organizar-se nesta cidade, com aquela denominação, um grupo comunista-anarquista, que na sua primeira reunião resolveu: aderir á F.A.R.N., fundar uma biblioteca - para o que solicita por este meio de todos os grupos libertarios a oferta de obras de propaganda, jornaes, etc”

CXXV, Inf, p.4 “[Grupo Libertario] Um grupo de operarios moradores no Arco do Cego e Campo Grande, constituídos em comissão, resolveram levar a efeito a formação de um grupo libertario, não só para propaganda das ideias sindicalistas e anarquistas, como para instrução dos operarios daquelas localidades, livrando-se da taberna. Os camaradas que desejem ingressar naquele grupo, podem faze-lo mediante pagamento da quota semanal de dois centavos. Pede a comissão organizadora o envio para o grupo de alguns livros para a nossa biblioteca”

CXXV, Inf, p.4 “[Centro de Instrução Setubalense] Acaba de constituir-se este centro, que tem por fim instruir e educar as camadas populares nos ideaes filozoficos mais avançados do Socialismo, fazendo a propaganda por meio do jornal, do teatro, palestras, veladas, pic-nics, etc. Pedimos a todos os jornaes da cauza que mandem um exemplar”

CLXX, VS, p.4 “[Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa] Mais se resolveu criar um grupo denominado «Grupo dos Amigos da Biblioteca», cujo fim é contribuir para o enriquecimento da biblioteca instalada na séde social, sendo a quota mensal voluntaria (minimo 502 ctos) para todos os camaradas associados que queiram contribuir para tão simpatica iniciativa, os quaes poderão inscrever-se desde já no gabinete d’esta comissão”

Sub-Categoria: Aprender numa outra Escola (ensino profissional, ensino primário, escolas racionalistas, outras escolas)

VI, TD, p.6 “[Regulamento da Escola Profissional de Operarios Encardenadores] Art.1 Sob a denominação de Escola Profissional dos Operarios Encardenadores, é fundada em Lisboa uma instituição operaria, dependente da Associação dos Operarios Encardenadores, com a sua séde em Lisboa, e que tem por fim: 1. Em harmonia com o art.3 e 4 da lei estatuinte da associação, de que depende, instruir profissionalmente todos os socios; 2º Auxiliar os socios quando desempregados, empregando-os, podendo; 3º Estabelecer communismo economico entre todas as classes de produção (...) Art.6 Tanto com particulares, como, e principalmente, com as instituições operarias suas clientes, a escola deligenciará entrar em negociações para ser abolida a moeda corrente e estabelecido o ‘communismo economico’, ou seja, a permuta de productos valorizados segundo o trabalho que conteem, unico. Com as instituições operarias ou particulares, a quem requisitar a matéria prima, a escola observará a mesma disposição (...) Art.8 Não é estipulado o tempo de trabalho dado como quota; é voluntario, conforme as forças physicas e a vontade dos sócios (...) Art.16 A instrução profissional e a direcção tchenica do trabalho, ficara a cargo d’uma comissão de socios habilitados pata tal, sem outras regalias que não sejam as consignadas n’este regulamento, e que será eleita eventualmente sem numero de membros limitado”

VIII, PS, p.4 “[União dos Pintores da Construção Civil] Também foi resolvido, por proposta do camarada Carlos Lopes e em nome da comissão administrativa, que se inaugurasse uma aula do ensino primario, para os socios que se queiram aproveitar d’esta regalia”

X, PS, p.4 “[excerto da reunião dos Trabalhadores da Imprensa que, a propósito dos fins da Federação da Imprensa de Lisboa, diz] Organizar asylos e escolas para os filhos dos socios das associações federadas”

XII, SCorresp, p.2 “[O Sindicalista no Porto] Realisou-se no ultimo domingo o primeiro anniversario do Gremio de Instrucção Francisco Ferrer, em Mafamude (Vila Nova de Gaya). O acto revestiu grande brilhantismo, tendo todos os oradores palavras de saudade e de protesto pelo fuzilamento do grande emancipador da humanidade e instituidor da escola moderna”

XII, SCorresp, p.2 “[O Sindicalista em Coimbra - A Associação de Classe dos Carpinteiros Civis] crear uma aula de leitura para uso dos associados”

XIII, CS, p.4 “[primeira these - saída do 1º congresso sindicalista, de 1909: princípios geraes de organização - sindicatos, federações, **uniões locais ou bolsas de trabalho** e, por fim, confederação geral do trabalho] - uniões de sindicatos e federações locais - mais coordenação - mais capacidade de resposta, por exemplo para o desenvolvimento não só de propaganda mas de todas as outras manifestações de actividade como seja o auxilio, a solidariedade e a educação profissional, que em geral os sindicatos isolados não podem muitas vezes realizar por falta de recursos”

XXIII, PS, p.4 “[Operarios metallurgicos] Foi também appovado que se organise uma missão escolar de ensino primario para os socios que queiram aprender a lêr e a escrevêr”

XXVI, VO, p.3 “[Classe Textil] Realisou-se no dia 1 de maio a ‘matinée’, no Coliseu da rua da Palma, cujo producto reverte a favor da escola-officina da classe textil, sendo offerecido por alguns industriaes, diversas machinas para a escola, as quaes se encontram n’uma dependencia da Associação. Esta escola tem por fim educar os filhos dos operarios, durante o dia, e haverá uma aula nocturna onde os alumnos cursarão o desenho e o debuxo, para o qual será contractado um profissional com longa pratica, quem em desenho, quer em debuxador, tendo a comissão recebido já catalogos de diferentes casas do ramo. Brevemente far-se-ha uma requisição das primeiras machinas para a escola”

XXVII, PS, p.4 “[Operarios Alfaiates de Lisboa] O socio 1065, José Lourenço Flôres, apresentou uma proposta para a criação d’uma escola nocturna de instrucção primaria, sendo esta addmitida”

XXXI, Inf, p.4 “[Nucleo de Instrução ‘Lux’] Este nucleo, com séde na rua do Cabo, 25, 2º, abriu no dia 2 de maio as suas aulas de primeiras letras, portuguez, francez e inglez, arithemetica, geographia e historia, e noções de sciencias physico-naturaes ou divulgação dos principios mais uteis e necessarios na vida pratica. Estas aulas são inteiramente gratuitas e para adultos, funcçionando das 9 ás 11 e meia horas da noite, na séde do nucleo. Brevemente espera a direcção poder abrir uma aula de Esperanto, regida obsequiosamente por um dos mais competentes e illustrados esperantistas portuguezes”

XXXIII, PS, p.2 “[Torneiros de Metal e Canalisadores de Gaz e Agua] Este sindicato previne os seus associados (...) que na segunda feira, 26 de junho, se dará a primeira aula de desenho”

XXXVIII, Inf, p.4 “[Grupo ‘Povo Livre’] Este grupo, na sua ultima reunião, resolveu realizar uma récida para auciliar a fundação de uma escola moderna de educação racional”

XXXIX, Inf, p.4 “[Grupo de Propaganda ‘Estudos Sociaes’] 3ª Abrir aulas noturnas para a educação scientifica, inteléctual e moral dos associados e seus filhos”

XLIV, SCorresp, p.4 “[Porto] O Centro e Bibliotéca de Estudos Sociaes, ás Antas, é uma instituição digan de todos os incomios pela sua missão instrutiva, dando a mais de 100 crianças a luz que libertará a sociedade dos preconceitos politicos e religiosos, apontando-lhes o caminho para a sua felicidade integral”

XLIV, Inf, p.4 “[Grupo Povo Livre] Foi adiada para o dia 16 do corrente, a recita promovida por este grupo, para a organização d’uma Escola Racional”

XLV, Inf, p.4 “[Grupo Instrução Operaria] abrirá aulas noturnas de educação para os socios”

XLVII, Inf, p.4 “[Nucleo de Instrução ‘Lux’] Continúa aberta a matricula para a nova epoca a começar em 1 de outubro procimo. As aulas funcionam das 8 ás 11 da noite, são gratis, e nelas se lecionam: primeiras letras, portuguez, francêz, inglêz, alemão, esperanto, matematica, dezenho, ciencias fizico-naturaes de noções elementares dos principios mais uteis e necessarios á vida pratica. Para a matricula dirijam-se á rua do Cabo, 25, 2º, todas as 5ª feiras das 8 ás 11 da noite, no secretario da direcção”

XLIX, Inf, p.4 “[Grupo Regeneração Humana] Em breve deve começar a funcionar uma aula noturna de primeiras letras, para todos os camaradas que dezejarem aprender a lêr”

L, PS, p.4 “[Trabalhadores de Carnaxide e Arredores] Reune hoje, na sua séde, em Linda-a-Velha, pelas 3 horas da tarde, a assembleia geral, para tratar de assuntos de grande interesse para os trabalhadores da região, tal como a fundação de uma escola de instrução primaria”

CI, Inf, p.3 “[Universidade Livre] É definitivamente hoje, 3, que se efétua a sessão inaugural na nova séde, Praça Luiz de Camões, 46, 2º, achando-se inscritos para abrilhantarem este ato varios intelectuais e diversos professores dos liceus e cursos superiores. Continúa aberta aos socios a matricula das diferentes disciplinas em que se queiram inscrever, especializando as de francez, portuguez, literatura, dezenho, chimica e phisica aplicada as artes, etc”

CI, VS, p.4 “[União das Associações de Classe [razão, acção, fins] Presente um officio da Associação dos carpinteiros pedindo uma sala para funcionar a aula de dezenho; cedida”

CI, VS, p.4 “[Alfaiates de Lisboa] Realiza-se hoje, 3, uma sessão soléne, ás 20 horas, para a distribuição dos diplomas aos alunos que frequentaram as aulas este ano. Estão convidados para uzarem da palavra nesta sessão diferentes oradores do movimento associativo. Abrilhanta a festa uma tuna, estando as salas da Associação ornamentadas”

CI, VS, p.4 “[Carpinteiros Civis] Neste sindicato continua aberta a matricula para os alunos que queiram frequentar a aula de desenho, a qual será inaugurada no dia 11 de novembro. A comissão organizadora desta aula comunica aos sindicatos da Construção Civil que rezolveu tornar esta aula extensiva tambem aos seus associados. Por isso tambem se podem inscrever pedreiros, canteiros, estucadores, pintores e operarios das Obras Publicas. As condições da matricula estão patentes no gabinete dos carpinteiros”

CII, Inf, p.3 “[Escola Novos Horisontes] Em meados deste mes abre a aula noturna, ensinado-se não só a ler, escrever e contas e desenho, como dando-se lições de ciencias naturaes e de alguns idiomas”

CIII, SCorresp, p.4 “[Setubal] A assembleia geral da Associação dos Vendedores de Peixe reuniu a convite da comissão organizadora da escola racional. Aberta a sessão, foi apresentada a comissão pelo camarada presidente e em seguida posta á discussão a necessidade da escola racional. A comissão apresentou uma proposta para que todos os socios paguem 20 réis por semana para a escola racional, sendo aprovada. Discutindo-se a necessidade da escola, resolveu-se abrir uma inscrição para os socios da classe, contando-se já com grande número”

CIII, SCorresp, p.4 “[Alcanena (Casais Galegos)] Creou-se nesta associação uma escola noturna para instrução da classe operaria, sendo muito frequentada pelos filhos dos associados e chefes de familia”

CIII, Inf, p.4 “[Escola Novos Horizontes] Hoje, 17, inaugura este nucleo a sua aula noturna para menores e adultos de ambos os secsos”

CV, Inf, p.2 “[Escola Racional] Um grupo de paroquianos da freguesia de Santa Engracia juntou-se ha dia para tratar de levar á prática a fundação de uma escola racional, tendo já distribuido uma circular a fim de angariar donativos para a mesma escola. Brevemente distribuirão um manifesto expondo as bases da escola, estando já nomeadas varias comissões”

CV, Inf, p.2 “[Escola Novos Horizontes] faz ciente que as aulas noturnas estão a funcionar e os camaradas e menores de ambos os secsos que as queiram frequentar podem inscrever-se. As aulas são das 20 ás 22 horas”

CVI, SCorresp, p.4 “[Setubal] Reuniu a 1 do corrente a assembleia geral dos Manipuladores de Pão, a convite da comissão organizadora da escola racional. Falaram representantes da comissão que demonstraram as vantagens que traz a escola para a sociedade futura, sendo por fim aprovada uma proposta do camarada Joaquim da Silva para que todos os socios paguem 20 réis por mez para a escola”

CVII, Inf, p.3 “[Grupo Dramatico Escola Racional] Assim passa a denominar-se o Grupo Dramatico Libertario Agitador, que tem por fim criar receitas para a fundação de uma escola racional. Brevemente realizará uma recita a favor do seu cofre”

CVIII, TD, p.2 “[Universidade Livre] Desta instituição educativa temos recebido varios opusculos contendo as interessantes prelecções realizadas pelos intellectuaes da Universidade Livre com varios pontos. O ultimo insere a 17º lição, sobre botanica - introdução ao estudo das plantas - efetuada pelo sr. dr. Artur Ricardo Jorge, em 21 de julho do corrente ano. Agradecemos”

CIX, Inf, p.3 “[Centro Regeneração Humana] A comissão administrativa resolveu abrir no procimo mez de janeiro a aula diurna para filhos dos socios. Os camaradas que queiram, pois, matricular os seus filhos, podem fazê-lo todos os dias uteis, das 20 horas em diante, na séde dêste centro. Só se podem

matricular crianças dos 6 aos 8 anos. Também se poderão matricular na aula noturna os camaradas que tenham mais de 12 anos”

CX, SCorresp, p.3 “[Evora] Na Caza Sindical começou já a funcionar a escola noturna de instrução primaria, francez e matematica, tendo bastante frequencia, principalmente por parte dos ruraes”

CX, TD, p.4 “[Em favor da Instrução] O camarada Luiz Maria Godinho tendo ido firmar ha pouco a sua residencia em Évora-Monte, no desejo de abrir um curso noturno, dirigiu-se á Associação dos Trabalhadores Ruraes, na ocasião em que a respectiva assembleia geral estava reunida para a eleição dos corpos bem gerentes. Expondo o seu plano, foi este bem acolhido, inscrevendo-se na ocasião 13 alunos. O referido camarada pretende fazer naquele inculto meio uma propaganda acérrima dos novos métodos de ensino, e assim recomendamos aos camaradas esta iniciativa, pedindo áqueles que estejam em condições de o fazer, o envio de livros e folhetos de propaganda, que devem ser dirigidos á Associação de Trabalhadores Ruraes de Évora-Monte”

CXI, Inf, p.3 “[Escola de Ensino Livre] Hoje, 12, pelas 16 horas, realiza-se na séde da Secção Mista da Construção Civil, na rua Barão de Sabrosa, 81, 1º, ao Alto do Pina, a sessão soléne publica de abertura das aulas da Escola de Ensino Livre. Tomam parte nesta sessão, discursando, alguns dos nossos mais notaveis educadores, entre outros, os camaradas: H. Caetano de Souza, ex-aluno da Faculdade de Ciencias da Universidade de Lisboa, secretario da Escola; os professores da mesma, Severiano Navarro, ex-aluno da Faculdade de Medicina; Afonso Manaças, aluno da mesma faculdade; o advogado dr. Sobral de Campos, e a professora diplomada pela Escola Normal, Lucinda Tavares”

CXIII, TD, p.3 “[Festas Associativas] Secção Mista de Palma e Arredores - realizou no passado dia 18 esta secção a anunciada festa a favor da fundação duma escola para os filhos dos seus associados”

CXV, Inf, p.3 “[Centro e Biblioteca de Estudos Sociaes] - Reuniu em assembleia geral no dia 13 de janeiro. (...) Depois de discutido o futuro da escola, sendo resolvido dar plenos poderes á direcção para depositar na Caixa de Credito 100\$000 réis á ordem. Tratou-se ainda da forma de mais tarde se conseguir edificar um predio para a escola, visto o grande desenvolvimento que a mesma vai tendo”

CXVII, Inf, p.3 “[Grupo Instrução Nova] Reuniu no dia 10 do corrente (...) o camarada Francisco Inacio Pereira apresentou uma proposta para que todos os socios que queiram frequentar as aulas paguem uma quota extraordinaria, a qual será discutida na procima assembleia”

CXIX, Inf, p.3 “[A Crêcherie] Esta escola racional, tendo aberto a aula noturna, e contando já com o auxilio de devotados camaradas, que se prestaram a lecionar, mas não os querendo sobrecarregar com demaziado trabalho, aceita o concurso de outros camaradas que ofereçam, para que o serviço de possa distribuir de maneira que cada professor não tenha mais de um dia de aula por semana. Os camaradas que queiram ajudar a escola, oferecendo-se para professores, dirijam-se á Escola Racional «A Crêcherie», calçada da Graça, 37-A, rc - Lisboa / - A mesma escola realiza no corrente mez um passeio educativo ao Jardim Zoologico. As crianças serão acompanhadas por um camarada que lhes dará as explicações precisas, á vista dos animaes em exposição. Na escola está aberta uma subscrição a favor deste passeio”

CXIX, Inf, p.3 “[Escola Livramentense 1º de Maio] Esta escola, fundada em 1912, no lugar do Livramento (a S. João do Estoril), realiza hoje, pela primeira vez, a festa da arvore, a que assistem as crianças, em numero de 55, as quaes, incorporadas e acompanhadas da sua professora, Sra D. Josefina Arriegas, sairão da sede pelas 8 horas, em direcção a Alcabideche, onde será plantada a arvores e sendo ali esperados pela Estudantina da localidade”

CXXI, SCorresp, p.2 “[Porto] Foi rezolvido dar o titulo de *Ateneu Sindicalista* á nova instituição, resolvendo-se tambem afiliar á Comissão Ezeutiva do Congresso Sindicalista dando-lhe a sua adegão e ter como principal baze no programa a fazer, a difusão das ideias sindicalistas sobre acção revolucionaria e o estabelecimento de uma escola racional sob o metodo do grande pedagogo Francisco Ferrer”

CLXX, VS, p.4 “[Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa] tratou da organização de um novo horario das aulas, sendo nomeada uma sub-comissão composta de quatro membros, para estudar este assunto e apresentar o resultado dos seus trabalhos na proxima reunião”

TEMA: SINDICALISMO

Categoria: Vida Operária

Sub-Categoria: Situação do operariado

II, Ed, p.1 “[As Grêves] O actual movimento grevista é a natural expansão de um período de misérias sofridas e de sofrimentos refreados. O enorme lapso de tempo em que a reacção económica, protegida e defendida pela reacção política, vinha esmagando todas as aspirações e anseios da classe operária, criou naturalmente o enorme desejo de revolta, cujo início está marcado na liquidação de um regime de tirania política, e que havia de encontrar o seu prolongamento na satisfação das suas necessidades económicas”

Sub-Categoria: Crítica ao regime político (1ª República)

II, Ed, p.1 “[As Grêves] E foi durante a propaganda e organização do partido republicano que as ideias de justiça e equidade mais ecoaram aos ouvidos das classes trabalhadoras. A reacção política e económica batida e criticada pelos defensores do novo regime deixava as massas simplistas e ingénuas na esperança fallaz de que da sua queda resultaria imediatamente uma nova vida de bem-estar para todos. Pelos paladinos do novo regime foi-lhes entremostrado um paraíso na terra, totalmente impossível. Que admira, pois, que as mesmas classes, acabando de oferecer o seu sangue, a sua vida, pela conquista de maior liberdade, procurem impor-se para a conquista de mais pão? Que é cedo ainda? Mas tivessem-lho dito. Tivessem-nas educado a saber esperar”

II, Ech, p.1 “Esforçam-se os diários por convencer as classes populares de que a republica - essa obra sagrada que o seu heroísmo construiu, está em perigo com a ventania grevista que ultimamente ahi se desencadeou. Trabalho escusado. Os operários não se cansam de dizer que de modo algum pretendem criar dificuldades ao crescimento da pequena”

II, F&C, p.3 “[sobre críticas às greves] Eu já sei qual é o argumento que está n’este instante preste a saltar dos lábios que comigo não concordam. Eu sei que elles me vão retorquir com este já estafadíssimo cliché: ‘Reprovamos esta ou aquella greve porque as greves n’este momento veem dificultar a consolidação do novo regimen’. Ora em boa verdade, eu não consegui ainda descortinar um bocadinho de logica nas afirmações dos que assim vêem as coisas. Será por eu ser extremamente rude? Não me quer parecer, pois se aquelle perigo existisse afigura-se-me que elle saltaria aos olhos de toda a gente, e isso não sucede (...) Fazer tremer a republica a grêve dirigida contra uma empresa ou contra um industrial, quando essa grêve tem um character absolutamente economico! Mas, supondo que isso pudesse succeder, nunca as recriminações deveriam recair sobre os trabalhadores que, quando recorrem a esse meio de luta, é porque os que os exploram não attenderam as suas justas pretensões. Se recriminações houvesse a fazer, ellas deveriam atingir exclusivamente a classe capitalista que, com o seu egoismo e a sua tyrannia dá origem ao revolucionamento da classe operaria”

III, Ech, p.1 “Aquelle jornal [*Intransigente*] que dizia aos operarios que esperassem por... sapatos de defunto, e considerava o movimento grevista uma enfermidade a esterilizar com pilulas de dinamite, escreve agora pela mão de Campos Lima: ‘Quando se pergunta se é bom o momento de se lançar uma grêve, significa-se com isto que se procura determinar se n’esse momento tal greve tem condições de triumpho. Ora nunca houve melhor occasião para lançar o movimento grevista do que o actual. Que os operarios não esperem pelo dia em que a autoridade, depois da Republica ter sido absorvida - que esse é que é o grande perigo - pela burguezia mais ou menos monarchica, se converta na defensora parcial do patronato. Enquanto a Republica se lembra ainda da sua origem popular, é que o povo deve firmar os seus direitos, pelo facto, que vale mais do que as leis, que se fazem e desfazem consoante o capricho do legislador’. Reconsiderou? Se é assim, ainda bem”

V, TD, p.2 “[a propósito da lei da greve republicana] Porque, por mais desejo que o Estado tenha em infundir pavor nas massas exploradas, ellas já repararam que ficaram na mesma situação em que estavam no tempo da monarchia, sem que então a ameaça que sobre ellas incidiu da applicação do artigo do codigo, que agora sofisticadamente se pretende ter sido abolido, lhe tivesse impedido de fazer uso da greve como arma de combate á burguezia”

XVII, Ech, p.1 “‘Não atacamos a republica, queremos pelo contrario a verdadeira republica - que não temos - a republica social que dará a todos a liberdade supprimindo os governantes e a egualdade fornecendo os meios de viver. *Republica* é formada por duas palavras latinas que querem dizer *coisa publica*: a verdadeira republica é o communismo’. Assim falava Malato em 1893; assim temos nós que dizer hoje a toda essa gente de vista curta que pretende ou clama que... tratamos mal a republica”

XXI, Ech, p.1 “[N’uma manhã de nevoeiro] Assim diz-nos elle que a questão social sendo muito complexa, não pode ella resolver-se d’un momento para o outro que o operariado deve sacrificar-se pois lhe restará a esperança de que se a Republica na fizer para melhorar a sua situação ao menos

seus filhos viverão em muito melhores condições. Isto é, o sr. do interior já confessa que a Republica nada fará em favôr do operariado, recompensando-o assim do esforço e sacrifício que o operariado empregou em arriscar a vida para implantar a Republica”

Cl, Ed, p.1 “[Os rurais e os baldios] Não sômos dos que contavam que a republica viesse fazer a felicidade do povo, pela simplicima razão de sabermos de ciência certa que enquanto houver governos, haverá espoliados. Sem embargo, nunca calculámos que essa gente que nos comicios tanto gritava contra os monarquicos, viesse a cair tão rapidamente, e de fôrma mais corrêta e aumentada, na prática dos mesmos crimes”

Sub-Categoria: Propriedade dos meios de produção (luta de classes)

I, Ed, p.1 “[Nós] O fim social que temos em vista é destruir o salariato, a ignomia do patronato”

V, Ed, p.1 [Acção Sindical] Liquidado com uma revolução o incidente politico que durante annos preocupou a sociedade portugueza, hoje só restam, frente a frente, duas forças antagonicas, obedecendo a principios diametralmente oppostos, partindo de criterios diversos e marchando em diversas direcções: burguezia e proletariado. Por *burguezia* entende-se quantos defendem a actual organização social com o seu patronato, direito de propriedade, exploração do homem pelo homem, sejam ricos ou pobres, porque a questão não é de quanto cada um possui, mas de como cada um pensa com relação ao organismo social. Por *proletariado* entende-se o que, alugando os braços ou o cerebro a uma empresa ou a um homem, receba desse aluguer a parte mais pequena do que produz, deixando no cofre do explorador quasi todo o produto do seu trabalho. A lucta que se trava assim, em campo raso entre a classe exploradora e a explorada, convencionou-se chamar *lucta de classes*. José do Valle”

XXIX, CS, p.3 “[2º Congresso Sindicalista - Legislação operaria - associações de classe, institutos de trabalho, contracto colectivo] Enquanto não ocorreu a modificação nas condições do labor humano a que no principio alludimos, enquanto o antagonismo patente, brutal, não dominou as relações entre patrões e operarios, o contrato de trabalho, no character individual que revestia, no terreno domestico, familiar, em que se exercia, nenhuns defeitos apresentava, de modo a impressionarem os que nelle intervinham: por um lado o uso, por outro lado a boa vontade de uns e outros, a todos trazia confiados. Operada, porém, aquella modificação; postos em presença o patrão poderoso e illustrado e o operario ignorante e indefeso, os defeitos entraram a apparecer, e foram-se accentuando no ponto de se reconhecer que no recrutamento de pessoal para o trabalho se desvanecera, quasi se perdera o aspecto contractual. Imperiosissima a necessidade de viver mesmo miseravelmente; numerosissimo, inexgotavel, o exercito dos sem-trabalho, deixou de haver contracto no sentido juridico do termo, - o operario limita-se a aceitar o trabalho que o patrão lhe offerece ou concede como um favor ou pretende obter como uma mercadoria, e o patrão adquire não uma determinada quantidade de trabalho, mas o direito de dispôr, pela fôrma e durante o tempo que lhe parece, a seu arbitrio, de toda a energia vital do operario”

XLI, Ed, p.1 “[A acção operaria e a acção economica] Por outro lado, o proletariado, atingido pela carestia crescente da vida, arrastado pelo movimento das coisas, posto em estado de desenvolver os seus desejos e aumentar as suas necessidades, está em perpetua agitação contra os que enriquecem com o seu trabalho (...) A mais violenta repressão nada mudará. Enquanto o capitalismo tem sede de ouro, os trabalhadores tem sede de bem-estar. Desta contradição nasce a luta, silenciosa hoje, ruidosa amanhã (...) Digam o que disserem, o proletariado, lutando, combate pela sociedade inteira, pois que os seus esforços tendem a aumentar a riqueza, ao mesmo tempo, que desenvolvem os seus desejos, e de fortificam e preparam para a Revolução [V. Griffuelhes]”

XLII, TD, p.3 “[Agitação operaria - o comicio de domingo - prova-se que ha creaturas que não teem higiene na alma e no corpo] Considerando que a emancipação economica e social dos trabalhadores será um facto, quando estes se apossam da terra e dos instrumentos de trabalho”

Categoria: Associações de Classe

Sub-Categoria: O porquê da sua existência

II, Ech, p.2 “Os operários para vencerem precisam, pois, organizar-se para o que teem já as suas Associações de Classe [razão, acção, fins] - organismos primarios de organização operaria; e fazer propaganda a lutar frente a frente contra a burguezia organizada em Estado”

V, Ed, p.1 “[Acção Sindical] Para todos os combates são indispensaveis armas fortes e poderosas que resistam aos choques dos inimigos, extenuando-os e vencendo-os. Ora a arma mas resistente que se conhece na lucta entre o proletariado e a burguezia, entre o que é espoliado do produto do seu trabalho e o que espolia o alheio trabalho - é o sindicato, associação de homens que se unem para defeza dos seus interesses de classe, reclamando sempre, exigindo e visando transformar a sociedade de fôrma a torna-la do inferno pavoroso que hoje é, n’um campo claro, florido de felicidades. José do Valle”

III, Ed, p.1 “[Necessidade da Organização] Os operarios (...) Precisam formar um todo que, nelle conservando cada qual a sua liberdade, seja o tipo, o modelo do grande principio sociologico chamado - *solidariedade*. Precisam que esse todo seja o resultado de uma rede de agregados sociaes, de organizações parciaes correspondente a toda a engrenagem dos Estados burgueses. Precisam organizar-se de modo que na luta pela sua emancipação, a cada organização burguesa, oponham uma igual e paralela organização operaria”

III, Ed, p.1 “[Necessidade da Organização] Ante a necessidade social de se transformar a organização empírica e consequentemente autoritária dos povos em bases positivas que as leis da sociologia já hoje indicam na sua previsão scientifica; ante a necessidade juridica de se estabelecer a igualdade dos individuos entre si, apagando a iniquidade em que vive uma parte da humanidade em face da outra, destruindo radicalmente as causas d’essa injustiça, repartindo as utilidades conforme as necessidades de cada qual; ante a necessidade economica de se organizar a produção de um modo scietifico, terminando, por um lado, com os enormes desperdícios que a guerra da concorrência capitalista determina, e, por outro lado, pondo termo ao parasitismo burguês, fazendo com que a produção sociabilize, passando para a posse dos produtores, e d’estes para a grande massa da humanidade *toda*, ante a necessidade de viver, de se desenvolver como pessoa e ter a independência precisa á sua dignidade; ante a necessidade de *defender-se* e de *atacar* a classe exploradora do trabalhador operário: - o operario carece de organizar-se, de se agregar para satisfazer todas estas necessidades, para conseguir o seu fim, e alcançar a plena posse de todos os direitos que de justiça lhe pertencem”

IX, CS, p.1 “[excertos da tese de organização sindical, aprovada no 1º congresso sindicalista] Aos patrões organizados, e solidarizados pelos interesses communs, os operarios, tambem organizados, solidarizados pelos seus interesses communs, contrapõem uma organização igual, paralela, baseada na propria natureza da organização industrial. Á força organizada no empirismo do Estado, oppõe igual força organizada no positivismo da sociologia”

CI, TD, p.3 “[Castelo de Vide] Estiveram nesta vila os camaradas Antonio Marcelino e Joaquim José Candieira, delegados da Federação Corporativa Nacional dos Trabalhadores Ruraes, os quais realizaram na noite de segunda feira uma sessão de propaganda, falando sobre a necessidade que a classe operaria tem de se associar para assim fazer valer os seus direitos, incuntido ao mesmo tempo a ideia dos trabalhadores se desviarem por completo da politica e olharem simplesmente á Associação, visto que da união sae a força. Falou tambem sobre o mesmo assunto um camarada de Portalegre. A sessão foi concorrida por trabalhadores das diversas classes, sendo os oradores muito aplaudidos”

Sub-Categoria: Movimento internacionalista

IX, CS, p.1 “[excertos da tese de organização sindical, aprovada no 1º congresso sindicalista] E assim sucessivamente, de grau em grau, numa cada vez maior amplitude, até á organização internacional do proletariado”

XV, TD, p.3 “A patria do sindicalismo é o universo e não o ambito estreito e acanhado de um povo. O sindicalismo não conhece barreiras: elle une, em fraternal amplexo, todos os povos, todos os nossos irmãos de trabalhos, quer elles sejam portugueses, francezes, suissos ou chinezes”

XXVIII, TD, p.4 “[Fabrica de material de artilheria] o operariado consciente tem, como patria, toda a humanidade, porque os ideaes de emancipação social não admittem fronteiras”

XXVIII, PS, p.4 “[Canteiros) A Associação de Classe dos Canteiros reunida em assembleia geral, em 10 de maio de 1911, affirma o seu vehemente protesto em nome da solidariedade universal que une o proletariado de todo o mundo sem distinção de raças, de idiomas ou de fronteiras, contra a intervenção da força armada da republica norte-americana ou de outra qualquer nacionalidade na lucta em que o povo mexicano anda empenhando batendo se heroicamente pela causa sagrada das mais avançadas reivindicações sociaes. Fiel aos mesmos principios de solidariedade e guiada pelo espirito de fraternidade que une todas as victimas do regimen capitalista a assembleia affirma a sua calorosa simphathia e identificação de aspirações aos seus camaradas do Mexico em lucta”

XXXI, Ed, p.1 “[O Civismo - a nova religião] Nós não temos patria, pelo menos a vossa. Tel-a-hemos um dia!... No dia em que o patrimonio commun não seja açambarcado pelos que vivem á nossa custa, do nosso sangue e do nosso suor”

XLII, TD, p.3 “[Agitação operaria - o comicio de domingo - prova-se que ha creaturas que não teem higiene na alma e no corpo] Considerando, finalmente, que as grèves de Inglaterra e a Revolução do Mexico são dois importantes factores de propaganda emancipadora: o povo, reunido em comicio publico para protestar contra as perseguições do governo aos operarios sindicados, resolve: Saudar os trabalhadores destes dois paizes, como prova de solidariedade pelos seus atos revolucionarios, e resolve mais não desarmar emquanto continuarem individuos presos por causa dos tumultos de dia 2”

Sub-Categoria: Movimento emancipatório (luta imediata)

IX, CS, p.1 “[excertos da tese de organização sindical, aprovada no 1º congresso sindicalista] O operariado, em face do capitalismo, tem, para alcançar a sua emancipação e obter a realização do seu ideal: 1º - De melhorar desde já e sucessivamente, cada vez mais, as suas condições materiais, adquirindo o bem-estar a que tem direito; (...); 3º De lutar directamente sem interpostas pessoas quer no campo profissional quer no campo de classe. Para realizar estes fins carece de se agregar, constituindo ou formando tantos agregados quantos são esses fins, que, pela sua enumeração, se vê logo que se integram e completam n’uma escala ascendente”

IX, VO, p.2 “[excerto da circular da nova Associação de Classe dos Officiaes de Ourives e annexos] Filiado na associação de classe é que o operario moderno sente o esforço e a dôr, conhece o util e o inutil, o bem e o mal, o justo e o injusto e de tudo colhe noção bem clara para uma conducta correcta, defendendo os seus interesses, n’uma meta persistente de hora a hora, de momento a momento, meta contra a exploração patronal e contra a indiferença do próprio camaradas. É indispensavel que a classe dos ourives acompanhe o movimento de todas as outras classes, associando-se, preparando-se para um largo movimento de reivindicações. Só a Associação torna a classe operaria poderosa e invencivel! Só ella fortifica! Só ella educa e dá consciencia da propria força”

XXIX, CS, p.3 “[2º Congresso Sindicalista - Legislação operaria - associações de classe, institutos de trabalho, contracto colectivo] (...) que o sindicato tem na luta actual um papel libertador e deve ser a instituição mais capaz de preparar o futuro”

XXIX, CS, p.4 “[2º Congresso Sindicalista - Legislação operaria - associações de classe, institutos de trabalho, contracto colectivo] Ninguém affirma que o contracto colectivo ponha termo á injustiça social, ao privilegio capitalista, ou tire ao operario a qualidade de escravo moderno; ninguém o defende como um fim. Mas vê-se nelle um meio capaz de conduzir ao fim, um processo, uma tactica de que, forçados pelas circumstancias, lançamos mão a todo o momento, já fazendo intervir a associação nas nossas reclamações individuaes, já elaborando as reclamações que precedem as greves ou as condições de trabalho que desejamos lhes succedam, já, independentemente das greves, pugnando pela egualdade dos salarios ou pela uniformidade dos horarios de trabalho, etc; vê-se nelle uma instituição de luta organizada para preparar a emancipação social do operariado pela sociabilização da producção”

XXIX, CS, p.4 “[2º Congresso Sindicalista - Legislação operaria - associações de classe, institutos de trabalho, contracto colectivo] Conclusões - 2º Que para o conseguir se tem de activar a educação social, intensificar a propaganda e desenvolver a acção, de maneira a fortalecer as nossas associações e a crear as suas Uniões e Federações, de cuja funcção dependem essencialmente os novos modos de ser”

CX, Ed, p. 2 “[Defeza nacional VII] é necessario, primeiro, crear o espirito corporativo - isto é, socialisar, syndicar as profissões e desenvolver a organização sindical para que no dia da revolução haja em cada localidade organismos corporativos que assegurem a continuidade da produção, condição essencial da estabilidade e da consolidação da nova organização social; depois fazer penetrar as corporações do espirito sindicalista. De resto, syndicar, isto é, reunir os produtores para defeza dos seus interesses, é já socialisar, isto é, crear a consciencia da cooperação social”

Sub-Categoria: Movimento revolucionário (luta mediata)

V, Ed, p.1 “[Acção Sindical] A velha phrase marxista - A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos mesmos trabalhadores - tem neste momento, para os proletarios portuguezes, a mais alta significação. É um grito de revolta e é uma esperança. É um programa de acção e é uma visão de um proximo futuro. José do Valle”

IX, Ed, p.1 “[sobre 2º congresso sindicalista] A primeira these indicada para a discussão - Principios Geraes de Organização, naturalmente subordinada á aprovada no primeiro congresso, tratará, assim o julgamos, não só da ideologia do Sindicalismo Revolucionário, esboço de uma nova civilização, mas ainda da sua missão transitória, isto é, das conquistas immediatas a realizar, conquistas que mais e mais se irão avolumando até se alcançar o *desideratum* em vista, e deixará indicado de uma forma geral o meio e maneira dos organismos sindicaes actuarem e qual a respectiva funcção social”

XIII, CS, p. 3 “[primeira these - saída do 1º congresso sindicalista, de 1909: principios geraes de organização - sindicatos, federações, uniões locais ou bolsas de trabalho e, por fim, confederação geral do trabalho] o fim ultimo do sindicalismo (permittase-nos a expressão), é a transformação social”

XIV, Ed, p.1 “[Sindicalismo revolucionário] O sindicalismo revolucionario prossegue a obra da emancipação economica encetada e completa-la-ha transformando a sociedade nos seus fundamentos e marcando logar na VIDA aos escravos de sempre. E sendo o trabalho a base da organização social, pretende que os operarios principiêm já construindo os alicerces da sua obra com os seus sindicatos, uniões e federações, preparando-se para substituir a burguezia, como a burguezia substituiu o feudalismo”

XIV, Ed, p.1 “[Sindicalismo revolucionário] E o sindicalismo apella hoje para a greve parcial para conquistar algumas melhorias e ensaiar as suas forças, apellará amanhã para a greve geral, percusora da revolução social que realizará a transformação desejada”

XIX, TD, p.3 “[O sindicalismo] pode ser encarado, como o inicio, a elaboração pratica, como quasi, acima deixamos dito, da reorganização completa da sociedade futura: não moderada no gabinete dos pensadores, como resultante dos seus calculos, mais ou menos phantasiosos, embora fatigantemente meditados e sinceramente predictos; mas evoluindo do seio das proprias massas trabalhadoras, movimentado-se, actuando, pactuando e solidarizando tanto para a lucta como nas necessidades da vida, que pelo seu proprio esforço e energia da vontade, ao mesmo tempo que progredindo sempre, irão conquistando melhorias de bem estar e de liberdade, ao mesmo tempo adquirirão a capacidade juridica de tratar como procuradoras de si mesmas, ganhando em poder e mentalidade”

XXI, Ech, p. 1 “[N’uma manhã de nevoeiro] O que nós pretendemos é abolir o regimen do salariato e organizar a produçção e o consumo em bases racionaes, libertando-nos do parasitismo capitalista e destruindo todos os seus sustentaculos: exercito, magistratura e força publica. É esta a única solução da questão social que só nós, operarios, podemos dar ao estado actual das coisas. Para isso envidamos todos os nossos esforços, agrupando-nos nos nossos sindicatos a fim de não só combatermos a exploração capitalista como tambem para irmos minando os alicerces em que assenta o actual regimen economico. E, enquanto não podemos derrubar o capitalismo, arranquemos lhe o mais numero de concessões possivel, não nos deixando commover coma a lamuria patronal nem com os concelhos do governo, sempre interessados. E não nos preocupemos com o phantasma dos embaraços á Republica, pois que o ‘Seculo’ já nos explicou em que elles consistiam. Assim diz ‘O Seculo’ que todas as grèves causam prejuizos ao commercio e á industria e por consequencia, implicitamente aos governos. Em toda a parte assim sucede e as grèves não teem outro fim senão, lesando os interesses dos commerciantes e industriaes, obrigar-os a attenderem as nossas reclamações, pois elles pouco se preocupam com a nossa situação miseravel, regateando sempre uns miseros vintens á classe operaria. Nos paizes mais avançados, França, Inglaterra, Allemanha, etc. todas as grèves prejudicam os interesses do commercio e industria e os governos, cujo regimen politico já está consolidado ha muito tempo não vêem com lamurias dizer-nos que o regimen politico está em perigo. Se as agitações operarias podem accarretar transformações politicas não são os operarios os culpados mas sim os pescadores de aguas turvas que com ellas especulam e muitas vezes até os proprios democratas que em presença d’um perigo commum se alliam aos reaccionarios, esquecendo momentaneamente as suas rivalidades para melhor resistir ás reivindicações operarias. E quanto ao sindicalismo mutualista que o ‘Seculo’ apregôa, o congresso sindicalista lhe responderá, repudiando todos os projectos de arbitragem obrigatoria e todos aquelles que tendam a transformas os sindicatos em associações de soccorros mutuos. Seguimos a orientação do sindicalismo francez e não o *trade-unionismo* inglez”

XXVII, Ech, p. 1 “[Entretenimento innocente] Acham e proclamam os nossos democratas do governo que o sindicalismo tem por objecto melhorar as condições actuaes do trabalho, e mais nada. É um entretenimento que não faz mal a ninguem. Enquanto assim discretizavam tão bons senhores, acontece irem os sindicalistas trabalhando pela suppressão do patronato e do salariato, dando d’este modo amplitude maior á sua doutrina. São estes os factos em que se pese aos nossos adversarios”

XXVIII, Ech, p. 1 “[Nada de Confusões] Na terceira fase, isto é, na faze actual, a orientação que tende dia a dia a generalisar-se cada vez mais, é a de dirigir o movimento operario no sentido d’uma transformação social, abolindo o patronato e o salariato e procurando, pelo esforço do operarios organizados como classe, crear evolutivamente e revolucionariamente, pela educação e pela acção das massas trabalhadoras, o meio e as condições favoraveis á transformação da ordem social existente”

XXIX, CS, p.4 “[2º Congresso Sindicalista - É approvada a 3ªthese - legislação operaria - a sessão de encerramento realiza-se hoje, domingo, pelas 2 horas da tarde] A lucta é a vida, e para que a classe operaria entre n’uma phase pratica e proficua urge que a lucta se desenhe bem patente e distincta, affirmando-se continuamente com actos que demonstrem a todas as forças oppressoras que ha uma grande legião que marcha com firmeza para a conquista de melhores dias, na natural aspiração de attingir um estado social de liberdade e egualdade para todos”

XXXII, TD, p.1 “[A proposito da festa a Camões - Os sindicatos operarios] [o sindicato operário é] Um organismo de combate ao regimen capitalista da actual sociedade, cujo desaparecimento trabalha, arrancando cotidianamente, a maior suma possivel de regalias”

L, Ed, p.1 “[O grande criminozo] Uma vez reunidos neste terreno de neutralidade absoluta, os operarios lutarão juntos para resistirem a uma baixa de salarios ou para alcançarem uma alta; para rezistirem a todo o aumento do dia de trabalho ou para obterem a sua dininuição; para conseguirem regulamentos de oficinas ou condições de trabalho dando mais bem-estar e mais liberdade; para fazerem respeitar a sua dignidade sempre ameaçada pela arrogancia dos que teem um cofre-forte no logar onde deviam ter

o cerebro. Em suma, como essa luta lhes permitirá vêr sem demora o antagonismo irreductível que separa os exploradores dos explorados, a impossibilidade de acabar com eles em as coizas mudarem, eles orientarão as suas lutas para uma transformação social, o que lhes permitirá inscrever nos seus estatutos geraes: ‘suspensão do salariato e do patronato’. A ação sindical é pois aquéla que se ezece no terreno economico, por todos os operarios, contra o mal economico. Não é outra coiza que a ação dirêta sob todas as suas fórmãs e caractéres de calma e de ruido, de moderação ou de violencia: é a pura luta de classes”

CX, Ed, p. “[Defeza nacional VII] O 1º Aniversario da União dos Sindicatos de Lisboa. O proletariado organizado comemora entuziasticamente esta data, realizando varias manifestações de propaganda. A organização sindicalista e os seus efeitos - (...) Por estas portas sempre abertas e a todos franqueadas passa a onda ardente das forças de trabalho. Aqui se lançam os fundamentos do futuro; aqui se esboçam os nucleos duma organização social nova; aqui germinam as ideias e os sentimentos que hão de mais tarde florescer nas almas dos homens e hão de tornar bela a vida, educando a tecnica, inteligenciando a produção, formando o trabalho superiormente belo e digno”

CXV, Ed., p.1 “[Manifesto Sindicalista] e dum modo geral, e como consecuencia das modificações que a tática ha de operar na estrutura social, a emancipação economica pela apropriação em comum dos meios de produção”

CXV, Ed., p.1 “[Manifesto Sindicalista] Mas o sindicalismo concentra hoje em si toda a questão social e sob este ponto de vista ele é um processo de transformação social de baze economica, tendo por principio a luta de classes que separa completamente o operariado da burguezia”

CLXVIII, TD, p.4 “[Novo Rumo] Tres grandes dificuldades temos a vencer para nos encontrarmos capazes de fazer a revolução social que prégamos. Escusado sera dizer que estas dificuldades são tanto maiores, quanto maior é, em todos os sentidos, o atraso das regiões ou dos países; e por isso é que eles são enormes em Portugal, um dos países mais atrasados da Europa. É preciso conseguir-se: 1º que a minoria revolucionaria, composta de propagandistas e de homens de acção, saiba o que se deve fazer imediatamente a seguir a uma revolta triunfante / 2º que a massa geral da população esteja capaz de aprender, nas suas linhas essenciais, a obra revolucionaria, que aquela minoria se propuser executar / 3º que haja o poder economico preciso para servir de base e de apoio indispensavel ao prosseguimento daquela obra. Se estas tres condições não forem preenchidas na ocasião da revolução, esta ha de falhar, por mais inteligencia, por mais audacia, por mais abnegação de que disponham os revolucionarios. E por uma razão muito singela: é que uma revolução não é um milagre nem uma sorte de pretendigitação. Uma revolução (todos sabemos isto, mas parece que o ignoramos) é a consecuencia forçada duma evolução; sem esta, a revolução é impossivel. Cada revolução tem a evolução que lhe é propria, isto é, uma serie de circunstancias e factos combinados, que dão em resultado um fenomeno que os contém a todos, seus componentes *necessarios*. E é sempre a mesma coisa, quer se trate dum fruto, duma criança, dum edificio ou duma instituição social. Falha uma ou mais das condições evolutivas? Nem o fruto, nem a criança, nem o edificio, nem a instituição são o que deviam ser. Mas para que sem sabermos historia ou sociologia, coizas em que andamos sempre a falar, se não é para conformarmos a nossa propaganda e acção com os ensinamentos recebidos? A historia e a sociologia ensinam-nos que nunca uma revolução se realizou sem que aquelas tres condições se produzissem. Produzem-se *elas actualmente em Portugal?* Eis a pergunta que cada um deve fazer, meditando sobre ela, e procedendo depois em harmonia com a resposta que a si proprio tiver dado”

Sub-Categoria: Ação Directa

II, Ech, p. 2 “Não é pedindo servilmente protecção ou misturando-se com os patrões que o operariado obterá a sua emancipação. Quem quer emancipar-se, dissêmos algures, de qualquer poder individual ou colectivo, deve, primeiro que tudo, mostrar-se independente e provar que não precisa desse poder para nada. Deve fazer ver que sabe exercer, usar das prerrogativas a que tem jus. Estar, por um lado, a proclamar a libertação do operario de toda a organização burgueza, e ir pedir, solicitar, rogar, por outro lado, a essa mesmissima organização, o favor de uma lei que tal consiga, não faz sentido, é crasso contrasenso ou uma criminosa comedia de que é juguete o obre e miseravel operario, que, na lucta contra a fome, se deixa guiar pelo primeiro histrião que lhe oferece o dom da sua voz, o saber da sua inteligência, o amor pelos oprimidos e ainda outros elixires, á imagem e simihança dos pantomineiros das praças publicas. Não! A emancipação dos trabalhadores não pode nem deve ser obtida por concessões da parte do poder que querem destruir, da parte daquelles cujos interesses estão exactamente em contradição com ella, mas sim pelo proprio esforço, pela propria necessidade, moral e material, que os operarios deverão criar em torno de si, formando ao mesmo tempo a consciencia dos seus direitos e das suas forças”

II, Ech, p. 2 “Aliar-se ao Estado, á burguezia, para a destruir é uma ingenuidade imbecil”

III, Ed, p. 1 “[Necessidade da Organização] e que esta organização seja de tal sorte constituida que não tenha de socorrer-se, nem de pensar, senão nas suas proprias e genuinas forças, sem intervenção ou

auxilio de pessoas estranhas, de *pessoas amigas*, o qual, por essas pessoas não possuírem o mesmo estímulo a determinar-lhes as acções, ha de sêr sempre fraco, pusilânime; - que não tenha de arrepear-se dos patrões, dos tribunales, da policia, do exercito, da imprensa e da diplomacia - essa arma covarde, que urde no segredo dos gabinetes as mais traiçoeiras combinações - tornando todos esses sustentaculos do capitalismo, impotentes, e ridiculamente idiotas”

XXI, Ech, p.1 “[N’uma manhã de nevoeiro] Teem os republicanos a pretensão de resolver a questão social? Talvez julguem que instituindo para nossos filhos e netos as pensões na invalidez, velhice e de chômage está resolvida a questão social! Imaginam os nossos ricos que mitigando os nossos sofrimentos com umas ridiculas esmolos, nós nos curvamos resignados e lhes vamos beijar as mãos? Não! A esmola é aviltante e nós não nos devemos contentar e a caridade republicana”

XXIX, CS, p.4 “[2º Congresso Sindicalista - Legislação operaria - associações de classe, institutos de trabalho, contracto colectivo] O melhoramento da situação da classe operaria e a sua emancipação final não podem resultar de leis ou reformas nas leis, serão apenas o resultado de transformações no factos economicos”

XXIX, CS, p.4 “[2º Congresso Sindicalista - Legislação operaria - associações de classe, institutos de trabalho, contracto colectivo] Ha um perigo enorme em reclamar todas as reformas da iniciativa do Estado. Esperando tudo do Estado, os operarios não adquirem essa confiança nas suas proprias forças, que é indispensavel ao avanço do seu movimento; habitua-se a considerar o Estado como uma providencia que vella sobre elles; não fazem nada por si proprios; a sua acção limita-se a algumas representações innocentes ao governo; o labirinto das leis cresce com alguns textos mais, a posição dos operarios, porém, em nada muda. Ora, se, em vez d’isso, os operarios consagrarem toda a sua actividade e toda a sua energia em organizar e manter as suas instituições sindicais e a propagar as doutrinas do sindicalismo revolucionario; se, juntando a teoria á pratica, realizarem directamente sem nenhuma intervenção burgueza e governamental, incluindo mesmo a dos *dilettantes* chamados intellectuales, todas as reformas immediatamente possiveis, a causa do trabalho será mais bem servida do que pelo recurso á intervenção legislativa”

XXIX, CS, p.4 “[2º Congresso Sindicalista - Legislação operaria - associações de classe, institutos de trabalho, contracto colectivo] Conclusões - Em vista do exposto, o Congresso é de parecer: 1º Que a intervenção do Estado, assim na nossa vida associativa, como nas nossas relações e luctas com o patronato, se deve evitar por inefficaz e perigosa”

XXXIII, VO, p.3 “Nada de politicos, os trabalhadores é que devem discutir e tratar com os patrões, das reclamações que tenham a fazer, não se deixando enganar por elles; enquanto os operarios pensarem que do estado e dos governos, é que ha de vir o seu bem estar, nada conquistarão no sentido da sua emancipação. Organizem-se os trabalhadores e preparem-se para a lucta contra os exploradores do trabalho, e a victoria será um facto”

XXXIV, SCorresp, p.2 “[O Sindicalista no Porto] Organização sindicalista - Ghira Dine - Operarios teceloes - Outras notas. ‘O Comité Sindicalista’ tem n’estes ultimos tempos desenvolvido uma activa propaganda da organização sindicalista dentro dos sindicatos, alguns dos quaes já a acceitaram; tem publicado folhetos, que foram largamente distribuidos no paiz por occasião do Primeiro de Maio d’este anno. Elle trata de imprimir nas classes operarias a sua nova forma de agir, a acção directa, pondo de parte o parlamentarismo e os homens que o defendem”

XLVII, Ed, p.1 “[O Sr. Ministro da Justiça] A redacção do *O Sindicalista* agradecendo o convite para se fazer representar na reunião de 6 de outubro na Sociedade de Geografia, cumpre o dever de expôr as razões da sua escusa. Os sindicalistas não desprezando as reformas nem as conquistas de carácter social e economico, que possam concorrer para o progresso intelectual, moral e material da classe operaria, seguem entretanto para a obtenção dessas reformas o processo, hoje suficientemente vulgarizado com o nome de *ação directa*. Este processo como o sr. ministro decerto não ignora, consiste em habilitar os operarios a conquistarem pelos *seus proprios esforços*, sem delegação nem apêlo a iniciativas estranhas á sua classe; todas as regalias e todas as vantagens que na sociedade atual tornem menos peizadas as condições miseraveis da sua existencia e deprimentes da sua dignidade e que num futuro mais ou menos próximo, a preparem para a conquista definitiva do seu ideal: *a abolição do patronato e do salariato*. Não acreditamos, sr. ministro, que possa ser por intermedio do Parlamento ou de quaesquer outros órgãos montados para a defeza e funcionamento normal da sociedade capitalista, que nós outros, possâmos conquistar, ou sequer encaminhar-mos para o ideal que defendemos”

CXV, Ed., p.1 “[Manifesto Sindicalista] A nossa attitude. Aos trabalhadores de todo o paiz - (...) O que é o sindicalismo - Mostremos agora o que é a organização sindical, mostremos o que é o sindicalismo. As corporações profissionais - sindicatos - pôdem e devem, por si mesmas, por sua propria natureza e independentemente de elementos extra-profissionais intermediarios, promover a conquista do maior bem-estar para a classe ou corporação - reivindicações de detalhe”

CXXIX, TD, p.1 “[Nós e o atentado] De resto, o sindicalismo, ao contrario do que, ignorante e malevolamente, ahi afirma muita cabeça ôca e muito velhaco infrene, não adôta sistematicamente a violencia. Os sindicalistas só uzam a violencia contra a violencia, e o mesmo fazem, posto agora o pretendam ocultar, todos os homens e todos os partidos que não teem sentimentos embotados por uma resignação mórbida, facil de aconselhar, mas dificil de praticar quando na verdade *se sente*. Tampoco a *ação dirêta*, preconizada pelo sindicalismo revolucionario, representa, no seu puro significado, como igualmente o aventa muito imbecil e muito tratante que dá cartas na politica e na imprensa. Centenas de vezes aqui temos explicado, com iniludivel clareza, que *ação dirêta* é o movimento autonomo dos trabalhadores organizados, isto é, os operarios tratanto *dirétamente*, por meio dos *seus* sindicatos de resistencia, com a classe industrial e com o Estado-patrão, e repudiando, por ineficaz e perigosa para os seus interesses, a interferencia estranhos nas *suas questões*”

CXXXII, TD, p.2 “[Acordos com burguezes contra burguezes] Poderão os sofistas e homens de boa fé interpretar como quizerem a formula - *A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos proprios trabalhadores* - que uma coisa ha que eles não podem negar: é que se contem n’ela a autonomia das classes trabalhadoras. E se essa autonomia se não se revelar na ação, nos atos por elas praticados, é como se não existisse, pois que só na ação ela pode produzir frutos. Pois que importa que os operarios aplaudam e préguem palavras de revolta ou de emancipação, se eles na pratica se portarem como submissos ou como escravizados? E todavia é precisamente esta atitude de contradição a que convem a todos que governam e a todos que desejam governar, o que quer dizer que não convem aos trabalhadores”

Sub-Categoria: Formas de luta

IX, Ed, p.1 “[sobre 2º congresso sindicalista] que se saiba que este congresso é, por assim dizer, o prolongamento do primeiro, realizado em 1909, e no qual a ACÇÃO DIRECTA foi proclamada como unico methodo de lucta capaz de conduzir os trabalhadores á sua completa emancipação”

XXX, Correp, p.3 “[O Sindicalista em Olhão] O operariado organizado vae por toda a parte conhecendo que a melhor e mais segura arma com que póde defender os seus interesses e demonstrar ao mesmo tempo aos exploradores a sua consciencia de classe, é o emprego da *acção directa*”

XLII, TD, p.3 “[Agitação operaria - o comicio de domingo - prova-se que ha creaturas que não teem higiene na alma e no corpo] Considerando ainda que a grêve geral, como principio insurreccional, é que dará ás classes trabalhadoras a posse da sua integral liberdade pela aniquilação do patronato, da propriedade, do salariato e da autoridade”

CX, Ed, p.1 “[Defeza nacional VII] A táctica do sindicalismo é da acción directa, cuja manifestação principal é a greve”

Categoria: Sindicalismo Revolucionário (esboço de uma nova civilização)

Sub-Categoria: Filiações ideológicas

XXVIII, TD, p.3 “[Capitalista e Ladrões] Um dos pontos fundamentaes do anarchismo é a abolição do monopolio da terra, das materias primas e dos instrumentos do trabalho d’outrem pelos detentores dos meios de producção. Toda a appropração do trabalho alheio, tudo o que serve a collocar alguém em situação de viver sem dar á sociedade a sua quota de producção é, no ponto de vista anarchist e socialista, um roubo”

CXIX, TD, p.2 “Para nós, o sindicalismo não é apenas uma sistematização de processos de luta, de uma orientação no combate á sociedade capitalista. É uma doutrina nova, propria, que foi aproveitar do marxismo a sua base, na luta de classes, quanto aos meios, e aproveitando, quanto aos fins, o comunismo libertario, mas creando organismos especiaes que garantam a ezeção dos fins em harmonia com as nossas aspirações de hoje. Para nós, a organização operaria não é tão só um meio de assegurar o ezito da grêve geral revolucionaria”

CXIX, TD, p.2 “Mas, vejamos: O que é o socialismo? Uma doutrina que preconiza a socialização da propriedade. A socialização da propriedade póde regular-se de duas formas - pelo coletivismo, sistema economico cuja formula é: *a cada um segundo os seus merecimentos*; ou pelo comunismo, igualmente um sistema economico que preceitua: *a cada um segundo as suas necessidades, de cada um consoante as suas forças*. Cada um destes sistemas economicos pressupõe um regime politico. Assim, os colectivistas caíram necessariamente no estatismo e serão autoritarios. Os comunistas irão ao encontro do anarchismo, doutrina que repudia toda a autoridade constituida, e serão libertarios. Acresce, porém, que os dois sistemas economicos - coletivismo e comunismo - são anteriores ao aparecimento das diversas escolas socialistas. Não foi o socialismo que inventou qualquer dos dois sistemas economicos. Em nossa opinião, as duas doutrinas politicas correspondem-se e são consequencia dos dois sistemas economicos. Porque se ha-de, pois, dizer que o sindicalismo não é uma doutrina propria, por que aproveita principios já expostos, se as outras doutrinas, socialismo autoritario ou libertario, se não

completam sem igual aproveitamento e adaptação de outros princípios e sistemas? Mesmo o método e técnica sindicalista são mais o produto da prática da luta, que da doutrinação anarquista, embora hajam sido os anarquistas os principais factores do sindicalismo, pelo menos entre nós, e ainda hoje os seus mais valiosos agentes. Como eu, muitos outros eram comunistas libertários, isto é, anarquistas, antes do sindicalismo ser entre nós conhecido. Nós fomos daqueles que abraçámos o sindicalismo, não tendo que arrepender-nos por tal. Mas por que somos sindicalistas, deixámos de ser comunistas libertários? Parecem-nos que não! Somos comunistas porque desejamos que a socialização da propriedade se regule por este sistema económico, que se conforma plenamente com as nossas aspirações, porque estamos bem convencidos que o coletivismo deixa insolúvel, uma vez mais, o problema da igualdade social. Somos libertários porque repudiamos a constituição de uma sociedade com Estado e suas inevitáveis instituições opressivas, porque sabemos bem que dentro duma sociedade assim a liberdade é sempre um mito. Mas somos mais alguma coisa - repara bem - somos sindicalistas, isto é, partidários da luta de classes, que o anarquismo, por assim dizer, abandona”

Sub-Categoria: Antiautoritarismo (antipatriotismo, antiestatismo, antiparlamentarismo, antimilitarismo, anticlericalismo)

XIV, Ed, p.1 “[Sindicalismo revolucionário] O sindicalismo sustenta que não pode haver ‘paz entre os homens’ enquanto subsistam escravos e senhores, homens que trabalhem e sofram, homens que nada produzem e tudo gozam”

CX, Ed, p.1 “[Defeza nacional VII] Mas quer que o sindicalismo de a implusão e não que a sofra; quer que o sindicalismo penetre a sociedade e não que a sociedade o penetre. O socialismo quer adaptar-se á sociedade á actual metendo se dentro da sua organização, preenchendo os seu quadros, modificando-lhe talvez a estrutura, mas respeitando-lhe a alma que é o Estado. Pelo contrario, o sindicalismo quer meter a sociedade dentro da sua organização para refundi-la e formar dela uma sociedade nova de que ele será a alma, eliminando o Estado que morre como um órgão cuja função natural deixou de exercer-se”

XXXI, Ed, p.1 “[O Civismo - a nova religião] As classes exploradoras e dominantes encontraram sempre nas religiões o apoio e a justificação dos seus crimes e das suas extorsões; as classes dominadas, exploradas, foram nos seus impulsos de revolta e nas suas aspirações de justiça contidas, suffocadas e desviadas pelo espírito das religiões”

XXXI, Ed, p.1 “[O Civismo - a nova religião] Mas a Patria confunde-se com a propriedade, o culto que se presta a um, redundando em benefício da outra; e é o que se pretende. Ter soldados que defendam a Ordem, a Patria e a Propriedade, a nova trindade que veio substituir o catholicismo”

XXXI, Ed, p.1 “[O Civismo - a nova religião] Ao patriotismo temos que antepôr a solidariedade internacional da classe, e ao militarismo, ao embrutecimento da caserna aonde se armam, como em Setubal, os nossos irmãos que nos hão de fuzilar, temos que combater-o como pernicioso para nós e só útil para os nossos exploradores. Nós somos antipatriotas! Nós somos antimilitaristas!”

CX, Ed, p.1 “[Defeza nacional VII] A organização sindical que faz do sindicato um agregado autónomo, não admite governos nem parlamentos, pois considera não só absurdo delegar num individuo a defesa de interesses contraditórios das classes, como também deprimento a alienação do poder individual, do intellecto e da voluntariedade consciente, os attributos superiores que ezercem solidariamente a função do trabalho - de cada um dos quaes ninguém pode moralmente abdicar e cuja mutilação é um crime”

CX, Ed, p.1 “[Defeza nacional VII] Os sindicatos agrupam interesses e não opiniões; não é uma organização partidária, é uma organização de classe”

CX, Ed, p. 2 “[Defeza nacional VII] Mostra depois o nosso camarada como o sindicalismo - que é um processo de transformação social de base económica - encara as noções políticas da patria, militarismo e estado, concluindo pelo seu absoluto atagonismo. A patria é um produto da forma de governo. Foi a centralização da função directiva - a centralização política - que creando a unidade territorial creou a noção de patria. A patria é uma certa região sob a mesma soberania política e a sua extensão é uma função da conquista e não do elemento ethnico. A patria é anti-social. A melhor maneira de cultivar o sentimento patriótico é despertar o ódio pelos paizes vizinhos”

CXV, Ed., p.2 “[Manifesto Sindicalista] O sindicalismo, cujo fim ultimo é o federalismo económico e a paz universal pela cooperação de todos os individuos no trabalho, é pois anti-patriota e anti-militarista”

CXIX, TD, p.2 “Não se vá, porém, pretender que somos apologistas dum novo Estado. Somos contra todos os mandatos por prazo fisco, pois que implicam sempre a abdicação da vontade do maior numero”

CXIX, TD, p.2 “O sindicalismo é, além do mais poderoso meio de ação que conheço, a mais fértil escola de consciências e encerra em si toda a constituição duma sociedade nova, apta a normalizar os serviços de interesse geral, logo que desapareçam o Patronato e o Estado”

CXXIV, TD, p.3 “[A organização rural] O 2º Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais decorre com grande imponência apesar da coação das autoridades - uma assembleia revolucionária que dá o exemplo da ordem e da ponderação - (...) Companheiros - Sendo a época presente de reivindicações proletárias, para a emancipação do trabalho, assunto este o mais nobre e importante de quantos afetam a Humanidade, é necessário que o produtor por excelência saia da ignorância em que tem vegetado durante tantos séculos e, recobrando o que por direito lhe pertence, concorra à fundação do novo sistema social, que já se vislumbra. Acabaram já as civilizações emanadas da religião e da política, finalizou a tarefa evolucionista; e as gentes fatigadas de hipóteses só têm servido para perpetuar injustiças e privilégios não aceitam mais conselhos que o positivo e revolucionário. A ciência, as artes e a indústria progredem, nada pôde deter-se dentro da corrente poderosa que nos arrasta. Os deuses já se foram e só nos falta deitar fóra do mundo produtor os *senhores*, e para o conseguir é preciso proceder por partes, e nestes trabalhos titânicos soma de todos os esforços individuais e coletivos em favor da liberdade é um fator indispensável o proletariado agrícola. Em nós está a força se quisermos terminar com todo o género de exploração mais depressa que os demais trabalhadores. Faltando a alimentação não há a vida e não existe matéria possível de sustento, primeira coisa de tantas a que oferece a terra a seus filhos que não seja semeada e recolhida por nós; não há altares, tronos, nem povos sem a nossa laboração”

Sub-Categoria: O Sindicalismo basta-se a si próprio

CX, Ed, p.1 “[Defeza nacional VII] É sindicalista revolucionário. É pela revolução, contra a reforma. Perfila a forma de Sorel: Reformar a sociedade burguesa é afirmar a propriedade privada e adota a proposição de que o sindicalismo se basta a si mesmo, o que demonstrará”

CX, Ed, p.1 “[Defeza nacional VII] Isto é, o sindicalismo considerado virtualmente como um processo de transformação social. Há um pensamento sindicalista como há uma ação sindicalista. Todos os sistemas sociais assentam numa base especulativa e num suporte filosófico. A base especulativa do sindicalismo é a sua generalização extensiva ao futuro; o seu suporte filosófico é a sistematização dum facto - não uma ideia ou um conceito - do facto económico por excelência, a produção”

CXV, Ed., p.2 “[Manifesto Sindicalista] Para combater a burguesia, o operariado tem de contrapor as suas instituições às instituições dela. Se é sensato opor o nosso ensino ao ensino oficial, a nossa moral à moral burguesa, é de boa tática opor também os nossos baluartes aos castelos senhoriais, o nosso exército ao exército burguês. O nosso exército é a organização operária, somos nós todos, e a sua alma é a greve geral. O sindicalismo provoca uma excitação consciente de toda a vida social. Por isso, é profundamente sociológico e exerce influência na arte e na moral, como poderíamos demonstrar. O sindicalismo é um movimento social fora da política e tira da produção que ele domina toda inteira uma nova ideologia e uma nova moral, uma nova ordem de coisas e uma nova forma societária. O fenómeno social que determina a civilização é o capitalismo, o qual condiciona a produção, que é o fenómeno económico por excelência. O sindicalismo quer suceder ao capitalismo libertando o atelier, isto é, o trabalho, e tornando autónoma a produção. O sindicalismo reconhece que o capitalismo operou uma concentração de esforços, uma centralização de atividades e que gerou o sentimento da produtividade, elevando-a ao alto grau que hoje atinge. O capitalismo foi o sistema que metodizou o trabalho, que criou o atelier e a indústria, foi o braço que montou os órgãos da produção e lhe pôz em movimento todo o mecanismo, o qual chegado a um certo período continua funcionando automaticamente, sem organização sindical, sem que o impulso inicial se torne já necessário. O sindicalismo é pois uma continuidade social”

CXIV, Ech, p.3 “Os sindicalistas creem que o comunismo será obra direta dos mesmos trabalhadores, os quais não necessitam, para fazer isto, ajuda de guias espertos nem de oficiais e chefes que o mandem. Aqueles que estão empregados no trabalho diário e efetivo da produção e distribuição da riqueza social estão desde já suficientemente preparados e instruídos para poder prescindir dos teóricos académicos, economistas, profissionais e demais verba inútil. Eles saberão dirigir de modo eficiente as indústrias respetivas de um modo conveniente para si mesmo e para os trabalhadores das outras indústrias. O nosso programa, pondo de parte toda a utopia, é este, em linha geral: «A conquista do sistema industrial presente, sua apreciação e direção por obra direta dos mesmos trabalhadores, em benefício de toda a coletividade”

CXIX, TD, p.2 “Em resumo: não concebemos um sindicalismo, que tem por objetivo a abolição do Patronato e do Estado, que não aceite o comunismo libertário, como achamos este insuficiente, sem base sindicalista da organização da sociedade. Eis porque eu sustento que o sindicalismo se basta a si próprio. Quando o sindicalista-anarquista Charles Benoit diz: «Sejamos mais alguma coisa do que sindicalistas», devia dizer: «Sejamos mais alguma coisa que anarquistas - sejamos sindicalistas»”

Sub-Categoria: Sindicato como unidade base da nova sociedade

XIII, CS, p.3 “[primeira these - saída do 1º congresso sindicalista, de 1909: princípios geraes de organização - sindicatos, federações, uniões locais ou bolsas de trabalho e, por fim, confederação geral do trabalho] Em que sentido se deve entender essa transformação [social]? No sentido da liberdade, isto é, da autonomia dos individuos e dos grupos. [que deve fazer-se por intermédio de] uma organização livre, descentralizada e federalista, que respeite e torne possível a autonomia dos individuos e dos grupos, procurando a coordenação dos esforços pelo livre accordo consciente de todas as vontades, o que só se pôde conseguir por intermedio do federalismo organizado debaixo para cima, isto é, do sindicato para as federações. O papel que, portanto, deverá incumbir d’uma forma geral a esses órgãos de coordenação, é um papel de luta, de educação, de solidariedade operaria e de transformação social, tanto para os sindicatos, federações, uniões locais, etc”

CXIX, TD, p.2 “A organização operaria, tal como está esboçada, manter-se-ha após o áto revolucionario, substituindo-se ás atuais instituições, regularizando a produção e a troca, cuidando da assistencia e instrução, da hygiene publica e das vias de comunicação, das relações exteriores, etc. O sindicato profissional, a união dos sindicatos, a federação corporativa, como a confederação nacional, são organismos especificos cujas atribuições são limitadas”

CXIX, TD, p.2 “Para nós o grupo de afinidade, que os anarquistas advogam como meio de organização no prezente e no futuro, achamo-lo nocivo hoje, por baralhar as classes, e quanto ao futuro só lhe vemos um prestimo - o de facilitar o prazer espiritual. Reputamos indispensaveis os organismos profissionaes, locais e nacionaes, ainda quando abolidas as classes, como esperamos tudo da ação e aperfeiçoamento tecnico dos proletarios”

Sub-Categoria: A Futura Sociedade Comunista

XIV, Ed, p.1 “[Sindicalismo revolucionário] O sindicalismo revolucionario affirma que só por meio da expropriação collectiva da riqueza social, em beneficio de todos, poderá fazer desaparecer os interesses antagonicos que são a característica da sociedade actual”

XXVIII, Ech, p.1 “[transformar a ordem social existente] no sentido communista, isto é, no sentido da apropriação e commum dos meios de producção, de consumo e de distribuição. Esta faze de associonismo operario é vulgarmente conhecida por sindicalismo revolucionario”

XXX, TD, p.2 “[Victimas do caciquismo] Disse que o sindicato, actualmente, só pôde ser órgão de luta, para preparar os operarios de modo a elles poderem tornal-o, no futuro, o órgão productor que ha de absorver a producção capitalista d’um modo geral, tornando assim communs tanto a producção como o consumo”

XXXI, SCorresp, p.2 “[O Sindicalista em Setubal) Todos os oradores preconisaram a acção sindical como o melhor methodo de luta que o operariado deve adoptar para oppôr um dique á exploração capitalista e realizar a finalidade do Sindicalismo - o Communismo Livre”

CXIV, Ech, p.3 “[O sindicalismo não é uma utopia] O sindicalismo não é mais que uma finalidade: isto é, o comunismo; e o comunismo dará fim á nossa atividade de sindicalistas e então o nosso trabalho de destruidores e criadores duma nova ordem social terá terminado”

Sub-Categoria: Liberdade e Igualdade

CX, Ed, p.1 “[Defeza nacional VII] Na sociedade actual, o individuo é uma abstração - o cidadão - que não corresponde a nenhuma função especializada. No sindicalismo o individuo é uma unidade da força produtiva”

XIX, TD, p.3 “[O sindicalismo] Possuida que sejam um dia, as officinas, os instrumentos de trabalho, as minas, caminhos de ferro, transportes maritimos, todos os meios de circulação, de producção e de permuta, sem esquecer a terra como fonte de materias primas, possuida, enfim, que seja a sociedade com as suas escolas superiores, monumentos, bibliothecas e museus, então o sindicato inaugurará a sociedade igualitaria e livre, pela expontanea Federação, não só das forças productoras, mas tambem das vontades, das affinidades e das sympathias”

XLII, TD, p.3 “[Agitação operaria - o comicio de domingo - prova-se que ha creaturas que não teem hygiene na alma e no corpo] Considerando que a igualdade social só se manterá pela harmonia colétiva, trabalhando cada um segundo as suas forças e consumindo segundo as suas necessidades”